

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



REOT
AMADORA



CÂMARA
MUNICIPAL
DA AMADORA

FICHA TÉCNICA

Documento elaborado por:

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA
Departamento de Administração Urbanística / SIG

Coordenação de :

Maria Deolinda Costa

Equipa técnica:

Luís Miguel Carvalho
Manuel António Gonçalves
Maria Godinho Batista
Ricardo Simões
Sofia Casanova
Susana Pereira Basílio

Com a colaboração de:

Divisão de Gestão Urbanística – Victor Ferreira
Departamento de Habitação – Manuela Esteves
Divisão de Higiene e Salubridade – Cristina Pereira
Divisão de Cultura Desporto e Juventude – João Almeida
Divisão de Trânsito e Mobiliário Urbano – Cecília Reis, que elaborou o sub-capítulo B5

Assessoria técnica e científica do:

e-Geo, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal da Amadora e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Capa:

Vasco Falardo

Setembro de 2007

Nota Introdutória

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), que se apresenta, avalia o Plano Director Municipal à luz da legislação vigente em 2006.

Tomando em consideração os objectivos que nortearam o modelo de ordenamento analisou-se os níveis de concretização das acções nos diversos domínios de intervenção.

O REOT quantifica, sempre que tecnicamente possível, as acções de forma a estabelecer no fim de cada objectivo programado a matriz dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças. Este quadro de referência servirá a discussão da situação actual e constituirá um ponto de partida para o próximo instrumento de gestão territorial que lhe sucede.

O âmbito metropolitano no qual o Município se insere, bem como os níveis de coordenação com o PROTAML requerem novas opções que envolvam o desenvolvimento estratégico, o regime do uso do solo e a respectiva programação.

INDICE

1. QUADRO DE REFERÊNCIA LEGAL	5
2. ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	12
A. Fortalecer e diversificar a base produtiva	18
A.1. Inserção Metropolitana	21
A.2. Repartição sectorial da actividade económica	22
A.3. Reorganização empresarial e económica da região	24
A.4. Base económica local	27
A.5. Empresas sedeadas no Concelho	32
A.6. Industrias transformadoras	34
A.7. Nível tecnológico e economia baseada no conhecimento	37
A.8. Dependência face ao emprego	39
A.9. Perfil sócio-económico	40
<i>Matriz de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças</i>	<i>45</i>
B. Melhorar o padrão de vida no Concelho	46
B.1. Espaço urbano	48
B.2. A aposta do PDM na criação de um modelo alternativo de ocupação	60
B.3. Ocupação urbana no período de vigência do Plano	67
B.4. Intervenções de iniciativa comunitária	82
B.5. Acessibilidades	88
B.6. Espaços verdes	108
B.7. Resíduos sólidos urbanos	114
B.8. Equipamentos colectivos	117
<i>Matriz de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças</i>	<i>139</i>
C. Atenuar as carências habitacionais	140
C.1. O PER na Amadora – antecedentes e situação actual	142
C.2. O processo de intervenção social nos bairros	147
C.3. Outras situações de carência habitacional	149
C.4. A oferta de habitação social	151
C.5. Reabilitação urbana	161
<i>Matriz de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças</i>	<i>166</i>
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
Índice de quadros	192
Índice de figuras	194
Anexos	196

Quadro de Referência Legal

1

Introdução

O Regulamento do Plano Director Municipal da Amadora publicado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 44/94, de 22 de Junho, estabelece no artigo 5.º que o mesmo deve ser objecto de revisão antes de decorrido o prazo de dez anos nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março.

Por seu turno, o n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, diploma que veio revogar o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, determina que: “Os planos directores municipais são obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão”.

Tendo o Plano Director Municipal da Amadora atingido o seu horizonte temporal a Câmara Municipal da Amadora deu início ao processo de revisão nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, conforme Aviso n.º 6963/2004, Diário da República – II Série, N.º 115, de 13 de Outubro de 2004.

Neste contexto, o procedimento conducente à revisão do PDM da Amadora é o descrito na Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril que vem regulamentar o processo de acompanhamento, da elaboração, da alteração e revisão dos planos directores municipais, através de uma comissão mista de coordenação, cuja constituição e funcionamento consta dos seus artigos 1.º a 34.º.

Tendo em consideração o disposto no n.º 9 da Portaria em referência, a Câmara Municipal não está obrigada à apresentação do relatório fundamentado de avaliação da execução do plano e da evolução das condições económicas, sociais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração.

No entanto, a C. M. Amadora entendeu ser útil conhecer o território resultante da aplicação do Plano e fazer o ponto da situação do estado de ordenamento do território com a finalidade de:

- a) Cumprir a obrigação de elaborar o relatório do estado do ordenamento do território, nos termos do n.º 3 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.
- b) Proceder, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do regulamento PDM, ao trabalho de avaliação do plano, nomeadamente do nível da sua execução em termos de ocupação do solo, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infra-estruturação, equipamentos, acessibilidades, etc..
- c) Identificar, a partir do modelo de ordenamento do PDM e dos seus principais objectivos as concordâncias e ou discordâncias com o território produzido no seu horizonte temporal, identificando os principais constrangimentos, na sua própria implementação.

Enquadramento legal da figura do PDM

A figura do plano director municipal, nas suas fases de elaboração e gestão ocupa uma posição relevante na actividade do planeamento urbanístico municipal.

Em Portugal o processo de elaboração dos planos directores conheceu um forte impulso nos últimos 20 anos, tendo sido ratificados na sua maioria na década de noventa, após ter sido legislada a obrigatoriedade da sua elaboração. A celeridade na elaboração, aprovação e ratificação dos planos ficou a dever-se, em boa medida, às exigências formais nos actos de candidatura dos municípios a projectos no âmbito de programas com financiamento da União Europeia.

O quadro legal então criado com o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março veio regulamentar todas as figuras da responsabilidade do Município sob a designação genérica de planos municipais de ordenamento do território (PMOT): plano director municipal, plano de urbanização e plano de pormenor (PDM, PU, PP) e representou face ao anterior diploma (Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio) uma simplificação de procedimentos da sua execução e de conteúdos.

De acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, o plano compreende ... "uma estrutura espacial para o território municipal, a classificação do solo, os perímetros urbanos e os índices urbanísticos...", em estreita adequação com a avaliação sectorial sintetizada no diagnóstico e com o modelo de desenvolvimento proposto. Neste quadro, identifica as unidades operativas de planeamento e gestão, áreas com disposições específicas para uso, ocupação e transformação do solo que se concretizam através de operações de loteamento e do licenciamento de obras.

Por sua vez, na actual Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto e no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro que regulamenta os instrumentos de gestão territorial, o PDM é definido como um plano que visa estabelecer o modelo de estrutura espacial assente na classificação do solo formulada a partir de uma síntese que integre uma estratégia de desenvolvimento local e as opções de âmbito nacional e regional propostas para a mesma área de intervenção.

Chama-se ainda a atenção à importância crescente dada às questões do desenvolvimento, ao carácter vinculativo do programa de execução e financiamento, ao sistema de execução dos planos, à revisão e à forma de avaliação dos mesmos. É este quadro teórico – legislativo que servirá de suporte ao próximo plano director municipal do Município da Amadora.

No actual contexto legal artigo 98 do Decreto-Lei n.º 380/99 a revisão pode decorrer:

- da necessidade de adequação à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração (3 anos após entrada em vigor do plano);
- de situação de suspensão;
- de obrigatoriedade, decorridos 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão.

A revisão do PDM da Amadora inscreve-se nesta última situação.

O processo de planeamento

A elaboração do PDM da Amadora materializou-se num projecto municipal que, a partir de um diagnóstico aprofundado, elaborou um modelo de desenvolvimento futuro para o concelho formalizado na proposta de planeamento físico – a carta de ordenamento e o regulamento.

O Município passou, a partir de Junho de 1994, de um instrumento operacional de gestão urbanística à escala 1/10 000 para todo o território.

Todavia, a implementação do conceito e modelo de ordenamento preconizado pelo PDM pressupunha a elaboração, de seguida, de um plano de acção para cada uma das unidades operativas que, entendido como uma matriz de referência ao nível das soluções urbanísticas, acrescentaria eficácia às propostas de ocupação, uso ou transformação do solo apresentadas pelos promotores particulares.

Esta metodologia não foi seguida. Por outro lado, a inexistência de uma base cartográfica digital adequada, (a qual veio a ser adquirida em 2003); o deficiente registo informatizado dos processos de loteamentos e obras particulares; as dificuldades de recolha, circulação e partilha da informação estatística e a inexperiência da equipa do SIG em encetar o processo de monitorização, revelaram-se como principais obstáculos à operacionalização da avaliação do plano.

Mas a revisão do PDM é compreendida pelo Executivo Municipal como um momento importante do processo de planeamento/gestão em curso que, como tal, não pode ignorar a prática anterior.

Assim, julgou-se conveniente preceder ao início de uma avaliação dos resultados alcançados com o plano vigente, incidindo não só sobre o grau de execução dos elementos estruturantes do modelo de ordenamento (nível de concretização do plano), mas sobretudo sobre a sua eficácia, isto é, se os objectivos a que se tinha proposto foram atingidos, através da consideração quantitativa e qualitativa de informação gerida em Sistemas de Informação Geográfica.

Será importante tornar concreto o modo como o plano constituiu um referencial para orientar a mudança, isto é, se o que aconteceu foi balizado pelo plano ou se seria diferente se o plano não existisse. Não sendo possível analisar o passado anterior ao plano centramo-nos na avaliação do actual PDM, ao nível da Carta de Ordenamento, com o objectivo de perceber qual o nível de concretização das suas propostas e o que ainda está por concretizar procurando identificar, sempre que possível, os factores impulsionadores de uma situação ou de outra.

Este exercício que visa “avaliar para melhorar e não para julgar” permitirá consolidar o conhecimento sobre o Concelho, conhecer as tendências positivas e negativas impulsionadas pelo plano de modo a potenciar as primeiras e redimensionar as segundas.

Deste modo, a caracterização da situação de referência assenta na descrição da dinâmica recente do sistema territorial, através da apresentação das transformações ocorridas e das tendências instaladas no território – espaciais, demográficas, económicas, ambientais, uso do solo –, desde a ratificação do PDM em 1994.

Todas as intervenções municipais no âmbito do ordenamento do território e urbanismo devem ser analisadas a partir do quadro de atribuições e competências inscritas no artigo 29.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro que constitui o pano de fundo nestes domínios:

- a) Elaborar e aprovar os planos municipais de ordenamento do território;
- b) Delimitar as áreas de desenvolvimento urbano e construção prioritárias com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais;
- c) Delimitar as zonas de defesa e controlo urbano de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, dos planos de renovação de áreas degradadas e de recuperação de centros históricos;
- d) Aprovar operações de loteamento;
- e) Participar na elaboração e aprovação do respectivo plano regional de ordenamento do território;
- f) Propor a integração e a exclusão de áreas na Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional;
- g) Declarar de utilidade pública, para efeitos de posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor plenamente eficazes;
- h) Licenciamento, mediante parecer vinculativo da administração central, construções nas áreas dos portos e praias.

É este contexto legal que inspira, em boa medida, a avaliação da concretização das acções preconizadas no PDM de 1994 e justifica, a par da legislação referida anteriormente, a revisão do modelo de desenvolvimento concelhio.

A avaliação do PDM como fundamento para a sua revisão.

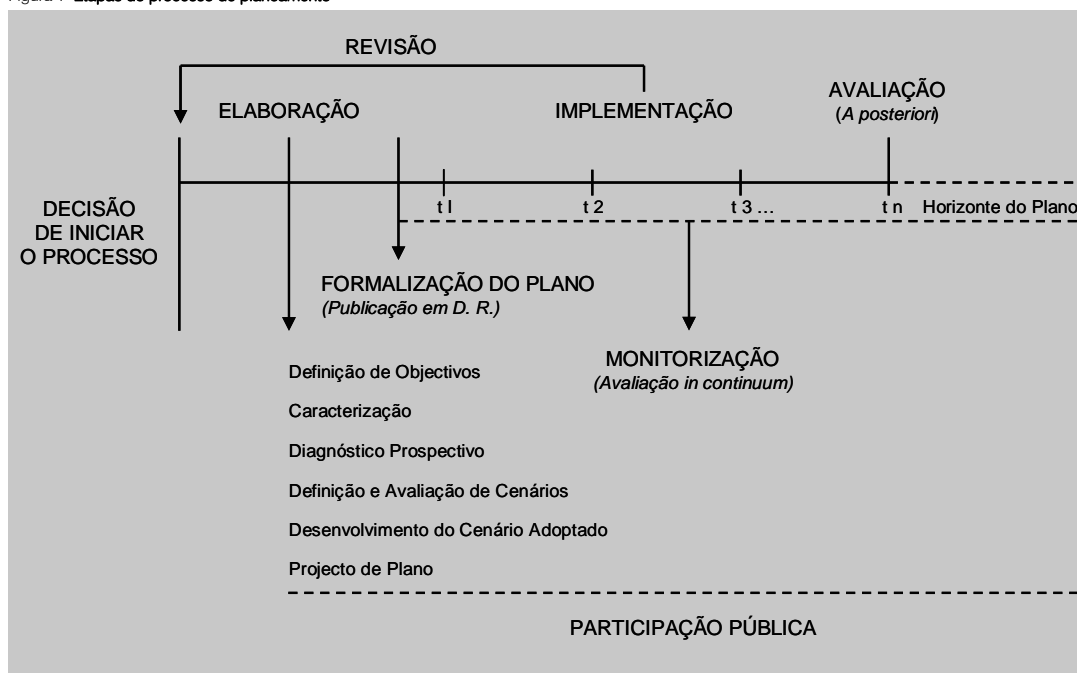
A aproximação da fase de revisão do plano e, ao mesmo tempo, a progressiva capacitação do Gabinete SIG dos meios necessários propiciou o início do trabalho de avaliação. Consideramos para tal:

- o enquadramento legal em vigor, acima descrito;
- os anos de caminho percorrido pelo processo de execução do PDM;

- a existência de meios que servem de suporte ao processo de avaliação, tais como: uma base cartográfica actualizada, uma planta de ordenamento e condicionantes PDM, em formato digital, uma base geográfica de referência de informação, (BGRI-INE), que possibilita a desagregação de informação censitária de 2001 do ficheiro síntese, a existência de bases de dados sobre planos, operações urbanísticas, funções urbanas, empresas, quadros de pessoal e de estudos sectoriais como Cartas de Equipamentos, Projectos de Urbanismo Comercial, Cartas de Riscos, etc.;
- o recurso ao SIOU – Sistema de Informação de Operações Urbanísticas do INE, à informação dos processos de obras particulares da administração urbanística através do SIGMA, aplicação que fornece dados sobre a evolução do licenciamento e ao pré-registo, por exemplo, desde a data em que o PDM entrou em vigor;
- a possibilidade de recorrer às novas tecnologias, nomeadamente ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) que permite apresentar a informação georreferenciada, recorrer a funções de análise espacial e apoiar os processos de ordenamento e gestão do território.

Esta tarefa sintetizada no REOT que agora se apresenta poderá favorecer e apoiar o desenvolvimento de uma metodologia de monitorização sistemática dos próximos planos municipais, de acordo com o esquema desejável seguinte.

Figura 1 Etapas do processo de planeamento



Fonte: Pereira, Margarida – Dinâmica Urbanística do Município de Palmela. CMP, 2003.

Os conteúdos formais que vierem a ser determinados no processo de revisão do PDM, quer por força da Lei quer pela dinâmica territorial observada, são possíveis de ser elaborados em SIG. Para além desse momento (o da revisão) é recomendável que a monitorização/avaliação sejam realizados em SIG – projecto próprio segundo um sistema de indicadores que indiquem os níveis de concretização das acções a cada momento, e registe os eventuais desvios. Esta informação é plenamente justificada quer a nível interno (instrução de acções, estratégias e políticas municipais), quer a nível externo (alimentação de inquérito(s) da administração pública central – DGOTDU – para avaliar o quadro nacional de concretização dos planos).

Estado do Ordenamento do Território

2

Quadro de referência territorial

A posição que o Município da Amadora ocupa em relação a Lisboa veio condicionar desde muito cedo o seu desenvolvimento. Ocupando um espaço de fronteira com o concelho de Lisboa e situado num dos vales da região, suporte do eixo rodoviário e ferroviário, o território do futuro concelho da Amadora viria rapidamente a ganhar uma forte acessibilidade ao centro da área metropolitana.

O desenvolvimento suburbano da região intensifica-se nas décadas de 50 e 60 ocorrendo uma expansão segundo uma estrutura radioconcêntrica a partir do centro da metrópole ao longo dos eixos radiais, verificando-se por um lado uma concentração de empregos no terciário em Lisboa e, por outro lado, a localização do emprego industrial e de núcleos residenciais na periferia.

Este crescimento demográfico exponencial nas décadas de 50 e 60 não foi acompanhado por uma acção de planeamento e gestão que enquadrasse a ocupação de forma a impedir a utilização de solos sem aptidão urbanística e a minimizar as consequências económicas e sociais decorrentes dum crescimento “espontâneo”.

Consequentemente, o processo de urbanização do território a que corresponde hoje a cidade da Amadora deu origem a um tecido urbano fortemente ocupado, economicamente dependente, urbanisticamente desqualificado e com um elevado nível de carências ao nível de equipamentos e serviços. Esta génese de subúrbio no seu conjunto correspondia aos seguintes atributos:

- domínio do uso residencial e de elevadas densidades habitacionais;
- ausência de qualidade do espaço urbano, nomeadamente pela falta de coerência e de articulação, pela falta de elementos simbólicos fortes;
- coexistência de usos desqualificados e degradados;
- sub-equipamento;
- dependências face a Lisboa para aquisição de bens e serviços.

Apesar destas situações urbanísticas deficientes existiam à partida condições para a correcção das mesmas no sentido de projectar um espaço urbano mais equilibrado e qualificado, das quais se destacam:

- a disponibilidade de um conjunto de solos ainda por urbanizar, quer na periferia da área urbana, quer no seu interior;
- a possibilidade de reestruturação do tecido urbano com o objectivo de reequilibrar usos e funções e de proporcionar um melhor funcionamento e fluidez da rede viária através da correcta utilização dos terrenos da Falagueira, da reconversão da zona industrial da Venda-Nova e da oportunidade de criação de eixos viários transversais e novas ligações a Lisboa.

A identificação destes pontos críticos e as potencialidades de desenvolvimento do Município permitiu delinear o Quadro de Referência para as propostas do PDM que se apresenta seguidamente.

OBJECTIVOS DE 1º NÍVEL	OBJECTIVOS DE 2º NÍVEL	OBJECTIVOS DE 3º NÍVEL	MODELO DE DESENVOLVIMENTO
FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA	<p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA DO CONCELHO</p> <p>FAVORECER A CRIAÇÃO DE EMPREGO</p> <p>REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO CONCELHO FACE À AML-NORTE CRIANDO CONDIÇÕES DE ATRAÇÃO DE EMPRESAS</p> <p>APOIAR A INSTALAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS COM PROJECTOS INOVADORES</p>	<p>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</p> <p>ORDENAR E REQUALIFICAR AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES</p> <p>GARANTIR A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E A LISBOA</p> <p>CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À CONSTITUIÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE SERVIÇOS PESSOAIS E ECONÓMICOS</p> <p>GARANTIR A ELEVÇÃO GENERALIZADA DA QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO</p>	<p>ASSEGURAR UMA FUNÇÃO ESTRUTURANTE NO EIXO BENFICA-QUELUZ, POTENCIANDO A FUNÇÃO POLARIZADORA DA ÁREA DA FALAGUEIRA E DO CENTRO DA AMADORA.</p> <p>CRIAR NOVAS ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS – EIXO TERCIÁRIO VENDA NOVA / DAMAIA E ZONAS NA SERRA DE CARNAXIDE CONTÍGUAS À EN117.</p> <p>MANTER O USO DA ZONA INDUSTRIAL DA VENDA NOVA.</p> <p>ATRIBUIR À ÁREA DO CONCELHO QUE SE INTEGRA NA SERRA DE CARNAXIDE E VALE DE CARENQUE UM PAPEL NA ESTRUTURA VERDE DE RECREIO E LAZER DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, BEM COMO NA ESTRUTURA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ÂMBITO MUNICIPAL.</p>
MELHORAR O PADRÃO DE VIDA	<p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA NO CONCELHO</p> <p>QUALIFICAR URBANISTICAMENTE O TERRITÓRIO</p> <p>GARANTIR UM BOM NÍVEL DE EQUIPAMENTOS, DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À COMUNIDADE E INFRAESTRUTURAS URBANAS</p>	<p>ACESSIBILIDADE</p> <p>PROMOVER A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E LISBOA</p> <p>PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO DE FLUXOS DE TRÁFEGO, POR FORMA A ATENUAR O CONGESTIONAMENTO VIÁRIO</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) O CENTRO DA CIDADE E CENTROS SECUNDÁRIOS</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA CONEXÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) E OS INTERFACES DE TRANSPORTE</p> <p>ESPAÇO URBANO</p> <p>CONTER O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO</p> <p>REQUALIFICAR O ESPAÇO URBANO CONSOLIDADO</p> <p>CONTROLAR A QUALIDADE DAS NOVAS OCUPAÇÕES E DA RENOVAÇÃO URBANA</p> <p>REVITALIZAR O CENTRO DA CIDADE COMO CENTRO ADMINISTRATIVO E DE COMÉRCIO</p> <p>AMBIENTE URBANO</p> <p>CRIAR UMA ESTRUTURA VERDE A INSERIR NA ESTRUTURA VERDE METROPOLITANA</p> <p>CRIAR UMA REDE CONCELHIA DE ESPAÇOS VERDES PARA RECREIO E LAZER</p> <p>PROMOVER A REABILITAÇÃO DE ZONAS COM USOS DEGRADANTES</p> <p>EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>RESERVAR E/OU PROMOVER A RECONVERSÃO/INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À POPULAÇÃO</p> <p>COMPATIBILIZAR O RITMO DE CRESCIMENTO URBANO E AS NECESSIDADES EM EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS</p>	<p>CRIAR NOVAS ACESSIBILIDADES EXPANDIDO A REDE VIÁRIA E GARANTINDO A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EIXOS RODOVIÁRIOS REGIONAIS E A REDE VIÁRIA MUNICIPAL.</p> <p>LIBERTAR A FAIXA URBANA CENTRAL DO CONCELHO DE TRÁFEGO DE ATRAVESSAMENTO (ORIGEM E/OU DESTINO FORA DA AMADORA).</p> <p>PROMOVER A ARTICULAÇÃO FUNCIONAL DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONCELHO INTERVINDO NO SISTEMA DE TRANSPORTES.</p> <p>ANULAR O EFEITO-BARREIRA, QUE O CAMINHO DE FERRO E A RADIAL DA BURACA REPRESENTAM.</p> <p>PLANEAR E CONTROLAR A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS NÃO EDIFICADAS ADEQUANDO O RITMO DE CONSTRUÇÃO À CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS.</p> <p>RESERVAR NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS BOLSAS VOCACIONADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE CUSTOS CONTROLADOS.</p> <p>ADOPTAR POLÍTICAS DE GESTÃO QUE POSSIBILITEM A OBTENÇÃO DE FOGOS DE CUSTOS CONTROLADOS EM NOVAS URBANIZAÇÕES.</p> <p>VALORIZAR ÁREAS-CHAVE DO CONCELHO VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM URBANA QUALIFICADA.</p> <p>FAVORECER A INSTALAÇÃO DE FUNÇÕES CENTRAIS E ADOPTAR MEDIDAS NAS ÁREAS DO ESTACIONAMENTO, E CIRCULAÇÃO PEDONAL QUE CONFIRA AO CENTRO DA AMADORA, O ESTATUTO DE CENTRO DA CIDADE.</p> <p>FAVORECER O DESENVOLVIMENTO DE FUNÇÕES CENTRAIS DE HIERARQUIA SUPERIOR FOMENTANDO NOMEADAMENTE A LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO E/OU SUPERIOR E DE SERVIÇOS PÚBLICOS.</p> <p>PROGRAMAR NAS ÁREAS DO NEUDEL ENSRA, CASAL DE S. MAMEDE, UMA ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E DE SERVIÇOS DE APOIO DE NÍVEL MUNICIPAL, PARA O RECREIO E LAZER DOS RESIDENTES.</p> <p>FOMENTAR O TRATAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ADOPTAR MEDIDAS DE GESTÃO VIÁRIA (ORDENAMENTO DE RUAS, PRAÇAS, PASSEIOS, ESTACIONAMENTO) EM ÁREAS RESIDENCIAIS CONSOLIDADAS.</p> <p>CONTROLAR A CONCEPÇÃO E ARRANJO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM NOVAS ÁREAS URBANAS.</p>
ATENUAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS	ATENUAR AS CARÊNCIAS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO	<p>HABITAÇÃO</p> <p>ELIMINAR PROGRESSIVAMENTE AS ÁREAS DE HABITAÇÃO DEGRADADA</p>	<p>CONTROLAR O DESENHO URBANO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS.</p> <p>POTENCIAR A OFERTA DO SOLO INDUSTRIAL DE PEQUENA E MÉDIA DIMENSÃO.</p>

O modelo de desenvolvimento do PDM e estratégias de actuação

O modelo de desenvolvimento definido pelo plano de 1994 assentava em três eixos fundamentais:

- Fortalecer e Diversificar a Base Produtiva
- Melhorar o Padrão de Vida
- Atenuar as Carências Habitacionais

Para conhecer o nível de sucesso de um plano e da coerência das suas acções é necessário ter presente os objectivos pretendidos e a sua articulação com as estratégias de actuação e nos diferentes domínios. O modelo de ordenamento apresentado na página anterior estruturado por objectivos fundamentais (1º nível), objectivos específicos (2º e 3º nível) e acções vai ser o guia orientador deste relatório. Pretende-se que todas as transformações urbanas no âmbito da gestão e desenvolvimento territorial sejam contextualizadas segundo a sua natureza em cada um dos objectivos correspondentes no sentido de avaliar a evolução do seu nível de concretização.

A operacionalidade deste “modelo de reequilíbrio urbano” pressupunha a adopção de um conjunto articulado de estratégias de actuação nos domínios do desenvolvimento económico, da acessibilidade e urbanístico com o propósito de alterar o funcionamento do sistema urbano, de favorecer o desenvolvimento harmonioso do território e de promover a concertação dos interesses público e privado.

A estrutura espacial e relacional do território ficou estabelecida na planta de ordenamento (figura 2) pela delimitação das classes de espaço em função do uso dominante no contexto das seis unidades operativas de planeamento e respectiva regulamentação.

Foram ainda identificadas nove áreas estratégicas que correspondem a parcelas de território que pelos seus valores estruturantes apresentam potencialidades nas diversas áreas de actuação municipal para a construção do novo modelo urbano.

As opções do modelo de ordenamento foram ainda qualificadas de acordo com a função que poderiam desempenhar ao nível das unidades de planeamento (UOP) como se observa na página 17.

A identificação deste conjunto de acções corresponde a projectos, estudos, planos, obras e realizações que representam um importante contributo para o desenvolvimento do PDM, assegurando uma noção de conjunto que torna coerente a sua operacionalização.

Figura 2 Planta de ordenamento do PDM



Fonte: PDM, 1994

MODELO DE ORDENAMENTO	01	02	03	04	05	06	CONCELHO
Assegurar uma função estruturante no eixo Benfica-Queluz, potenciado a função polarizada da área da Falagueira e do Centro da Amadora		●	●				
Criar novas áreas de localização de indústrias e serviços – eixo terciário Venda Nova / Damaia e zonas na serra de Carnaxide contíguas à EN117			●		●		
Manter o uso da zona da Venda Nova			●				
Atribuir à área do concelho que se integra na Serra de Carnaxide e Vale de Carenque um papel na estrutura verde de recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa, bem como na estrutura de serviços e equipamentos de âmbito municipal.	●				●		
Criar novas acessibilidades expandindo a rede viária e garantindo a articulação entre os eixos rodoviários regionais e a rede viária municipal.	●		●	○		○	
Libertar a faixa urbana central do Concelho de tráfego de atravessamento (origem e/ou destino fora da Amadora)		●					
Promover a articulação funcional das diversas áreas do concelho intervindo no sistema de transportes							●
Anular o efeito-barreira, que o caminho-de-ferro e a Radial da Buraca representam		●	●	●		●	
Planear e controlar a ocupação das áreas não edificadas adequando o ritmo de construção à capacidade de execução das infra-estruturas urbanísticas.	●		●		○		
Reservar nas áreas urbanizáveis bolsas vocacionadas para a construção de habitação de custos controlados.	●		●				
Adoptar políticas de gestão que possibilitem a obtenção de fogos de custos controlados em novas urbanizações.							●
Valorizar áreas-chave do Concelho visando a construção de uma imagem urbana qualificada.		●	●		●		
Favorecer a instalação de funções centrais e adoptar medidas nas áreas do estacionamento, e circulação pedonal que confirmam ao centro da Amadora, o estatuto de centro da cidade.		●					
Favorecer o desenvolvimento de funções centrais de hierarquia superior fomentando nomeadamente a localização de estabelecimentos de ensino médio e/ou superior e de serviços públicos.		●	●				
Programar nas áreas do Neudel ENSRA, Casal de S. Mamede, uma estrutura de equipamentos colectivos e de serviços de apoio de nível municipal, para o recreio e lazer dos residentes.	●		●	●			
Fomentar o tratamento dos espaços públicos e adoptar medidas de gestão viária (ordenamento de ruas, praças, passeios, estacionamento) em áreas residenciais consolidadas.		●		●		●	
Controlar a concepção e arranjo de novos espaços públicos em novas áreas urbanas.	●		●		●		
Controlar o desenho urbano das áreas urbanizáveis.	●		●		●		
Potenciar a oferta de solo industrial de pequena e média dimensão.	●						

● - Função Dominante/Predominante ● - Função Importante ○ - Função Complementar

A - Fortalecer e diversificar a base produtiva

A identificação dos pontos críticos e potencialidades de desenvolvimento do Concelho permitiu delinear o quadro de referência para as propostas do PDM. Um dos eixos fundamentais identificado foi:

—Fortalecer e diversificar a base produtiva.

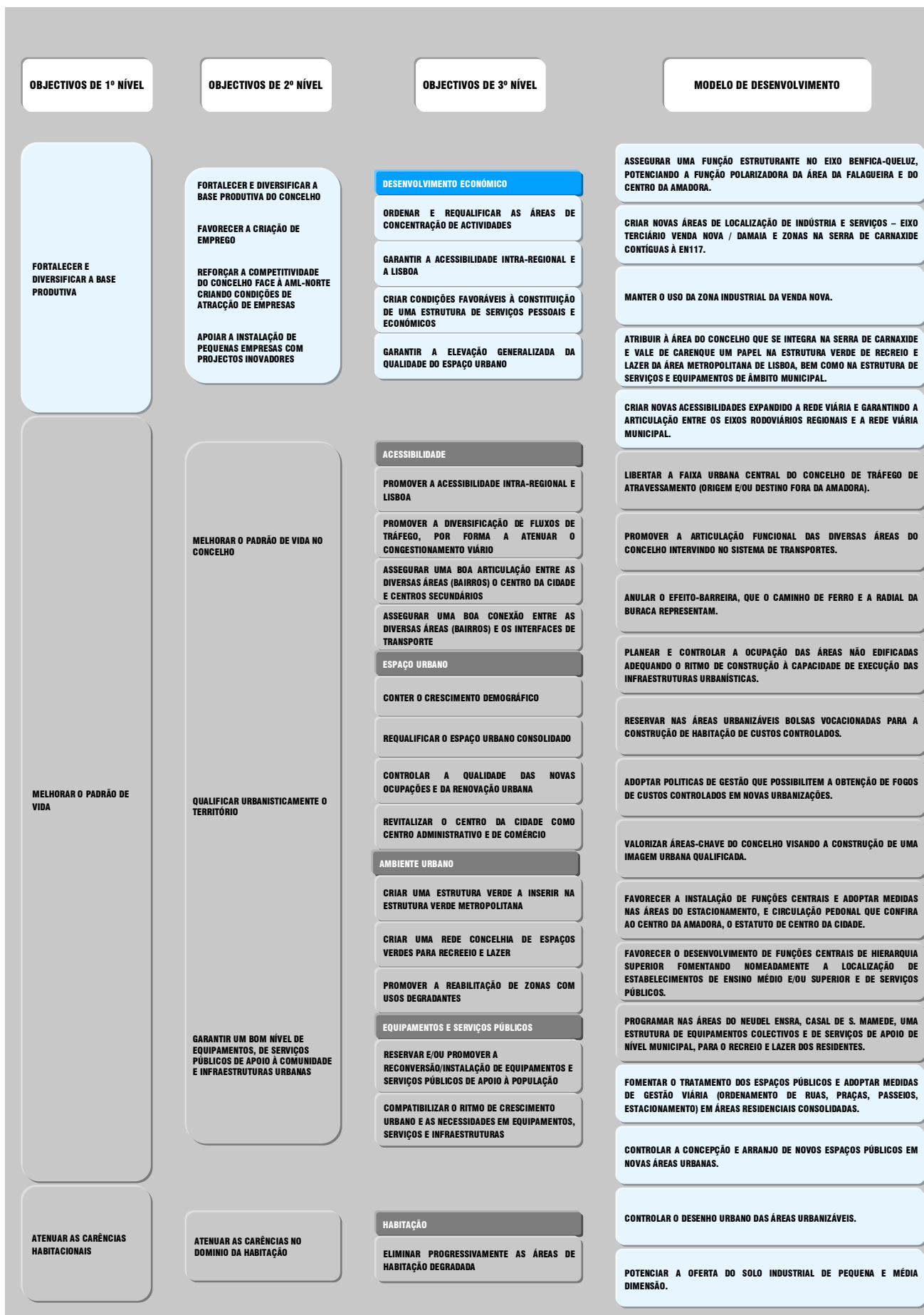
A prossecução deste objectivo principal seria acompanhado por um conjunto de objectivos secundários que assegurariam um melhor controle das intenções do plano:

—Favorecer a criação de emprego.

—Reforçar a competitividade do Concelho face à AML-Norte, criando condições de atracção de empresas.

—Apoiar a instalação de pequenas empresas com projectos inovadores.

Este subcapítulo procura, sinteticamente e com os dados disponíveis, fazer um balanço de execução do PDM no domínio do desenvolvimento económico.



A Amadora pela sua génese e pela posição que ocupa na região enfrenta uma multiplicidade de situações no que respeita à sua competitividade e atractividade.

A primeira abordagem é feita ao nível da Grande Lisboa, que permite compreender a dinâmica recente ao nível do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na sua região de enquadramento. Esta inserção oferece devido à proximidade de grandes centros consumidores uma dimensão de mercado que suscita o interesse de localização de actividades económicas.

Sequencialmente, o segundo ponto analisa a estrutura produtiva concelhia, a sua evolução recente por sectores de actividade, a diversidade intra-sectorial existente e a estrutura do emprego. Refere-se ainda a dinâmica local medida pelo número de empresas sedeadas, a sua dimensão e o seu volume de negócios.

Por último, seleccionam-se variáveis e indicadores que permitem proceder a uma análise comparativa do perfil económico das várias unidades operativas de planeamento.

A.1 Inserção metropolitana

O peso da actividade económica do Município permite posicionar a Amadora na região no momento actual e perspectivar no futuro o seu papel. A recolha de informação para os Municípios da Grande Lisboa, no quadro seguinte, sintetiza a evolução observada nos últimos anos.

Quadro 1 Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço nos municípios da Grande Lisboa. 1995 e 2001										
Município	1995					2001				
	Estabelecimentos		Pessoas ao serviço		Nº Médio Pess./Est.	Estabelecimentos		Pessoas ao serviço		Nº Médio Pess./Est.
Nº	%	Nº	%	Nº		%	Nº	%		
Amadora	3 410	6,6	31 661	5,5	9	4 508	6,6	42 139	5,9	9
Cascais	3 635	7,0	32 079	5,6	9	5 530	8,1	44 479	6,2	8
Lisboa	28 020	54,2	343 141	59,9	12	32 165	47,1	379 549	53,2	12
Loures	6 072	11,7	59 364	10,4	10	5 200	7,6	48 144	6,7	9
Oeiras	2 992	5,8	34 723	6,1	12	5 064	7,4	66 789	9,4	13
Sintra	5 757	11,1	52 254	9,1	9	9 298	13,6	77 454	10,9	8
V.F.Xira	1 794	3,5	19 936	3,5	11	3 094	4,5	32 549	4,6	11
Odivelas						3 404	5,0	22 721	3,2	7
Grande Lisboa	51 680	100,0	573 158	100,0	11	68 263	100,0	71 3824	100,0	10

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

No período entre 1995 e 2001 a Grande Lisboa registou, em termos absolutos, um aumento do número de empresas e do volume de emprego, mas um ligeiro decréscimo do número médio de pessoas/estabelecimento, que passou de 11 para 10 trabalhadores.

Em termos concelhios, verifica-se que em 1995 Lisboa concentra mais de metade do número de estabelecimentos da Grande Lisboa e quase 60% dos postos de trabalho, sendo este o Município que regista maior incremento em termos do número de empresas e de empregos, mantendo-se contudo, constante a dimensão média dos estabelecimentos (número de trabalhadores por estabelecimento).

Na evolução entre 1995 e 2001, os concelhos de Vila Franca de Xira, Oeiras e Sintra são os que registam as taxas de variação mais elevadas, tanto quanto ao número de estabelecimentos respectivamente (72,5%;69,3%;61,5%), como no que se refere à dinâmica de criação de emprego respectivamente (63,3%;92,3%;48,2%).

No que diz respeito ao número médio de postos de trabalho por estabelecimento, constata-se que, à excepção de Oeiras que passou de 12 para 13 trabalhadores (situando-se deste modo acima da média), os restantes Municípios mantiveram a sua posição ou registaram uma ligeira queda.

A.2 Repartição sectorial da actividade económica

A partir do final da década de oitenta, verificou-se uma progressiva desindustrialização dos municípios da região metropolitana norte. No ponto A.5 dedicado à evolução das empresas sedeadas no Município, atribuiu-se uma particular atenção à repartição das mesmas no sector II, em virtude do peso tradicional deste sector na economia municipal e da necessidade de captar os efeitos decorrentes dos processos de desindustrialização e reestruturação sectoriais já apontados nos estudos de caracterização do PDM no início dos anos 90.

Quadro 2
Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço na indústria transformadora nos municípios da Grande Lisboa. 1995 e 2001

Município	1995					2001				
	Estabelecimentos		Pessoas ao serviço		Nº Médio Pess./Est.	Estabelecimentos		Pessoas ao serviço		Nº Médio Pess./Est.
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	
Amadora	386	6,9	9 649	9,1	25	378	6,5	8 068	8,6	21
Cascais	328	5,9	5 607	5,3	17	412	7,1	6 149	6,6	15
Lisboa	2 151	38,7	32 806	30,9	15	1 836	31,7	22 431	24,0	12
Loures	1 058	19,0	18 989	17,9	18	659	11,4	11 833	12,7	18
Oeiras	281	5,1	7 487	7,1	27	341	5,9	7 936	8,5	23
Sintra	1 100	19,8	22 778	21,5	21	1 417	24,5	22 262	23,8	16
V.F.Xira	252	4,5	8 865	8,3	35	311	5,4	9 975	10,7	32
Odivelas						433	7,5	4 773	5,1	11
Grande Lisboa	5 556	100,0	106 181	100,0	19	5 787	100,0	93 427	100,0	16

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

Em 1995 existiam na Grande Lisboa cerca de 5 550 empresas de indústria transformadora, cuja concentração se fazia sentir sobretudo nos concelhos de Lisboa (38,7%), Loures (19,0%) e Sintra (19,8%). Relativamente ao volume de emprego, são os mesmos concelhos que se destacam no contexto da região com 30,9%, 17,9% e 21,5% respectivamente. O peso de Lisboa reflecte o facto de muitas empresas estarem aí sedeadas.

A dimensão média dos estabelecimentos industriais é de 19 pessoas por estabelecimento, evidenciando-se a Amadora (25), Oeiras (27) e Vila Franca de Xira (35) com valores bastante superiores.

Entre 1995 e 2001 a Região assistiu a um ligeiro acréscimo do número de estabelecimentos (4,2%) ao mesmo tempo que viu desaparecer cerca de 12 750 postos de trabalho na indústria transformadora (12,0%), isto é, mais de 2 100 trabalhadores/ano.

Em termos concelhios, Lisboa e Amadora foram os municípios que registaram maiores quebras, quer em número de empresas (-14,6% e -2,1%) quer no domínio do emprego (-31,6% e -16,4%).

No que diz respeito ao dinamismo empresarial¹ destacam-se os concelhos de Oeiras, Cascais e Vila Franca de Xira, que em conjunto contribuíram para a criação de mais de 200 estabelecimentos e 2 000 empregos. Sintra, por seu lado, descreve um comportamento semelhante ao da Região, ou seja, o número de estabelecimentos cresce 28,3% mas o emprego tem um saldo ligeiramente negativo (-2,3%).

Neste período não se registam grandes alterações na posição relativa dos concelhos atendendo à dimensão média dos estabelecimentos (medida em termos do número de pessoas): Amadora, Oeiras e Vila Franca de Xira permanecem com valores acima da Grande Lisboa, mas com sinais de ligeiro declínio, aspecto evidenciado por quase todos os Municípios.

Para a definição do perfil económico dos municípios no contexto da Grande Lisboa, socorremo-nos de um instrumento sobejamente conhecido (o Quociente de Localização) que, apesar das suas limitações, permite, de uma forma simples, aferir do grau de concentração e a especialização das actividades.

Quadro 3
Quociente de Localização do emprego por sector de actividade nos municípios da Grande Lisboa. 1995 e 2001

CAE*	Amadora		Cascais		Lisboa		Loures		Oeiras		Sintra		V. F. Xira		Odivelas	
	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001	1995	2001
Agric., Silvicultura., Caça e Pescas	0,31	0,11	0,79	1,32	0,89	0,80	1,09	1,39	0,87	0,96	1,40	1,49	3,21	2,73		0,49
Indústrias Extractivas	0,13	0,17	0,53	0,37	1,02	0,79	0,34	0,72	0,36	0,49	2,53	4,07	1,90	0,22		0,00
Indústrias Transformadoras	1,65	1,46	0,94	1,06	0,52	0,45	1,73	1,88	1,16	0,91	2,35	2,20	2,40	2,34		1,61
Electricidade, Gás e Água	1,30	0,62	0,09	0,07	1,23	1,44	1,23	1,99	0,14	0,23	0,21	0,26	0,85	0,18		0,03
Construção e Obras Públicas	1,74	1,84	1,26	1,30	0,81	0,65	1,42	1,39	1,00	1,20	1,27	1,34	0,74	1,11		1,93
Comércio por grosso e a retalho; Reparações de bens de uso pessoal; Alojamento e Restauração	1,13	1,06	1,33	1,29	0,97	0,93	0,99	1,09	1,15	1,12	0,89	1,05	0,81	0,83		1,05
Transportes, Armaz. e Comunicações	0,23	0,24	0,49	0,48	1,35	1,37	0,72	1,14	0,51	0,40	0,24	0,36	0,78	1,27		0,46
Bancos e outras Instituições Financeiras	0,46	0,56	0,47	0,50	1,33	1,33	0,47	0,32	1,01	1,18	0,34	0,52	0,29	0,49		0,51
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Pessoais	0,61	1,23	1,47	1,46	1,14	1,08	0,62	0,72	0,79	0,74	0,70	0,74	0,78	0,69		0,96

*CAE – Classificação das actividades económicas (DL 182/93 de 14/05).
A listagem das actividades económicas consta do ANEXO 1

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

Não obstante a forte concorrência das frentes de expansão urbana, a Grande Lisboa ainda mantém alguns activos no sector primário, nomeadamente nos municípios de Vila Franca de Xira (QL=2,73), Sintra (QL=1,49) e Loures (QL=1,39).

¹ É necessário ter presente que se conhece apenas o saldo. Não se sabe quantos estabelecimentos foram extintos e quantos foram criados

As alterações verificadas quanto ao emprego na “Indústria transformadora”, demonstram que a Amadora surge na 4ª posição, sendo os QL mais expressivos em Sintra, Vila Franca de Xira, Loures e Odivelas; contudo, constata-se a redução gradual da especialização do Município neste ramo.

As actividades relacionadas com a “Construção Civil” reforçam o seu peso na Amadora. Com efeito, entre 1995 e 2001 a CAE 5 regista uma alteração positiva passando o QL de 1,74 para 1,84, valor só ultrapassado por Odivelas.

A elevada concentração populacional na Amadora, que motivou a expansão do subsector dos “Serviços pessoais e prestados à colectividade”, conjugado com a relevância crescente dos activos nos “Serviços às empresas”, é outro sintoma de que estamos a assistir a um processo de recomposição sectorial no Município.

A Capital mantém a liderança no que respeita à terciarização do emprego, demonstrada pela concentração e especialização nos subsectores “Transportes, Armazenagem e Comunicações; Bancos e Instituições Financeiras; Serviços”. Contudo, existem sinais no padrão de especialização das economias dos Municípios confinantes que merecem referência, como por exemplo:

- o afastamento dos Transportes e da Logística para os Concelhos de Loures e Vila Franca de Xira;
- a afirmação de Oeiras como pólo de fixação de emprego na CAE 8 (Banca, Seguros, Operações sobre Imóveis e Serviços às Empresas).

A.3 Reorganização empresarial e económica da região

Análise das componentes de variação

A análise de componentes de variação ou (*shift-share*) decompõe o crescimento de uma dada variável (emprego) medida a nível regional, em factores distintos que possam influenciar o seu comportamento. A ideia base é muito simples: as diferenças de crescimento entre regiões podem ser atribuídas não só a diferenças relativas à composição produtiva de cada região (devido à maior ou menor preponderância de sectores mais dinâmicos) mas também podem ser justificadas por diferentes vantagens de natureza locacional (custos de transporte, custo de aquisição dos produtos intermédios ou matérias-primas, factores produtivos como mão de obra qualificada ou capacidade empresarial).

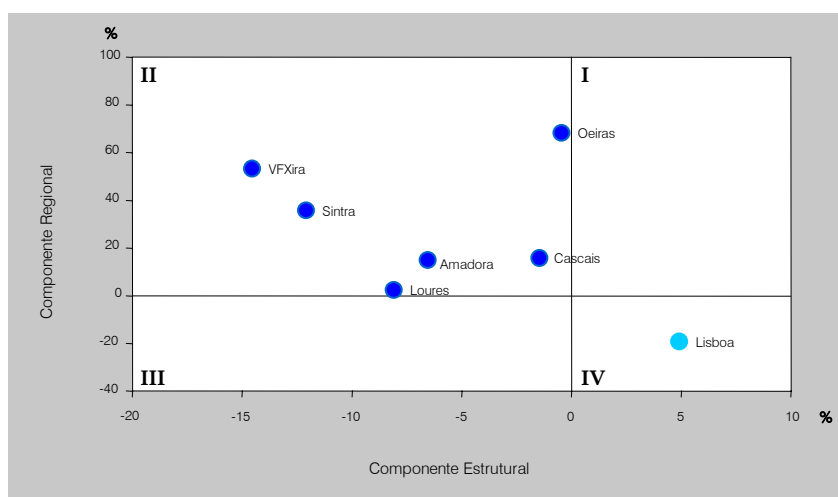
A maioria dos modelos de análise de componentes de variação apresentam-se como entidades matemáticas expressando a evolução de uma dada variável económica como função de três factores principais: o efeito do crescimento nacional (componente nacional), o efeito da composição sectorial da região (componente estrutural) e ainda, o efeito de outros factores específicos da região (componente regional, concorrencial ou diferencial).

Assim, no primeiro quadrante estão os concelhos que apresentam valores positivos quer na componente estrutural quer na componente sectorial. Inversamente um concelho localizado no terceiro quadrante está numa situação menos desejável, uma vez que ambas as componentes são negativas. Neste caso, o concelho não só não está especializado nos sectores mais dinâmicos, mas também o seu ritmo de crescimento é inferior à média da região.

O segundo e quarto quadrantes correspondem a situações intermédias: no segundo quadrante temos os concelhos com especialização produtiva desfavorável, mas com vantagens locacionais acima da média. No quarto quadrante a situação é inversa: aqui temos os concelhos com um perfil de especialização favorável, mas que apresentam problemas em termos de vantagens competitivas específicas.

No estudo presente, a aplicabilidade do modelo implicou a harmonização de conceitos e de escalas de análise, pelo que a componente regional deve aqui ser entendida como a componente municipal e a componente global reporta-se à região da Grande Lisboa.

Figura 3 **Decomposição do crescimento municipal, na região da Grande Lisboa**



Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

Quadro 4

Decomposição do crescimento em componentes de variação nos municípios da Grande Lisboa

Municípios	(1) Componente Estrutural		(2) Componente Local		(3) Componente Global		Variação Efectiva 1+2+3	
Amadora	-6,6%	-2 082	15,1%	4 790	24,5%	7 770	33,1%	10 478
Cascais	-1,5%	-475	15,6%	5 002	24,5%	7 873	38,7%	12 400
Lisboa	4,9%	16 745	-18,8%	-64 552	24,5%	84 214	10,6%	36 407
Loures	-8,1%	-4 796	2,9%	1 728	24,5%	14 569	19,4%	11 501
Oeiras	-0,5%	-163	68,3%	23 707	24,5%	8 522	92,4%	32 066
Sintra	-12,1%	-6 336	35,8%	18 712	24,5%	12 824	48,2%	25 200
V F Xira	-14,5%	-2 893	53,2%	10 613	24,5%	4 893	63,3%	12 613

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

Os resultados permitem as seguintes observações:

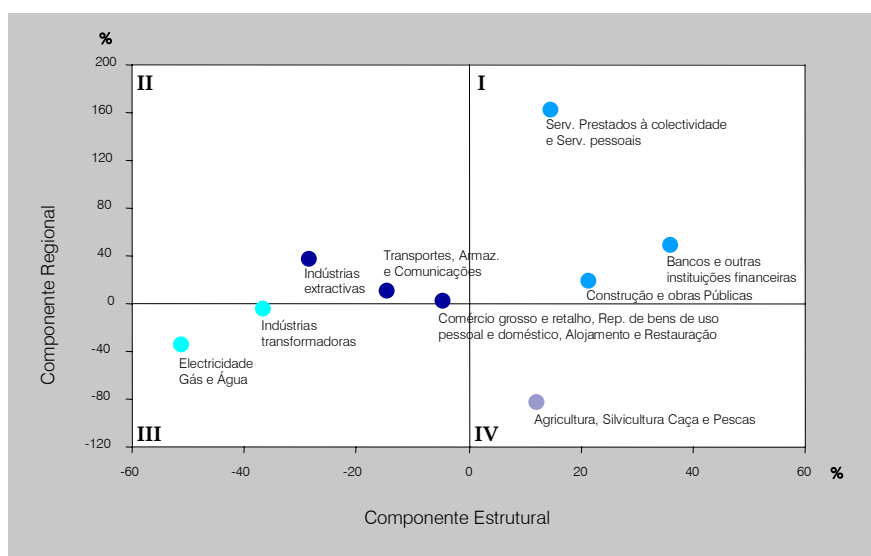
— à excepção de Lisboa e Loures, a taxa de crescimento do emprego por conta de outrem foi superior à observada na Região no período de 1995-2001, destacando-se Oeiras (92,3%) Vila Franca de Xira (63,3%) e Sintra (48,2%).

A análise das componentes estrutural e local permitem identificar duas situações:

- componente local positiva e componente estrutural negativa: estão nesta situação todos os concelhos da Região, à excepção de Lisboa, o que traduz uma “divergência estrutural”, ou seja os concelhos têm um perfil de especialização desfavorável mas apresentam vantagens comparativas acima da média da região;
- componente estrutural positiva e componente local negativa: está nesta situação apenas a Capital, que apresenta uma situação inversa a todos os outros municípios, ou seja um perfil de especialização favorável face à região, embora acompanhado de desvantagens de localização ²

A análise das componentes de variação é um instrumento que pode ser utilizado para identificar os pontos fortes e fracos que um dado concelho enfrenta, revelando-se assim útil em termos de apoio ao planeamento estratégico.

Figura 4 **Decomposição do crescimento municipal**



² parece um pormenor mas não é: as desvantagens locais são intrínsecas ao lugar; as desvantagens de localização podem ser locais ou de outra natureza, embora decorrentes das características do lugar

A decomposição sectorial do Município da Amadora permite-nos verificar que:

- no quadrante I encontram-se as CAE 5 (Construção e obras públicas), CAE 8 (Bancos e outras Instituições financeiras) e CAE 9 (Serviços prestados à colectividade), cujo ritmo de crescimento do emprego foi superior ao registado na região-padrão, apresentando-se como pontos fortes na estrutura produtiva do Concelho;
- na situação menos desejável estão as CAE 3 (Indústrias transformadoras) e 4 (Electricidade, Gás e Água), pois apresentam valores negativos nas duas componentes (estrutural e local), revelando, face aos Municípios da Região, uma taxa de crescimento inferior nestes ramos de actividade económica e “vantagens locativas” abaixo da média;
- no quadrante II temos os subsectores com um perfil de especialização desfavorável, mas com vantagens de localização acima da média. Contudo, neste caso a variação absoluta do emprego na CAE 2 (Indústrias extractivas) é praticamente irrelevante, pelo que só merecem atenção a CAE 6 (Comércio por Grosso e a Retalho, Restauração e Hotelaria) e a CAE 7 (Transportes, Armazenagem e Comunicações): a primeira porque assume valores muito próximos da região-padrão, e a segunda, porque registou o dobro do acréscimo de emprego verificado na Grande Lisboa, em pontos percentuais (aliás este é um dos problemas da análise shift-share: forte sensibilidade às variações relativas);
- dada a vocação urbana da Amadora, não se vê interesse em combater as desvantagens locativas que estão a limitar o crescimento da CAE 1.

A.4 Base económica local

Evolução da estrutura dos estabelecimentos, por sectores de actividade

Em 1989 o Município da Amadora apresentava 2 412 estabelecimentos e 28 864 pessoas ao serviço. No período compreendido entre 1989 e 2001 o tecido económico municipal assistiu a uma variação de 90% no número de estabelecimentos de 46% no emprego.

Quadro 5

Evolução do número de estabelecimentos, pessoal ao serviço e dimensão média dos estabelecimentos, segundo a CAE. 1989, 1995 e 2001

CAE	1989			1995			2001		
	Nº Est.	Nº Pess.	Nº Médio Pess./Est.	Nº Est.	Nº Pess.	Nº Médio Pess./Est.	Nº Est.	Nº Pess.	Nº Médio Pess./Est.
Agric., Silvicultura., Caça e Pescas	4	35	9	3	32	11	6	17	3
Indústrias Extractivas	4	48	12	1	6	6	2	8	4
Indústrias Transformadoras	407	12 023	30	386	9 649	25	378	8 068	21
Electricidade, Gás e Água	7	333	48	9	363	40	6	137	23
Construção e Obras Públicas	265	3 730	14	429	4 579	11	689	7 552	11
Comércio por grosso e a retalho; Reparações de bens de uso pessoal; Alojamento e Restauração	1 225	9 215	8	1 876	11 621	6	2 261	14 044	6
Transportes, Armaz. e Comunicações	36	293	8	80	766	10	167	921	6
Bancos e outras Instituições Financeiras	117	989	8	315	2 796	9	558	5 825	10
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Pessoais	347	2 198	6	311	1 849	6	441	5 567	13
Total	2 412	28 864	12	3 410	31 661	9	4 508	42 139	9

Fonte: MTSS/CMA, PDM, B - Estudos de Caracterização de Nível Municipal, 1990

No que respeita à repartição dos estabelecimentos e do emprego por ramos de actividade económica, importa destacar:

- o declínio gradual da vocação do Município para a instalação da indústria transformadora, que absorvia 41,7% do emprego em 1989 e apenas 19,1% em 2001;
- o dinamismo das CAE7 e 8 que registaram taxas de crescimento muito elevadas neste período, tanto no número de estabelecimentos (mais de 300%) como no emprego (200% na CAE 7 e quase 500% na CAE 8);
- o peso quase constante nos três momentos do Comércio grosso/retalho e do Alojamento/Restauração face ao total dos estabelecimentos (50,8%; 55,0% e 50,2%) e postos de trabalho (31,9; 36,7; 33,3 pontos percentuais) do Município, pese embora a variação sempre positiva nos três momentos de análise;
- a vitalidade da Construção Civil, que quase triplicou em número de estabelecimentos e duplicou em número de activos;
- a expansão da CAE 9 (serviços prestados à colectividade e serviços pessoais) que, em conjunto com o Comércio, reforçam a tendência para o predomínio das actividades terciárias.

A variação da dimensão média dos estabelecimentos, em termos do número de pessoas ao serviço, demonstra que, à excepção das CAE 8 e 9 que assinalam um ligeiro aumento, todos os ramos experimentam uma quebra, em particular na indústria transformadora, cuja estrutura dimensional esteve durante muitos anos associada à imagem do Município.

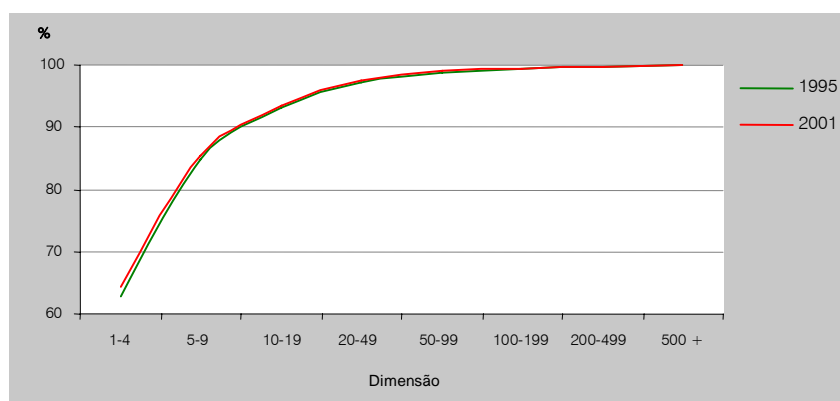
A evolução da dimensão dos estabelecimentos mostra claramente o fenómeno de atomização empresarial do Município. Com efeito, o quadro 6 revela que a dinâmica económica do Município assenta numa estrutura de muito pequenos (1-9 pessoas) e pequenos estabelecimentos (10-49 pessoas), que representavam já em 1989 cerca de 89% do total, mas que

ampliaram o seu peso para mais de 97,2% e 97,7% em 1995 e 2001, respectivamente. A par deste acréscimo, assiste-se também, à descida acentuada dos estabelecimentos com maior número de pessoas ao serviço, em especial nos primeiros anos da década de 90.

Quadro 6			
Número de estabelecimentos por classes de dimensão, segundo o pessoal ao serviço. 1989, 1995 e 2001			
Classes de Dimensão	1989	1995	2001
1 a 9	60,4	84,7	85,3
10 a 49	28,5	12,5	12,4
50 a 499	10,6	2,6	2,2
+ 500	0,5	0,2	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001/Estudos de Caracterização do PDM

Figura 5 Estabelecimentos segundo a classe de dimensão. 1995 – 2001 (% acumuladas)



Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

A desagregação das classes de dimensão, acentua esta fortíssima presença das muito pequenas unidades. O gráfico das percentagens acumuladas demonstra que em 1995 mais de 60% dos estabelecimentos possui até 4 pessoas ao serviço, e que até ao escalão 10-19 estão incluídos mais de 90% do total presentes no Município.

É possível verificar que em 2001 esta tendência intensifica-se, conforme se pode observar pelo acréscimo do peso dos estabelecimentos do primeiro escalão face a 1995, passando de 62,8% para 64,2%.

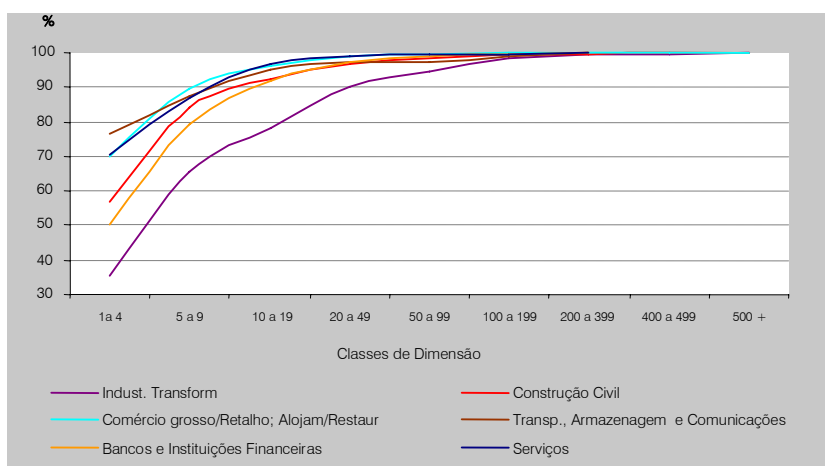
Quadro 7								
Dimensão dos estabelecimentos segundo os escalões de pessoal. 1995 e 2001 (percentagens acumuladas)								
	Dimensão							
	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-499	≥ 500
1995	62,8	84,7	93,2	97,2	98,7	99,5	99,8	100,0
2001	64,2	85,3	93,5	97,6	99,0	99,5	99,8	100,0

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

No entanto, importa observar a evolução das classes de dimensão por subsectores de actividade económica. Assim, a análise para 1995 e 2001 permitem-nos concluir o seguinte:

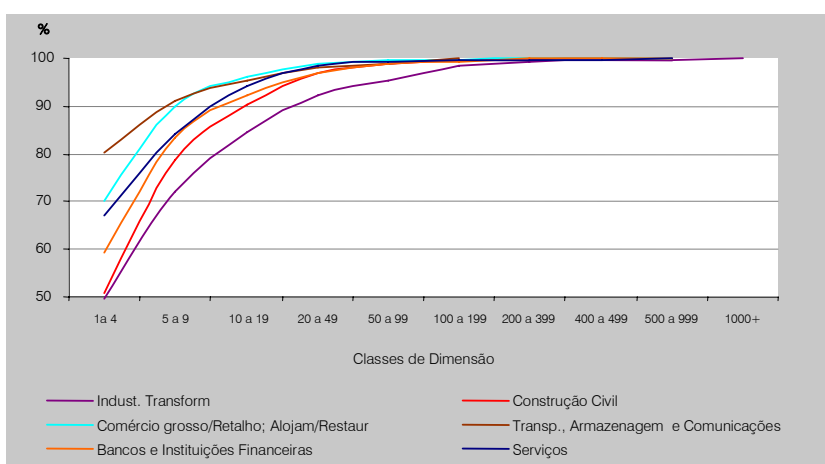
- em 1995, à excepção da indústria transformadora, mais de 50% dos estabelecimentos dos restantes subsectores apresentam reduzida dimensão (1-4 pessoas);
- neste período, a indústria transformadora aproxima-se da estrutura dimensional dos restantes subsectores, registando uma subida acentuada do número de estabelecimentos do primeiro escalão (35,5% em 1995; 49,7% em 2001) e um reajustamento nas classes 500-999 que decresce de 3 para 1 e com o aparecimento de um estabelecimento nos escalões 400-499 e 1000 ou mais em 2001;

Figura 6 Estabelecimentos segundo a classe de dimensão e o ramo de actividade económica. 1995 (% acumuladas)



Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

Figura 7 Estabelecimentos segundo a classe de dimensão e o ramo de actividade económica. 2001 (% acumuladas)



Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

- é no subsector dos Transportes, Armazenagem e Comunicações que predominam os estabelecimentos de muito pequena dimensão (em 2001 os estabelecimentos esgotam-se na classe 100-199 pessoas, ou seja, consolida-se o efeito de atomização face ao primeiro momento de análise);
- os ramos Comércio Grosso/Retalho; Alojamento/Restauração e Serviços repartem o 2º e 3º lugares respectivamente, não obstante a reconfiguração estrutural ocorrida nos serviços, motivada pelo aumento, ainda que ligeiro, da dimensão dos estabelecimentos;

Evolução do emprego

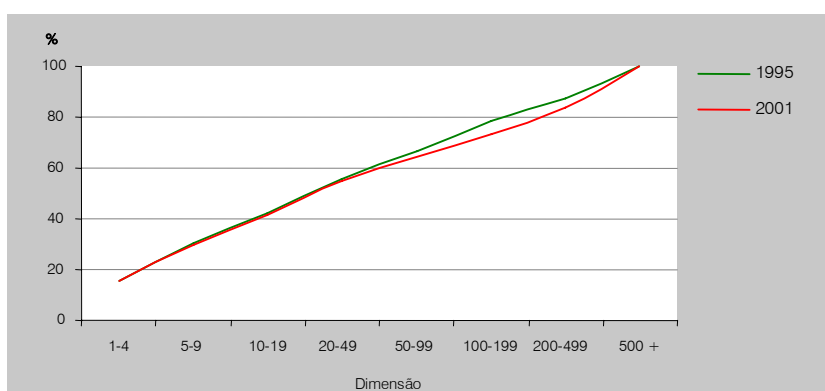
No que respeita ao volume de emprego nos três momentos considerados, assiste-se à retracção da importância dos médios e grandes estabelecimentos face aos muito pequenos e pequenos. Com efeito, já em 1995 o primeiro e segundo escalão garantiam emprego a mais de 50 % dos indivíduos, percentagem que se manteve praticamente idêntica em 2001.

Quadro 8			
Evolução do número de pessoas ao serviço por classe de dimensão do estabelecimento em 1989, 1995 e 2001			
Classes de Dimensão	1989	1995	2001
1 a 9	9,7	30,4	29,7
10 a 49	19,9	25,1	25,1
50 a 499	47,8	32,3	28,8
+ 500	22,6	12,3	16,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001/Estudos de Caracterização do PDM

O aspecto a destacar é a perda progressiva do contributo dos médios e grandes estabelecimentos para o emprego, embora se notem alguns sinais de recuperação em 2001.

Figura 8 Emprego por classe de dimensão dos estabelecimentos, 1995-2001 (% acumuladas)



Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

Quadro 9

**Volume de emprego segundo os escalões de pessoal. 1995 e 2001
(percentagens acumuladas)**

	Dimensão							
	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-499	≥ 500
1995	15,4	30,3	42,3	55,3	66,7	78,6	87,7	100,0
2001	15,2	29,7	41,4	54,8	64,7	73,1	83,6	100,0

Fonte: MTSS "Quadros de Pessoal", 1995 e 2001

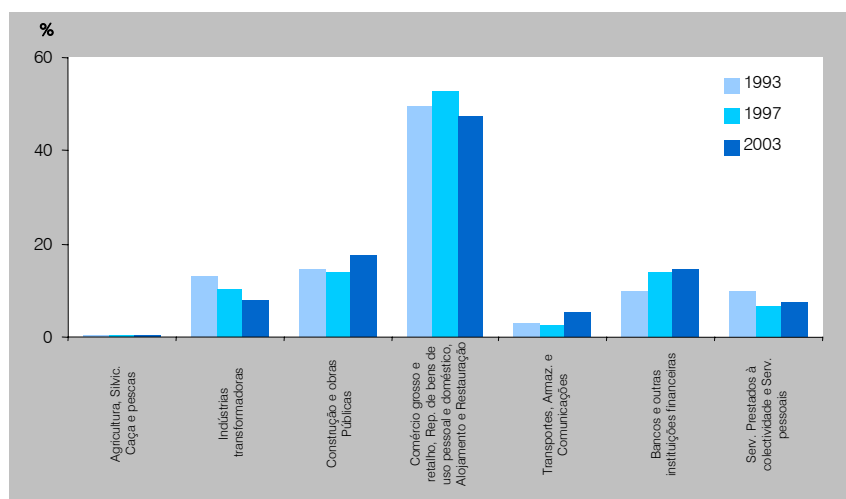
A curva da percentagem acumulada da variável “emprego”, descreve um comportamento desigual daquele registado na curva da dimensão dos estabelecimentos. Sendo assim, os estabelecimentos do 1º escalão, embora possuam um peso acima dos 80% como se verificou na figura 8 apenas garantem 15% do emprego e é preciso alcançar a classe 20-49 trabalhadores, para se atingir metade dos postos de trabalho existentes no Município.

A.5 Empresas sedeadas no Concelho

Entre 1993 e 2003 o número de empresas sedeadas no Município sofreu um acréscimo de 1 700 unidades, contudo, a dinâmica empresarial não se fez sentir de uma forma homogénea em todos os ramos da CAE. Assim, podemos salientar que, em termos evolutivos, a base económica do Concelho registou:

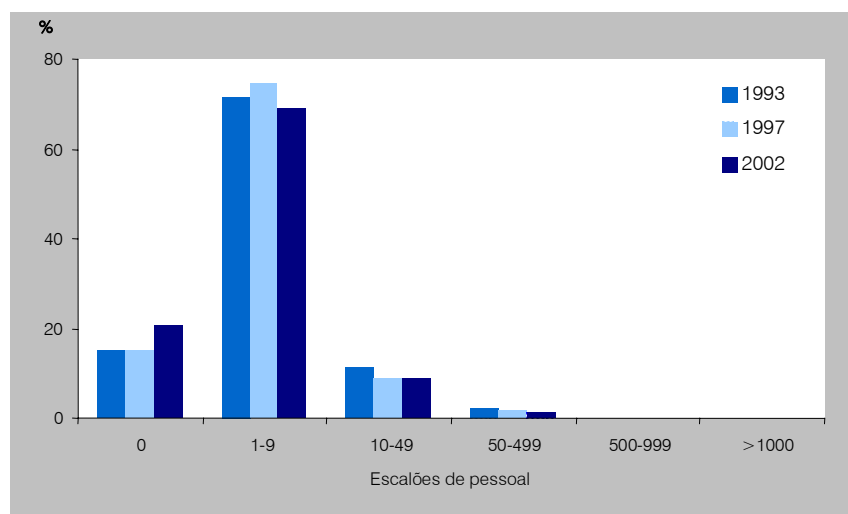
- como mais dinâmico em termos absolutos o ramo Comércio/Alojamento/Restauração (CAE 6), seguido de “Bancos e Outras Instituições Financeiras” e “Construção” (CAE 8 e CAE 5 respectivamente);
- a importância decrescente do peso do subsector das transformadoras (CAE 3) no tecido económico do Concelho;
- localização expressiva e praticamente estabilizada da construção (CAE 5);
- a expansão mais ou menos estável da CAE 6 (49,6%; 52,6%; 47,3%) uma vez que integra segmentos bastante sensíveis à conjuntura económica, nomeadamente o comércio a retalho, onde a dinâmica criação/extinção mais se faz sentir; acresce ainda o impacto sobejamente discutido do aparecimento das grandes superfícies no comércio tradicional;
- a afirmação do Município como pólo de fixação do sector financeiro (CAE 8) que mais que duplicou em 8 anos; crescimento induzido quer pelo dinamismo verificado no ramo da construção que se repercutiu no segmento do Imobiliário, quer pelas actividades relacionadas com a prestação de serviços às empresas;
- a crescente importância assumida pelo ramo dos “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (CAE 7), que na nossa opinião é explicado por factores como a proximidade a Lisboa e as condições de acessibilidade de nível sub-regional.

Figura 9 **Repartição das empresas sedeadas no município, segundo a CAE, 1993, 1997 e 2003**



Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas", Dados Físicos 2003/Dados Económicos 2002

Figura 10 **Repartição das empresas sedeadas no município, segundo os escalões de pessoal. 1993, 1997 e 2002**



Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas", DF 2003/DE 2002

No que diz respeito à dimensão das empresas, segundo os escalões de pessoal, é possível constatar que existe concordância entre a situação relativa ao emprego, aos estabelecimentos e às empresas sedeadas no Município da Amadora segundo o escalão de pessoal; as maiores taxas de variação 1993/2002 do número de empresas com sede na Amadora, situa-se nos três primeiros escalões, ou seja, a iniciativa privada caracteriza-se pela criação de unidades com pouca capacidade empregadora.

A.6 Industrias transformadoras

A escassa disponibilidade de dados referido no início do estudo condicionou a análise intra-sectorial, nomeadamente da indústria transformadora, contudo face à importância já assumida por este sector no Município importava medir a sua dinâmica e reestruturação. Neste sentido, o método encontrado para contornar as dificuldades impostas pela informação, traduziu-se no apuramento da repartição do peso de cada ramo da indústria para o Concelho e por UOP. Em seguida, considerando a média do peso de cada sector no Concelho como padrão, construiu-se um indicador que permite verificar se a variável na UOP se encontra acima ou abaixo da média do Concelho, terminando com um *ranking* por ramo e por UOP.

Quadro 10																			
Repartição das empresas sedeadas, segundo os ramos da indústria, nas UOP's em 2003																			
CAE	UOP 01			UOP 02			UOP 03			UOP 04			UOP 05			UOP 06			Concelho (%)
	%	Média Conc. = 100	Ranking*	%	Média Conc. = 100	Ranking*	%	Média Conc. = 100	Ranking*	%	Média Conc. = 100	Ranking*	%	Média Conc. = 100	Ranking*	%	Média Conc. = 100	Ranking*	
15	6,0	45	4	9,1	195	1	9,8	180	2	13,2	180	2	0,0	0	5	0,0	0	5	8,9
17	0,0	0	3	0,0	0	3	4,9	400	1	3,3	200	2	0,0	0	3	0,0	0	3	2,0
18	2,0	16	5	16,8	389	1	4,1	81	2	5,5	81	2	0,0	0	6	6,3	32	4	8,3
19	4,0	200	1	1,4	200	1	1,6	200	1	0,0	0	2	0,0	0	2	0,0	0	2	1,3
20	2,0	38	3	5,6	300	1	4,1	188	2	1,1	38	3	0,0	0	6	3,1	38	3	3,6
21	0,0	0	3	0,7	300	1	0,8	300	1	0,0	0	3	0,0	0	3	0,0	0	3	0,4
22	24,0	61	4	28,7	207	1	20,5	126	2	28,6	131	3	44,4	20	6	34,4	55	5	26,6
24	0,0	0	6	2,8	120	3	4,9	180	2	2,2	60	4	11,1	30	5	21,9	210	1	4,5
25	4,0	200	1	1,4	200	1	0,8	100	3	1,1	100	3	0,0	0	5	0,0	0	6	1,3
26	4,0	100	3	3,5	250	1	3,3	200	2	1,1	50	4	0,0	0	5	0,0	0	5	2,7
27	0,0	0	4	0,7	100	3	2,5	300	1	2,2	200	2	0,0	0	4	0,0	0	4	1,3
28	22,0	110	4	9,1	130	2	15,6	190	1	13,2	120	3	22,2	20	6	9,4	30	5	13,4
29	10,0	94	4	9,1	244	1	5,7	131	2	5,5	94	3	0,0	0	6	6,3	38	5	7,2
30	0,0	0	2	0,0	0	2	0,8	600	1	0,0	0	2	0,0	0	2	0,0	0	2	0,2
31	4,0	75	4	2,8	150	2	2,5	113	3	5,5	188	1	11,1	38	5	3,1	38	5	3,6
32	0,0	0	5	0,0	0	5	4,1	231	1	3,3	138	3	11,1	46	4	12,5	185	2	2,9
33	0,0	0	3	2,1	257	1	1,6	171	2	2,2	171	2	0,0	0	3	0,0	0	3	1,6
35	0,0	0	2	0,0	0	2	0,8	600	1	0,0	0	2	0,0	0	2	0,0	0	2	0,2
36	18,0	132	2	6,3	132	2	11,5	205	1	9,9	132	2	0,0	0	3	0,0	0	3	9,2
37	0,0	0	3	0,0	0	3	0,0	0	3	2,2	400	1	0,0	0	3	3,1	200	2	0,7
	100,0	67	4	100,0	192	1	100,0	164	2	100,0	122	3	100,0	12	6	100,0	43	5	100,0

* Nota: Ranking das UOP's face à divisão CAE

Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas", DF 2003/DE 2002

Convém sublinhar que esta análise apoia-se num exercício meramente quantitativo a partir da média apresentada no território – padrão, apontando apenas para a concentração ou diversidade nos ramos, não fornecendo elementos quanto à relevância (medida em emprego ou em volume de negócios) de algumas empresas no tecido produtivo do Município. É o que acontece, por exemplo, com as farmacêuticas no seio das indústrias químicas.

À escala municipal é possível verificar o peso das indústrias intensivas em mão-de-obra e orientadas para o consumo final (artes gráficas, alimentar e vestuário) a indústria do mobiliário e outras indústrias transformadoras. De destacar ainda a permanência do subsector com tradições locativas no Município: fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos (CAE 28), não obstante os sinais de evidente declínio da sua posição na esfera do emprego, já apontados no início da década de 90³.

Relativamente ao predomínio dos subsectores por UOP, apesar de encontrarmos ligeiras variações, o conjunto aponta para a homogeneização na repartição dos valores, acompanhando a diversidade descrita para o Município. Assim sendo:

- a liderança em todas as UOP é assegurada pelas Artes Gráficas (CAE 22), seguida da Fabricação de Produtos Metálicos (CAE 28), excepto nas UOP02 e 06 onde a segunda posição se encontra preenchida pela Indústria do Vestuário (CAE 18) e pela Fabricação de Produtos Químicos (CAE 24), respectivamente;
- a forte presença da Indústria Alimentar e de Bebidas (CAE 15) nas UOP's 01 a 04
- a Fabricação de Mobiliário e outras Indústrias Transformadoras (CAE 36) surge, em termos relativos, na terceira posição nas UOP01 e 03;

Em termos quantitativos, a comparação inter UOP permite observar que:

- as UOP02 e 03 são as que mais se destacam pela frequência dos 1º e 2º lugares no *ranking* ou seja, têm uma posição francamente favorável face à média do Concelho;
- as UOP com menor diversidade e concentração deste sector de actividade económica são a 05 e a 06: na primeira estão presentes apenas 5 e na segunda apenas 9 subsectores em 20;
- destaca-se a posição ocupada pela Fabricação de Produtos Químicos (CAE 24) e a Fabricação de Equipamentos e de Aparelhos Rádio, Televisão e de Comunicação (CAE 32) na UOP06

Quadro 11														
Número de empresas e do sector secundário, segundo os escalões de pessoal. 2002														
Escalões de Pessoal	UOP 01		UOP 02		UOP 03		UOP 04		UOP 05		UOP 06		Total	
	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.
0-9	39	78,0	115	80,4	92	75,4	81	89,0	4	44,4	19	59,4	350	78,3
10-49	10	98,0	24	97,2	18	90,2	10	100,0	0	44,4	6	78,1	68	93,5
50-499	1	100,0	4	100,0	11	99,2			4	88,9	7	100,0	27	99,6
500-999					1	100,0							1	99,8
>1 000									1	100,0			1	100,0
Total	50				122		91		9		32		447	

Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas" DF 2003/DE 2002

³ CMA/GPDM, Estudos de caracterização do PDM, 1994

As empresas ligadas ao sector secundário sedeadas no Município, assentam numa estrutura dimensional de pequenas e muito pequenas empresas; contudo, existem diferenças entre as UOP que importa realçar:

- em todas as UOP, à excepção da UOP05, o peso das empresas com dimensão entre 0-9 trabalhadores ultrapassa os 50%, destacando-se a UOP04, que atinge nesta classe quase os 90%
- a classe 10-49 trabalhadores, possui um peso de aproximadamente 15% no Concelho, valor só superado pelas UOP01 (20,0%), 02 (16,8%) e 06 (18,8%)
- a UOP05 destaca-se ainda pelo facto de possuir a única empresa com sede no Concelho cujo número de trabalhadores ultrapassa o milhar.

Quadro 12

Número de empresas do sector secundário, segundo os escalões de volume de negócios. 2002

Volume Negócios (Unidade : mil Euros)	UOP 01		UOP 02		UOP 03		UOP 04		UOP 05		UOP 06		Total	
	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.	Nº Empresas	% Acumul.
0	8	16,0	18	12,6	19	15,6	7	7,7	2	22,2	4	12,5	58	13,0
1 a 50	7	30,0	34	36,4	30	40,2	24	34,1	2	44,4	6	31,3	103	36,0
51 a 7 000	34	98,0	91	100,0	63	91,8	60	100,0	0	44,4	16	81,3	264	95,1
7 001 a 100 000	1	100,0			9	99,2			4	88,9	6	100,0	20	99,6
100 001 a 200 000					1	100,0							1	99,8
> 200 000									1	100,0			1	100,0
Total	50		143		122		91		9		32		447	

Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas" DF 2003/DE 2002

No que respeita ao volume de negócios importa, desde logo, salientar o peso das empresas que apresentam resultados nulos à escala municipal (13%, 58 em número absoluto), desconhecendo-se os motivos que estão na base da situação⁴. Uma primeira leitura levar-nos-ia a concluir que esse valor é ultrapassado na UOP05, mas em termos absolutos, as empresas nesta situação predominam nas UOP02 e 03, com 18 e 19 unidades, respectivamente.

A presença de apenas duas empresas nas últimas classes de valores, respectivamente na UOP03 e 05, reflecte a reduzida expressão das empresas de grande dimensão no Município.

⁴ Pode ser por razões estritamente financeiras ou resultante da constituição, isto é pode estar formalmente constituída mas ainda não operacional.

Após a análise conjunta dos quadros importam reter as seguintes notas:

- se em termos quantitativos as UOP05 e 06 aparecem numa situação bastante desfavorável, quando avaliamos a dimensão em termos de pessoas ao serviço e volume de negócios a situação inverte-se;
- o perfil da UOP03 encarada tradicionalmente como o espaço de concentração de grandes unidades industriais continua a dar sinais de redução, as quais não são alheias ao processo de desindustrialização/reconversão/terciarização; contudo para o peso das unidades de muito pequena dimensão também contribui a inclusão na UOP de um território mais vasto com indústrias tipicamente urbanas;
- a UOP02 beneficia da inclusão da denominada zona centro da Amadora, com forte tradição de convergência de actividades, repercutindo-se na frequência dos primeiros lugares no ranking.

A.7 Nível tecnológico e economia baseada no conhecimento

A classificação segundo quatro níveis de intensidade tecnológica adoptada pela OCDE serve para diferenciar as indústrias segundo os ritmos de modernização tecnológica e inovação, apoiando-se na repartição dos valores do emprego por ramo. Contudo, uma vez que uma das limitações da base das empresas com sede no Município disponibilizada pelo INE indicar o emprego segundo grandes grupos, optou-se por aferir a distribuição das empresas em detrimento do emprego.

Quadro 13

Tipologia de classificação das indústrias por graus de intensidade tecnológica

Segmentos	Indústrias (CAE 4 dígitos)
Indústrias de alta tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de média tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e de componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica) equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de média-baixa tecnologia	Coque, produtos refinados de petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalúrgicas de base, produtos metálicos
Indústrias de baixa tecnologia	Pasta de papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

Fonte: CML, "Coleção Estudos Urbanos, Lisboa XXI-2", 2004

A substituição da variável emprego pelo número de empresas não permite extrair as mesmas conclusões, mas tem o mérito de fornecer o panorama da iniciativa privada presente no Município, em segmentos inovadores intensivos em conhecimento, e permite relacionar aquela com as vantagens locativas do território.

No que diz respeito ao Município, cerca de 80% das empresas do sector secundário integram as classes de baixa e média-baixa tecnologia, predominando assim actividades que podemos designar de tradicionais, no sentido do menor grau de *input* tecnológico, de onde se destacam: as indústrias alimentar e de bebidas, do vestuário, do mobiliário, de produtos metálicos e artes gráficas.

Quadro 14							
Empresas do sector secundário sedeadas no município, segundo o nível de intensidade tecnológica. 2003							
Segmentos	UOP						Concelho
	01	02	03	04	05	06	
Baixa	28	98	70	56	4	14	270
Média Baixa	15	21	27	16	2	3	84
Média Alta	7	22	18	15	2	10	74
Alta	0	2	7	2	1	4	16
Total	50	143	122	89	9	31	444

Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas" DF 2003/DE 2002

Pelo contrário, os ramos da média-alta e alta, dependentes da qualificação de mão-de-obra e que recorrem frequentemente a localizações em áreas urbanas de grande dimensão, beneficiando de economias de escala, representam apenas 20% do sector. Ajusta-se a este perfil por exemplo a indústria farmacêutica, que se encontra fortemente representada no Município.

Quadro 15	
Tipologia de classificação por referência à "economia baseada no conhecimento"	
Segmentos Serviços	Serviços da "Economia Baseada no Conhecimento" (CAE 4 dígitos) Serviços intensivos em informação e conhecimento
Avançados	Serviços prestados às empresas, nomeadamente, nas áreas de I&D, dos serviços informáticos e conexos, da engenharia (projecto, qualidade, ensaios, análises técnicas...) da gestão (consultadoria, auditoria, estratégia...) e do marketing (estudos de mercado, publicidade...)
Generais de suporte	Correios e telecomunicações, actividades financeiras, seguros e fundos de pensões, outros serviços prestados às empresas

Fonte: CML, "Coleção Estudos Urbanos, Lisboa XXI-2", 2004

O reconhecimento da intensificação da utilização da informação e do conhecimento na organização e gestão de empresas, contribuiu para a emergência do conceito da "economia baseada no conhecimento" lançando as bases, nomeadamente através da "Estratégia de Lisboa" para a definição de uma classificação que articula actividades industriais (alta e média-alta tecnologia) e de serviços, de acordo com as orientações teóricas e metodológicas mais recentes⁵.

⁵ Veja-se por exemplo OCDE 2002

No ramo dos serviços, a primeira leitura mostra-nos que a concentração de serviços avançados supera em larga escala os serviços gerais de suporte (73% contra 27% respectivamente). Neste último grupo há que realçar a fixação de empresas ligadas ao ramo imobiliário que representam mais de 80% do total das sedes, que como já foi referido acompanham a dinâmica do mercado da

construção. Por outro lado, no ramo dos serviços avançados predominam no Município as actividades de apoio às empresas nos domínios do apoio jurídico, da contabilidade, da arquitectura e engenharia, e da informática.

Contudo, este cenário favorável em número de empresas que prestam serviços avançados não corresponde necessariamente à criação de postos de trabalho, uma vez que das 632 empresas sedeadas no território municipal, cerca de 31,4% declara não ter pessoas ao serviço e 47,6% emprega entre 1 e 4 pessoas.

Quadro 16
Classificação dos serviços existentes, segundo a “economia baseada no conhecimento”, 2003

Segmentos	UOP						Concelho
	01	02	03	04	05	06	
Serviços gerais de suporte	5	111	47	28	0	43	234
Serviços avançados	26	209	150	120	10	115	632
Total	33	320	197	148	10	158	866

Fonte: INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas" DF 2003/DE 2002

A.8. Dependência face ao emprego

Quadro 17
Dependência face ao emprego. 1991 e 2001

	1991	2001	Tx. Var. 91/01
Residentes na Amadora com emprego	84 273	79 122	-6,1
Empregados na Amadora	44 057	48 689	10,5
Empregados e residentes da Amadora	26 936	26 828	-0,4
Empregados na Amadora e residentes fora da Amadora	17 121	21 861	27,7
Residentes na Amadora com emprego fora da Amadora	57 337	52 294	-8,8
1) Peso relativo dos residentes no emprego da cidade	61,1%	55,1%	
2) Peso relativo dos residentes com empregos fora da cidade	68,0%	66,1%	
3) Relação Empregados na Amadora/Residentes na Amadora com emprego	0,52	0,62	

- 1) $(\text{Empregados e residentes no município} / \text{Empregados no município}) \times 100$
 2) $(\text{Residentes com emprego fora do município} / \text{Residentes no município com emprego}) \times 100$
 3) $\text{Empregados no município} / \text{Residentes no município com emprego}$

Fonte: INE, Matriz Origem/Destino, 1991 e 2001

A análise do quadro 17 permite concluir que no período 1991-2001:

- assistiu-se à redução da percentagem dos residentes empregados (de 61,1% para 55,1%), face ao total do emprego do Município. Com efeito, não obstante o reforço do número de empregados em 10,5%, registou-se uma variação negativa dos residentes com emprego em 0,4% (encerramento de grandes unidades da indústria de base/decréscimo da população residente);
- ocorreram alguns sinais de retenção da população activa, contrariando a dependência da Amadora ao nível do emprego (o peso dos residentes com emprego fora do Município, passou de 68,0% para 66,1%);
- houve um reforço da atractividade do Município no domínio do emprego, na medida em que a variação dos empregados na Amadora e residentes fora da Amadora é francamente positiva, cifrando-se em 27,7% para o mesmo período;
- se verificou uma redução da diferença na relação Empregados na Amadora/Residentes na Amadora com emprego, que passou de 0,52 para 0,62 atenuando a vocação residencial do Município.

A.9. Perfil socio-económico

Apresenta-se o perfil sócio-profissional da população residente na medida em que este poderá influenciar o objectivo em análise nos eixos que visam favorecer a criação de emprego e o reforço da competitividade.

O emprego

A maioria da população residente na Amadora com mais de 15 anos, tem o trabalho como principal fonte de rendimento (56,6%), a que se segue o produto de pensões (21,4%). Se a este grupo juntarmos os beneficiários de prestações sociais, podemos verificar que um quarto dos residentes depende do sistema social para sobreviver.

Quadro 18							
População residente com 15 ou mais anos segundo a principal fonte de rendimento. 2001							
	Total	Trabalho	Pensões	Subsídios de apoio social	Rendimento da propriedade	Outro	A cargo da Família
Amadora	149 642	84 678	32 019	6 558	1 089	2 106	23 192
%	100,0	56,6	21,4	4,4	0,7	1,4	15,5
Grande Lisboa	1 615 073	903 603	359 340	59 623	12 136	25 894	254 477
%	100,0	55,9	22,2	3,7	0,8	1,6	15,8
Grande Lisboa sem Lisboa	1 115 964	659 638	210 838	41 368	7 092	17 531	179 497
%	100,0	59,1	18,9	3,7	0,6	1,6	16,1

Fonte: I.N.E., Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Se analisarmos a situação do Concelho da Amadora no contexto da Grande Lisboa, excluindo a Capital, aquele destaca-se dos restantes que a integram pela divergência de valores. Neste sentido, a percentagem de trabalhadores quase que atinge os 60% na região, a par da redução dos pensionistas e dependentes de apoio social (22,6%). No que respeita aos residentes a cargo da família (condição que abrange estudantes e domésticas) reflecte a estrutura etária dos Concelhos, pelo que, ao eliminar Lisboa da análise, a região regista uma ligeira subida neste grupo e explica a descida dos reformados (18,9% sem Lisboa contra 22,2% com Lisboa).

Quadro 19
População residente empregada segundo a situação na profissão. 1991 e 2001

Ano	Empregador		Trabalhador conta própria		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador conta de outrem		Outra situação		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1991	4 528	5,2	7 259	8,4	375	0,4	73 023	84,6	1 107	1,3	86 292	100,0
2001	7 431	8,6	3 470	4,0	197	0,2	74 456	85,9	1 110	1,3	86 664	100,0

Fonte: I.N.E. Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001

A grande maioria dos empregados em 1991 trabalhava por conta de outrem (84,6%) pois os patrões representavam pouco mais de 5% e os trabalhadores por conta própria cerca de 8%. No intervalo de dez anos assistiu-se a uma ligeira subida dos trabalhadores dependentes e dos patrões de respectivamente 1,3 e 3,4 pontos percentuais, e um decréscimo dos trabalhadores independentes e (4,0%) dos familiares não remunerados, sendo que este grupo já tinha demonstrado pouca expressão no Município em 1991.

Neste domínio, subsistem algumas dúvidas quanto à dimensão da economia informal que escapa aos mecanismos fiscais instituídos. Com efeito, desconhece-se o contributo da economia subterrânea para o emprego e rendimentos das famílias, referindo por exemplo a prestação de serviços domésticos ou a venda ambulante sem a correspondente declaração de actividade.

Entre 1991 e 2001 a Capital perdeu mais de 10% do total da população residente empregada, apresentando um comportamento dissonante em relação à Região, que, no conjunto, cresceu 11,2%. Por seu lado, a Amadora, não obstante a trajectória idêntica à da Grande Lisboa, registou uma taxa de crescimento pouco significativa (0,4%).

No que respeita à repartição do emprego por grupo de profissões é possível constatar que:

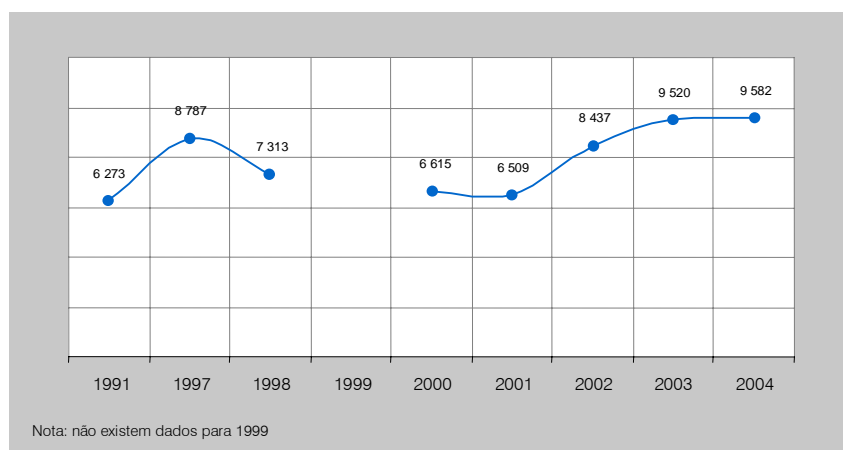
- houve um aumento do peso dos quadros dirigentes, das profissões intelectuais e científicas e profissões técnicas intermédias (Grupos 1, 2 e 3), sendo que na Amadora os dois primeiros grupos registram uma taxa de crescimento da ordem dos 35%;
- ocorreu um decréscimo dos residentes a exercer actividades administrativas (Grupo 4) nos três territórios de análise (o contributo da Amadora para os valores atingidos no contexto da Região cifrou-se em mais de 1 800 indivíduos);

- a reestruturação ocorrida no sector II repercutiu-se na perda de um número importante de trabalhadores ligados à produção industrial (Grupo 7) e à maquinaria/equipamentos (Grupo 8). Na Amadora, este processo traduziu-se num saldo negativo de 11,1%, contra -7,1% verificado na Região, restringindo o cálculo apenas ao Grupo 7;
- contrariando a tendência da Capital, regista-se a subida dos trabalhadores não qualificados (Grupo 9) na Amadora e na Grande Lisboa, sabendo que no caso do Município, tal deve-se à absorção do emprego desqualificado no terciário, em especial no segmento “comércio e serviços”.

O desemprego

Os efeitos decorrentes dos processos de desindustrialização, nomeadamente no ramo das metalomecânicas e de base, a par da conjuntura económica desfavorável registada nos primeiros anos da década de 90, provocou a extinção de mais de 2 500 postos de trabalho no Concelho.

Figura 11 Evolução do desemprego no município, 1991 - 2004



Fonte: INE, 1991; IEFP

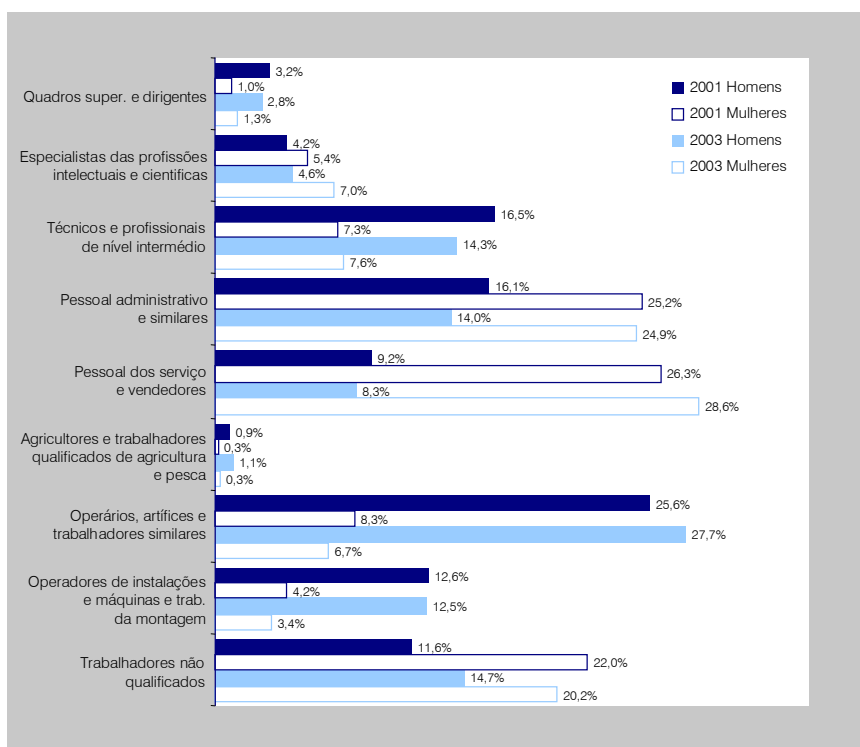
Entre 1997 e 2001 o desemprego na Amadora registou um decréscimo significativo; contudo, a partir de 2001 o desemprego retoma a subida, atingindo mais de 9 500 pessoas em 2004. Com efeito, só entre 2001 e 2002 o desemprego sobe quase 30% (aproximadamente 2 000 pessoas). Entre 2002 e 2003 o desemprego continua a crescer, embora manifeste já alguns sinais de abrandamento (taxa de variação de 12,8%), conforme se pode confirmar no ano de 2004.

Relativamente ao desemprego por categoria, no período 1991-2001, os dados fornecidos pelo INE demonstram que cerca de 80% dos desempregados estariam à procura de novo emprego. No entanto, em 2002 e 2003 o IEFP aponta para o reforço daquela percentagem (ultrapassa os 90%) à medida que decresce o número pedidos de emprego para aqueles que, pela primeira vez, tentam entrar para o mercado trabalho.

Outro indicador no domínio do desemprego que importa observar é a sua duração, medida pelo tempo de inscrição nos Centros de Emprego. Assim, no Município da Amadora entre 2001 e 2003 regista-se um decréscimo no peso relativo do desemprego de longa duração (igual ou superior a 12 meses) porque aumenta o desemprego de curta/média duração (inferior a 12 meses) embora continue a aumentar em valor absoluto.

Mas o desemprego não atinge homens e mulheres da mesma forma. A evolução registada mostra que são as mulheres as mais afectadas pelo desemprego de longa duração. À excepção de 2001, a percentagem de desemprego de longa duração é sempre superior no sexo feminino, atingindo 46,5% e 49,1% contra 43,1% e 44,0% no sexo masculino, em 2002 e 2003 respectivamente. Não obstante, como se viu, este tipo de desemprego tem vindo a sofrer um acréscimo em termos absolutos, quer para os homens quer para as mulheres.

Figura 12 Distribuição do desemprego por grupo de profissões e sexo. 2001 e 2003



Fonte: I.E.F.P., 2001 e 2003

Em 2001, mais de metade das mulheres desempregadas pertenciam ao grupo de profissões ligadas aos serviços e vendas (26,3%) e a funções administrativas e similares (25,2%). No terceiro lugar do ranking do desemprego feminino surgiam as profissões não qualificadas (22,0%).

A incidência do desemprego por grupos de profissões é mais homogénea no sexo masculino: técnicos intermédios (16,5%), pessoal administrativo (16,1%), operadores de instalações e máquinas (12,6%) e trabalhadores não qualificados (11,6%). Todavia, convém sublinhar que o primeiro lugar é ocupado pelos operários, que representam $\frac{1}{4}$ do total do desemprego masculino no Concelho.

Entre 2001 e 2003 observa-se a tendência para o aumento do peso do desemprego feminino nas profissões ligadas aos serviços (28,6%). Já no que diz respeito ao sexo masculino, é nítido o reforço do peso dos desempregados não qualificados (14,7%) e dos operários, artífices e similares (27,7%).

A importância dos desempregados operários reflecte ainda a presença de excedentes resultantes do processo de desindustrialização do emprego que afectou o Município nas últimas décadas e que, não conseguiram a reconversão e reinserção profissional.

Pelo contrário, apesar das mulheres ocuparem tradicionalmente profissões menos qualificadas, em particular nos subsectores do comércio e serviços, a ausência de especialização da mão-de-obra permite uma maior dinâmica no emprego, não obstante a persistência da precaridade do trabalho neste ramo da actividade económica.

Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

PONTOS FORTES

- Retenção do emprego, atenuando a vocação residencial do Município
- Elevado crescimento da população residente com profissões dos Grupo 1 (quadros superiores e dirigentes) e Grupo 2 (especialistas das profissões intelectuais e científicas)
- Acréscimo significativo dos serviços prestados às empresas
- Situação emergente favorável no domínio dos serviços intensivos em informação e conhecimento, em especial nos serviços avançados

OPORTUNIDADES

- Inserção do Concelho num grande centro de consumo e onde se verificam grandes oportunidades, fruto da concentração/proximidade de activos e actividades
- Presença de um eixo comercial que atrai unidades de dimensão relevante de natureza diversa, favorecendo a multifuncionalidade (ex.: eixo comercial da EN 117)
- Aparecimento de uma nova centralidade preconizada no Plano da Falagueira/Venda Nova, que apostando no terciário superior pode contrariar a tendência instalada para o desenvolvimento de áreas exclusivamente residenciais e constituir um ponto de viragem na qualificação do território
- Construção de uma unidade de comércio integrado (CC Dolce Vita) que poderá, por um lado, impulsionar a dinâmica do mercado de trabalho do Município e por outro, constituir uma janela de oportunidade para a instalação de insígnias internacionais

AMEAÇAS

- ¼ da população com mais de 15 anos depende do sistema social como principal meio de vida
- Excessiva dependência económica do ramo da construção civil e obras públicas
- Expansão dos ramos 8 e 9 da CAE (sector terciário) apoiada no emprego não qualificado dos activos residentes
- Desmantelamento de unidades em domínios produtivos específicos com a consequente perda de mão-de-obra altamente especializada (ex: Bombardier)
- Declínio do comércio a retalho nomeadamente na Zona Centro da Amadora, com o aparecimento de um grande espaço de comércio concorrente (CC Dolce Vita)

PONTOS FRACOS

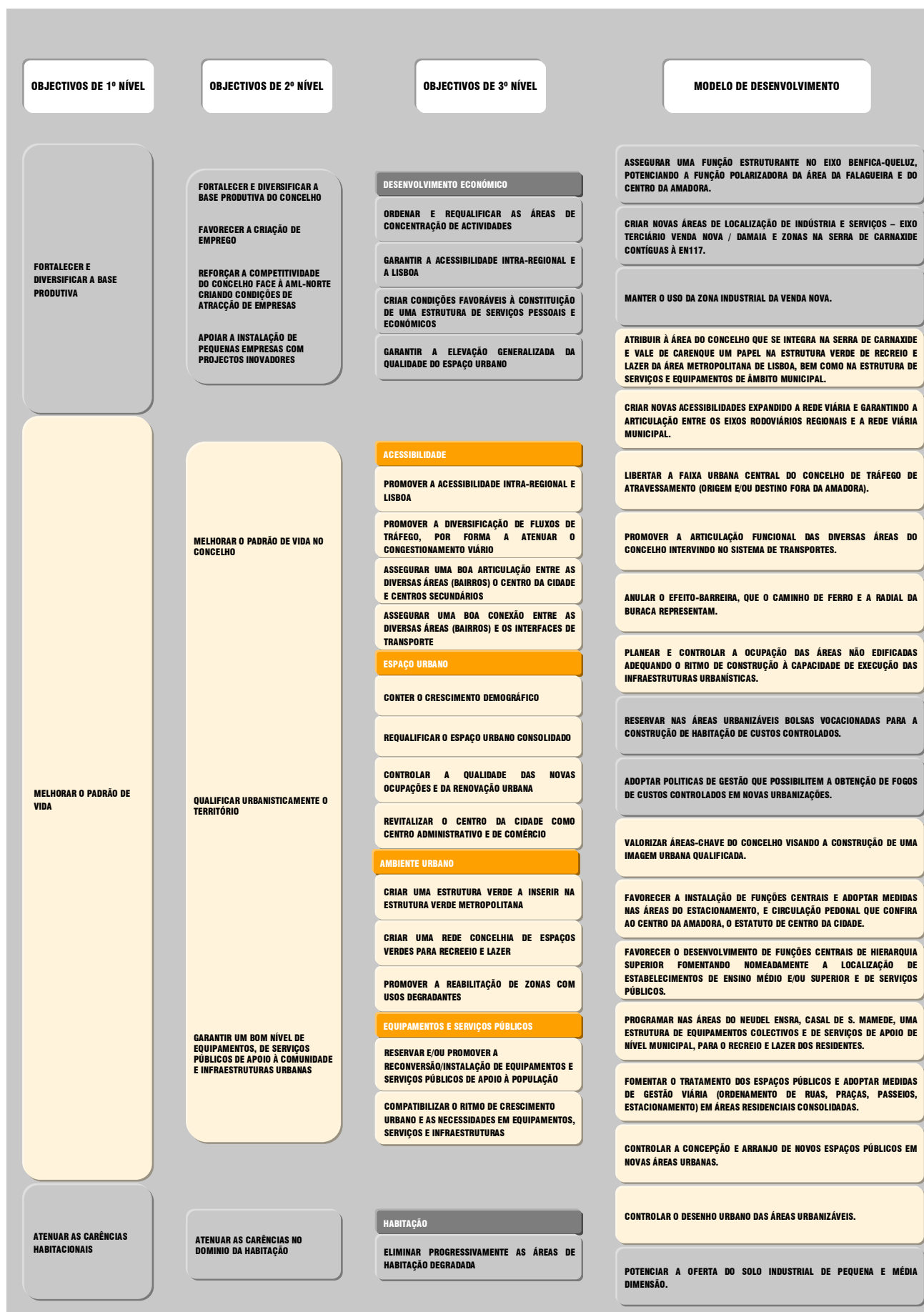
- Contínuo aumento do emprego com baixo nível de qualificação (Grupo 9)
- Decréscimo do peso da indústria transformadora, medido quer em número de estabelecimentos quer postos de trabalho
- Predomínio da indústria de média-baixa e baixa tecnologia
- Pouca expressão do emprego nos serviços avançados
- Perda progressiva do contributo das médias e grandes empresas para o emprego (atomização da estrutura empresarial)
- Crescimento do desemprego de longa duração

B - Melhorar o padrão de vida no Concelho

Este eixo mereceu prioridade na execução do PDM por parte do Executivo Municipal. Tal como para o primeiro objectivo foi delineado um conjunto de objectivos secundários que visavam assegurar e controlar as intenções do Plano Director Municipal.

Neste subcapítulo procura fazer-se uma avaliação da qualidade de vida no município no quadro dos domínios previamente estabelecidos:

- Espaço urbano
- Acessibilidades
- Ambiente urbano
- Oferta de equipamentos e serviços públicos



B.1 Espaço urbano

Compreender a organização do espaço significa olhar a cidade da Amadora inserida na região da Grande Lisboa.

A primeira imagem deste território é marcada por uma ampla e densa mancha central que inclui as maiores densidades populacionais e que ocupa todo o município de Lisboa, Oeiras, Cascais, Amadora, Odivelas, Loures, onde residem 1 406 246 habitantes com uma densidade média de 3 146hab/km².

Contudo, entre 1991 e 2001 a configuração espacial da expansão do parque habitacional tende a ser coincidente com a coroa externa ao concelho de Lisboa, nomeadamente nos concelhos de Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira, embora apresentem densidades inferiores à média da região.

No domínio estritamente territorial a produção de infra-estruturas de mobilidade e a grande disponibilidade de solo urbanizável mais ou menos infra-estruturado, resultante de novos zonamentos regulados em PDM, viabilizam e acentuam esta escala mais alargada.

De facto, as reconfigurações recentes do espaço metropolitano apontam para a emergência de novos focos e eixos de concentração, que decorrem da melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas por vias rodoviárias de grande capacidade e dos efeitos conjugados da dinâmica de transformação e localização das actividades económicas como acontece no eixo de Vila Franca com actividades logísticas e no eixo Lisboa/Cascais onde se localizam superfícies comerciais de dimensão relevante, parques de ensino, ciência e tecnologia e escritórios.

Segundo o PROTAML a Amadora integra estrategicamente o contínuo urbano classificado como Área Metropolitana Central, onde está muito marcado o “efeito metrópole que assenta no modelo centro-periferia, isto é, na intensidade da concentração terciária (funções e emprego) no município de Lisboa, apesar da emergência muito ténue na área de sub-centros com efeito polarizador mas sem grande expressão metropolitana.

A formulação da estratégia territorial para a área metropolitana classificou eixos como Algueirão – Cacém – Amadora no qual se incluem espaços urbanos da Amadora como “áreas críticas urbanas” identificadas como desqualificadas urbanística e socialmente, carenciadas de infra-estruturas e equipamentos, e caracterizadas por uma forte concentração residencial e altas densidades populacionais. Nesse contexto, houve investimento orientado para a reestruturação e requalificação urbanas com vista a inverter tendências a médio e longo prazo.

Neste subcapítulo, tendo como quadro de referência as estratégias de actuação enunciadas no PDM: “Conter o crescimento demográfico”, “Requalificar o espaço urbano consolidado”, “Controlar a qualidade das novas construções e da renovação urbana” e “Revitalizar o centro da cidade”, procura analisar-se, de forma sucinta, a dinâmica urbana do território nas diferentes unidades espaciais consideradas – região, concelho, freguesias e unidades operativas de planeamento.

Dinâmica urbana e construtiva

O território da Amadora revela mudanças significativas no período compreendido entre 1991 e 2004⁶. Essas mudanças resultam em grande parte da dinâmica urbana e construtiva que interessa conhecer, diferenciar e integrar no contexto da Grande Lisboa, onde a Amadora se insere, dinâmica essa que se expressa nos fluxos casa – trabalho que gera, acompanhando as tendências de desenvolvimento do tecido económico da região, como ficou demonstrado no capítulo anterior. A observação da mudança referida centra-se sobretudo na evolução do número de edifícios e alojamentos bem como às formas de ocupação destes no período inter-censitário (1991-2001). A análise das licenças de construção e de utilização segundo o tipo de obra, fornecidas pelo INE para o período 1994-2004, permitiram posicionar a Amadora face aos restantes concelhos.

Quadro 20								
Evolução dos edifícios e dos alojamentos nos municípios da AML. 1991 - 2001								
	Edifícios			Alojamentos			Nº médio aloj. / edif.	
	1991	2001	Tx. Var. 91-01 %	1991	2001	Tx. Var. 91-01 %	1991	2001
Cascais	31 061	36 630	17,9	71 940	89 799	24,8	2,3	2,5
Lisboa	62 041	53 387	-13,9	278 033	292 065	5,0	4,5	5,5
Loures	26 283	27 392	4,2	74 202	85 111	14,7	2,8	3,1
Mafra	17 830	22 204	24,5	22 370	30 238	35,2	1,3	1,4
Oeiras	15 335	16 052	4,7	64 603	75 616	17,0	4,2	4,7
Sintra	44 729	51 708	15,6	113 921	166 775	46,4	2,5	3,2
Vila Franca de Xira	13 382	14 716	10,0	41 801	54 122	29,5	3,1	3,7
Amadora	12 120	13 445	10,9	71 717	80 581	12,4	5,3	6,0
Odivelas	12 210	14 115	15,6	50 864	58 258	14,5	4,2	4,1
Grande Lisboa	222 781	249 649	12,1	789 451	932 565	18,1	3,5	3,7

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

De forma sucinta, a região no seu conjunto apresenta taxas de variação inter-censitária positivas face ao ano base: +12% de edifícios e de +18% de alojamentos. Esta variação não tem por base uma correspondente dinâmica demográfica, que foi de +3,6%. Na década de oitenta, como anteriormente, alojamentos e população cresciam a par. Nos últimos anos tal facto deixou de se verificar. Para tal desfazamento concorrem alterações nas formas de ocupação do alojamento, acontecendo que na Grande Lisboa apenas 77% dos fogos são ocupados por famílias residentes.

⁶ Os dados utilizados referem-se aos períodos 1991-2001 (Censos, INE) e 1994-2004 (Estatísticas da Construção e Habitação / licenças de construção e utilização, INE)

Figura 13 Densidade habitacional

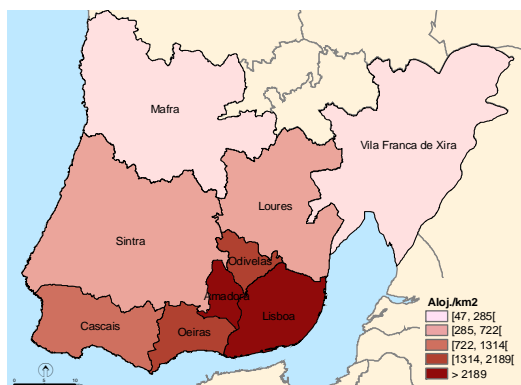
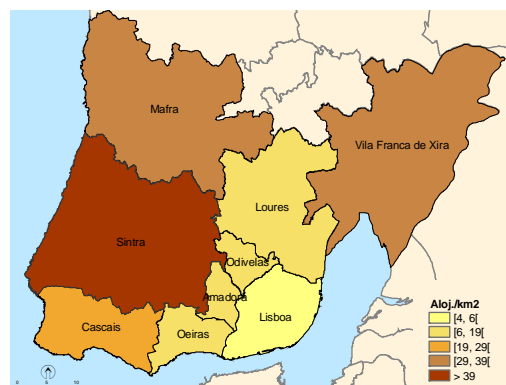


Figura 14 Taxa de variação dos alojamentos



Fonte: "Território e Habitação, 2001", Gabinete de SIG, 2001

Analisando a construção ocorrida, constata-se que Mafra foi o que apresentou maior crescimento do número de edifícios (+24,5%) no período inter-censitário, duplicando o valor registado na região (+12,1%).

Salientam-se igualmente Cascais, Sintra e Odivelas que ocupam, por ordem decrescente, as posições mais elevadas quanto ao acréscimo de edifícios respectivamente de +17,9% e +15,6%. A Amadora situa-se abaixo da média, em penúltimo lugar (+10,9%), acompanhando o movimento retardador que se verifica na primeira coroa de expansão.

Relativamente ao acréscimo de alojamentos construídos nos últimos dez anos a Amadora ocupa igualmente o antepenúltimo lugar com +12,4%, valor inferior ao da região (+18,1%).

No lado oposto estão Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira que apresentam, respectivamente, um aumento de +46,4% e +35,2% e +29,5%, (figura 13), facto que demonstra a grande importância que a configuração das redes de transporte e da rede viária regional têm tido na orientação preferencial crescimento urbano, induzindo fortemente a construção de novas áreas residenciais.

Finalmente, o número de alojamentos por edifício aumentou nos últimos dez anos em todos os concelhos, com excepção de Odivelas, destacando-se a Amadora com o valor médio mais alto, de seis alojamentos por edifício, o que se relaciona directamente com a elevada densidade habitacional, de 34 alojamentos por hectare.

A observação conjunta dos dois mapas das figuras 13 e 14 evidencia do ponto de vista territorial uma relação inversa entre a densidade habitacional e a variação de alojamentos: quanto mais elevada é a densidade habitacional menor é a variação do número de alojamentos.

A forma de ocupação dos alojamentos constitui uma outra dimensão da dinâmica urbanística.

Quadro 21
Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação nos municípios da Grande Lisboa, 2001

	Ocupados				Vagos		Total Nº
	Residência habitual		Uso sazonal / secundário		Nº	%	
	Nº	%	Nº	%			
Cascais	61 380	69	17 006	19	10 691	12	89 077
Lisboa	221 868	77	26 267	9	40 346	14	288 481
Loures	68 426	82	7 102	8	8 424	10	83 952
Mafra	19 338	64	7 520	25	3 251	11	30 109
Oeiras	60 428	80	7 513	10	7 180	10	75 121
Sintra	128 847	78	17 473	11	19 649	12	165 969
Vila Franca de Xira	43 172	80	4 353	8	6 186	12	53 711
Amadora	63 846	81	6 804	9	8 493	11	79 143
Odivelas	46 611	81	5 084	9	5 904	10	57 599
Grande Lisboa	713 916	77	99 122	11	110 124	12	923 162

Fonte: INE, Censos 2001

A leitura do quadro respeitante à forma de ocupação dos alojamentos revela que em todos os concelhos existem fogos com ocupante ausente. Contudo, o maior peso de habitação sazonal é observado em Mafra e Cascais com respectivamente 25% e 19%.

A Amadora detém em 2001 uma baixa posição relativa (9%) ao nível dos alojamentos de uso secundário na Grande Lisboa, embora com um aumento de 15% nos últimos dez anos.

Para este valor registado, na Amadora, em 2001, de 6804 alojamentos, contribuem particularmente os edifícios construídos entre 1960 e 1980 que representam 49% das ocorrências. Na Amadora o uso secundário de habitação (que significa ausência de ocupação permanente) encontra explicação no retorno aos locais de origem da população que já ultrapassou a idade activa e que se tinha estabelecido no concelho ou na região por motivos de emprego. Esta situação manifesta-se na localização expressiva deste tipo de ocupação nas áreas urbanas mais consolidadas do Concelho.

Na década de noventa os alojamentos vagos aumentaram significativamente em todos os concelhos, apresentando uma relativa constância em torno dos +12%. A posição relativa da Amadora no conjunto manteve-se, mas seguiu igual tendência registando um acréscimo de 55% de fogos vagos no mesmo período. Isto deve-se ao muito lento processo de venda e ocupação dos fogos. Os que à data do recenseamento estavam inteiramente por ocupar poderiam estar livres no mercado ou terem sido adquiridos com fins especulativos.

Em síntese, a Amadora nestes dez anos seguiu a tendência observada tanto no crescimento, como na forma de ocupação dos alojamentos nos concelhos da Grande Lisboa, mantendo posições relativas inferiores à média em todas as variáveis analisadas.

A dinâmica urbanística torna-se mais compreensível se recorrermos às estatísticas da construção do INE, licenças de construção e licenças de utilização segundo o tipo de obra entre 1994 e 2004. Assim relativamente ao primeiro aspecto:

- nos nove concelhos que integram a Grande Lisboa foram licenciados um total de 33 307 edifícios no período considerado, sendo 88% das licenças correspondentes a construções novas e as restantes referentes a obras de ampliação (7%), alteração (4%) e reconstrução (1,4%);
- os municípios que mais contribuíram para esta dinâmica foram Mafra (30%), Sintra (21%), Cascais (14%) e Vila Franca de Xira (9%) que apresentaram igual comportamento quanto à preponderância do tipo de obra – construção nova;
- Lisboa, embora sem informação para os últimos três anos, constitui a única exceção a esta tendência ao apresentar no conjunto das emissões camarárias 55% de licenças para ampliação, transformação e reconstrução;
- a Amadora apresenta entre 1994 e 2004 um crescimento de 972 novas licenças de construção que correspondem, quase exclusivamente (99%), a um único tipo de obra – construções novas. Este Município ocupa o penúltimo lugar no conjunto dos municípios e embora com uma repartição anual irregular evidenciam-se valores mais significativos de obras novas nos últimos anos.

Relativamente ao número de obras concluídas:

- na Grande Lisboa o total de licenças emitidas, entre 1994 e 2004, destina-se maioritariamente a construção nova, concentrando esse sector 88% do licenciamento da utilização. Esta repartição é comum a todos os concelhos, exceptuando Lisboa, e a tendência persiste ao longo dos anos;
- Mafra e Sintra são os concelhos que paralelamente à produção de novos edifícios, lideram o licenciamento de utilização na Grande Lisboa ocupando destacadamente os dois primeiros lugares com 29% e 23%;
- Lisboa, pela antiguidade do seu tecido construído e pelas iniciativas de reabilitação dos bairros históricos centrais, evidencia-se na Grande Lisboa por revelar uma dinâmica única de reabilitação urbana ao apresentar no período considerado 52% de edifícios concluídos através de processos de transformação, reconstrução e ampliação;
- num total de 29 581 edifícios licenciados para utilização nos nove municípios da Grande Lisboa, a Amadora com 793 licenças surge no conjunto em oitava posição com 2,7% das ocorrências, sendo 97% das mesmas correspondentes a construções novas.

Quadro 22
Licenças camarárias segundo o tipo de obra por município

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%
Cascais	241	176	188	178	190	351	271	180	767	884	1 113	4 539	13,63
Construção Nova	222	169	178	177	187	348	270	180	673	703	465	3 572	12,17
Ampliação	9	7	6	2	3	3	0	0	88	181	648	947	42,58
Transformação/Alteração	8	0	2	0	0	0	0	0	6	0	0	16	1,26
Restauração/Reconstrução	2	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	5	1,05
Lisboa	380	296	335	249	206	213	253	240	*	*	*	2 172	6,52
Construção Nova	116	137	130	107	112	115	132	139	*	*	*	988	3,37
Ampliação	52	30	40	44	27	20	27	21	*	*	*	261	11,74
Transformação/Alteração	71	102	133	82	47	39	59	52	*	*	*	585	46,10
Restauração/Reconstrução	141	27	32	16	20	39	35	28	*	*	*	338	71,16
Loures	146	186	236	270	354	281	198	217	273	186	286	2 633	7,91
Construção Nova	136	186	236	261	351	275	187	216	259	185	283	2575	8,78
Ampliação	8	0	0	5	2	5	9	0	0	1	3	33	1,48
Transformação/Alteração	0	0	0	2	0	1	0	1	2	0	0	6	0,47
Restauração/Reconstrução	2	0	0	2	1	0	2	0	12	0	0	19	4,00
Mafra	415	645	665	845	995	1 035	1 032	966	1 205	1 303	847	9 953	29,88
Construção Nova	339	531	583	730	885	912	951	855	1 003	1 001	707	8497	28,96
Ampliação	49	81	71	91	83	93	52	79	83	77	0	759	34,13
Transformação/Alteração	20	19	10	21	25	25	15	16	115	221	140	627	49,41
Restauração/Reconstrução	7	14	1	3	2	5	14	16	4	4	0	70	14,74
Oeiras	161	191	267	230	263	364	300	248	148	164	150	2 486	7,46
Construção Nova	145	191	263	226	261	362	299	245	148	164	150	2454	8,36
Ampliação	11	0	2	3	1	0	0	3	0	0	0	20	0,90
Transformação/Alteração	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,08
Restauração/Reconstrução	4	0	2	1	1	2	1	0	0	0	0	11	2,32
Sintra	637	905	828	760	724	1 003	1 071	907	*	*	*	6 835	20,52
Construção Nova	607	896	817	756	724	982	1 041	872	*	*	*	6695	22,82
Ampliação	24	7	7	2	0	16	25	34	*	*	*	115	5,17
Transformação/Alteração	5	1	1	1	0	4	5	0	*	*	*	17	1,34
Restauração/Reconstrução	1	1	3	1	0	1	0	1	*	*	*	8	1,68
Vila Franca de Xira	120	275	261	280	263	372	312	371	231	227	289	3 001	9,01
Construção Nova	108	251	250	269	258	367	311	362	226	226	289	2917	9,94
Ampliação	5	17	6	10	3	5	1	5	3	1	0	56	2,52
Transformação/Alteração	1	5	2	0	0	0	0	1	0	0	0	9	0,71
Restauração/Reconstrução	6	2	3	1	2	0	0	3	2	0	0	19	4,00
Amadora	67	67	74	97	87	70	49	46	131	157	127	972	2,92
Construção Nova	66	66	74	97	87	70	49	46	127	157	127	966	3,29
Ampliação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04
Transformação/Alteração	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0,24
Restauração	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0,42
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	241	255	219	715	2,15
Construção Nova	0	0	0	0	0	0	0	0	218	238	219	675	2,30
Ampliação	0	0	0	0	0	0	0	0	17	15	0	32	1,44
Transformação/Alteração	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	5	0,39
Restauração/Reconstrução	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0,63
Grande Lisboa	2 167	2 741	2 854	2 910	3 082	3 689	3 486	3 175	2 996	3 176	3 031	33 307	100,00
Construção Nova	1 739	2 427	2 531	2 623	2 865	3 431	3 240	2 915	2 654	2 674	2 240	29 339	100,00
Ampliação	158	143	132	157	119	142	114	142	191	275	651	2 224	100,00
Transformação/Alteração	106	127	148	106	72	69	79	70	129	223	140	1 269	100,00
Restauração/Reconstrução	164	44	43	24	26	47	53	48	22	4	0	475	100,00

* Dados não disponíveis

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região – Lisboa e Vale do Tejo, 1994 – 2004

Quadro 23
Obras concluídas segundo o tipo por município

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%
Cascais	241	204	149	142	202	341	230	227	275	242	616	2 869	9,70
Construção Nova	222	195	145	137	197	324	226	222	261	194	416	2 539	9,71
Ampliação	9	5	3	5	2	7	3	2	9	48	200	293	18,20
Transformação/Alteração	8	1	0	0	2	6	0	2	4	0	0	23	2,08
Restauração/Reconstrução	2	3	1	0	1	4	1	1	1	0	0	14	1,99
Lisboa	380	262	354	301	274	215	275	187	220	*	38	2 506	8,47
Construção Nova	116	116	185	144	149	102	120	78	144	*	38	1 192	4,56
Ampliação	52	30	24	30	26	28	30	17	26	*	0	263	16,34
Transformação/Alteração	71	83	98	76	72	46	42	53	30	*	0	571	51,58
Restauração/Reconstrução	141	33	47	51	27	39	83	39	20	*	0	480	68,28
Loures	146	148	137	163	339	307	447	172	187	163	216	2 425	8,20
Construção Nova	136	134	133	147	324	297	422	152	183	163	216	2 307	8,82
Ampliação	8	5	1	5	6	6	12	3	2	0	0	48	2,98
Transformação/Alteração	0	7	2	3	4	1	8	3	1	0	0	29	2,62
Restauração/Reconstrução	2	2	1	8	5	3	5	14	1	0	0	41	5,83
Mafra	415	545	620	689	781	920	945	896	1062	1071	774	8 718	29,47
Construção Nova	339	431	532	595	676	800	830	804	936	865	621	7 429	28,40
Ampliação	49	81	71	75	78	94	84	59	66	78	40	775	48,14
Transformação/Alteração	20	19	14	16	21	20	22	20	41	125	109	427	38,57
Restauração/Reconstrução	7	14	3	3	6	6	9	13	19	3	4	87	12,38
Oeiras	161	193	199	216	316	235	348	225	287	177	228	2 585	8,74
Construção Nova	145	189	193	211	307	234	333	222	283	175	228	2 520	9,63
Ampliação	11	3	2	2	6	0	3	1	2	1	0	31	1,93
Transformação/Alteração	1	0	3	0	0	0	4	0	0	0	0	8	0,72
Restauração/Reconstrução	4	1	1	3	3	1	8	2	2	1	0	26	3,70
Sintra	637	905	687	523	667	767	807	797	789	*	102	6 681	22,59
Construção Nova	607	896	676	509	654	758	786	768	768	*	102	6 524	24,94
Ampliação	24	7	9	10	9	5	16	21	19	*	0	120	7,45
Transformação/Alteração	5	1	0	1	0	2	3	8	0	*	0	20	1,81
Restauração/Reconstrução	1	1	2	3	4	2	2	0	2	*	0	17	2,42
Vila Franca de Xira	120	249	232	185	287	259	287	310	322	223	289	2 702	9,13
Construção Nova	108	228	215	166	277	250	279	303	317	223	289	2 594	9,92
Ampliação	5	7	9	13	6	9	6	4	4	0	0	63	3,91
Transformação/Alteração	1	5	6	1	1	0	2	1	0	0	0	17	1,54
Restauração/Reconstrução	6	9	2	5	3	0	0	2	1	0	0	28	3,98
Amadora	67	67	96	75	55	101	81	60	48	78	65	793	2,68
Construção Nova	66	66	93	73	53	97	79	55	48	78	65	773	2,95
Ampliação	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3	0,19
Transformação/Alteração	0	0	2	1	0	2	1	3	0	0	0	9	0,81
Restauração	1	0	1	1	2	1	1	1	0	0	0	8	1,14
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0	0	42	70	135	247	0,83
Construção Nova	0	0	0	0	0	0	0	0	37	59	126	222	0,85
Ampliação	0	0	0	0	0	0	0	0	3	11	6	20	1,24
Transformação/Alteração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0,27
Restauração/Reconstrução	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0,28
Grande Lisboa	2 167	2 573	2 474	2 294	2 921	3 145	3 420	2 874	3 232	2 024	2 457	29 581	100,00
Construção Nova	1 739	2 255	2 172	1 982	2 637	2 862	3 075	2 604	2 977	1 757	2 101	26 161	100,00
Ampliação	158	139	119	140	133	150	154	108	131	138	240	1 610	100,00
Transformação/Alteração	106	116	125	98	100	77	82	90	76	125	112	1 107	100,00
Restauração/Reconstrução	164	63	58	74	51	56	109	72	48	4	4	703	100,00

* Dados não disponíveis

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região – Lisboa e Vale do Tejo, 1994 - 2004

A dinâmica territorial identificada permite reter as seguintes ideias:

- O crescimento conjugado de edifícios e alojamentos em todos os concelhos é sempre superior ao crescimento populacional.
- A dinâmica construtiva é fundamentalmente suportada pela produção de construções novas, com a exceção de Lisboa, município onde as operações de ampliação, transformação e reconstrução constituem mais de metade das operações de licenciamento.
- A Amadora segue a tendência comum na região – a quase totalidade dos fogos licenciados correspondeu a novas construções apresentando um valor muito residual no que se respeita a ampliações e transformações.
- O número de fogos por edifício aumentou nos últimos dez anos. O valor mais alto, de 6 fogos por edifício, ocorre na Amadora e traduz a predominância da tipologia plurifamiliar do seu parque habitacional.
- A percentagem de ocupação do alojamento como residência habitual é idêntica em todos os concelhos com exceção de Cascais e Mafra onde a ocupação sazonal ganha uma expressão crescente.
- A presença de fogos vagos é uma tendência comum em todos os concelhos da região o que pode indiciar problemas ambientais e vivenciais.

A dinâmica interna na perspectiva censitária

No contexto metropolitano o Município da Amadora, com cerca de 176 mil habitantes, em 2001⁷, e uma área de 24km² detém o quarto lugar quanto ao número de habitantes e a primeira posição em termos de densidade populacional (7 390hab/km²).

A Amadora registou face a 1991:

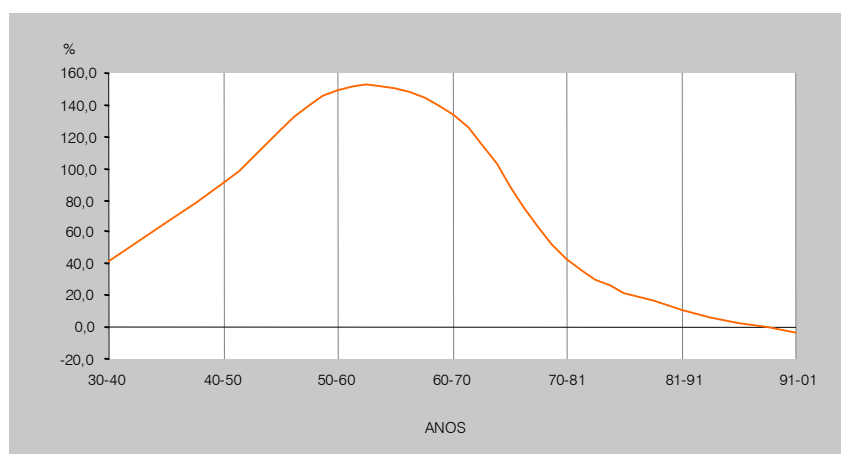
- Uma perda de 5 902 (-3,2%) habitantes;
- Um acréscimo de 5 196 (+8,4%) famílias;
- Um acréscimo de 8 864 (+12,4%) alojamentos;
- Um acréscimo de 2 506 (+10,9%) edifícios.

⁷ A população estimada pelo INE em 2005 é de 175 490 habitantes.

É importante sublinhar que na década de noventa se registou pela primeira vez perda do número de habitantes. Na curva de evolução da população residente existem dois pontos a realçar (figura 15);

- A década de 50: momento de expansão por entrada de população associada às migrações internas, situação que se repetirá na década seguinte;
- A década de 90: momento de retracção por saída de residentes.

Figura 15 Taxa de crescimento decenal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação de 1930 a 2001

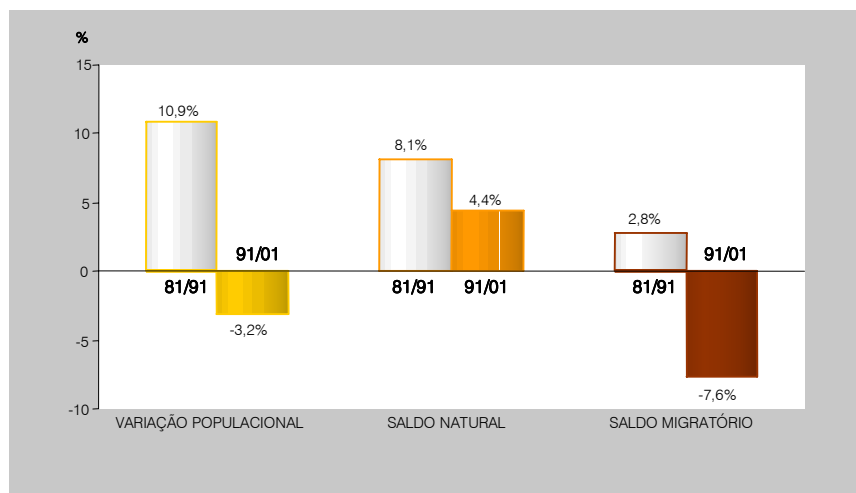
Nos dois momentos como se verifica na figura 16, o saldo migratório é a componente responsável pela variação, primeiro positiva e depois negativa. Nos últimos dez anos verificou-se um saldo natural positivo (4,4%) com valor superior ao valor médio verificado na região (1,5%), mas não suficiente para compensar o elevado número de saídas (13 488).

De facto, em 2001, na Grande Lisboa, os concelhos com taxas de atractividade significativas (superiores a 15%) são simultaneamente áreas de expansão suburbana como Sintra e áreas mais periféricas, mas que sofreram na última década uma dotação significativa em termos de acessibilidades como Mafra, onde a qualidade paisagística e a qualidade de vida funcionam como motor de atractividade.

A Amadora, por oposição, regista perda de atracção, isto é, a população residente que em 1995 e em 1999 residia noutra unidade territorial ou noutra país e veio residir para a Amadora (taxa de atracção total de 12,3%) não compensou o número de saídas nos mesmos dois momentos, situando-se a taxa de repulsão total em 20%.

Na região este fenómeno só é ultrapassado por Lisboa, associado a alterações da funcionalidade do espaço (tercearização) e a processos de revitalização que alteram as tipologias dos alojamentos e elevam os preços do mercado habitacional.

Figura 16 Componentes do crescimento demográfico



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001

Relativamente à Amadora, apontam-se alguns factores explicativos da variação negativa da população residente:

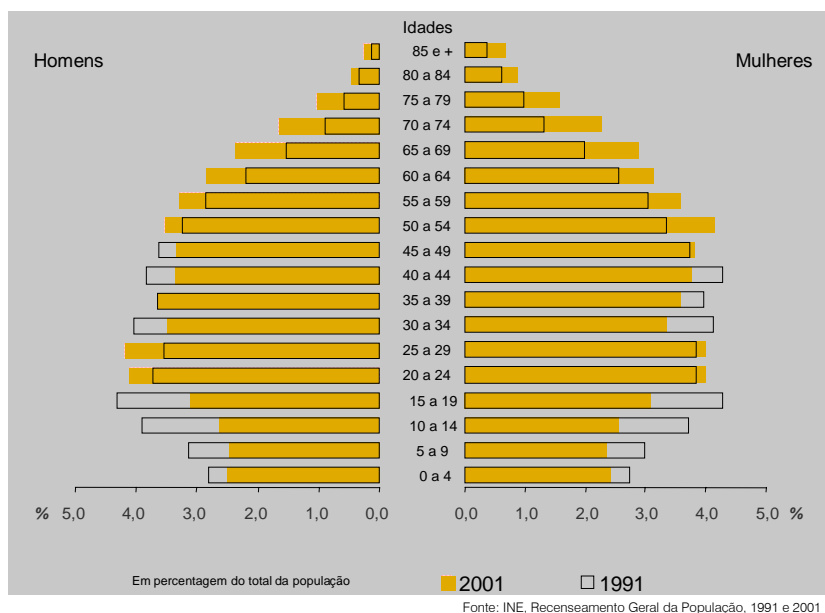
- envelhecimento populacional visível através do acréscimo do número de idosos e do decréscimo progressivo da natalidade. De notar que o ligeiro aumento da taxa bruta de mortalidade (de 7,0 ‰ para 8,2 ‰ em 2001) reflecte o envelhecimento da população. Este facto ainda se torna mais nítido ao observarmos o índice de envelhecimento que passou de 45 para 94 idosos com mais de 65 anos por cada cem jovens com menos de 14 anos;
- retorno aos locais de proveniência da população residente que já ultrapassou a idade activa, e que se tinha deslocado para a região metropolitana em busca de emprego nas décadas de 50 e 60, em consequência dos movimentos migratórios decorrentes da industrialização e terciarização da Grande Lisboa. Esta situação manifesta-se no número significativo de alojamentos de residência temporária (9%) localizados nas áreas urbanas mais consolidadas do concelho, as de primeira urbanização;
- existência de bairros de habitação degradada disseminados pelo concelho, problemáticos, indutores de fenómenos de repulsão da população residente e de potenciais novas famílias;
- custo elevado do preço da habitação em função do elevado valor de mercado dos terrenos urbanizáveis, que impede a fixação dos jovens que potencialmente gostariam de continuar a residir na Amadora, mas não encontram habitação a preços compatíveis com o seu poder de compra;
- preenchimento progressivo do espaço disponível para novas ocupações urbanas e um muito lento processo de ocupação dos fogos. São exemplos deste facto os edifícios, que à data do recenseamento estavam inteiramente por ocupar. Estes alojamentos (11%) que se encontravam vagos poderiam estar livres no mercado ou terem sido adquiridos com fins especulativos;

— o número de famílias aumentou em 8%, contudo a dimensão média das famílias decresceu de 2,9 em 1991 para 2,6 em 2001. Esta redução na estrutura familiar é devida ao já citado envelhecimento populacional e à diminuição das taxas de natalidade, a par do desmembramento das famílias e ao surgimento de novos modelos de família.

Estas modificações sentem-se no mercado de habitação, não só porque levam a uma maior mobilidade residencial, mas também porque cresce significativamente a procura de alojamentos para famílias de reduzida dimensão.

A dinâmica demográfica apresentada identifica tendências de fundo, com consequências directas na organização territorial da população e no ordenamento do território.

Figura 17 **Estrutura etária**



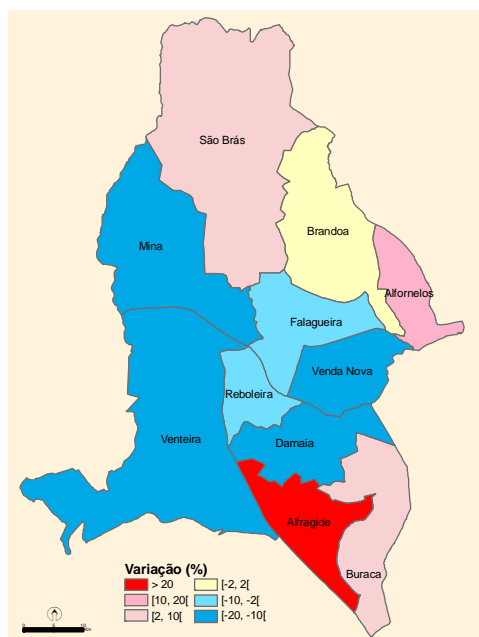
A observação da pirâmide etária evidencia as transformações na estrutura etária da população ocorridas no período entre 1991 e 2001 que se caracterizam por:

- decréscimo muito significativo do número de indivíduos com menos de 14 anos (-25,1%);
- perda de 16% do total de população em idade activa, valor para o qual contribui a quebra verificada entre os 15 e os 19 anos, escalão que diminuiu 30% dos seus efectivos;
- acréscimo constante do peso de idosos em todos os escalões etários a partir dos 65 anos (+55,4%).

Em termos intra-concelhios, a variação populacional no mesmo período resultou de três efeitos: a diminuição expressiva nas áreas iniciais de ocupação urbana do Concelho – Venda Nova, Damaia, Venteira e Mina; decréscimos intermédios – Falagueira, Brandoa, Reboleira; e acréscimos populacionais em Alfragide, Alforneiros, Buraca e S. Brás, por ocupação das áreas de expansão ou de bolsas de terreno ainda urbanizáveis.

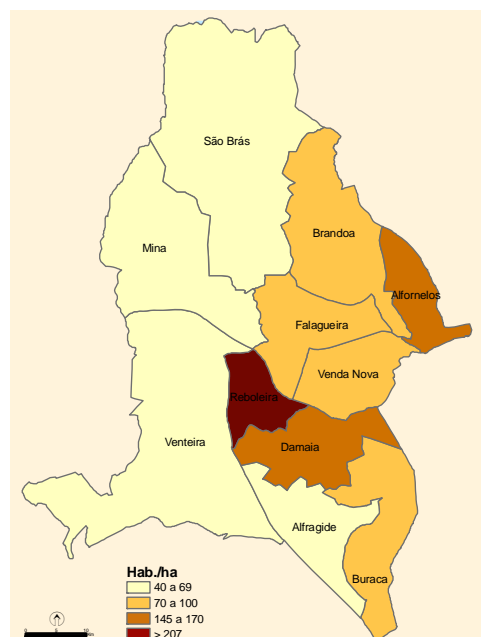
Os dois mapas que se apresentam de seguida traçam o perfil do Concelho em 2001. De notar que a espacialização das densidades mais elevadas demonstra a configuração do crescimento balançaada para Lisboa.

Figura 18 **Varição da população residente 1991 - 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991, 2001 e CMA (adaptação feita a partir da BGR, 1991)

Figura 19 **Densidade populacional 2001**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

O crescimento tenderá a homogeneizar-se através do preenchimento das áreas urbanizáveis e urbanas e por retracção dos bairros degradados.

A densidade média da cidade era em 2001 de 7 390 habitantes por Km², isto é, de perto de 74 habitantes por hectare, valor ultrapassado nas freguesias da Buraca (97,8hab/ha), Damaia (146hab/ha), Falagueira (98,3hab/ha), Reboleira (206,7hab/ha), Alfoanelos (168,1hab/ha) e Venda Nova (94,5hab/ha).

Em conformidade com o Plano Director Municipal o território municipal foi dividido em seis unidades operativas de planeamento sujeitas a uma determinada capacidade de edificabilidade, havendo nesse contexto uma dinâmica urbana, sempre positiva no que toca ao crescimento de alojamentos e irregular no que toca à variação de habitantes.

Deste modo no período inter-censitário as variações observadas constam do quadro seguinte:

Quadro 24

Evolução das variáveis principais 1991 e 2001

	População Residente HM		Alojamentos		Edifícios		Famílias	
	Total 2001	Tx. Var. (%) 01/91	Total 2001	Tx. Var. (%) 01/91	Total 2001	Tx. Var. (%) 01/91	Total 2001	Tx. Var. (%) 01/91
UOP01	10 354	40,6	4 184	40,0	1 862	32,0	3 624	52,4
UOP02	65 663	-10,5	31 184	4,8	4 124	1,2	26 263	1,6
UOP03	52 090	-4,5	23 209	12,0	4 269	24,3	19 309	6,8
UOP04	31 768	-10,0	15 205	6,1	2 261	-8,0	12 549	2,9
UOP05	114	28,1	50	47,1	29	11,5	39	25,8
UOP06	15 883	42,8	6 781	74,4	955	33,9	5 451	56,1
Total	175 872	-3,2	80 613	12,4	13 445	10,9	67 235	8,4

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001, com tratamento SIG

Sublinha-se pela evidência dos dados que o crescimento construtivo não decorre da dinâmica demográfica. Este desfasamento entre crescimento de alojamentos e crescimento populacional já identificado é transversal a toda a região e ao concelho adquirindo contornos diferentes consoante a unidade de análise.

De acordo com textos da especialidade, o alojamento tem vindo a transformar-se num produto financeiro que não necessita de rendimento explícito e que em função da evolução da renda fundiária se vai valorizando progressivamente com o tempo.

B.2. A aposta do PDM na criação de um modelo alternativo de ocupação

Após a descrição do quadro de referência territorial importa aferir como o processo de gestão do território – planos, programas e acções – no período de vigência do PDM contribuiu para a visão de futuro que o Plano propunha para o Município. Isto é, importa perceber à posteriori se a trajectória e a materialização dos planos e do licenciamento se ajustaram a essa visão.

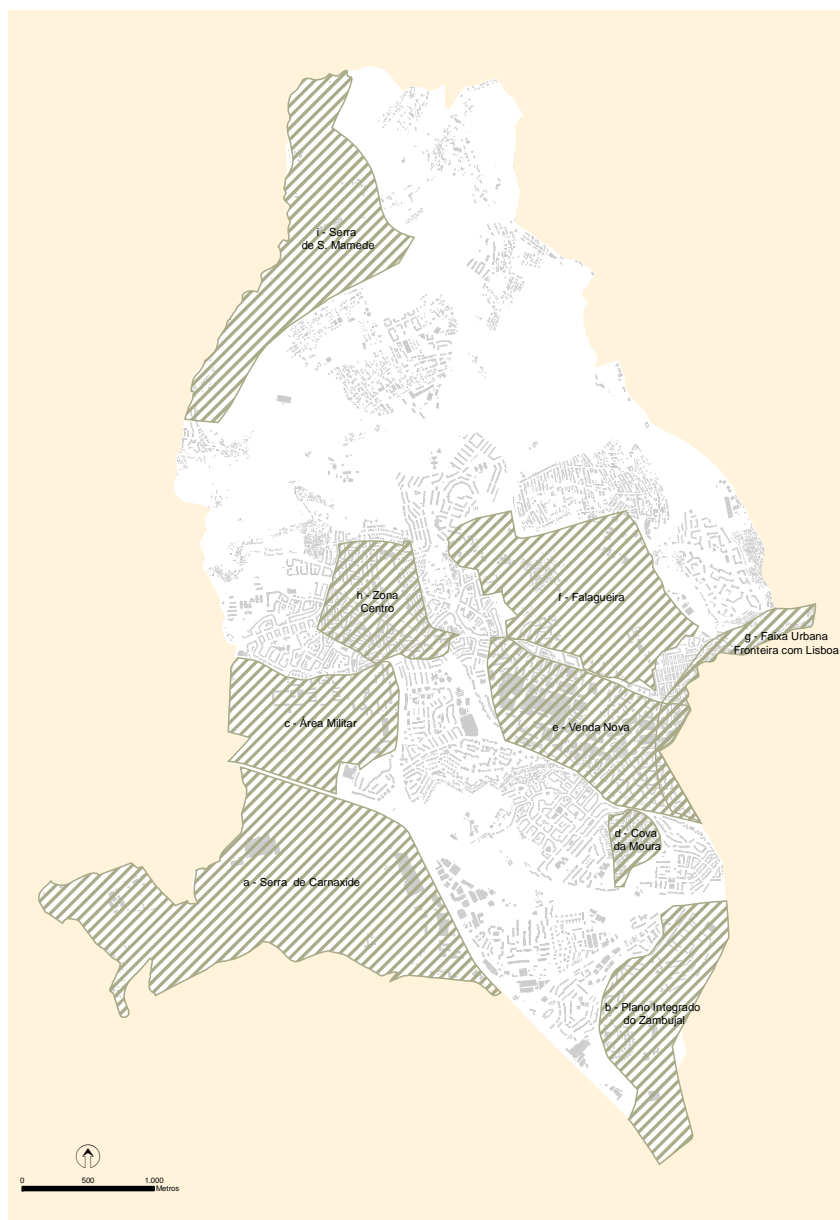
Recorda-se que a aposta do PDM na criação de um modelo alternativo de ocupação de solo assentava na reorientação do desenvolvimento no sentido de:

- Circunscrever a expansão urbana habitacional às áreas com aptidão para esse fim.
- Defender as áreas a integrar na estrutura verde regional e concelhia (reservando zonas na Serra de Carnaxide e na Zona Norte para este fim).
- Estabilizar os usos na Zona Industrial da Venda-Nova e criar novas áreas para implementação de indústrias de serviços de elevada qualidade (eixo terciário Venda Nova/Damaia e bolsas contíguas à EN 117).
- Perspectivar novos usos para a área da Estação Nacional de Selecção e Reprodução Animal (ENSRA) e dos Comandos.

- Priorizar a estruturação da rede viária principal.
- Reservar áreas para instalações de funções de nível principal.
- Requalificar as áreas urbanas consolidadas.
- Conter o crescimento demográfico.

Para este efeito foram identificadas nove áreas estratégicas (figura 20) de intervenção que, pela sua localização ou função a desempenhar, seriam importantes na inversão das tendências detectadas e que de acordo com o relatório do PDM, (págs. 95 a 115) assumiam um papel determinante para a construção de um novo modelo urbano.

Figura 20 **Áreas estratégicas**



Fonte: CMA, PDM, 1994

O modelo urbano defendido no quadro do Plano Director determinava:

- a)** A Serra de Carnaxide como área (300ha) vocacionada para o desenvolvimento da estrutura verde integrada no sistema natural de recreio e lazer, para a oferta residencial qualificada e instalação de terciário superior. O espaço compreendido pela UOP 05 foi objecto de Plano de Pormenor conforme Resolução de Conselho de Ministros 106/98 de 21/08/1998, que corresponde só em parte à vocação enunciada.

A proposta de ocupação, que compreende nove unidades de gestão, prevê as seguintes categorias de espaço: industrial, habitacional de baixa e média densidade, serviços e equipamento. No que diz respeito a equipamento refere-se a existência de reserva de áreas para equipamento público e privado e para um parque urbano.

A finalidade que esteve na origem do lançamento do plano, designadamente a proposta de criação de um parque de escritórios e a instalação de equipamentos de nível municipal/regional ainda está por concretizar.

- b)** O Plano Integrado do Zambujal como área (100ha) destinada a núcleos habitacionais de realojamento e cooperativas de habitação é constituída por uma estrutura urbana composta por zonas edificadas inseridas em zonas de que é exemplo o Parque da Ribeira, equipamentos de diversas tipologias e serviços da administração central. Esta localização permitiu o desenvolvimento de um pólo de emprego e favoreceu, através da instalação de empresas como a Decathlon e IKEA, a interacção desta área com o resto do município contribuindo para a melhoria da imagem urbana do território concelhio.
- c)** A Área Militar como espaço (94ha) de grande centralidade e acessibilidade para o qual se propunha a criação de um parque de equipamentos de ensino médio e superior de âmbito regional integrado numa área de recreio e lazer. Esta bolsa de terrenos continua sob jurisdição militar, mas a Academia Militar assegurou a vocação enunciada em PDM ao incrementar nesta área os cursos completos das várias armas e serviços do Exército. Para além dos equipamentos construídos para este fim, refere-se a localização do Comando de Instrução do Exército, unidade de apoio da área militar Amadora – Sintra nas antigas instalações do Regimento dos Comandos.
- d)** Cova da Moura como bairro de construção ilegal que ocupa 16,5ha para o qual se tem estabelecido vários cenários alternativos de recuperação urbanística, entre os quais o referido no Plano de Pormenor do Alto da Cova da Moura, não aprovado pela CMA. Como aposta na requalificação física do território deste bairro e na integração social da população refere-se a existência Programa Urban II para Damaia – Buraca e a Iniciativa Bairros Críticos, em curso.
- e)** A Venda-Nova como área predominantemente industrial com importantes unidades industriais desactivadas ao longo dos últimos vinte anos devido a processos de realocação industrial e onde ainda existem bolsas de habitação degradada. Esta área a par da Falagueira e faixa urbana com Lisboa integra o Estudo Urbanístico desta e das duas áreas estratégicas referidas.

f) A Falagueira como a mais importante reserva de terrenos (170ha) com função polarizadora e com um papel fundamental no processo de ordenamento e requalificação de áreas de concentração de actividades. Tendo em conta a reestruturação da rede viária municipal e a conclusão de importantes infra-estruturas viárias de nível regional (CRIL, prolongamento da Rede do Metropolitano) com forte incidência nesta área, o processo de renovação/reconversão da área contígua da Venda Nova/Damaia constituem projectos com elevado impacto nesta zona.

A proposta de ocupação sob a forma de um Esquema Director que favorece a coerência urbanística das diversas operações e sua operacionalização, estrutura-se através de um eixo de terciário de perfil qualificado que visa a transformação da zona num pólo terciário.

É intenção da Câmara Municipal, e dos consórcios intervenientes, o desenvolvimento integrado de toda a área de intervenção abrangida pelo Esquema Director, bem como a possibilidade de desenvolver, com a maior autonomia as diversas unidades de execução.

Este processo de desenvolvimento urbanístico é tratado no relatório (BSA, Maio de 2005) que aborda cinco questões que visam o estabelecimento de princípios a vincular no Esquema Director e que garantem a necessária coordenação das iniciativas dos promotores para a transformação integrada de toda a área:

- delimitação de unidades de execução (6)
- critérios para o desenvolvimento dos estudos urbanísticos das unidades de execução
- critérios gerais para aplicação da perequação compensatória
- princípios para a constituição do programa de realojamento
- questões referentes à gestão urbanística da área de intervenção

Neste momento, nas seis unidades de execução está a ser desenvolvido individualmente com maior grau de interdependência e integração, por acordo entre os proprietários ou por exigência das condições de execução, o conjunto das operações de urbanização.

g) A Faixa Urbana Fronteira com Lisboa como um corredor urbano (73ha) cuja delimitação se associa ao projecto de implementação da CRIL, que tem tido várias soluções de projecto. Abrange a fronteira com Lisboa e compreende parte da Estrada de Circunvalação da Buraca a Alfovelos.

Esta área a requalificar está integrada na área de intervenção do Plano de Pormenor da Falagueira/Venda Nova/Damaia.

h) A Zona Centro, área de 58ha, que abrange a zona centro da Amadora e constitui o espaço urbano que concentra maior número e diversidade de funções centrais, integrando um interface multimodal de transporte da AML-N. O centro da cidade tem sido sujeito a uma forte pressão de transformação urbana – substituição pontual de edifícios e operações de renovação urbana com intensificação de ocupação de solos e com a instalação de actividades terciárias. Encontra-se a

decorrer no coração da área central, um projecto de urbanismo comercial que integra o Plano Operacional da Economia e pretende afirmar o papel do comércio tradicional como vector estratégico no desenvolvimento do centro das cidades, actuando em dois aspectos: a modernização dos estabelecimentos comerciais e a qualificação do espaço público.

- i) A Serra de S. Mamede que se trata de uma área de 98ha com fortes condicionantes à edificabilidade, constituída pelas encostas norte e noroeste da Serra de São Mamede envolventes dos vales da Fonte Santa e Carenque. Actualmente é um território fragmentado depois da construção da CREL e da Radial da Pontinha.

Pela sua dimensão, morfologia, valor patrimonial – aqueduto/mães de água – e seu uso degradado merece ser vocacionada como um espaço verde de protecção e enquadramento integrado na estrutura verde intermunicipal da sub-região envolvente.

Neste contexto, está a ser realizado o plano de pormenor – Quinta da Fonte Santa/Serra de São Mamede, que tem como objectivo criar um espaço verde de recreio, lazer e residencial de grande qualidade paisagística e ambiental

Instrumentos de Gestão Territorial

Os processos subjacentes à transformação do território decorrem da execução do PDM enquanto instrumento de gestão que estabelece o modelo de estrutura espacial, da execução de planos de urbanização que recaem sobre partes determinadas do território que exigem uma intervenção integrada de planeamento e de planos de pormenor que desenvolvem com maior detalhe a concepção da forma de ocupação, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes nos instrumentos de nível hierárquico superior. A figura 21 espacializa os planos eficazes e em elaboração.

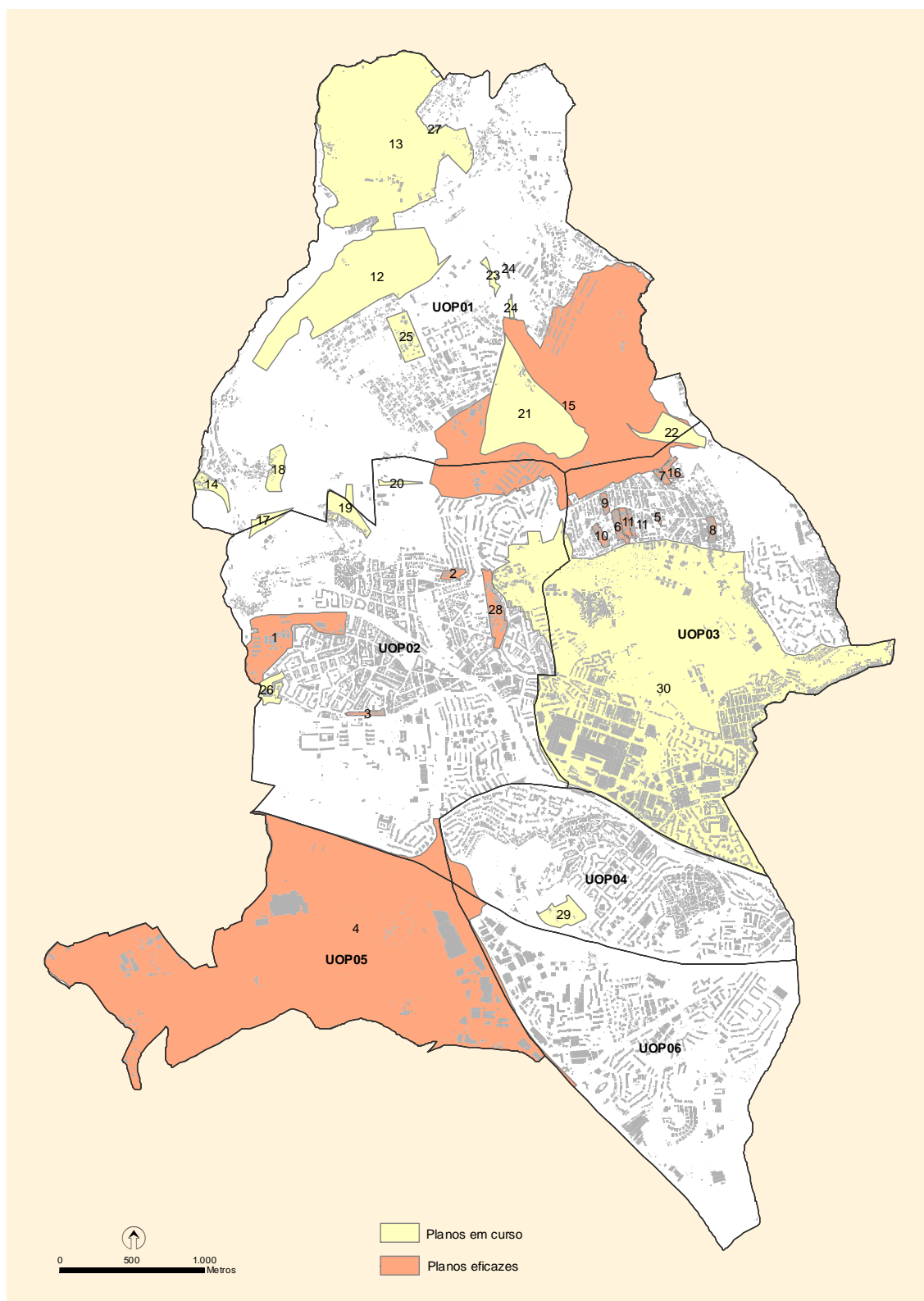
Os planos constituem uma referência não só na apreciação dos pedidos de loteamento como nos de construção individual. Não obstante serem instrumentos orientadores, a sua concretização não é programada. O licenciamento está sujeito ao regime jurídico da urbanização e da edificação (Decreto-Lei n.º 555 /99, de 16 de Dezembro com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho), em articulação com os instrumentos de gestão territorial em vigor, e a sua conclusão depende das etapas que o regime impõe à sua aprovação e dos procedimentos a que a administração urbanística está sujeita.

Quadro 25
Instrumentos de gestão territorial aprovados e em elaboração

Designação	Publicação em Diário da República	UOP
1 Plano de Pormenor da Rua Elias Garcia – zona poente	Declaração - Diário da República – II Série, N.º 13 de 16/01/96 Declaração n.º 208/2005, Diário da República – II Série, N.º 186 de 27/09/2005 (alteração)	Aprovado 02
2 Plano de Pormenor de ligação de Casal S. Brás – R. Comand. F. Amaral	Declaração - Diário da República – II Série, N.º 73 de 16/03/1996	Aprovado 02
3 Plano de Pormenor da Rua Gonçalves Ramos – Rua Filipa de Lencastre	Declaração - Diário da República – II Série, N.º 113 de 15/05/1996	Aprovado 02
4 Plano de Pormenor da Encosta Norte da Serra de Carnaxide (PPSC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/98, Diário da República – I Série-B, N.º 192, de 21/08/1998	Aprovado 05
5 Plano de Pormenor do Quarteirão 10 – Brandoa	Declaração n.º 377/98, Diário da República – II Série, N.º 300 de 30/12/1998	Aprovado 03
6 Plano de Pormenor do Quarteirão 17 – Brandoa	Declaração n.º 379/98, Diário da República – II Série, N.º 300, de 30/12/1998	Aprovado 03
7 Plano de Pormenor do Quarteirão 51 – Brandoa	Declaração n.º 129/99, Diário da República – II Série, N.º 110 de 12/05/1999	Aprovado 03
8 Plano de Pormenor do Quarteirão 2 – Brandoa	Declaração n.º 130/99, Diário da República – II Série, N.º 110 de 12/05/1999	Aprovado 03
9 Plano de Pormenor do Quarteirão 32 – Brandoa	Declaração n.º 204/99, Diário da República – II Série, N.º 161 de 13/07/1999	Aprovado 03
10 Plano de Pormenor do Quarteirão 21 – Brandoa	Declaração n.º 256/99, Diário da República – II Série, N.º 191 de 17/08/1999	Aprovado 03
11 Plano de Pormenor dos Quarteirões 16 e 15 (parte) – Brandoa	Declaração n.º 294/99, Diário da República – II Série, N.º 215 de 14/09/1999	Aprovado 03
12 Plano de Pormenor do Espaço Estratégico de São Mamede	Aviso n.º 879/2001, Diário da República, Apêndice N.º 14 – II Série, N.º 30, de 05/02/2001	Em curso 01
13 Plano de Pormenor Casal de São Mamede/Fonte Santa	Aviso n.º 2128/2001, Diário da República, Apêndice N.º 33 – II Série, N.º 62 de 14/03/2001	Em curso 01
14 Plano de Pormenor Casal de S. Vicente (AUGI)	Aviso n.º 3764/2001, Diário da República, Apêndice N.º 54 – II Série n.º 103 de 04/05/2001	Em curso 01
15 Plano de Urbanização da Amadora – Zona Nascente (PUAZN)	Declaração n.º 256/2001, Diário da República – II Série, N.º 196 de 24/08/2001.	Aprovado 01 02 03
16 Plano de Pormenor do Quarteirão 52 – Brandoa	Declaração n.º 339/01, Diário da República – II Série, N.º 269 de 20/11/2001	Aprovado 03
17 Plano de Pormenor da Serra das Brancas 1	Aviso n.º 1711/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003	Em curso 01
18 Plano de Pormenor da Serra das Brancas 2	Aviso n.º 1712/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003	Em curso 01 02
19 Plano de Pormenor de Vila Chã 1	Aviso n.º 1713/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003	Em curso 01 02
20 Plano de Pormenor de Vila Chã 2	Aviso n.º 1714/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003	Em curso 02
21 Plano de Pormenor do Parque da Boba	Aviso n.º 1715/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003	Em curso 01
22 Plano de Pormenor da Zona Nascente 1	Aviso n.º 6196/2003, Diário da República, Apêndice N.º 121 – II Série, N.º 185 de 12/08/2003	Em curso 01 03
23 Plano de Pormenor da Serramira 1	Aviso n.º 6934/2003, Diário da República, Apêndice N.º 136 – II Série, N.º 205 de 05/09/2003	Em curso 01
24 Plano de Pormenor da Serramira 2	Aviso n.º 6935/2003, Diário da República, Apêndice N.º 136 – II Série, N.º 205 de 05/09/2003	Em curso 01
25 Plano de Pormenor – Terrenos da Rede Eléctrica Nacional – Alto da Mira	Aviso n.º 3843/2004, Diário da República, Apêndice N.º 66 – II Série, N.º 119 de 21/05/2004	Em curso 01
26 Plano de Pormenor da Venteira – entrada poente	Aviso n.º 6019/2004, Diário da República, Apêndice N.º 103 – II Série, N.º 190 de 13/08/2004	Em curso 02
27 Plano de Pormenor do Rebentão (AUGI)	Aviso n.º 6741/2004 Diário da República, Apêndice N.º 113 – II Série, N.º 212 de 08/09/2004	Em curso 01
28 Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira	Declaração n.º 113/2005, Diário da República – II Série, N.º 83 de 29/04/2005.	Aprovado 03
29 Plano de Pormenor do Neudel	Aviso n.º 6625/2005, Diário da República, Apêndice N.º 132 – II Série, N.º 193 de 07/10/2005	Em curso (discussão pública) 04
30 Plano de Pormenor da Falagueira / Venda-Nova/ Damaia		Em curso 03

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

Figura 21 Instrumentos de gestão territorial eficazes e em elaboração



Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

No intuito de completar o conjunto de orientações que presidiram à elaboração dos planos já apontado nas áreas estratégicas, salienta-se o seguinte:

- a execução do plano de urbanização Amadora Zona Nascente, deveu-se à necessidade de ordenamento da área, tendo como motivos mais próximos a urgência de criação de áreas urbanizáveis destinadas à programação de realojamento e habitação social, bem como de infra-estruturas e equipamentos adequados. Foram assumidos compromissos entre os proprietários dos terrenos na área do plano – CMA e Saguibelas, através dum protocolo com vista à execução do PU e à concretização da urbanização dos terrenos onde se incluem os programas destinados à promoção de habitação social e de habitação a custos controlados;
- o plano de pormenor da Ribeira da Falagueira detalhou a intervenção no espaço urbano sob a forma de parque em área anteriormente ocupada por um bairro de barracas. O denominado Parque Aventura oferece aos habitantes da cidade uma importante área verde de estadia e lazer, tendo a sua construção contribuído decisivamente para o reordenamento da acessibilidade e encetado o processo de reabilitação do edificado da zona envolvente;
- em 15/05/1996 a Câmara deliberou a partir da análise sobre a situação dos quarteirões na Quinta da Brandoa uma proposta de intervenção baseada em estudos urbanísticos que conduziram à elaboração de planos de pormenor.

O conjunto de planos de iniciativa municipal que foram aprovados a partir de 1998 para o bairro da Brandoa, visam regular a constituição e legalização de lotes e o licenciamento de novas construções.

Com efeito, o bairro de génese clandestina com características únicas ao nível da estrutura da propriedade do solo (registo individual de lotes em m²) foi classificado segundo o PDM como espaço urbano, pelo que a existência de planos de pormenor, com maior detalhe, garantem uma gestão territorial com maior eficácia.

Actualmente estão em curso dezasseis planos de pormenor que incidem ou em áreas estratégicas como é o caso de São Mamede/Fonte Santa ou da Falagueira, já citados, ou em espaços verdes de protecção e enquadramento que, de acordo com o artigo 36.º do Regulamento do PDM, carecem de plano de pormenor total ou parcial.

B.3 Ocupação urbana no período de vigência do Plano

Neste ponto avalia-se o resultado da aplicação do Plano Director e dos instrumentos que lhe foram subsequentes, que resultaram de uma orientação expressa ou que decorreram de necessidades que se fizeram sentir ao longo da sua aplicação. Apesar do PDM ser também um documento de referência na apreciação dos processos de obras particulares (construção individual), essa informação é tratada, no ponto sobre a “Dinâmica Urbana e Construtiva” (páginas 49 a 55).

A par da análise do ritmo de licenciamento ao nível concelhio avalia-se, também, o grau de preenchimento/ocupação das classes de espaço da planta de ordenamento: urbanizável, urbanizável misto, urbano, industrial/serviços (existente) e industrial proposto

Para esse efeito procedeu-se ao apuramento de dados, apuramento esse que revelou dificuldades e limitações das quais se dá conta nos pontos seguintes:

- a representação vectorial da planta de ordenamento não foi validada, nem pela CMA nem pela DGOTDU. Recorreu-se à planta em formato analógico, com falta de legibilidade, simbolização não adequada à escala e ao problema representado, com completude insuficiente para uma escala 1:10 000;
- fornecimento de informação não estruturada para tratamento em ambiente SIG;
- discordância entre as designações e os parâmetros urbanísticos constantes dos quadros que compõem os diversos processos de loteamento;
- falta de uniformização entre as designações das categorias de espaço utilizadas nos diversos PU e PP e ausência de correspondência daquelas com as classes de espaço da Planta de Ordenamento.

Os cálculos efectuados e apresentados partem essencialmente das seguintes fontes: quadro síntese das áreas da planta de ordenamento do PDM (valores aproximados), alvarás de loteamento emitidos entre 1994 e 2005, loteamentos emitidos ao abrigo da Lei das AUGI, instrumentos de gestão territorial ratificados (PU e PP), loteamentos promovidos pelo Município destinados a habitação social, obras licenciadas ao abrigo do regime jurídico da urbanização e edificações que pela sua expressão territorial foram integradas no estudo (por exemplo IKEA).

Na presença de instrumentos de gestão territorial ratificados posteriores ao PDM, e caso o Município já tivesse emitido alvará de loteamento com a mesma incidência territorial, as áreas consideradas foram as constantes dos processo de loteamento (ex.: PUAZN; PP da Serra de Carnaxide; PP Zona Poente), traduzindo um compromisso de compatibilização entre os diversos instrumentos.

O método seguido no apuramento dos valores consistiu em:

- o perímetro do loteamento incidia apenas sobre uma classe de espaço, logo a área considerada foi o total da área de intervenção;
- o loteamento abrangia mais do que uma classe, nomeadamente verde urbano de protecção e enquadramento e/ou equipamento, e neste caso foi extraída a área correspondente às classes de espaço objecto de análise;
- o loteamento estava repartido entre a classe de expansão e a classe de espaço urbano, logo as áreas foram distribuídas pelos quadros correspondentes com a conseqüente separação dos fogos.

Não foram considerados os processos de construção relativos a edifícios isolados, nomeadamente na classe de espaço urbano; em primeiro lugar, não se enquadra nos objectivos definidos dado que o solo já estava ocupado e, por outro, porque se trata de renovação do tecido urbano consolidado, por substituição por construções recentes (caso frequente na zona Centro) ou preenchimento de áreas que integraram loteamentos anteriores a 1994 (ex.: Quinta Grande).

Loteamentos

No período entre 1995 e 2005 foram emitidos trinta e oito alvarás de loteamento, totalizando 328ha de área de intervenção de que resultou o licenciamento de 13 980 fogos. Como se pode observar no quadro 26 o ritmo do licenciamento foi temporalmente irregular, registando-se um maior número de alvarás emitidos a partir de 2000.

Os loteamentos licenciados agrupam-se segundo o critério dimensão:

- os de grande dimensão (mais de 500 fogos ou unidades de utilização) que representam 54,1% da oferta de lotes decorrentes de loteamento e que contribuirão com 158,0ha de área de cedências e 278 fogos de habitação social;
- os de média dimensão (de 100 a 499 fogos) que se destinam a legalizar AUGI, a colmatar malhas urbanas, e que suportaram 46,5ha de área de cedências;
- os de pequena dimensão (< 99 fogos) que correspondem de uma forma geral à situação já anteriormente apontada e que quase não suportaram encargos, mas que ainda assim contribuirão com 13 fogos destinados a habitação social.

O quadro 26 contém alguns parâmetros relativos à totalidade dos alvarás emitidos pelo Município e a outras intervenções com expressão territorial relevante, nomeadamente áreas de intervenção, áreas de construção por tipologia de função e fogos.

A primeira observação revela que o licenciamento de áreas destinadas à promoção da habitação foi responsável por mais de 80% do total da área intervencionada, ficando o restante afecto a outros usos como a indústria, comércio e serviços. Por sua vez, também as colunas referentes à área de construção reflectem o predomínio da habitação, em consonância com o atrás referido. Esta função recolhe mais de 70% do total da área de construção licenciada, caminhando no sentido de diversificação de usos, preconizado no modelo de reequilíbrio urbano do PDM.

Na segunda posição aparece o comércio e serviços com pouco mais de 20%, contudo, não se deve ignorar a importância assumida por este ramo, não tanto pela dimensão, mas pelas funções de abastecimento e proximidade, acompanhando operações de loteamento para a habitação, contribuindo assim, para a diversificação funcional urbana.

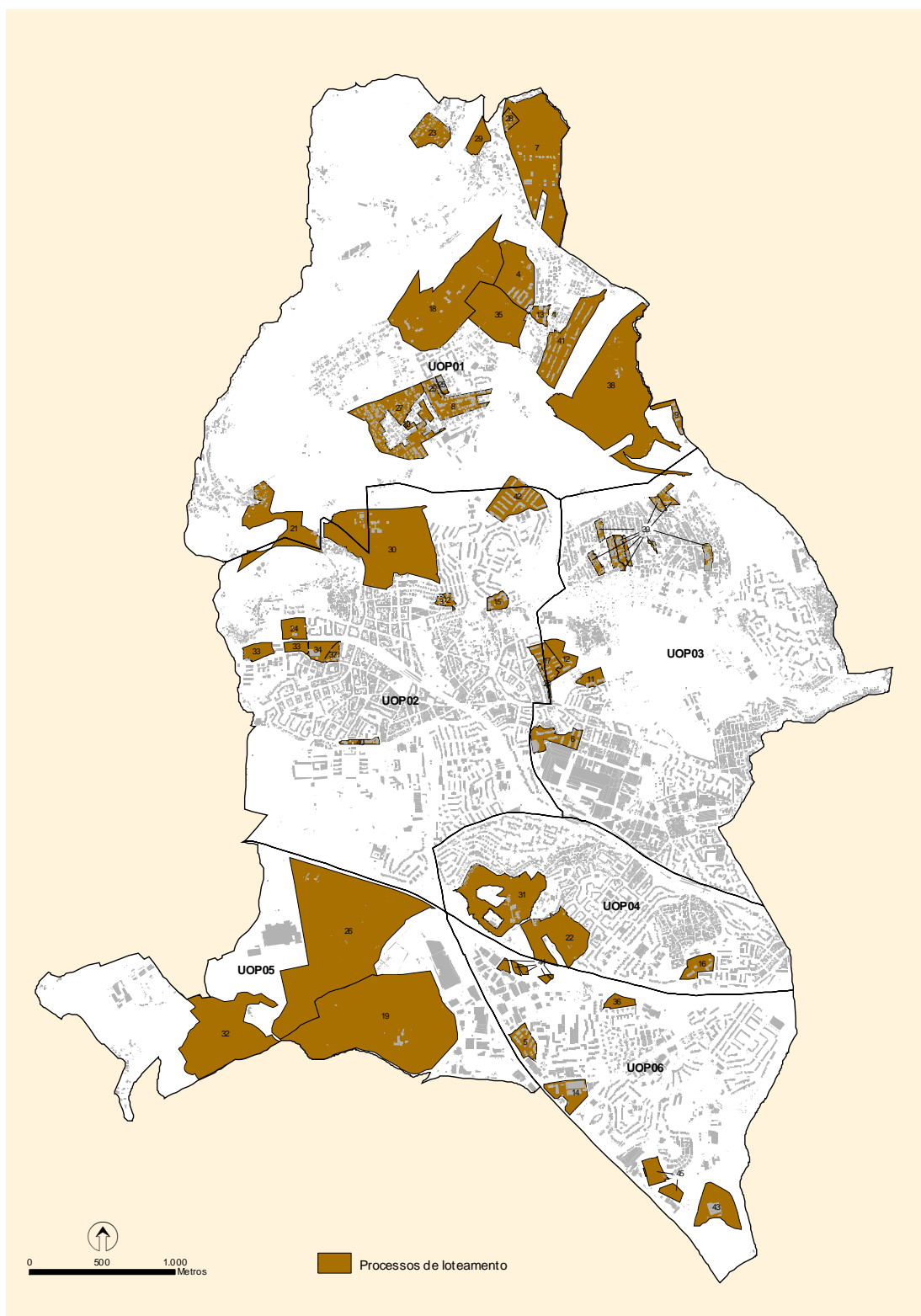
Quadro 26
Alvarás emitidos e projectos com expressão territorial entre. 1995 - 2005

Nº	Nº Alvará	Processo Loteamento	Área de Intervenção (m²)	Área de construção (m²)*				Nº Fogos	UOP
				Habituação	Comercio/ Serviços	Industria	Outros		
1	1/95	375-PL/91	688,0					7	01
2	1/96	211-PL/94	7 488,0	5 684,2	113,0			38	02
3	2/96	99-PL/94	3 333,6	3 505,5	1 199,8			24	02
4	3/96	352-PL/91	83 406,0	40 206,0	7 831,0			336	01
5	4/96	695-PL/86	26 884,0	19 413,5	894,5			152	06
6	1/97	49-PL/96	32 896,0	48 750,0	2 465,0			356	03
7	4/97	143-PL/89	265 840,0	113 109,0	5 800,0			1 134	01
8	5/97 (AUGI)	1073-PL/89	55 300,0	22 919,0	8 122,0	4 021,6		106	01
9	2/98 (AUGI)	121-PL/93	7 880,0	9 738,4				18	01
10	3/98 (AUGI)	119-PL/93	987,0	614,6			307,4	6	01
11	1/99	58-PL/96	14 840,0	10 657,9	205,0			89	03
12	1/00	184-PL/97	25 568,4	19 347,0	660,0			166	03
13	2/00	95-PL/97	12 872,0	13 545,0	2 825,0			113	01
14	3/00	113-PL/94	39 876,7		37 195,1			0	06
15	4/00	17-PL/95	14 678,2	15 942,6	3 069,2			127	02
16	5/00	185-PL/97	25 315,0	25 335,0	2 145,0			236	04
17	6/00 (CMA Casal do Silva)	5-PL/00	31 743,5	23 714,0	2 253,2			284	03
18	7/00	18-PL/99	261 450,0	116 829,5	4 790,0			948	01
19	9/00	32-PL/96	504 599,0	98 108,0	125 699,0			759	05
20	1/01	149-PL/99	5 911,5	11 444,4	985,5			91	03
21	2/01	137-PL/96	98 140,0	50 646,5	2 813,5			448	01
22	3/01	140-PL/99	105 046,6	135 015,7	4 939,8			957	04
23	4/01 (AUGI)	248-PL/91	42 600,0		582,0			188	01
24	5/01	198-PL/99	23 440,0	19 668,0	665,0			164	02
25	6/01 (AUGI)	20-PL/98	7 100,0	1 378,8			4 076,5	7	01
26	7/01	3-PL/96	451 262,0	128 765,0	14 861,0		18 130,0	1 030	05
27	1/02 (AUGI)	17-PL/92	143 791,5	74 170,6	8 653,3			620	01
28	2/02 (AUGI)	137-PL/00	9 528,0	7 090,0		510,0		34	01
29	1/03	121-PL/99	26 720,0	39 994,0	7 112,0			296	01
30	2/03	164-PL/01	264 193,0	163 328,0	11 776,0			1 276	02
31	3/03	183-PL/99	150 505,5	150 721,0	2 817,0			1 189	04
32	4/03	126-PL/00	185 576,0	60 830,0	1 020,0			365	05
33	1/04	152-PL/95	43 123,5	39 735,0	5 588,3			361	02
34	2/04	114-PL/96	18 664,8	13 128,0	13 160,5			99	02
35	3/04	309-PL/99	72 512,0	45 420,7	4 569,3			346	01
36	4/04	83-PL/00	46 780,0	11 794,6				84	06
37	1/05	5-PL/97	8 198,8	8 180,5	1 652,5			66	02
38	2/05	95-PL/02	398 702,9		191 772,0			0	01
39	PP Brandoa		76 932,0					1 259	03
40	PP Gonçalves Ramos – Filipa Lencastre		13 000,0	8 321,1	2 142,0			74	02
41	PER Casal da Mira	36-PL/99	100 039,0	67 982,0	6 675,0		1 921,8	760	01
42	PER da Boba	7-PL/98	101 000,0	63 229,0	7 700,0			700	02
43	SPAD	150-PO/99	112 158,0		12 259,0			0	06
44	Lotes industriais de Alfragide	35-PM/01	50 000,0					0	06
45	IKEA	156-PC/02	65 712,0		32 284,0			0	06
Total			4 036 282,4	1 688 262,1	539 294,5	4 531,6	24 435,7	15 313	

* A área de construção (AC), constante no quadro, corresponde à definição adoptada pelo regulamento do PDM (n.º40 da Secção II do artigo 9.º) e pela DGOTDU. Para efeitos do seu cálculo, recorreu-se aos quadros do loteamento e às peças escritas do alvará, no ponto que descreve as áreas sujeitas ao pagamento de taxas da Administração Urbanística.

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

Figura 22 Alvarás emitidos e projectos com expressão territorial entre 1995-2005



Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

Estimativa da execução do PDM

O Município encontra-se classificado, de acordo com a Planta de Ordenamento do PDM com os seguintes usos: urbano, urbanizável, urbanizável misto, industria/serviços existente, industrial proposto, equipamento, verde urbano de protecção e enquadramento.

Quadro 27					
Estimativas da execução das áreas de expansão					
	Urbanizável e Urbanizável misto em 1994 (ha)	Expansão 1995 – 2005 (ha)	Expansão 1995 – 2005 (%)	Fogos	Comprometido (ha)
UOP 01	116,9	55,5	47,5	3 406	14,4
UOP 02	39,8	26,4	66,3	1 976	
UOP 03	72,0	6,5	9,0	539	
UOP 04					
UOP 05*	62,4	61,6	98,7	2 154	
UOP 06	7,8				
Total	298,9	150,0	50,2	8 075	14,4

*Valores de edificabilidade dados pelo PP da Serra de Carnaxide

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

A avaliação da ocupação do território centrou-se na análise das classes de espaço classificadas em PDM como áreas de expansão do Município ou seja, áreas livres de construção e que era desejável que viessem a incorporar o processo urbano: espaços urbanizável e urbanizável misto. No conjunto, suportaram a ocupação de cerca de metade (50,2%) da área de expansão disponível no Plano e originaram a aprovação de 8 075 novos fogos isto é, 52,7% do total de fogos licenciados durante o período observado.

Contudo, a ocupação durante a vigência do Plano processou-se de forma diferenciada no território, condicionada pelo número e a dimensão das áreas disponíveis em cada UOP e pela iniciativa dos promotores. Assim, as UOP onde o consumo de solo se fez sentir com maior vigor foi na UOP05, seguida da UOP01, com respectivamente 41,1% e 37% do total licenciado para o Concelho.

Como já foi referido, o território abrangido pela UOP05 foi alvo de um Plano de Pormenor, dando lugar à posterior aprovação de três loteamentos que esgotaram quase na íntegra as áreas de expansão nele previstas (98,7%).

Não obstante os condicionalismos físicos presentes na UOP01, esta revela-se bastante dinâmica, com a afectação de 47,5% do território disponível para expansão. Esta dinâmica é reforçada no valor referente à área comprometida (14,4ha) que caso venha a ser efectivamente licenciada vai elevar o preenchimento para 60% na UOP e para 55% no total concelhio.

A UOP02 ao integrar o núcleo que esteve na génese de formação do Município, possui quase todo o seu território coberto por tecido urbano consolidado, para além de que, as áreas de expansão presentes nesta unidade estão já parcialmente preenchidas (66%).

Quadro 28								
Estimativas da execução do espaço Urbano e Industrial/Serviços (existente)								
	Urbano					Industrial/Serviços (existente)		
	Urbano 1994 (ha)	Licenciado 1995-2005 (ha)	Licenciado 1995-2005 (%)	Fogos	Comprometido (ha)	Industria/Serviços Existente em 1994 (ha)	Licenciado 1995-2005 (ha)	Licenciado 1995-2005 (%)
UOP 01	160,8	35,8	22,3	1 961	25,6			
UOP 02	276,2	11,3	4,1	953				
UOP03	200,6	12,3	6,1	1 706		40,0		
UOP 04	165,0	18,9	11,5	2 382				
UOP 05	9,0				5,6	35,3		
UOP 06	112,0	7,4	6,6	236		49,3	12,7	25,8
Total	923,6	85,7	9,3	7 238	31,2	124,6	12,7	10,2

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

A dinâmica evidenciada na classe de espaço urbano, classificada em Plano como tecido urbano consolidado, impôs a necessidade da avaliação também nesta classe. A ocupação neste contexto compreende várias situações: área pré-existente que foi intervencionada sem expansão (por exemplo em AUGI), terrenos livres de edificação que já integravam a classe (Neudel, Atalaia e PP Zona Poente, por exemplo) e parcelas onde se assistiu à renovação urbana por alteração do uso dominante (por exemplo nos terrenos da Cometna).

Neste caso não se poderá falar efectivamente em expansão mas em densificação, uma vez que o Plano não distinguiu o espaço urbano existente do proposto. Assim, podemos verificar que cerca de 9,3% do território classificado como urbano foi objecto de intervenção através de licenciamento de loteamentos.

Também nesta classe a dinâmica predomina novamente na UOP 01, que assistiu à afectação de 22,3% de solo classificado como urbano a processos de licenciamento, repartidos entre a conclusão de processos de legalização em AUGI e a aprovação de novos loteamentos. De realçar que, se somarmos os fogos novos gerados em espaço urbano e os fogos em espaço urbanizável, esta UOP suporta o aparecimento de mais de 4 300 fogos.

A estimativa da área comprometida representa um incremento de área intervencionada para 38,1% nesta classe, caso as intenções em apreciação sejam viabilizadas.

Regista-se o licenciamento efectuado na UOP 04, cujo território está na sua maioria afecto à classe de espaço urbano, mas que ainda assim conduziu à aprovação de mais de 2 300 fogos novos ou seja, cerca de 33% da totalidade dos fogos novos licenciados nesta classe para o Município.

A UOP 06 reflecte menos dinamismo, em virtude de parte do seu território estar vocacionado para suportar a instalação de actividades económicas, conforme se pode comprovar pelo licenciamento de 25,8% da área destinada a indústria/serviços existente, reforçando o importante eixo comercial e de serviços localizado na EN 117 e o restante espaço classificado como urbano, ter vindo a ser progressivamente preenchido, na sequência dos licenciamentos aprovados em data anterior à entrada em vigor do Plano.

A classe de espaço industrial proposto está presente apenas na UOP 01. As duas áreas vocacionadas para receber este uso e serviços complementares integraram um Plano de Urbanização (PUAZN) e neste sentido, uma das áreas esgotou-se com o licenciamento recente de um grande espaço comercial e a outra, à data de elaboração do PU estava já parcialmente preenchida com instalações municipais.

As áreas presentes no quadro de cedências provém de:

- classes de espaço Verde Urbano de Protecção e Enquadramento e Equipamento, que não estando vocacionadas para o licenciamento, constituem o remanescente das áreas dos loteamentos;
- áreas que vieram a integrar os domínios público e privado nas classes de expansão e de espaço urbano resultantes do licenciamento.

Quadro 29		
Espaços verdes e equipamentos cedidos nos alvarás emitidos. 1995 - 2005		
	Cedência para espaço verde e de utilização colectiva 1995-2005 (ha)	Cedência para equipamentos 1995-2005 (ha)
UOP 01	52,4	8,5
UOP 02	13,6	5,2
UOP 03	0,7	0,8
UOP 04	7,0	4,6
UOP 05	38,8	3,5
UOP 06	2,1	0,3
Total	114,6	22,8

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

Os valores de cedências reflectem necessariamente a intensidade e a dimensão do licenciamento em cada UOP, em cumprimento do Regulamento do PDM e dos demais diplomas que regulam o licenciamento.

Áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)

Na sequência da deliberação de Câmara de 28 de Fevereiro de 1996 foram delimitados os perímetros das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) bem como a modalidade da sua reconversão, conforme preconizado pela Lei 91/95 de 2/9 que as instituiu.

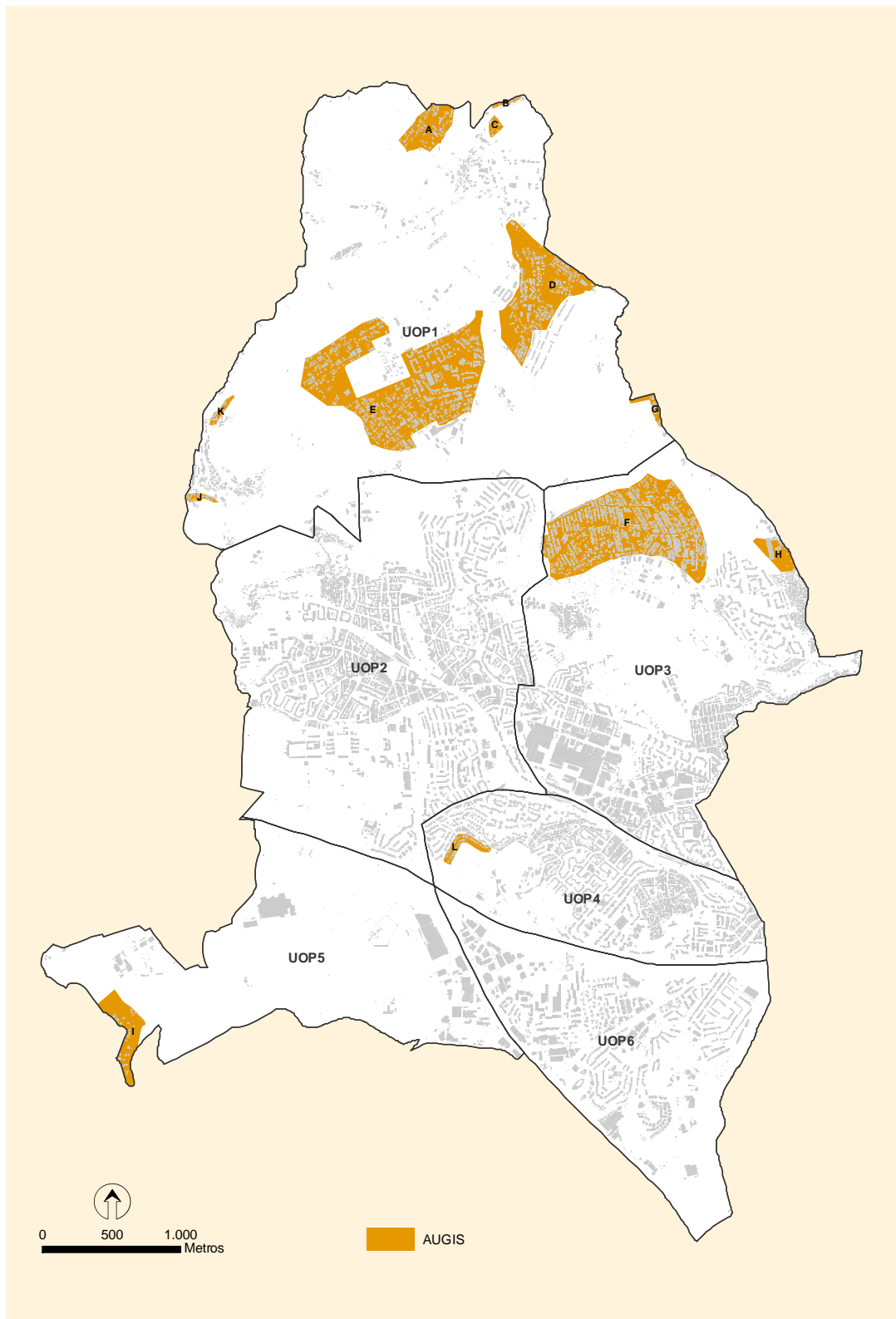
As doze AUGI demarcadas no Município distribuem-se de forma muito heterogénea no território, predominando na zona norte, na UOP 01 com nove áreas referenciadas, duas na UOP 03, e apenas uma nas UOP 04 e 05.

O processo de reconversão através de legalização por loteamento, tem-se revelado muito moroso conforme demonstrado pelo número de AUGI reconvertidas. As dificuldades centram-se fundamentalmente nas exigências constantes da Lei, nos sucessivos acertos de áreas, na dificuldade dos proprietários se unirem pela resolução de uma causa comum e nos valores cobrados pelas taxas de licenciamento urbanístico.

Quadro 30				
Situação das áreas urbanas de génese ilegal				
Designação	Classe de espaço PDM	UOP	Situação	
A – Casal do Rebentão/Portela de Cambra	Urbano	01	Reconvertida	
B – Terra dos Canos	Urbanizável	01	Por reconverter	
C – Moínho do Guizo	Urbanizável	01	Reconvertida	
D – Casal da Mira*	Urbano/Equipamento	01	Em reconversão	
E – Alto dos Moinhos*	Urbano	01	Em reconversão	
E – Moinhos da Funcheira e Serra da Mira	Urbano	01	Em reconversão	
F – Brandoa**	Urbano	03	Em reconversão	
G – Bairro de Santo Elói	Urbano	01	Reconvertida	
H – Rua Victor Carlos	Urbano	03	Por reconverter	
I – Valejas	Urbano	05	Por reconverter	
J – Rua dos Trabalhadores	Verde/Urbano	01	Por reconverter	
K – Casal de S. Vicente	Urbano	01	Por reconverter	
L – Estrada Militar – Reboleira	Urbano	04	Por reconverter	
*ainda não possui alvará				
**os alvarás não foram considerados porque são anteriores à entrada em vigor do PDM				

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

Figura 23 Áreas urbanas de génese ilegal AUGI



Fonte: CMA, PDM, 1994

A actuação sobre o território classificado como AUGI tem sido materializada através de dois tipos de operações urbanísticas: do regime de reconversão das áreas clandestinas (elaboração de Plano de Pormenor ou de loteamento, mediante a constituição de Associação de Moradores) e do regime jurídico da urbanização e edificação. A justificação para tal facto advém da permanência de duas modalidades na estrutura da propriedade, isto é, da existência de terrenos em avos indivisos e em m², que vão determinar logo à partida o tipo de procedimento a seguir.

Neste sentido, optou-se por separar as áreas licenciadas ao abrigo dos dois instrumentos já enunciados, por forma a avaliar a ocupação efectiva das AUGI, isto é, interessa conhecer o ritmo de ocupação das AUGI e perceber de que modo o tipo de propriedade condiciona a evolução da ocupação.

Quadro 31										
Ocupação urbana em AUGI										
Designação	Área AUGI m ²	AUGI			Loteamentos particulares			Total		
		Área Licenciada m ²	Área Licenciada %	Fogos N.º	Área Licenciada m ²	Área Licenciada %	Fogos N.º	Área Licenciada m ²	Área Licenciada %	Fogos N.º
A – Casal do Rebentão/Portela de Cambra	83 534	42 600	51,0	188				42 600	51,0	188
B – Terra dos Canos	4 622									
C – Moínho do Guizo	10 130	9 528	94,1	34				9 528	94,1	34
D – Casal da Mira	300 702				13 560	4,5	120	13 560	4,5	120
E – Alto dos Moinhos	186 959									
E – Moinhos da Funcheira e Serra da Mira	481 014	206 192	42,9	733	987	0,2	6	207 179	43,1	739
F – Brandoa	568 567	76 932	13,5	1 259				76 932	13,5	1 259
G – Bairro de Santo Elói	14 302	7 880	55,1	18				7 880	55,1	18
H – Rua Victor Carlos	39 513									
I – Valejas	83 328									
J – Rua dos Trabalhadores	9 413									
K – Casal de S.Vicente	10 849									
L – Estrada Militar – Reboleira	25 353									
Total	1 818 286	343 132	18,9	2 232	14 547	0,8	126	357 679	19,7	2 358

Fonte: CMA, DAU/DGU, 2006

Como se pode verificar, o ritmo de reconversão dos territórios ocupados pelas AUGI difere de caso para caso e prendem-se com os seguintes factores:

- a permanência de áreas por legalizar, dado que não deu entrada na Câmara nenhum pedido de legalização, identificadas no quadro com valor zero;
- a área delimitada é ligeiramente superior aquela onde se encontram as construções pré-existentes logo, a percentagem de ocupação está subdimensionada (AUGI G apresenta apenas 51% do seu território reconvertido);
- o processo de loteamento entregue não abrange todo o perímetro da AUGI, como se pode observar no caso da AUGI A pelas condicionantes impostas pelo cadastro;
- a existência de processos de legalização que ainda estão em apreciação mas não possuem alvará, como por exemplo o Alto dos Moinhos (AUGI E) e o Casal da Mira (AUGI D), motivo pelo qual foram desprezadas as áreas, figurando apenas como área em reconversão no quadro 30;

No que concerne à AUGI da Brandoa, o Município assumiu uma estratégia repartida: proceder à elaboração de planos de pormenor ou fazer condicionar as construções novas aos parâmetros definidos em quarteirões com alvarás. No primeiro caso, o lançamento dos PP destinava-se a reordenar alguns quarteirões, designadamente aqueles cuja presença de referências urbanísticas era menor ou quando as características morfológicas dos mesmos o exigiam. De momento estão já ratificados 8 PP.

A informação constante do quadro reflecte a síntese da informação extraída dos PP e portanto a área licenciada diz respeito à áreas abrangida por PP eficaz em lotes livres ou em lotes ocupados com edificações a demolir ou a legalizar (Portaria N.º243/84 de 17/4). Neste sentido, o número de fogos indicado constitui o limite máximo admitido.

Relativamente ao tipo de ocupação, à excepção da Brandoa onde a tipologia dominante é o edifício plurifamiliar, as restantes assentam essencialmente num tecido de moradias contudo, a existência de grandes bolsas de terreno livres dentro do perímetro das AUGI, tem viabilizado o aparecimento de tipologias plurifamiliares, como se pode verificar por exemplo no Casal da Mira.

A contagem de fogos constante do quadro 31 e que dizem respeito aos loteamentos ao abrigo do regime das AUGI, não corresponde a um acréscimo real, uma vez que os bairros já estavam muito preenchidos e parte das construções são objecto de legalização e não de construção nova. Na coluna referente à área licenciada ao abrigo do regime geral da urbanização, destaca-se o acréscimo efectivo de 120 novos fogos num loteamento no Casal da Mira (AUGI D). Aliás, prevê-se um acréscimo substancial de fogos ao abrigo deste último regime, a avaliar pelo número de pedidos de licenciamento que estão em análise no Departamento e que se inserem no território desta AUGI.

Áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

A Lei dos Solos⁸ publicada em 1976 coloca à disposição da Administração um mecanismo de intervenção expedito, destinado a actuar em áreas onde estão patentes a carência de infra-estruturas urbanísticas, de equipamentos, de áreas livres e espaços verdes, ou deficiências no edificado, no que se refere a condições de solidez, segurança ou salubridade, mediante a delimitação de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU).

A moldura legal aponta efeitos imediatos aquando da declaração de áreas críticas, designadamente: a declaração de utilidade pública da expropriação urgente e a faculdade da Administração tomar posse administrativa de quaisquer imóveis nos casos expressamente previstos no Diploma (artigo 41.º a artigo 46.º da Capítulo XI). Assiste-se ainda ao reforço das competências do poder público consubstanciado no Direito de preferência da Administração na alienação de terrenos e edifícios localizados na área delimitada como crítica (artigo 27.º e 28.º).

O Município recorreu a este instrumento legal para delimitar como área crítica de recuperação e reconversão urbanística três locais do Município: A-da-Beja, Cova da Moura e Brandoa.

O Núcleo de A-da-Beja localiza-se no extremo norte do Município e está delimitado a norte pela fronteira entre os Municípios da Amadora e Sintra, a sul pelos Moinhos da Funcheira, pelo Casal da Fonte Santa a oeste, e a Estrada de Stº Eloy a este. Pertence à Freguesia de S. Brás e insere-se na UOP 01 da Planta de Ordenamento, que classifica o Núcleo com a classe de espaço urbano.

Os princípios subjacentes à sua classificação residem na preservação de um modo de ocupação tradicional que resistiu ao surto de crescimento verificado no Município, aliás já referido no Regulamento do PDM que sugere a sua classificação como valor concelhio, e na realização de um plano de requalificação urbanística que preconiza a conservação do edificado, a qualificação de usos e instalação de infra-estruturas adequadas às necessidades da população residente.

Esta área foi declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística através do Decreto-Lei n.º54/2003, Diário da República, – I Série-B, n.º285, de 11 de Dezembro de 2003.

O Bairro da Cova da Moura localiza-se a sul do Município e integra as Freguesias da Buraca e Damaia. A sua delimitação coincide com o traçado da Avenida de República, que circunda o Bairro a nascente, e as vias Rua do Liceu/Rua do Colégio/Rua da Ladeira, a Poente. O Bairro insere-se na UOP 04, delimitada em Planta de Ordenamento, corresponde à classe de espaço urbano e está referenciado como área estratégica de desenvolvimento municipal d, o que pressupõe sujeitá-la a instrumento de planeamento territorial específico.

Esta área foi declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística através do Decreto-Lei n.º53/2003, Diário da República, – I Série-B, n.º285, de 11 de Dezembro de 2003.

⁸ Diploma n.º 794/76, Diário da República – I Série, N.º 259, de 5 de Novembro de 1976

O Núcleo urbano da Brandoa foi objecto de uma candidatura ao Programa PROQUAL. Dada a necessidade de garantir a articulação e compatibilização entre os programas dos diversos níveis da Administração e de otimizar a intervenção num todo homogéneo, o Município solicitou a declaração de ACRRU, publicada pelo Decreto-Lei n.º54/2003, Diário da República, – I Série-B, n.º285, de 11 de Dezembro de 2003, para a área do núcleo urbano delimitado no PROQUAL.

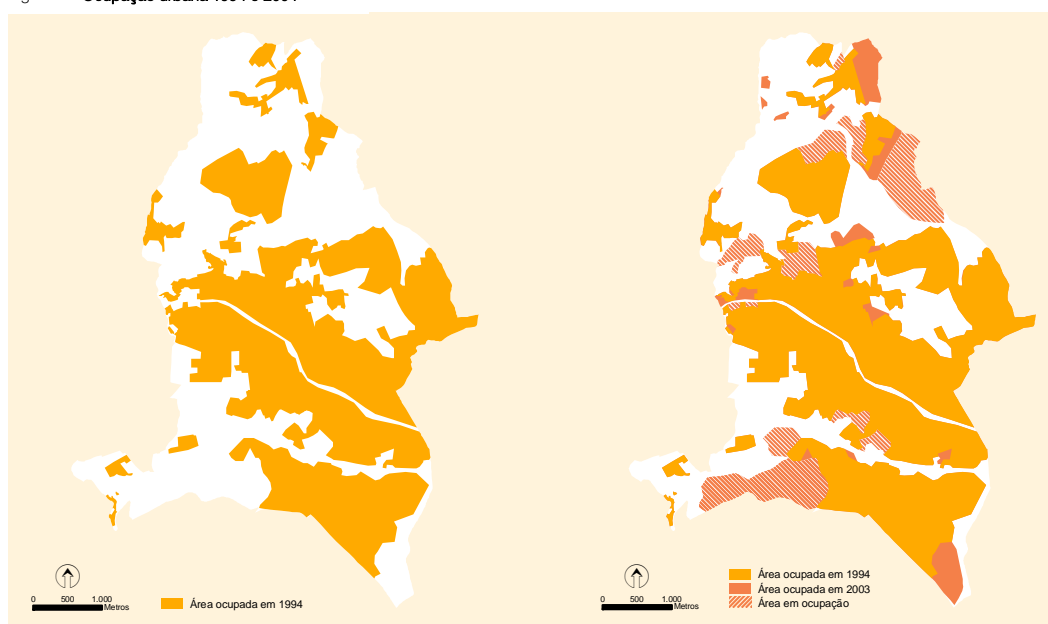
Evolução da mancha urbana

Na tentativa de actualizar e projectar as figuras referentes à evolução do tecido urbano que constam dos Estudos de Caracterização do PDM, procedeu-se à representação generalizada da ocupação do território decorrente da aplicação do Plano Director.

A mancha ocupada em 1994 era de 1 202ha que correspondia a 50% da área do concelho. Em 2003 atingiu 55% do território (1 305ha).

Os compromissos decorrentes de: áreas em licenciamento (com processo de loteamento em apreciação), áreas licenciadas (com processo de loteamento já emitido, mas não construídas) e áreas em ocupação (com alvará emitido, já infra-estruturadas e ou em infra-estruturação) integram a classe “área em ocupação” posterior a 2003 e projectam o contínuo urbanizado para 1 643,3ha que corresponde aproximadamente a 70% da superfície do território.

Figura 24 Ocupação urbana 1994 e 2004



Fonte: CMA; DAU/SIG

A evolução referida permite distinguir na formação do tecido urbano a estrutura seguinte:

- um contínuo central consolidado associado às duas margens da linha de Caminho de Ferro;
- uma faixa consolidada, progressivamente colmatada em torno do IC 19. De referir a densificação de Alfragide e do PI Zambujal e o preenchimento gradual da Serra de Carnaxide. Observa-se como excepção a área da Academia Militar com diferente uso;
- a Norte, uma zona constituída pelo núcleo de A-da-Beja e áreas urbanas de génese ilegal começa a ligar-se a formações mais recentes estruturadas por eixos como o L2, L3, L4, CREL e Radial da Pontinha;
- a expressão das áreas expectantes da Falagueira e da Zona Noroeste do Concelho, caracterizada esta última no PDM com constrangimentos à edificação;
- a libertação recente das manchas dos bairros degradados que se apresentam como descontinuidades passíveis de intervenções qualificantes.

A informação da gestão urbanística possibilita ainda uma leitura mais detalhada:

- preenchimento sucessivo dos espaços intersticiais.
- crescimento equilibrado para Lisboa que será equilibrado em direcção a Sintra após a ocupação do PP da Serra de Carnaxide;
- reforço da densidade habitacional pelo efeito de substituição de edifícios em tecido consolidado e de novas urbanizações (ex.: PER);
- coexistência de morfologias muito diversas no edificado resultantes do processo recente de formação urbana “por adição de partes”;

A evolução analisada reflecte dois processos já descritos: i) a densificação, da classe de “urbano” sobretudo por edifícios com fins principalmente residenciais; e ii) expansão urbana por efeito do preenchimento das classes de espaço “urbanizável” e urbanizável misto” previsto no PDM.

B.4 Intervenções de iniciativa comunitária

A crescente consciencialização da dimensão dos problemas ambientais, em especial em meio urbano, culpabiliza as cidades por um consumo acelerado de recursos, pela degradação ambiental, pela vulnerabilidade económica etc., pondo em causa o próprio modelo de organização espacial subjacente. Cumulativamente identifica as cidades como motor de desenvolvimento e inovação, onde se concentram riqueza, conhecimento e oportunidades. Este paradoxo, conduziu à produção de vários documentos comunitários⁹ que lançam as bases para a aplicação de um conjunto articulado de políticas urbanas, visando a melhoria da qualidade de vida nas cidades apoiada por vários pilares: ambiental, urbanístico, económico e social, preconizando o cumprimento do objectivo da coesão económica e social.

A focalização do debate em torno do funcionamento dos espaços urbanos levou a Comunidade a financiar operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental, aos quais a Câmara Municipal apresentou candidaturas e beneficiou da transferência de apoios, destacando-se: Urban I e II, Proqual e Urbcom.

Urban I (1994-1999)

A área de intervenção do URBAN Venda Nova – Damaia de Baixo corresponde ao território delimitado a norte pela Rua Elias Garcia e a sul pela linha de caminho-de-ferro, coincidindo com o extremo sul da UOP 03 da Planta de Ordenamento. Cobrindo uma área de 112ha, onde residiam cerca de 17 000 pessoas, destinava-se a fazer face a problemas como falta de oportunidades económicas, escassez de infra-estruturas de carácter social, cultural e desportivo e exclusão social numa área que sofria de fortes constrangimentos decorrentes da coexistência de processos de desindustrialização, renovação urbana, e bairros de habitação degradada.

Neste contexto, entre outros projectos de carácter imaterial, concretizaram-se projectos inovadores ao nível dos equipamentos, a Escola Intercultural e o Centro Cultural Intergeracional da Quinta de S. Miguel.

Proqual

A Freguesia da Brandoa integra a UOP 01 e 03 delimitadas em Planta de Ordenamento do PDM. O núcleo urbano propriamente dito e o território a sul deste, integrou uma candidatura ao Programa Proqual – Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa no ano de 2001.

⁹ *Livro Branco sobre o Ambiente Urbano* (1991) com a formação de um "Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano"; Cidades Europeias Sustentáveis, Comissão Europeia, DG XI-Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil, 1996

Este programa, lançado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, é financiado pelo III QCA e destina-se a alterar as condições penalizantes em que vivem os habitantes dos subúrbios da Capital, atenuando desequilíbrios territoriais e as tendências de desqualificação urbanística.

A candidatura do Município tinha subjacente a promoção da coesão social e do território e assentava fundamentalmente em grandes eixos como: qualificar a área de intervenção do ponto de vista do ambiente urbano e espaço público, dinamizar o tecido económico e associativo, corrigir as necessidades em equipamentos e infra-estruturas e a promoção social através dos projectos e acções constantes do quadro seguinte.

Quadro 32 PROQUAL			
Objectivos Estratégicos	Eixos	Projectos/Acções	Execução
<ul style="list-style-type: none"> Qualificar a área de intervenção ao nível social e urbanístico, contrariando tendências no que respeita a situações de marginalização, pobreza, desqualificação social e consequente exclusão 	I – Ambiente Urbano e Espaço Público	Esquema Director de estruturação urbanística	●
		Estudo sobre perfis da população	●
		Av. da Liberdade, Rua Luís Vaz de Camões e Estrada da Brandoa	●
		Centro da Juventude - Palácio da Brandoa	●
		Espaço para funcionamento de Associações*	●
		Parque Urbano da Paiã	●
		Espaços públicos verdes e mobiliário urbano	●
		Parque pedagógico e de lazer da Encosta	●
		Centro de Dia para Idosos*	●
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições de habitabilidade de salubridade, de sociabilidade e de segurança, dinamizar o tecido económico e associativo, promover a integração social da população e reforçar o sentimento de pertença e identidade local, intervindo ao nível da do ambiente urbano e espaço público, da educação, dos equipamentos e sociais, da formação e integração profissional, da empregabilidade, da dinamização das actividades económicas e da segurança estrutural do edificado 	II – Intervenção e promoção social	Gabinete Técnico do Proqual	●
		Parque escolar da Brandoa**	●
		ATL Municipal da Brandoa**	●
		Escola Intercultural das Profissões e do Desporto *	●
		Biblioteca/Espaço Internet /Espaço polivalente	●
		Jardim Luís de Camões e áreas envolventes *	●
		Pavilhão multiusos	●
III – Actividades Económicas e emprego	Centro de escritórios e serviços	●	
	Feira da Brandoa	●	
	Novo mercado	●	
	Ensino, Formação e auto-emprego	●	

● Concluído ● Em curso ● Não existe financiamento

* Agrupados numa só acção

Fonte: CMA, 2006

A forte componente da qualificação do espaço público está patente no peso assumido pelos projectos inseridos neste domínio no total dos projectos. Contudo, o Programa tem sofrido algumas adaptações que decorrem da falta de financiamento e da fusão de alguns projectos por decisão conjunta da comissão promotora (CCDR-LVT) e da entidade executora.

Por outro lado, o território a norte do núcleo urbano da Freguesia foi objecto de um Plano de Urbanização (PUAZN). Ao sujeitar este sector do território municipal a dois instrumentos de natureza distinta (PUAZN e PROQUAL), o Município procurava actuar de forma integrada na matriz de acessibilidades, melhorando as conexões com a rede de nível regional, no interior da freguesia, e desta com o território adjacente através da rede municipal, cerzindo o tecido urbano consolidado com uma nova área de expansão e articulando o sistema de relações funcionais.

Urban II (2000-2006)

O programa URBAN II é um programa inserido nas iniciativas comunitárias da União Europeia para 2000-2006 financiada pelo FEDER e aprovado pela Comissão Europeia em 2001. O URBAN Amadora (Damaia - Buraca) visa promover estratégias inovadoras, que potenciem a regeneração económica e coesão social numa das zonas urbanas mais críticas da Área Metropolitana de Lisboa, nos domínios económico, social, ambiental e urbanístico, enquadráveis nos critérios de elegibilidade do Programa.

O programa compreende parte das freguesias da Damaia e Buraca e está limitado, grosso modo, a norte pela linha de caminho de ferro, a sul pelo IC19 e a nascente e poente pelo limite administrativo das freguesias da Buraca e Damaia, respectivamente (conforme planta em anexo). A área de intervenção insere-se na UOP 04 delimitada em Planta de Ordenamento e parte dela integra o território ocupado pela Cova da Moura, considerada em PDM como área estratégica de desenvolvimento.

É neste contexto, que a candidatura ancora a pertinência dos seus quatro objectivos estratégicos: requalificar o ambiente urbano e valorizar o espaço público, integrar a população africana, valorizar o contexto sócio-educativo da população juvenil e revitalizar o ambiente social.

O programa é composto por quatro eixos e seis medidas que compreendem, além da requalificação do espaço e ambiente urbano e da criação de equipamentos, uma forte componente imaterial, centrando nas pessoas e no desenvolvimento social boa parte dos seus esforços, em trabalho conjunto com as associações locais como se observa no quadro seguinte.

Quadro 33
URBAN II

Objectivos Estratégicos	Eixos	Medidas	Execução		
• Requalificar o ambiente urbano	I – Construção da coesão do espaço urbano	1. Ambiente urbano e espaço público	Jardim 25 de Abril	●	
			Tras. R General Roçadas/Rua Carvalho Araújo	●	
			Tras. Rua General Tamagnini	●	
			Jardim Central da Buraca	●	
			Gaveto da Av. da República/Av. 25 de Abril	●	
			Quinta Grande da Damaia/Condes da Lousã	●	
			Parque Infantil do Jardim Central da Buraca	●	
• Integração da população africana	II – Inclusão Social e valorização socioeconómica e profissional	2. Emprego e formação	Escola Intercultural e das Profissões	●	
			Apoio a iniciativas de emprego social e auto-emprego	●	
			Mães adolescentes-Projecto Cegonha	●	
			Combate ao insucesso escolar e apoio psicossocial	●	
			Parceria com agentes locais para Emprego e Formação	●	
• Valorizar o contexto sócio-educativo da população juvenil	III – Revitalização social, cultural e desportiva	3. Prevenção das toxicodependências	Prevenir em colecção	●	
			Rotas	●	
			4. Educação e animação social	Frente D. João V Associação Amigos da Damaia	●
		Parceria com agentes para a Dinamização Social		●	
		Net Rodas		●	
		Instalações desportivas e culturais (Rua Andrade Corvo)		●	
		Escola de Excelência		●	
		Polidesportivo da Cova da Moura		●	
		5. Participação e cidadania	Parceria com agentes locais para a Participação e cidadania	●	
			Animocentro	●	
			Divulgação de Informação à população	●	
		IV – Operacional	6. Assistência técnica	Gabinete Técnico, Gestão e Acompanhamento	●

● Concluído

● Em curso

Fonte: CMA, 2006

URBCOM

No contexto da Grande Lisboa, o Município da Amadora foi pioneiro na instalação de grandes superfícies comerciais: beneficiava de vantagens locativas (forte concentração populacional, existência de uma infra-estrutura rodoviária de grande capacidade, proximidade à capital etc.) e da intenção expressa no PDM em promover um eixo vocacionado para a instalação de comércio e serviços (EN 117). A atractividade deste eixo comercial gerou o aparecimento de várias unidades de dimensão relevante de natureza generalista e especializada, favorecendo a complementaridade entre funções.

Pese embora a inexistência de uma avaliação ou de um balanço do impacto da instalação das grandes superfícies no Município, é improvável que o centro de comércio da Amadora tenha ficado à margem deste cenário dinâmico mas de grande agressividade comercial. Aliás, foram os sinais evidentes de incapacidade de adaptação do pequeno comércio e o declínio e perda de vitalidade dos centros tradicionais, observados quer no nosso País quer no seio da U. E. que levaram os responsáveis a desenvolver políticas de regeneração urbana incidindo sobre a cidade consolidada.

Reconhecendo a importância da modernização das unidades mas também do espaço que a envolve, em parte fruto das experiências falhadas devido às actuações isoladas, os incentivos foram alargados à melhoria do ambiente urbano, designadamente à requalificação do espaço público (pavimentação, sinalética, mobiliário urbano, iluminação pública) na senda do relançamento dos centros como espaços que favorecem a competitividade entre territórios.

Assim, no âmbito do III QCA (2000-2006) é lançado o Programa URBCOM (Portarias n.º 317-B/2000, de 31 de Maio e n.º 113-A/2002, de 7 de Fevereiro) destinado a apoiar projectos de urbanismo comercial, mais tarde retomado pelo Programa PRIME-Programa de Incentivos de Apoio à Modernização da Economia (Portaria 188/2004 de 26/02).

A Câmara Municipal apresentou uma candidatura ao sistema de incentivos, com o objectivo de recolher verbas para intervir na Zona Centro da Amadora. Esta área corresponde ao coração da Cidade e constitui o espaço urbano que concentra maior número e diversidade de funções centrais, integrando simultaneamente um dos maiores interfaces multimodais de transporte da Área Metropolitana.

Com esta candidatura, o Município ganhava a oportunidade para actuar de forma integrada e partilhada (Município, Empresários e Associação de Comerciantes) numa área de reconhecida relevância para a construção de um novo modelo urbano, delimitada em Planta de Ordenamento do PDM como estratégica – zona h. Os fundamentos de intervenção contidos na candidatura, eram em diversos aspectos consentâneos com as propostas inscritas no Plano, designadamente nos domínios do desenvolvimento económico, da acessibilidade e do urbanismo, procurando deste modo corrigir alguns dos constrangimentos nela identificados.

Assim, em Setembro de 2006, a Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor aprova as normas específicas do PUC da Amadora (Despacho nº482/XVII/2006/SECSDC), que estabelecem os eixos urbanos que integram a Área de Intervenção apresentada na Figura 25 e define o período de apresentação das candidaturas individuais.

Figura 25 Eixos de intervenção URBCOM – centro da Amadora



O sistema de incentivos dirigido ao relançamento dos centros urbanos, previa desde o seu formato inicial, a criação facultativa de uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC). Esta “entidade” surge ligada à emergência de um novo paradigma na governabilidade dos centros de cidades, assente numa lógica de parceria estratégica entre agentes públicos e privados, que operam no mesmo território. A manifestação da vontade de instituir a UAC no Centro da Amadora, com o objectivo de gerir e acompanhar a implementação do projecto de urbanismo comercial na AI, ficou expressa no protocolo de colaboração assinado entre a CMA e a ACECOA na fase inicial da candidatura, condição que contribuiu para o reforço da qualificação do Estudo Prévio.

A criação da UAC da Amadora, designada por Agência para a Promoção e Valorização Comercial do Centro da Amadora, bem como o conteúdo do Projecto de Estatutos, foram aprovadas em Sessão de Câmara e em Assembleia Municipal respectivamente em Março e Abril de 2006. A Agência, doravante designada por Amadora VIVA, reveste a forma jurídica de associação privada sem fins lucrativos, com a participação obrigatória da Estrutura Associativa e da Câmara Municipal, nos termos do Despacho nº26 181/2005 de 20/12 (2ª série) do Ministério da Economia e Inovação.

B.5 Acessibilidades

A questão das acessibilidades, identificada desde muito cedo como um ponto crítico do concelho, ocupou uma posição central no modelo de desenvolvimento defendido pelo PDM para o Município. A melhoria de rede viária e dos transportes era uma questão estratégica na resposta às exigências do desenvolvimento urbano e da evolução da procura e portanto transversal no sucesso dos eixos “diversificar a base produtiva” e “melhorar o padrão de vida”.

O modelo de reequilíbrio urbano apostava em dar prioridade à estruturação da rede viária principal, às ligações à rede viária com Lisboa e outros concelhos envolventes e em projectar interfaces de transporte, programando a sua execução. Assim, de forma a inverter a situação deficiente do sistema viário que se tinha mantido inalterável ao longo das décadas oitenta e metade de noventa, as estratégias de actuação consistiam em:

- Promover a acessibilidade intra-regional e a Lisboa.
- Promover a diversificação de fluxos de tráfego, por forma a atenuar o congestionamento viário.
- Assegurar uma boa articulação entre os diversos bairros, o centro da Cidade e os centros secundários.
- Assegurar uma boa conexão entre as diversas áreas e os interfaces de transporte.

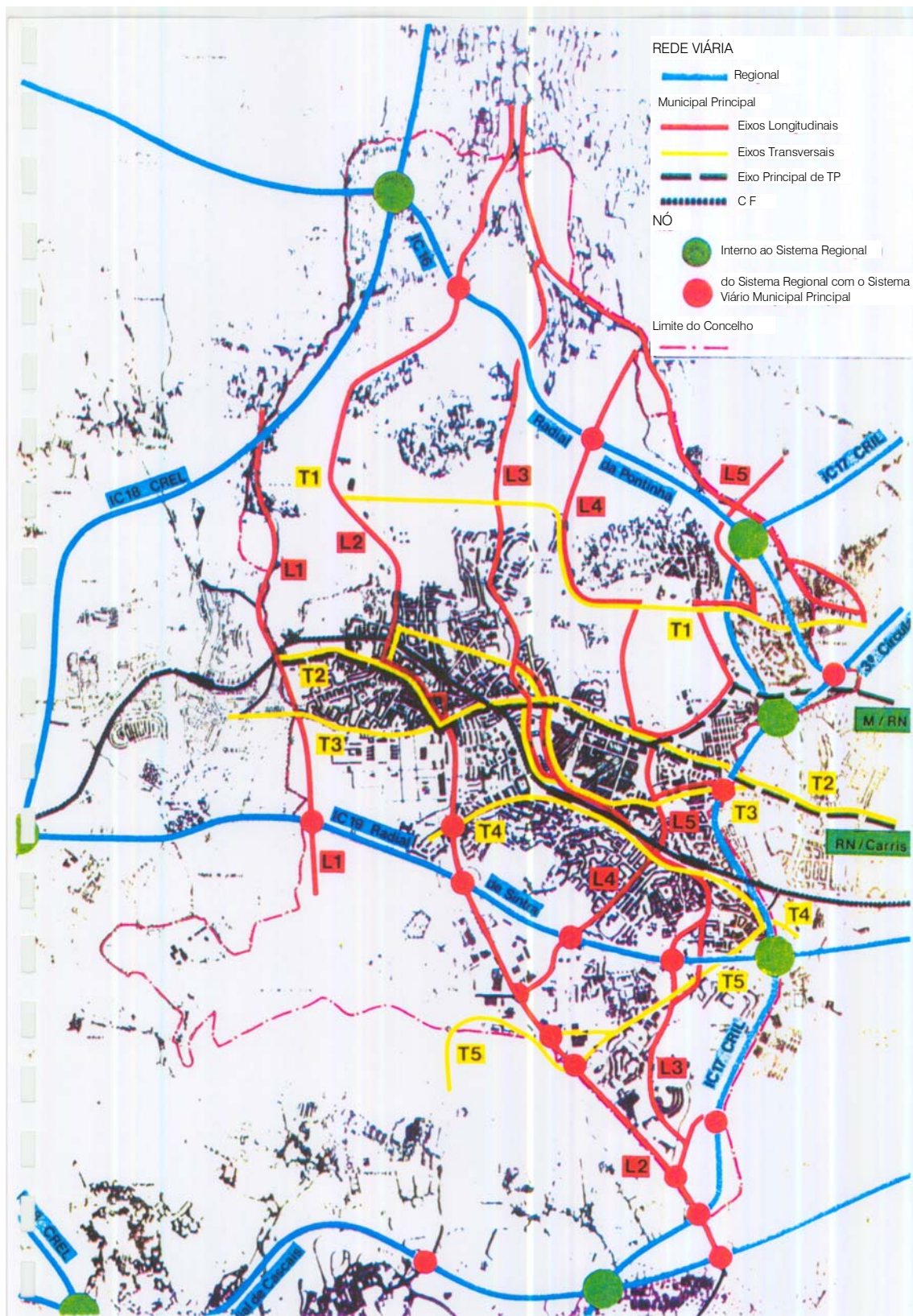
Com este enquadramento foi elaborada proposta de estrutura viária (figura 26) desenvolvida para minimizar as limitações e disfunções do sistema viário concelhio e a partir dos investimentos em curso na rede viária regional, no sistema ferroviário e do metropolitano.

A rede viária proposta na Planta de Ordenamento integrava a rede regional e a rede municipal. Possuía uma concepção aproximada do sistema reticulado, tendo sido considerado para o efeito eixos longitudinais (com orientação preferencial Norte/Sul) e eixos transversais (com orientação preferencial Este/Oeste) que garantiriam uma boa cobertura territorial e níveis de permeabilidade adequados.

A execução desta rede proposta possibilitou conexões entre a rede viária regional e os vários sectores do concelho, entre estes e os sectores adjacentes à Amadora, bem como aos principais equipamentos de transporte. Para atingir tais objectivos a rede viária assentou numa hierarquização de nós que permitiu uma adequada separação de tráfegos.

O mesmo processo de execução possibilitou ainda a reformulação dos itinerários e percursos da maioria das carreiras dentro do concelho e uma melhor oferta de serviços com rebatimentos nas áreas de atracção dos novos interfaces (estações da CP e Metropolitano).

Figura 26 Proposta do PDM da estrutura viária principal da Amadora



Fonte: PDM Amadora, 1994

A estrutura proposta no PDM assentava num conjunto de eixos longitudinais e transversais que se sintetizam no quadro seguinte:

Quadro 34	
Estrutura viária principal proposta em 1994	
Eixos longitudinais	<p>L1 Eixo parcial Norte-Sul a Poente, ligando Casal de Cambra, A-da-Beja, Carenque-Amadora-Lido (Queluz)-IC19 (Radial de Sintra)-Hospital</p> <p>*L2 Eixo Norte-Sul Poente, ligando A-da-Beja a Moinhos da Funcheira – Serra de S. Mamede – Amadora (Centro) – Borel/Quatro Caminhos – Alfragide – Carnaxide – Lisboa (Restelo)</p> <p>L3 Eixo Norte-Sul central, ligando as áreas de expansão a Norte-A-da-Beja, Moinhos da Funcheira – Casal de S. Brás, ao Bairro de Bosque, ao centro da cidade e à zona da V. Nova, Damaia, Buraca e Zambujal, onde termina, no nó da CRIL</p> <p>L4 Eixo Norte-Sul Nascente, ligando Sto Elói – Monte da Galega – Alfoanelos (Poente) – Falagueira (Poente) – Venda Nova – Damaia- Buraca - Alfragide</p> <p>L5 Arco longitudinal Nascente, ligando a Paiã a Alfoanelos (Nascente) – Falagueira (Nascente) – Venda Nova – Benfica (CRIL)</p>
Eixos Transversais	<p>T1 Eixo Este-Oeste, Norte, ligando o Casal de S. Mamede – Casal de S. Brás – Falagueira – Alfoanelos – Pontinha – Lisboa (Camide)</p> <p>T2 Eixo central de Transportes Públicos, ligando a Ponte de Carenque/Queluz – Centro da Amadora – Venda Nova, a Lisboa, através das Portas de Benfica ou à Falagueira e Lisboa através de Alfoanelos e Carnide – Colégio Militar</p> <p>T3 Eixo Este-Oeste Central, ligando Queluz – Lido – Amadora – Venda Nova à CRIL e a Lisboa (estação da Damaia)</p> <p>T4 Eixo Transversal intermédio de ligação do Borel – Reboleira – Damaia – Buraca – Lisboa</p> <p>T5 Eixo Oeste – Oeste Sul, ligando Carnaxide – Serra de Carnaxide – Alfragide – Buraca - Lisboa</p>

* Por deliberação da Assembleia Municipal da Amadora, Edital nº 284/2000, Diário da República – II série, Nº 172 de 27 de Julho de 2000, foi aprovada alteração ao PDM à via L2, que integra a estrutura viária da Zona Norte.

Fonte: PDM, 1994

O desenvolvimento desta proposta foi sendo concretizado através da beneficiação da rede existente e de eixos construídos em áreas de expansão recente incorporadas no processo urbano. As alterações de traçado verificadas foram decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão do território posteriores ao PDM.

Rede Viária

Nos últimos anos, num período caracterizado pelo grande investimento no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio na área dos transportes e acessibilidades, assistiu-se à aceleração do processo de infra-estruturação do território das áreas metropolitanas. Estes investimentos permitiram ultrapassar defasamentos das redes existentes face aos novos requisitos, não só em termos de lógicas de organização do território como também em termos tecnológicos.

A Rede Viária que tem vindo a ser implementada evoluiu nesse sentido. Trata-se de uma estrutura constituída pela Rede Primária ou Fundamental, assente em vias arteriais e principais, cuja transição resulta das ligações a nós viários, e pelas vias secundárias e vias locais. Assim:

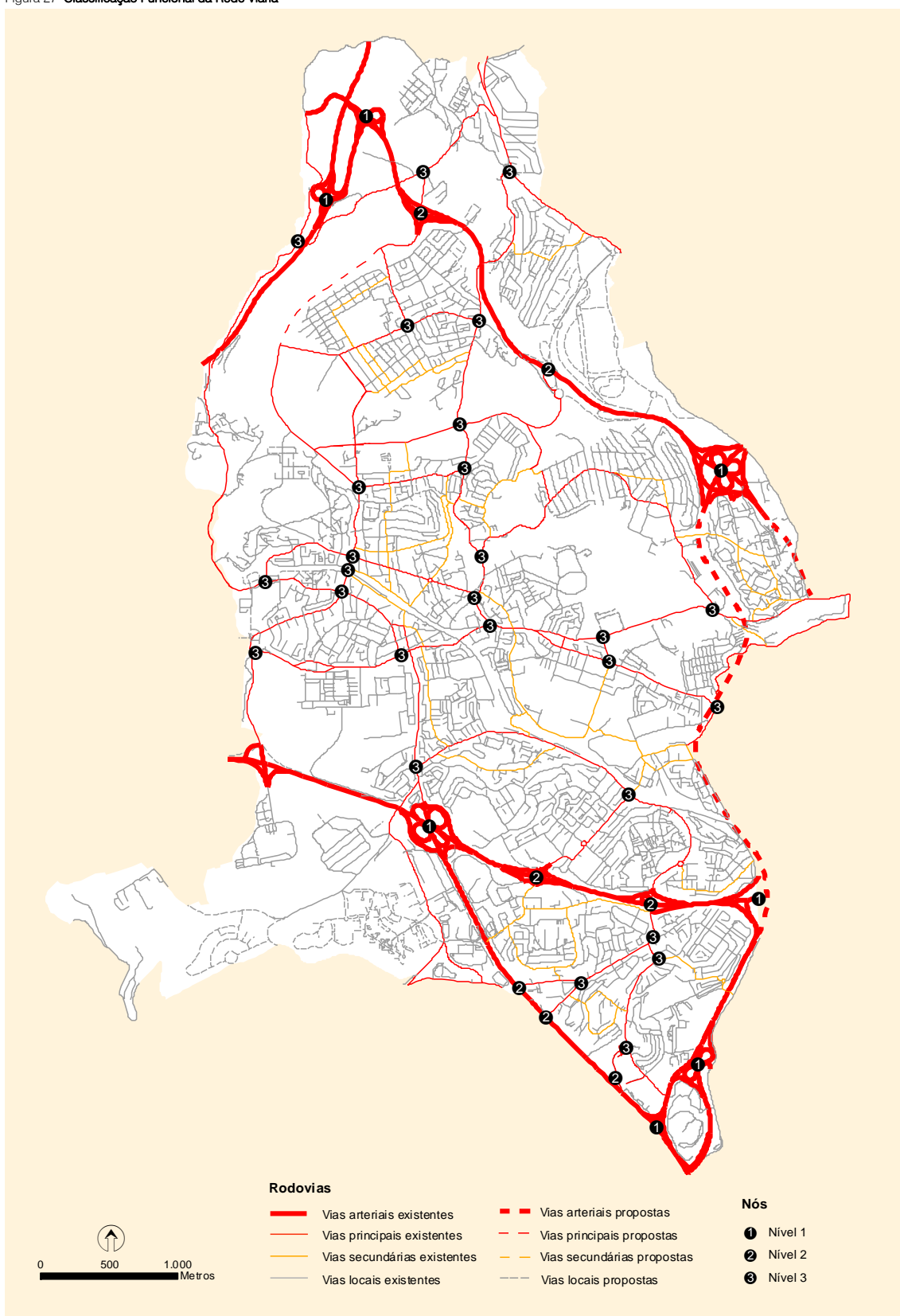
- Vias arteriais: as cinco vias (CRIL, CREL, IC16, EN117 e IC19) constituem eixos de transporte fundamentais que asseguram ligações regionais e ligações internas estruturantes, suportando o tráfego diário de movimentos pendulares¹⁰ de transporte individual gerado não só pelo Município como pelos concelhos contíguos, ou seja, asseguram um importante tráfego de passagem com origem/destino nos Municípios envolventes, como se verifica na matriz de dependências.
- Vias principais: promovem ligações no Município e entre este e a sub-região envolvente. Estas incluem as vias urbanas que constituem eixos principais de distribuição de tráfego no Município e os acessos de entrada/saída do território concelhio.
- Vias secundárias: vias urbanas cuja função de distribuição ao acesso residencial marca a transição entre as vias principais e as locais.
- Vias locais: vias urbanas com funções de distribuição nos diversos bairros/zonas no interior do território municipal.
- Nós viários: concretizam as ligações entre as várias vias que compõem a rede viária. Os nós de nível 1 fazem a articulação entre as vias arteriais; os nós de nível 2 estabelecem ligações entre as vias arteriais e as principais; e os nós de nível 3 ligam as diferentes vias principais.

A classificação funcional das vias do Concelho está representada na figura 27.

A evolução recente da Rede Principal ou Fundamental enquadra-se no âmbito do investimento na melhoria das acessibilidades. Este objectivo pretende retirar tráfego de passagem do centro e facilitar o acesso à cidade a partir do exterior. Para tal foi determinante a criação de um conjunto de vias circulares e radiais que comportassem o crescimento actual e previsto, criar novas acessibilidades e encurtar o tempo de deslocações. Nesse sentido, destaca-se o alargamento e iluminação da EN117, o alargamento do IC19, a construção dos troços entre Carenque e o nó da Fonte Santa, da CREL e a realização da Radial da Pontinha.

¹⁰ Movimento pendular é a expressão utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo.

Figura 27 Classificação Funcional da Rede Viária



Em complemento a este reforço/beneficiação da rede viária regional, a Câmara tem vindo a promover no âmbito do Plano Rodoviário Municipal a execução de vias estruturantes e beneficiação da restante rede. São disso exemplo:

- construção do Nó de Santo Elói e da Fonte Santa;
- construção do Nó do Neudel que liga Alfragide à Damaia;
- construção dos novos nós de acesso ao Zambujal e a Alfragide;
- ligação do Borel ao Hipermercado Continente;
- execução das avenidas circulares e radiais para ligação directa ao IC19, IC16, IC18.
- reperfilamento e requalificação da Estrada dos Salgados;
- reformulação e requalificação da Praça do Monumento ao Bombeiro;
- ligação da Avenida da República à Praça das Águas Livres e respectivo reperfilamento e arranjo paisagístico;
- alargamento da Estrada Velha de Queluz e ligação do Lido ao Hospital Amadora-Sintra;
- prolongamento da Av. 11 de Setembro de 1979 à Av. Dr. José Pontes;
- alargamento do IC19, de Alfragide ao Nó do Hospital e Nó dos 4 Caminhos;
- reperfilamento da Estrada da Serra da Mira;
- reperfilamento da Rua Gonçalves Ramos;
- reperfilamento da Rua Piteira Santos.

A construção do complexo comercial IKEA em Alfragide permitiu um reordenamento da rede viária a nível local. Foi construído um novo viaduto sobre a EN117 e requalificada parte da Estrada do Zambujal.

As perspectivas de evolução do sistema viário nos próximos anos serão no sentido da construção dos troços da CRIL, troço Buraca – Alfovelos que irá tornar mais acessíveis todas as freguesias da zona Este do Concelho; da ligação do Lido à Rua Elias Garcia e do alargamento da ligação do Lido ao Hospital Amadora/Sintra, que permitirá aceder ao IC19 sem atravessar os arruamentos locais, retirando assim trânsito do interior da Amadora.

A rede viária existente em 2006 era de 365 km tendo sido construídos e beneficiados aproximadamente 110Km entre 1994 e 2006 e encontrando-se em fase de construção 36 km de novas vias. O que significa que no período de vigência do plano o total de vias construídas, beneficiadas e em construção representam face a 1994 um acréscimo de 57% no comprimento da rede.

A existência de um plano de estrutura viária a par das opções políticas tomadas a partir de 1998 permitiu um forte incremento da extensão da rede e uma crescente articulação com o uso do solo.

Transportes colectivos

Evolução Recente

Nos últimos anos, assistiu-se à melhoria da rede viária existente e ao aumento da cobertura espacial, bem como, do sistema de infraestruturas de transportes.

Os operadores que servem o território da Amadora envolvem agora mais um sector – o metropolitano.

Modo ferroviário	Modo rodoviário
Refer	Vimeca LT – Lisboa Transportes
Metropolitano de Lisboa	Carris
	Rodoviária de Lisboa

Interfaces

A articulação entre os vários modos de Transporte individual e/ou colectivo tem a sua maior expressão nos cinco interfaces existentes.

Operador	Amadora	Reboleira	Sta Cruz / Damaia	Amadora Este	Alfornelos
Refer	X	X	X		
Metropolitano de Lisboa				X	X
Vimeca LT	X	X	X	X	X
Carris			X		

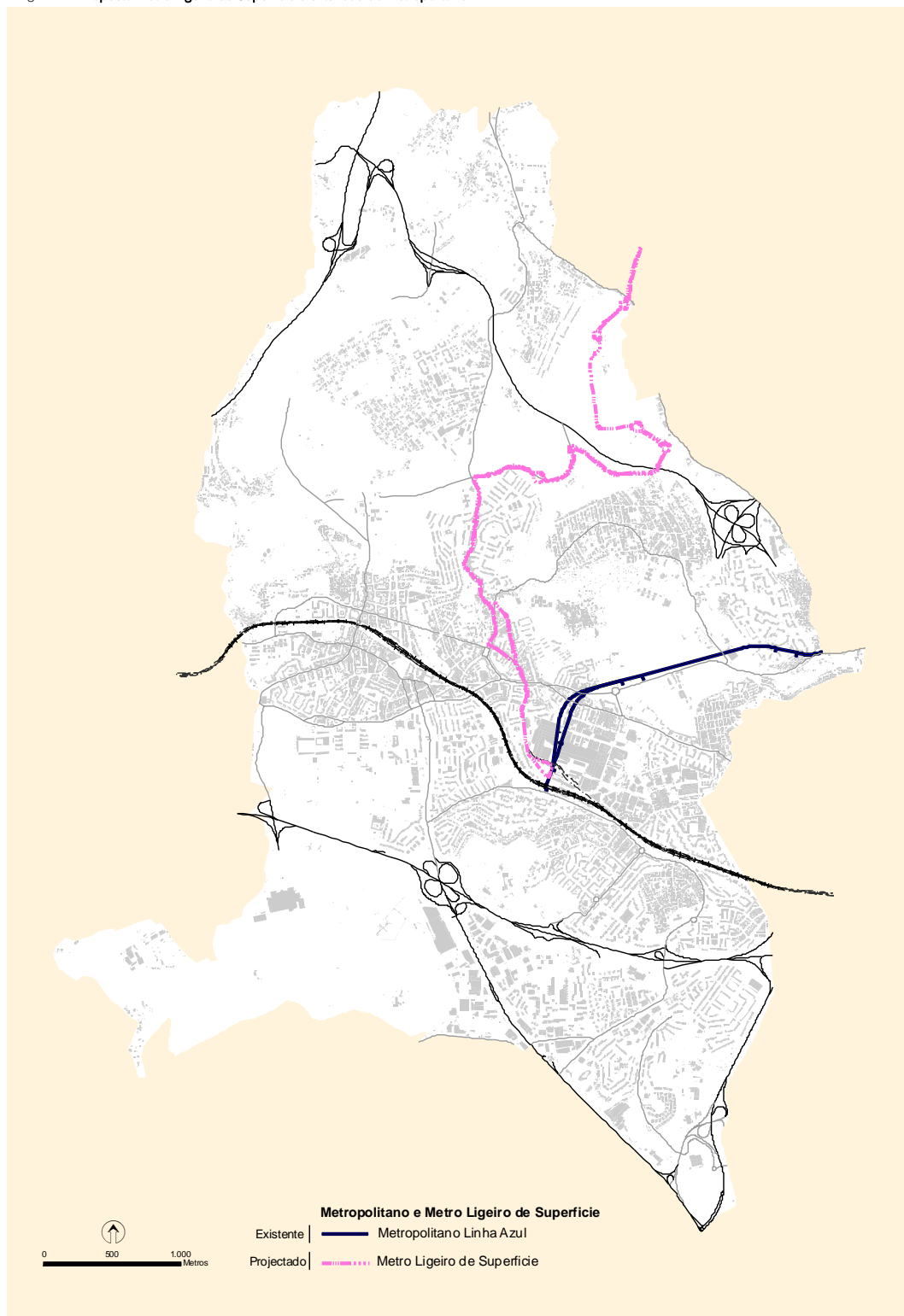
Projectos novos

Em 2008 dar-se-á início ao **prolongamento da rede de metropolitano (linha azul) à estação da Reboleira**, possibilitando o transbordo multimodal e de acesso directo ao comboio. Esta ligação será da maior importância, tendo em conta, o peso que estes dois modos detêm no quadro das deslocações diárias.

Prevê-se ainda, reforçar as ligações transversais, aos restantes concelhos vizinhos com a introdução do **metro ligeiro de superfície**. Este projecto foi desenvolvido em parceria com a Carris e o Metropolitano de Lisboa e com a colaboração dos concelhos de Oeiras, Odivelas e Loures.

O objectivo é a oferta de maior regularidade e melhores níveis de serviço na Área Metropolitana de Lisboa, com a criação de linhas que permitam a transferência multimodal. A futura rede do metro ligeiro de superfície será composta por três linhas, iniciando-se pela linha Odivelas - Amadora Este e seu prolongamento à interface da Reboleira.

Figura 28 Proposta Metro Ligeiro de Superfície e extensão do Metropolitano



Fonte: CMA, DOM/DTMU

Deslocações diárias

A localização geográfica deste concelho, inserido no Sector III da A.M.L., origina o intenso fluxo diário de atravessamento existente sobretudo no eixo Sintra-Lisboa. Contudo, quer as melhorias introduzidas ao nível da rede viária, existente e criada, quer a possibilidade de realizar transferência modal (transporte individual/transporte público (ferroviário ou rodoviário) para o metropolitano, em território concelhio, permitiu uma maior fluidez do tráfego e, por sua vez, uma redução nos tempos de deslocação.

Espera-se que a sua redução seja novamente sentida, no futuro próximo, com o prolongamento da linha de metropolitano à interface rodo-ferroviária da Reboleira.

A par da introdução de novas estações de metropolitano, interfaces e dos projectos previstos concretizar, tem-se investido na melhoria das condições de acesso e utilização dos T.P., a nível global do concelho, nomeadamente, através da colocação de cerca de 200 abrigos de passageiros, da execução de passeios, travessias para peões, da colocação de pilaretes e gradeamentos, reforço quer da iluminação pública, quer da sinalização direcciona na envolvente às interfaces.

Rede Rodoviária

Actualmente a rede rodoviária de transporte colectivo, baseia-se nas ligações de rebatimento ou passagem nos interfaces ferroviários existentes, privilegiando ainda, as de acesso a Lisboa. Paralelamente são feitas ligações directas a Lisboa e a outros concelhos limítrofes.

A Vimeca/LT é o operador com maior representatividade no concelho, seguindo-se a Carris.

Contudo, conseguiram-se melhorias nas ligações intraconcelhias, nomeadamente de ligação aos diversos equipamentos existentes a ao centro, numa lógica de ligações radiais e circulares.

Em 1991, no serviço da Vimeca/LT existiam 15 carreiras com origem ou destino no concelho, sendo actualmente 30 e 11 das quais, têm origem e destino no concelho. Este resultado, é na sua maioria, consequência do prolongamento da rede do metro ao território do concelho.

Operador	Num.	Origem/Destino	%	O ou D Amadora	O e D Amadora
Vimeca - LT	1	Algés / Portela	77,55		
	10	Bº Zambujal / Linda a Velha		X	
	20	Algés (estação) / Amadora (estação Sul)		X	
	26	Falagueira estação – circ. via Casal de S. Brás		X	X
	101	Colégio Militar / Tercena			
	103	Amadora Hospital / Montelavar		X	
	104	Almargem do Bispo / Falagueira (estação)		X	
	105	Falagueira (estação) / Queluz Mte Abraão		X	
	106	Falagueira (estação) / Carcavelos		X	
	107	Idanha / Marquês de Pombal			
	108	Caxias / Damaia		X	
	109	Falagueira (estação) – circ. via Damaia Est.		X	X
	113	Amadora (estação Sul) / Belém		X	
	114	Amadora (estação Sul) / Algés (estação)		X	
	118	Amadora (estação Norte) - circ. via Casal S. Brás		X	X
	127	Amadora (Cemitério) / Amadora (estação Sul)		X	X
	128	Brandoa (Alto) / Colégio Militar		X	
	132	A -da- Beja / Colégio Militar		X	
	133	Amadora (estação Norte) / Caneças		X	
	134	Amadora (estação Norte) / Casal de Cambra		X	
	135	Amadora Estação Norte – circ. via Bº da Mina		X	X
	136	Amadora (est. Norte – circ. via M. da Funch.)		X	X
	137	Amadora (estação Norte) - circ. via Casal S. Brás		X	X
	138	Brandoa (Lg.) / Costa da Caparica (Verão)		X	
	142	Casal da Mira / Colégio Militar		X	
	143	Amadora (estação Norte) / Pontinha			
	144	Belém / Cacém			
	149	Belém / Mira Sintra			
	154	Amadora hospital (via C. São Brás, Alfoanelos e V.Nova)		X	X
	155	Amadora hospital (via V. Nova, Alfoanelos e C. São Brás)			X
	157	Queluz Palácio / Serra da Silveira			
	162	Algés (estação) / Falagueira estação		X	
	163	Colégio Militar / Massamá			
165	Brandoa (Alto) - circ. via Colégio Militar (nocturna)	X			
168	Brandoa (Lg. 1º Maio) / Alfoanelos (estação)	X	X		
181	Pontinha / Talaíde				
185	Amadora Hospital / Marquês de Pombal	X			
186	Amadora (estação Sul) / Falagueira (estação)	X	X		
	Totais	28	11		
Carris	54	Campo Pequeno / Alfragide	16,33	X	
	64	Cidade Universitária / Damaia de Cima		X	
	711	Praça do Comércio / Alto da Damaia		X	
	714	Praça da Figueira / Outurela			
	746	Sta. Apolónia (estação) / Damaia (estação)		X	
	750	Estação Oriente - Algés			
	767	Campo Mártires da Pátria / Damaia (estação)		X	
	799	Colégio Militar / Alfragide Norte		X	
	Totais	6	0		
RL	210	Colégio Militar / Caneças	6,12		
	224	Pontinha /Caneças			
	227	Pontinha / Vale Grande			
	Totais	0	0		

O operador Carris, à data, apresenta 6 carreiras com destino no Concelho da Amadora.

Relativamente à Rodoviária de Lisboa, é o operador com menor representatividade no Concelho servindo-o com apenas 3 carreiras de passagem a operar na zona Norte, limite com o concelho de Odivelas.

Com o aparecimento dos novos pólos habitacionais, tem sido preocupação do município dotar os mesmos de transporte colectivo rodoviário. À data, duas novas urbanizações já se encontram servidas, prevendo-se em Dezembro, dar-se início ao serviço em mais duas urbanizações.

Encontra-se em estudo a cobertura da rede em quatro novas urbanizações e zona comercial.

À excepção da zona comercial situada a norte do concelho (servidas pela Vimeca /LT e R.L.), as zonas habitacionais serão servidas pela Vimeca/LT.

Apesar dos investimentos e melhorias implementadas pelo município e operadores, ao longo dos anos, tem-se verificado um decréscimo da procura, em favor da utilização do T.I., verificada em qualquer um dos operadores.

Relativamente à evolução da procura no concelho da Amadora, não existem dados que permitam a sua análise, sendo que, os operadores não possuem informação estatística desagregada. Somente a Carris disponibilizou dados por carreira.

Passageiros com Título de Transporte Pago, em milhões, e taxa de variação relativa ao ano base (1999)

Carreira	1999	2000	Δ (%) 00-99	2001	Δ (%) 01-00	2002	Δ (%) 02-01	2003	Δ (%) 03-02	2004	Δ (%) 04-03	2005	Δ (%) 05-04	2006	Δ (%) 06-05	Δ (%) 99/06
54	3,1	2,6	-15,08	2,4	-7,75	2,3	-7,62	2,0	-10,19	1,9	-8,18	1,9	1,65	2,0	3,34	-37,30
63*	3,2	2,5	-21,01	2,4	-3,41	2,3	-5,08	2,0	-11,24	2,0	-3,31	1,8	-7,15	1,3	-27,10	-57,92
64	1,5	1,6	7,59	1,6	-3,63	1,5	-4,14	1,5	-3,20	1,4	-4,46	1,5	4,96	1,5	3,46	-0,19
11/711	3,2	2,9	-10,25	2,5	-13,04	2,4	-3,40	2,3	-5,53	2,2	-2,89	2,0	-8,05	1,9	-5,07	-39,63
14/714	3,2	3,1	-3,22	3,2	3,08	2,8	-13,85	2,6	-7,86	2,4	-6,90	2,6	9,86	2,7	1,36	-17,90
46/746	7,7	6,9	-11,24	6,1	-10,55	6,4	5,07	6,0	-6,35	5,9	-1,33	5,5	-7,32	4,8	-12,70	-37,64
50/750	10,4	10,2	-1,98	9,6	-5,85	9,3	-3,10	9,2	-0,60	9,1	-1,56	8,0	-12,04	8,0	0,32	-22,78
67/767	5,1	5,3	4,34	5,0	-7,31	5,1	2,60	4,8	-6,36	4,6	-3,38	4,2	-8,77	4,8	14,11	-6,55
109/799	1,0	2,4	135,43	1,7	-28,57	1,5	-13,70	1,3	-7,81	1,5	9,97	1,5	1,88	1,4	-9,46	35,73

Fonte: Carris, 2007

* carreira eliminada em 2006, no âmbito da reformulação da Rede 7

Através da leitura das tabelas, pode-se verificar uma redução mais significativa na procura em determinadas carreiras, em parte, justificada pelo prolongamento da rede do metropolitano em Lisboa e pelas melhorias realizadas na rede ferroviária da linha de Sintra, sendo significativo o número de passageiros que faz transbordo na interface da Damaia.

A par desta situação também se verificou o aumento na utilização do transporte individual.

Factores dissuasores da procura

Em 2006 foram introduzidas as primeiras alterações da rede 7 da Carris, situação que levou à **diminuição do número de carreiras em circulação no concelho da Amadora** e a alterações no percurso e destino de outras, tendo nos últimos anos sido eliminadas três carreiras.

Julga-se que um dos factores desmotivantes para a utilização de T.P. é a não adopção de **frequências de circulação** mais elevadas, sendo que, o tempo máximo de espera para o utilizador não deveria ser superior 15 minutos.

Também o **tempo de trajecto** rodoviário origem/destino se torna desmotivante quando ultrapassa os 20 minutos.

O esforço realizado na obtenção de uma maior cobertura da rede existente, e que se tem vindo a desenvolver relativamente às novas zonas urbanas, tem sido um processo que, infelizmente, se tem desenvolvido muito lentamente, pelo que, importaria agilizar os mesmos, junto da **Administração Central**.

Por outro lado, tem-se verificado a **falta de investimento dos operadores na melhoria da cobertura espacial**, sem que haja propostas de introdução de novas carreiras. Não obstante o investimento que tem sido desenvolvido pelos operadores, a nível do material circulante, proporcionando um serviço de maior conforto e mais respeitador do meio ambiente, deveria ser considerada a aquisição de autocarros tipo “mini – bus”, no sentido de se apostar nos circuitos urbanos de rebatimento nas estações ferroviárias e equipamentos.

Táxis

Actualmente existem 119 licenças atribuídas. O número de praças aumentou nos últimos anos, sendo actualmente 22, distribuídas pelas várias freguesias do concelho e na sua grande maioria possuem abrigo de passageiros.

Freguesia	Arruamento	Número de estacionamentos	Abrigo
Alfragide	Largo Alberto Aldim	8	✓
	IKEA	4	X
	Av. da Quinta Grande	8	✓
Alfornelos	Largo Teófilo Braga	6	✓
Brandoa	Largo 1º de Maio	6	✓
Buraca	Av. 5 de Outubro	4	✓
Damaia	Interface	10	✓
	Rua Bartolomeu Dias	4	✓
Falagueira	R. Elias Garcia (Bº de Bosque)	6	✓
S. Brás	Est. da Serra da Mira	6	✓
	Est. Sto Eloy	3	X
	Avª Dr. Fernando Piteira Santos	2	✓
Mina	Av. Cardoso Lopes	10	✓
Reboleira	Av. D. José I	8	✓
	Interface (Av. Carlos I)	5	✓
	Av. dos Hospitais Cívicos de Lisboa	2	X
	Lg.D.Constantino de Bragança	4	X
Venda Nova	Rua João de Deus	3	✓
Venteira	Pç. D João I	4	✓
	Parque Delfim Guimarães	8	✓
	Hipermercado Continente	6	X
	Hospital Dr. Fernando da Fonseca	18	X

Rede Ferroviária

No contexto das deslocações diárias, este modo de transporte é o mais representativo no concelho, sobretudo nas deslocações casa/trabalho e de ligação a Lisboa.

As horas de ponta na utilização deste modo, correspondem ao período das 07.00 às 09.00H e das 17.00H às 19.00 Horas (segundo inquérito da Comissão de Utentes da Linha de Sintra).

São sentidos problemas ao nível de segurança e da higiene nas estações e comboios e ainda, apontadas a necessidade de requalificação das estações e da conclusão das obras do túnel do Rossio, bem como, a de aumentar o número de circulações nas horas de ponta e fora das mesmas (à noite, fins de semana e feriados) e melhorar a articulação com o transporte rodoviário.

Até à data não foram disponibilizados dados que permitam analisar a evolução da procura de passageiros nos últimos anos.

Movimentos pendulares

As deslocações que se operam na Região da Grande Lisboa são sobretudo do tipo radial e de carácter pendular sendo a Capital o ponto de convergência dos vários eixos de transporte e o local de origem/destino da maioria das deslocações, nomeadamente no domínio do emprego, como já foi referido anteriormente. A Amadora destaca-se ao nível sub-regional pela sua localização geográfica bem como pelo conjunto de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, acrescidas recentemente da rede do metropolitano.

Como se pode verificar no quadro seguinte, a maior parte dos movimentos pendulares são interconcelhios uma vez que o somatório das entradas e saídas do Concelho traduz actualmente cerca de 70% dos movimentos. Nestes, assumem maior significado as saídas, 51,1%, face às entradas, 20,4%. Entre 1991 e 2001, verifica-se uma ligeira perda de importância dos movimentos intraconcelhios¹¹ bem como de “saídas” do Concelho para outros da AML, reforçando-se o peso das “entradas” no período considerado, com o aumento de 15,6% para 20,4%, o que significa um ligeiro aumento da capacidade de atracção da Amadora.

Quadro 35					
Movimentos pendulares da população empregada ou estudante entre 1991 e 2001					
Movimentos pendulares	Empregados / Estudantes				
	1991		2001		
	Nº	%	Nº	%	
Movimentos Intraconcelhios	34 581	30.1	32 237	28.6	
“Entradas” no Concelho	17 906	15.6	22 974	20.4	
Origem outros concelhos da AML	17 644	15.3	22 231	19.7	
Origem concelhos exteriores à AML	262	0.2	743	0.7	
“Saídas” do Concelho	62 545	54.4	57 593	51.1	
Destino outros concelhos da AML	61 892	53.8	56 312	49.9	
Destino concelhos exteriores à AML	653	0.6	1 281	1.1	
Total	115 032	100	112 804	100	

Fonte: INE, Censos, 2001

Da análise dos gráficos/mapas seguintes verifica-se que Lisboa é o principal destino dos residentes do Concelho da Amadora, uma vez que confluem para a Capital 75% dos movimentos por motivos de trabalho e/ou estudo. Entre 1991 e 2001 houve, no entanto, um decréscimo nestes movimentos de saída, ou seja, embora Lisboa se continue a destacar dos outros Concelhos, com o predomínio de um modelo fortemente polarizado para aquele Município, esta atractividade teve tendência para diminuir (de 80% para 75%).

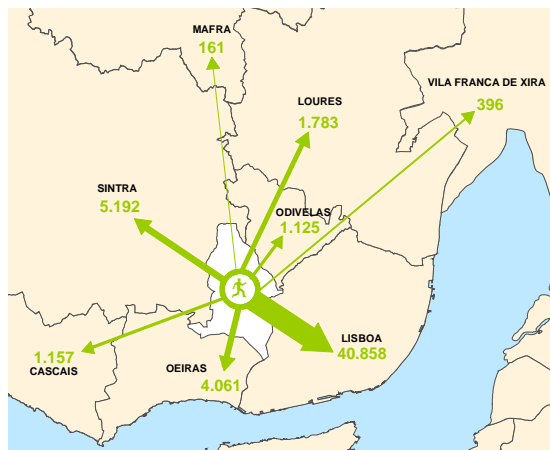
¹¹ Esta diminuição deve-se essencialmente às deslocações pendulares dos estudantes. Embora haja diminuição nos dois grupos, esta diminuição não é significativa na população empregada mas é significativa na população estudante do Concelho.

Os movimentos pendulares de saída são feitos essencialmente através do transporte colectivo, sendo que 27% das viagens são feitas de autocarro e 27% de comboio. Embora de uma forma geral a procura do transporte público tenha tendência a diminuir, na Amadora ainda é o mais utilizado nos movimentos de saída. Por outro lado, é bastante expressiva a utilização de transporte individual nos movimentos diários, que ganhou muita importância no período considerado (de 26% para 43%).

Quadro 36
Principais movimentos de saída em 2001

Destino	a pé		autocarro		comboio		individual		outro + empre.		total	
	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%
Cascais	7	1	145	1	238	2	669	3	98	7	1 157	2
Lisboa	267	55	11 883	81	12 460	85	15 616	66	632	44	40 858	75
Loures	14	3	366	3	153	1	1 152	5	98	7	1 783	3
Mafra	0	0	12	0	17	0	96	0	36	3	161	0
Odivelas	82	17	327	2	22	0	658	3	36	3	1 125	2
Oeiras	19	4	1 267	9	231	2	2 414	10	130	9	4 061	7
Sintra	92	19	622	4	1 441	10	2 704	11	333	23	5 192	9
V. F. Xira	1	0	17	0	83	1	230	1	65	5	396	1
Total	482	1	14 639	27	14 645	27	23 539	43	1 428	3	54 733	100

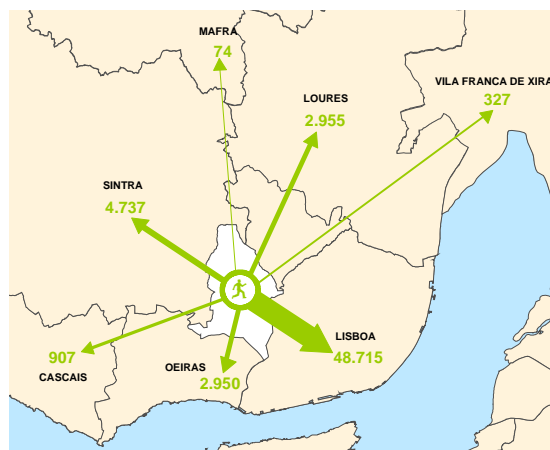
Fonte: INE, Censos, 2001



Quadro 37
Principais movimentos de saída em 1991

Destino	a pé		autocarro		comboio		individual		outro + empre.		total	
	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%
Cascais	0	0	178	1	237	2	275	2	217	7	907	1
Lisboa	455	58	21 940	84	12 252	83	12 647	79	1 421	47	48 715	80
Loures	116	15	1 350	5	160	1	1 017	6	312	10	2 955	5
Mafra	0	0	7	0	15	0	26	0	26	1	74	0
Oeiras	28	4	1 649	6	155	1	830	5	288	10	2 950	5
Sintra	186	24	910	3	1 853	13	1 142	7	646	22	4 737	8
V. F. Xira	0	0	49	0	75	1	109	1	94	3	327	1
Total	785	1	26 083	43	14 747	24	16 046	26	3 004	5	60 665	100

Fonte: INE, Censos, 1991



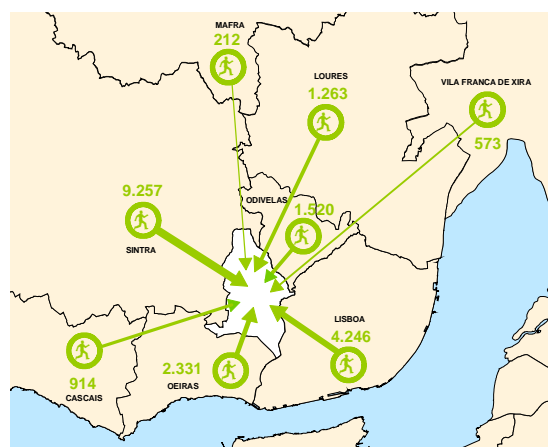
O Município da Amadora é um importante gerador de viagens. O seu espaço urbano, ao absorver as várias componentes da rede de acessos do corredor – eixos ferroviário, de transporte público rodoviário e de transporte individual – constitui um importante suporte físico de viagens geradas fora dos limites do Município com destino à capital e concelhos limítrofes. É disso exemplo o peso da componente do tráfego de passagem que se tem vindo a acentuar com o desenvolvimento e expansão urbana do Município de Sintra e com a persistência do carácter predominantemente radial das redes de infra-estruturas viárias e de transportes públicos. Além disso, ao movimento rodoviário deve-se adicionar o transporte logístico que serve e atravessa a AML.

Esta situação confirma-se no mapa seguinte, onde é visível o predomínio de entradas (46%) no Concelho a partir de Sintra. Por outro lado, assistiu-se a uma diminuição do peso das entradas a partir de Lisboa, de 1991 para 2001, de 26% para 21%. Estes movimentos são bastante importantes embora se possa verificar situação semelhante à de Sintra, ou seja, não se trata só de emprego gerado localmente mas sim de movimentos de passagem. Do total de entradas no Concelho, 61% são feitas através do transporte individual, valor esse que quase duplicou face ao total no período de 10 anos considerado. Por outro lado, a percentagem de deslocações em transporte colectivo diminuiu consideravelmente, principalmente a utilização do rodoviário. Isto significa que para o período considerado assistiu-se a uma inversão na lógica da opção assente no transporte colectivo para uma lógica assente no transporte individual.

Quadro 38
Principais movimentos de entrada em 2001

Destino	a pé		autocarro		comboio		individual		outro + empre.		total	
	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%
Cascais	3	1	40	1	111	3	745	6	15	3	914	4
Lisboa	80	30	843	26	426	11	2 798	23	99	21	4 246	21
Loures	6	2	262	8	98	2	864	7	33	7	1 263	6
Mafra	1	0	14	0	12	0	179	1	6	1	212	1
Odivelas	18	7	424	13	33	1	1 000	8	45	10	1 520	7
Oeiras	5	2	447	14	137	3	1 703	14	39	8	2 331	11
Sintra	154	57	1 114	35	3 058	76	4 747	38	184	40	9 257	46
V. F. Xira	1	0	40	1	127	3	363	3	42	9	573	3
Total	268	1	3 184	16	4 002	20	12 399	61	463	2	20 316	100

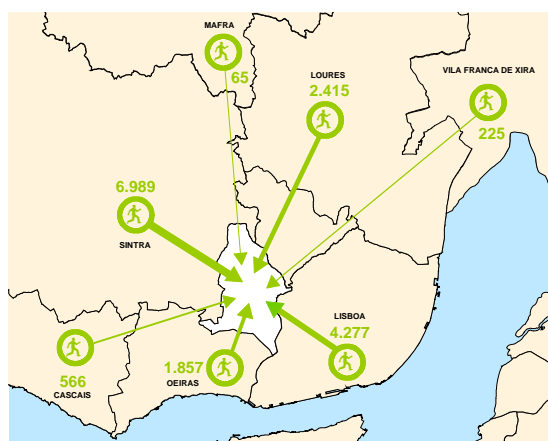
Fonte: INE, Censos, 2001



Quadro 39
Principais movimentos de entrada em 1991

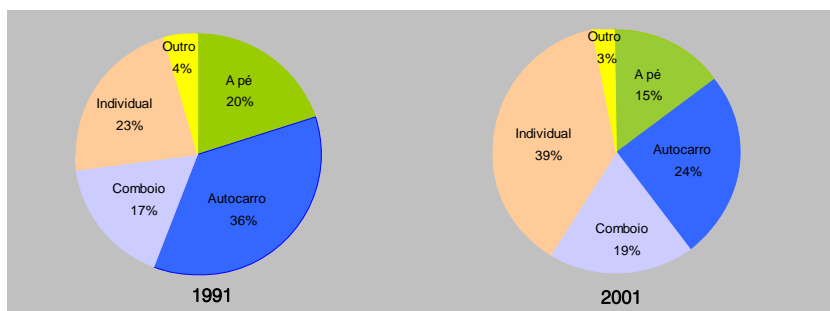
Destino	a pé		autocarro		comboio		individual		outro + empre.		total	
	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%
Cascais	2	0	68	1	148	4	304	5	44	4	556	3
Lisboa	138	32	1 649	31	502	13	1 708	30	280	28	4 277	26
Loures	49	11	1 148	22	85	2	912	16	221	22	2 415	15
Mafra	0	0	8	0	4	0	39	1	14	1	65	0
Oeiras	39	9	712	13	183	5	807	14	116	12	1 857	11
Sintra	204	47	1 657	31	2 939	74	1 898	33	291	29	6 989	43
V. F. Xira	0	0	34	1	101	3	65	1	25	3	225	1
Total	432	3	5 276	32	3 962	24	5 733	35	991	6	16 394	100

Fonte: INE, Censos, 1991



Como se pode observar no gráfico seguinte, o principal modo de transporte nos movimentos interconcelhios em 1991 era o autocarro e em 2001 passou a ser o transporte individual. No conjunto de transportes colectivos, o comboio aumentou ligeiramente a sua procura. Por outro lado, nos movimentos intraconcelhios, o principal modo de transporte é a deslocação a pé.

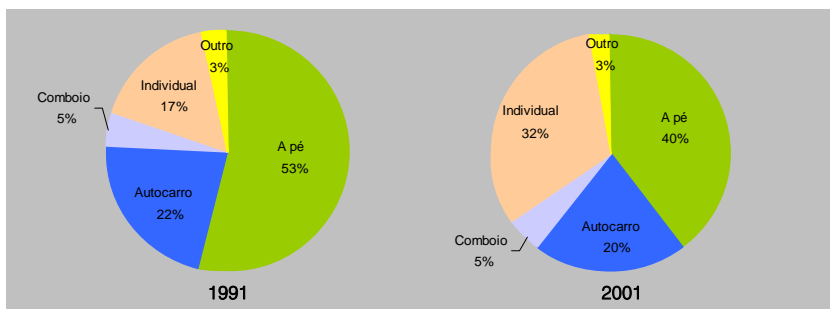
Figura 29 **Modo transporte principal nas saídas, incluindo Amadora**



Fonte: INE, Censos 2001

Analisando a importância relativa dos vários modos de transporte constata-se que, em 2001, o transporte individual (o automóvel em particular), foi o modo de transporte dominante (39,1%) nos percursos pendulares dos residentes na Amadora, seguindo-se-lhe o autocarro (24,3%) e o comboio (18,7%). Em 1991 a realidade era outra, com o predomínio do uso do autocarro (35,3%), seguindo-se-lhe o transporte individual (22,9%) e só depois as deslocações a pé e o comboio. Verifica-se assim a primazia do transporte individual nas deslocações interconcelhias e as deslocações a pé nas intraconcelhias.

Figura 30 **Modo transporte principal intraconcelhio**



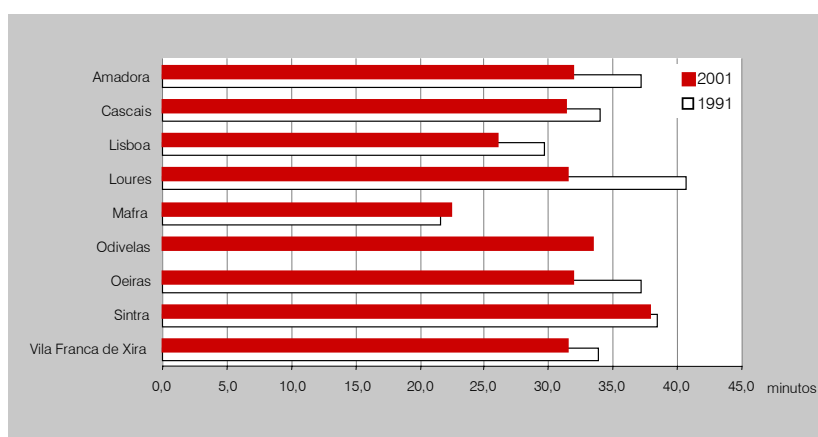
Fonte: INE, Censos 2001

Através da análise conjunta das figuras anteriores e dos quadros 36 a 39 que comparam a evolução dos movimentos segundo o principal modo de transporte, e do volume de tráfego de atravessamento em transporte individual e colectivo, conclui-se que a Amadora constitui o suporte físico das comutações diárias com destino à Capital, isto é, para além do fluxo gerado no seu território, a Amadora sustenta as deslocações dos Municípios contíguos.

Duração média das deslocações

A duração média das deslocações pendulares dos residentes na Amadora na área da Grande Lisboa era, em 2001, de 32 minutos, valor inferior ao da duração média em 1991, que era de 37 minutos. Entre 1991 e 2001, o tempo investido nas deslocações pendulares diminuiu em todos os Concelhos da Grande Lisboa (com excepção de Mafra, com um ligeiro aumento), sendo os tempos médios mais baixos nas deslocações observados neste concelho, o mais periférico, e em Lisboa.

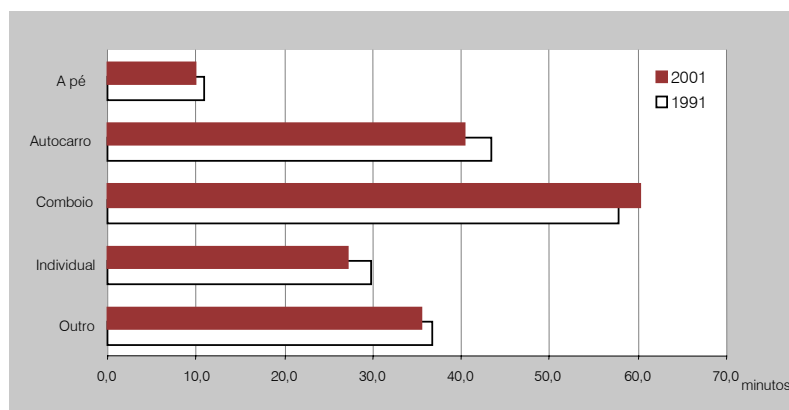
Figura 31 Duração média das deslocações pendulares dos indivíduos residentes na Grande Lisboa (percurso só de ida)



Fonte: INE, Censos 2001, com tratamento SIG

As deslocações a pé são as que apresentam menor tempo médio de duração, sendo o modo de transporte que permite a deslocação mais rápida o transporte individual, pois é o que permite menores durações médias nas deslocações interconcelhias (cerca de 27 minutos, em média). As deslocações em transporte colectivo são, no âmbito da Grande Lisboa, as que apresentam um tempo de duração maior, sendo o comboio o modo de transporte cujo movimento pendular é mais demorado. De 1991 para 2001 pode-se verificar, de uma forma geral, que a duração média das deslocações tende a diminuir.

Figura 32 Duração média das deslocações pendulares dos indivíduos residentes na Grande Lisboa (percurso só de ida) segundo o modo de transporte



Fonte: INE, 2001

Estacionamento e segurança nas deslocações urbanas

A par das melhorias do sistema viário e do sistema de transportes, o investimento municipal tem incidido em mais três áreas complementares:

- melhoria das condições de circulação nas vias urbanas;
- implementação de projectos inovadores, na área da educação para a segurança;
- melhoria do estacionamento.

No âmbito da melhoria das condições de circulação nas vias urbanas, procurou-se, a par da criação de novas acessibilidades, a melhoria da actual rede viária, para maior segurança rodoviária e pedonal. Neste sentido, construíram-se 81 rotundas, semaforizaram-se 54 cruzamentos, colocaram-se grades de protecção para peões e apostou-se ainda na sinalização horizontal e vertical, para reforço da segurança. A sinalização direccional foi renovada e complementada em todo o Concelho.

No âmbito da sinalização rodoviária inovadora, implementou-se um projecto-piloto que consistiu na colocação de painéis electrónicos a Leds, com informação aos condutores em excesso de velocidade. Este sistema foi implementado na Av. D. José I, na Av. Conde de Castro Guimarães, na freguesia da Reboleira e na Rua da Liberdade, na freguesia da Brandoa tendo-se reforçado a segurança nas vias públicas através deste método redutor do excesso de velocidade.

Em relação a projectos inovadores para a promoção da segurança rodoviária, foi implementado o projecto Escola Segura, criando-se a figura do Patrulheiro. O patrulheiro é uma pessoa aposentada, com formação específica que, junto às passadeiras das escolas, ajuda as crianças a atravessar as ruas. Este projecto teve início em 1998/1999, abrange actualmente todas as freguesias, correspondendo a 36 estabelecimentos escolares, e representa um investimento na ordem dos 70 mil Euros.

Ainda no âmbito da educação para a segurança rodoviária foi criada com o apoio da DGV no Parque Aventura, na Falagueira, uma Escola Fixa de Trânsito para crianças, onde professores da especialidade leccionam as regras de trânsito à população mais jovem do Concelho.

Igualmente no âmbito dos projectos inovadores e de educação para a segurança rodoviária, colocaram-se painéis luminosos para a travessia de crianças. Foram distribuídos pelas várias freguesias do Concelho 28 painéis dinâmicos nos eixos viários considerados mais problemáticos.

Alguns dos parques de estacionamento surgiram numa lógica de promoção da intermodalidade entre o transporte individual e o transporte público. É o caso dos parques junto à Estação de Metro da Falagueira e das Estações Ferroviárias da Amadora, Damaia e Reboleira. Outros, surgiram como solução à falta de estacionamento em zonas residenciais.

Na Brandoa foi construído um silo para estacionamento automóvel, no âmbito do Programa PROQUAL, com 368 estacionamentos compreendidos numa área de 8 800m². Foram ainda criados ou recuperados pontualmente novos estacionamentos inseridos em vias objecto

de obras de reperfilamento, ordenamento ou requalificação paisagística, o que permite atenuar o défice de lugares de estacionamento, ou seja, melhorar e aumentar a oferta.

Em síntese, o facto do Concelho ser atravessado por infra-estruturas viárias regionais com nós de transferência com as vias principais, designadamente com os eixos longitudinais e transversais previstos no PDM, permitiu a valorização de novas áreas, sobretudo no Norte do Concelho, bem como o aumento da atractividade das áreas urbanas em geral e do próprio sistema de deslocações a nível regional. É agora importante privilegiar o fecho de malhas, de modo a tornar o território mais coeso em matéria de acessibilidades.

A mobilidade geográfica, enquanto elemento estruturador do território, está largamente associada à crescente predominância do transporte individual e, em particular, do automóvel, bem como ao surgimento de novos modos de transporte no Concelho, e deve ser vista como resultado de transformações sociais, de modos de apropriação social de tecnologias que configuram o território, envolvendo os seus agentes e funções. As políticas urbanas devem, neste sentido, ter em conta o objectivo de assegurar uma mobilidade sustentável.

Quadro 40 Oferta de estacionamento em 2006		
Freguesias	Nº lugares exteriores	Nº lugares cobertos
Alfragide	2 456	
Brandoa	1 481	368
Buraca	3 547	
Damaia	6 429	420
Falagueira	4 444	
Mina	4 376	
Reboleira	4 595	440
Venteira	6 875	169
Alfornelos	1 804	
São Brás	5 567	
Venda Nova	2 160	
Total concelhio	43 734	1 397

Fonte: CMA; DOM/DTMJ, 2006

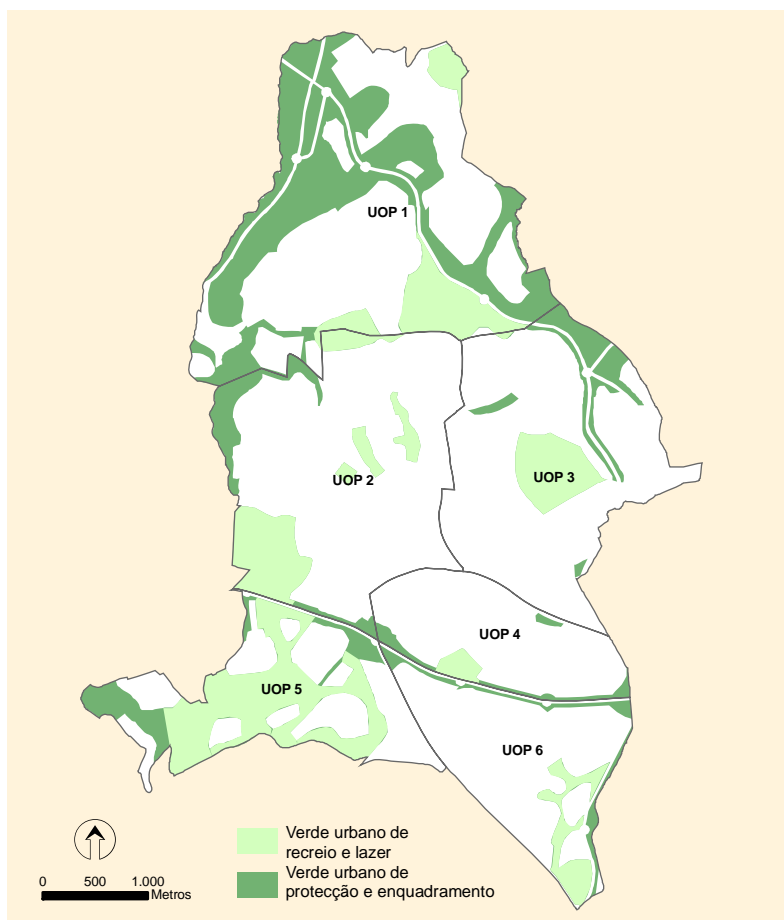
B.6 Espaços verdes de recreio e lazer

A proposta de desenvolvimento da estrutura verde municipal inscrita no PDM faz parte dos objectivos específicos do modelo de desenvolvimento – “Qualificar Urbanisticamente o Território, “...” Garantir um bom nível de equipamentos, serviços públicos de apoio à comunidade e infra-estruturas urbanas,” – com a seguintes acções estratégicas no domínio do ambiente urbano:

- Criar uma estrutura verde a inserir na estrutura verde metropolitana;
- Criar uma rede concelhia de espaços verdes para recreio e lazer;
- Promover a reabilitação de zonas com usos degradantes.

A estrutura verde municipal desenvolve-se a dois níveis: o nível regional com áreas de enquadramento e ligação ao exterior e a nível urbano com espaços verdes públicos mais vocacionados para o uso da população residente.

Figura 33 Proposta da estrutura verde, Plano Director Municipal



Fonte: CMA; PDM; 1994

Ao nível regional o PDM referia como principais propostas para áreas verdes de enquadramento:

- a norte e poente, ao longo da principal linha de água que limita o concelho, Ribeira de Carenque, e a nordeste as áreas verdes de enquadramento dos eixos viários fundamentais.
- na zona Sul, a Serra de Carnaxide, constitui pelas reserva de área verde uma importante estrutura de ligação paisagística ao concelho de Oeiras.

Ao nível urbano o PDM apresentava como espaços possíveis de construir espaços verdes públicos:

- áreas sensíveis como a confluência de linhas de drenagem natural, espaços intersticiais disseminados no contínuo urbano, novas áreas urbanas, áreas urbanas sujeitas a operações de reabilitação ou reconversão.

O modelo de ordenamento do PDM defendia o desenvolvimento de soluções que possibilitassem a criação de espaços verdes em terrenos com condicionalismos ecológicos, tais como os leitos de cheia e as áreas inundáveis. Neste sentido, foram construídos o Parque da Ribeira e o Parque do Zambujal, na Buraca, o Parque Aventura e a Ilha Mágica do Lido.

A recomendação global¹² – meta que o PDM propunha para o planeamento dos espaços verdes – é de 40m² por habitante. Destes, 10m² deverão ser localizados próximo da habitação, com fácil acessibilidade (400m) e os restantes 30m² deverão constituir o espaço verde integrado na estrutura verde principal.

A construção de espaços verdes para além de moldar esteticamente o espaço e a paisagem urbana, tem contribuído para encarar o ambiente urbano como um instrumento eficaz de construção da sustentabilidade. Tanto o jardim construído, como os corredores verdes integrados no contínuo urbano deverão constituir uma estrutura progressivamente interligada com o fim de assegurar o controlo do escoamento hídrico e atmosférico e o conforto bioclimático.

As teorias actuais procuram recuperar e reinventar o espaço público e colectivo para evitar a separação física dos bairros, para ligar o edifício ao exterior e favorecer a mobilidade e diversidade dos estilos de vida.

Acresce que a persistência desse estatuto na cidade poderá fomentar a presença de utilizadores assíduos que estimulam o uso da cidade, a aceitação das diferenças e a aprendizagem do viver social.

Do ponto de vista formal, a segmentação tipológica dos espaços verdes poderá assentar no perfil de ocupação semelhante: desporto, contemplação, circulação, atravessamento, convívio, tipologias geradoras de níveis de atracção e repulsão diferenciados de acordo com os atributos.

Entende-se que a multifuncionalidade existente no espaço verde público é essencial, porque permite ao cidadão a realização de um conjunto diversificado de actividades sociais, lúdicas, culturais, desportivas, aumentando o seu nível de utilização e apropriação.

¹² De acordo com as "Normas para programação de equipamentos colectivos", Volume III, GEPAT, 1990

A monofuncionalidade dos territórios contribui, pelo contrário, para a desertificação dos espaços ou para a sua apropriação por grupos marginais.

O Município da Amadora à data da elaboração do PDM contava com 42,1ha¹³ de área de espaços verdes públicos tratados que constituíam a sua estrutura verde urbana.

A Autarquia, num esforço de desenvolvimento do território, elegeu a construção e requalificação dos espaços verdes como um factor de qualidade de vida dos seus habitantes.

Até ao início da década de 90 a Autarquia privilegiou a construção de parques urbanos como forma de atenuar o défice existente no território em verde (2,32m²/hab) e de otimizar a utilização de espaços com vocações de estadia, recreio e lazer.

As propostas PDM e a política da Autarquia no domínio dos espaços verdes criaram condições para o aumento da área e para a estruturação do espaço verde como uma rede contínua e articulada com outras redes urbanas como é particularmente visível no caso dos equipamentos de educação e ensino.

A variedade tipológica dos espaços verdes é a seguinte:

- Parque Urbano – espaço verde de média ou grande dimensão, com presença de equipamentos e infra-estruturas que permitam usos simultâneos diversificados, visando essencialmente o recreio e lazer.
- Jardim – espaço verde de pequena ou média dimensão, com alguns equipamentos e infra-estruturas, vocacionado para o recreio e lazer.
- Praceta ou praça – espaço de limites definidos pelo edificado que pode assumir diferentes usos e funções, normalmente de estadia.
- Faixa ajardinada com alinhamento arbóreo – espaço que contém espécies arbóreas que definem uma ou várias linhas, cuja plantação não se faz em caldeira.
- Relvado – espaço verde de variadas dimensões cujo plano de plantação consiste essencialmente na utilização de gramíneas perenes, podendo também assumir a forma de prado.
- Canteiro – espaço de pequenas dimensões, de forma definida, com plano de plantação variado e com uma função estética.
- Enquadramento do edificado – espaço de pequena ou média dimensão, de forma definida e que, de um modo geral, está agregado ao edificado (habitações e equipamentos colectivos), cumprindo uma função estética.
- Separador de trânsito – espaços de pequenas dimensões, de forma definida, com um plano de plantação variado e que visa apoiar o ordenamento de tráfego automóvel.

¹³ Dados de 1995, de acordo com o estudo da CMA "Amadora: elementos estatísticos de caracterização", Setembro de 1996.

O espaço verde ocupa uma área de 94,5ha, valor que ultrapassa a duplicação da oferta existente em 1994 passando a capitação em espaço verde de 2,32m² por habitante (em 1995) para 5,37m² por habitante (em 2006).

A desagregação da área de espaços verdes à freguesia contribui para uma melhor percepção da situação actual e da evolução verificada nos dois momentos apresentados.

A diferença entre os dois anos refere-se não só à construção de novos espaços verdes como à requalificação de alguns já existentes em 1999. São contabilizados todos os espaços verdes independentemente do seu estado de conservação. Incluem-se espaços privados e espaços públicos de utilização condicionada.

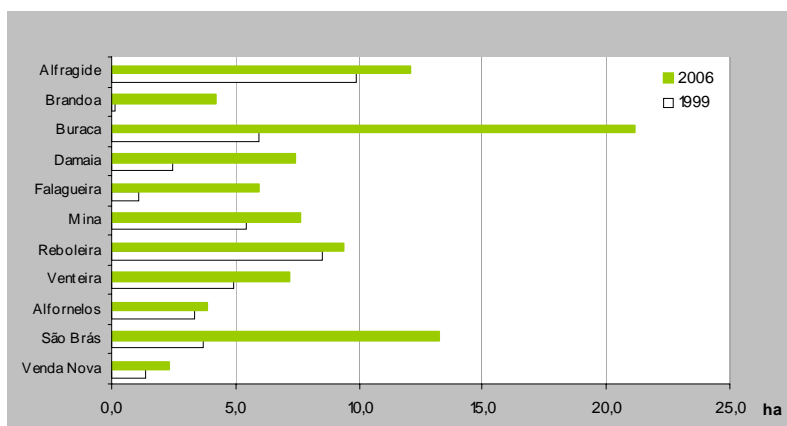
Quadro 41 Capitação espaços verdes		
Freguesias	1999 m ² /hab.	2006 m ² /hab.
Alfragide	16,03	13,82
Brandoa	0,10	2,70
Buraca	4,03	13,18
Damaia	1,03	3,62
Falagueira	0,74	4,12
Mina	2,55	4,04
Reboleira	5,05	6,04
Venteira	2,22	3,67
Alfornelos	2,64	2,71
São Brás	1,93	6,38
Venda Nova	0,98	2,02
Média concelhia	2,57	5,37

Fonte: CMA; DSU/DEV, 2006

Dentro desta realidade observa-se uma evolução significativa de espaço verde em todas as freguesias, destacando-se no conjunto por apresentarem valores superiores à média a Buraca, S. Brás, Alfragide e Reboleira.

O quadro 41 revela que a partir de 1999, ano a partir do qual se começou a ter uma base mais fiável, a evolução se traduziu numa melhoria das capitações com particular relevância na Buraca, com 13,18m², que nos últimos sete anos triplicou o valor da superfície de espaço verde por habitante. Esta situação particular deve-se à execução dos Parques do Plano Integrado do Zambujal que previa na sua proposta de zonamento um conjunto de espaços verdes que se foram concretizando ao longo da década de noventa. Por seu turno, Alfragide diminuiu a capitação de espaços verdes devido ao aumento da população residente.

Figura 34 Área total em espaço verde



Fonte: CMA; DSU/DEV, 2006

Inversamente, a Brandoa, a Falagueira e a Venda-Nova eram as freguesias, em 1999, com os valores mais baixos, o que se devia à própria génese do tecido urbano, situação essa que se pretendeu atenuar através dos espaços verdes propostos no âmbito do PROQUAL, nomeadamente com o Parque Luís Vaz de Camões, no primeiro caso e do Parque Urbano da Ribeira da Falagueira, no segundo caso.

Ainda com o objectivo de colmatar este défice de superfície verde por habitante encetou-se entre 2000 e 2005, um processo de criação e de remodelação dos espaços verdes com a finalidade de, respectivamente, aumentar a capitação em verde e de adequar a oferta de tipologias a uma procura específica, que tem sofrido alterações no que se refere à estrutura etária, aos hábitos de vida, etc. Neste sentido, a Venteira viu a sua área verde e de lazer aumentar com a construção da Ilha Mágica do Lido e do Parque da Fantasia, no Borel. No âmbito do URBAN II, foi ainda requalificado o Parque dos Aromas, na Buraca e o Jardim 25 de Abril, na Damaia.

Este processo de criação e requalificação operada na estrutura verde secundária, nos espaços de estadia e lazer, nos espaços verdes de enquadramento e outros correspondeu a uma intervenção de cerca de 48ha.

A figura 35 representa a cobertura em espaços verdes, em 2006 no território da Amadora

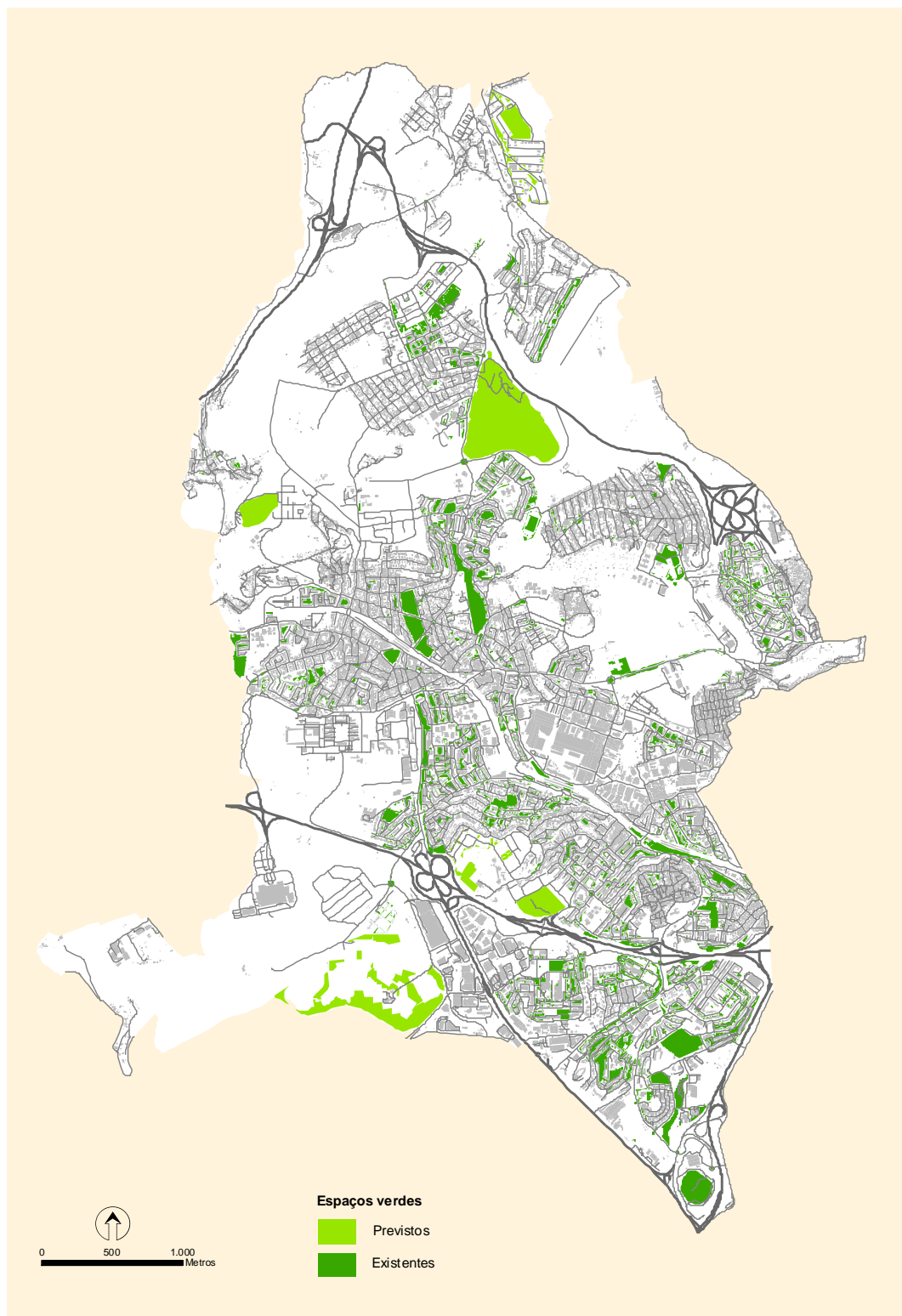
Neste quadro, o Município caminha para atingir, tendencialmente, a meta recomendada pelas normas de planeamento em vigor, de 10m²/hab, havendo projectos em curso que após a sua realização poderão contribuir para um acréscimo significativo em espaços verdes resultante de intervenções, construções programadas ou previstas em novas urbanizações. Será o caso do Moinho do Guizo, Neudel, Parque da Boba, Serra de Carnaxide, Carenque e Atalaia que totalizam uma área de 70ha prevendo-se a sua construção a curto prazo. Este conjunto de espaços foi pensado para ser multifuncional.

Integram também a estrutura verde secundária os parques infantis. O critério de programação destes equipamentos vai ao encontro da composição etária da população residente e a sua localização é próxima da habitação para que o seu ritmo de utilização seja diário e permita um acesso espontâneo por parte dos seus utilizadores.

Existem oitenta e nove parques infantis disseminados pelo concelho. Destes, trinta e três estão integrados em Escolas Básicas do 1º ciclo, em Jardins de Infância, em estabelecimentos públicos e privados.

O processo de construção e requalificação realizado entre 1994 e 2006 elevou a oferta em mais vinte e seis parques infantis.

Figura 35 Espaços verdes



Fonte: CMA, DSU/DEV, 2006

B.7 Resíduos sólidos urbanos

A gestão dos resíduos sólidos urbanos não estava contemplada explicitamente no modelo de ordenamento preconizado no PDM. Apesar disso, optou-se por integrar este tema neste relatório uma vez que se enquadra no objectivo “melhoria do padrão de vida”/promover a instalação de equipamentos – serviços públicos de apoio à população.

Todo o processo de remoção, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos (r.s.u.) são exemplos de sectores onde se podem e devem concretizar políticas de carácter ambiental que visem a “melhoria do padrão de vida” como se preconiza no PDM.

O sistema de r.s.u. deverá necessariamente seguir uma estratégia, através da adopção de tecnologias que incentivem o aumento da valorização de resíduos e diminuição da deposição em aterro, minimizando, em simultâneo, o impacto ambiental para níveis socialmente aceitáveis. Então, o objectivo será otimizar os custos de modo a minimizar os encargos para as autarquias e para os cidadãos.

Quadro 42
Equipamento para recolha selectiva de materiais recicláveis

Tipo	1994	2006
Papelão isolado	15	65
Vidrão isolado	51	147
Ecoponto	0	137

Fonte: CMA, DSU/DHS, 2006

A elevada densidade populacional, o progressivo aumento da produção de r.s.u. e o esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Carenque, deram origem a algumas dificuldades na gestão do sistema de r.s.u. do Concelho. O Município optou então por integrar a ValorSul, sociedade concessionária da exploração do sistema multimunicipal de gestão de r.s.u. da Área Metropolitana de Lisboa Norte. Este sistema dá resposta à recolha indiferenciada de r.s.u., à recolha selectiva de materiais recicláveis e à recolha selectiva de matéria orgânica. Na Amadora localiza-se um dos equipamentos deste sistema de gestão integrada, destinado ao tratamento de resíduos orgânicos recolhidos selectivamente, a Estação de Tratamento e Valorização Orgânica (E.T.V.O.).

No contexto das políticas de carácter ambiental com impactos positivos a reter, destacam-se duas: a selagem do Aterro Sanitário de Carenque (em funcionamento entre 1985 e 1993), na Freguesia da Mina, e a selagem e posterior recuperação ambiental da antiga lixeira da Boba, na Freguesia de S. Brás.

Toda a população do município é servida com recolha de r.s.u., ou seja, existe uma taxa de cobertura de 100%. Tomando como base comparativa os anos de 1994 e de 2006, registou-se um aumento de cerca de 3% na produção de r.s.u. e um acréscimo de 26Kg de r.s.u. produzidos anualmente por habitante.

Quadro 43
Tratamento ou destino final dos resíduos sólidos urbanos recolhidos

Ano	Total r.s.u. (ton)	reciclado (%)	aterro (%)	incinerado (%)
1994	69 148,40	0,47	99,53	-
2006	71407,00	6,40	15,60	76,80

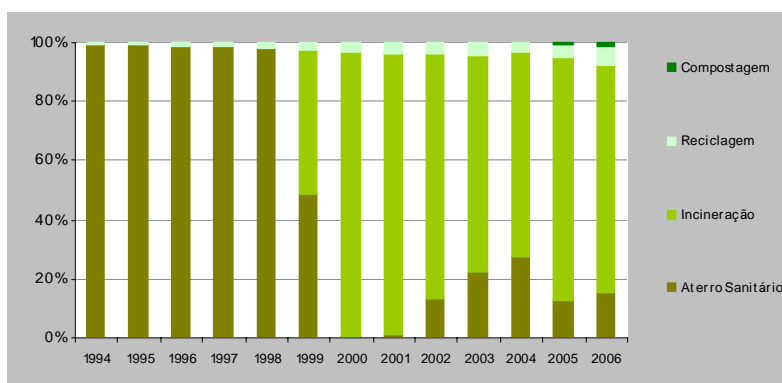
Fonte: CMA, DSU/DHS, 2006

A melhoria do nível de serviço prestado à população, requer compatibilização do ritmo de crescimento urbano com as necessidades de equipamentos de deposição e soluções de sistemas de remoção alternativos. Como já foi referido, a produção de resíduos tem vindo a aumentar embora o número de habitantes na Amadora tenha vindo a registar um decréscimo.

O crescimento urbano, de algumas actividades económicas e, principalmente, a adopção de novos padrões de consumo, associados ao crescimento do mercado de produtos de curta duração, assim como ao aumento generalizado do poder de compra, podem ser factores que, juntamente com conjunturas de crise económica e social, contribuem para o aumento registado na produção de r.s.u., bem como para as alterações na composição física dos mesmos (figura 37).

O esforço na aplicação de políticas ambientais resultou, por exemplo, numa variação muito significativa da quantidade de r.s.u. recolhidos selectivamente, em comparação com o total de r.s.u. produzidos; em 1994 foram encaminhados para reciclagem 0,47% do total de resíduos produzidos, tendo o mesmo valor aumentado para 6,4% em 2006.

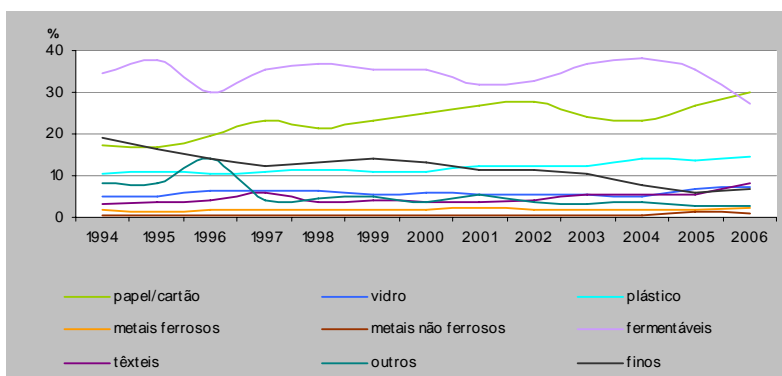
Figura 36 Destino final dos r.s.u.



Fonte: CMA, DSU/DHS, 2006

O aumento de quantidades de r.s.u. encaminhadas para o Aterro Sanitário a partir de 2001 deve-se à aos resíduos provenientes das demolições de alguns bairros degradados do Município, que, pela natureza dos mesmos, não pode ser incinerada. A suspensão de funções da incineradora, quer por motivos de manutenção quer como resultado de avarias, também implicou o desvio de resíduos para o aterro sanitário de Mato da Cruz.

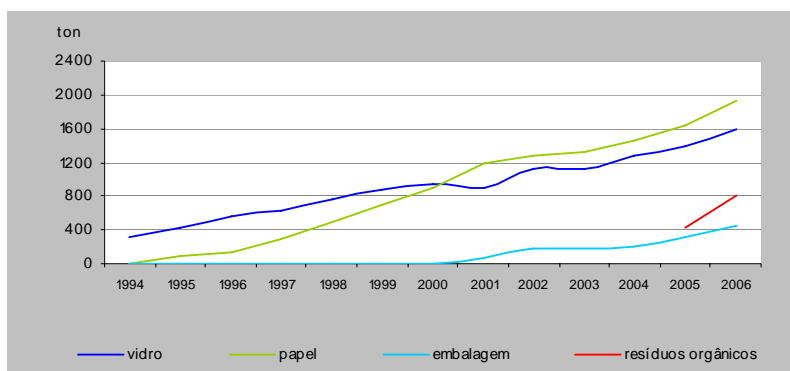
Figura 37 Composição física média anual dos r.s.u. recolhidos



Fonte: CMA, DSU/DHS, 2006

Existem, ao longo dos anos, tendências na composição de r.s.u. produzidos, traduzidas normalmente no aumento da produção de papel e embalagens e na diminuição de resíduos fermentáveis, o que está também relacionado com o nível sócio-económico das populações e com a alteração dos hábitos de consumo.

Figura 38 Quantidades de r.s.u. recuperados na origem



Fonte: CMA, DSU/DHS, 2006

O gráfico representa a evolução da quantidade de materiais recuperados na origem. É possível verificar o aumento progressivo da reciclagem de vidro e papel no período considerado. No ano de 2001 teve início a recolha selectiva de embalagens de plástico e de metal no Concelho. Desde essa data que as quantidades destes resíduos recolhidos selectivamente tem vindo a aumentar, embora tal não se traduza num acréscimo significativo em termos de quantidades (toneladas) recolhidas, uma vez que se trata de um resíduo de baixo peso. Em 2005, foi implementado o Programa “+Valor”, que consiste na recolha selectiva de resíduos orgânicos nos grandes produtores (escolas, cantinas, mercados e estabelecimentos comerciais). Estes resíduos são encaminhados para a E.T.V.O., onde são submetidos a um processo de digestão anaeróbia, com produção de composto e energia eléctrica.

No entanto, e embora a taxa de recuperação de resíduos valorizáveis tenha vindo a aumentar nos últimos anos apenas estão a ser atingidas as metas estabelecidas na legislação para o vidro. De modo a que estas possam ser cumpridas, torna-se necessário aumentar o número de equipamentos de deposição bem como adoptar sistemas de remoção alternativos.

Complementarmente ao sistema de gestão dos r.s.u. implementado refere-se, no âmbito da educação ambiental, a existência de vários programas direccionados principalmente à comunidade escolar, com carácter anual.

Os programas de Educação Ambiental contemplam actividades com os alunos dos diferentes graus de ensino dos estabelecimentos públicos de ensino, numa abordagem contínua, de forma a transmitir conhecimentos e sensibilizar a população mais jovem para a adopção de comportamentos que visem um desenvolvimento mais sustentável. Em 2006, foram trabalhados os temas resíduos, água, energias renováveis e ambiente e cidadania, o que envolveu 25 escolas do 1º ciclo ao secundário e cerca de 3600 alunos e professores participantes.

Em síntese, a infra-estruturação crescente do território no domínio dos resíduos sólidos urbanos e a promoção de acções de educação ambiental contribuem para assegurar um bom nível de equipamentos e infra-estruturas de serviço público de apoio à comunidade.

B.8 Equipamentos colectivos

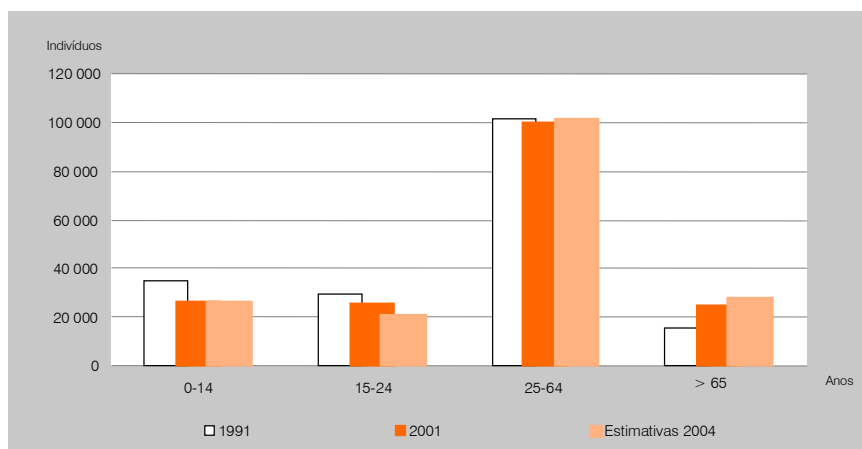
O sub-equipamento estrutural era uma das principais debilidades que o Município apresentava em 1994. Portanto, “Melhorar o padrão de vida” significava atribuir um papel determinante aos equipamentos e serviços públicos na organização do território de forma a promover a competitividade do município e a melhorar a qualidade de vida da população.

Esta ideia está muito presente no modelo de ordenamento, com incidência especial nos seguintes objectivos: “reservar/promover a reconversão/instalação de equipamentos e serviços públicos de apoio à população” e “compatibilizar o ritmo de crescimento urbano e as necessidades em equipamentos, serviços e infra-estruturas”.

A rede de equipamentos colectivos, sendo simultaneamente um instrumento de qualificação e valorização dos centros urbanos constitui ainda uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões.

Neste contexto surge como factor importante a evolução demográfica intimamente associada a processos de transformação social que se reflectem em vários domínios, tais como: a economia, a família, as acessibilidades e os estilos de vida. Concretizando, existe pois uma relação de interdependência que se estabelece entre a demografia e os vários sistemas de equipamentos colectivos. Isto é, a distribuição da população na Amadora e a sua estrutura etária são factores condicionantes do nível de procura e de oferta dos equipamentos e estes devem ser ao mesmo tempo encarados como factores de atracção e retenção populacional.

Figura 39 **População segundo os grandes grupos etários**



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001 e Estimativas da População, 2004

A observação da figura retrata as transformações ocorridas nos últimos anos, que se caracterizam por:

- contínuo aumento do número de indivíduos com mais de 65 anos que corresponde a um acréscimo de cerca de 75% nos últimos 15 anos;
- estabilização da população em idade activa, com perda gradual de população no grupo dos 15 aos 24 anos;
- diminuição de 25% do número de indivíduos com menos de 14 anos no período intercensitário.

Neste quadro os equipamentos colectivos assumem uma importância fundamental na estruturação do sistema urbano e social, quer pelo papel que desempenham na satisfação das necessidades básicas da população residente, quer como meio de apropriação do espaço que a sua frequência pode favorecer desde cedo nos seus utilizadores.

Genericamente, a oferta de equipamentos no Município da Amadora deve integrar-se no processo de urbanização do território que lhe deu origem. Este processo caracterizou-se por um acentuado crescimento habitacional sem a correspondente construção de equipamentos e sem a reserva de terrenos para fazer face às novas necessidades neste domínio.

A Autarquia tem procurado activamente atenuar esta situação deficitária, disseminando o equipamento de base local pelo território, de forma a satisfazer a procura actual e futura, esforçando-se ao mesmo tempo, por garantir localizações dentro dos parâmetros de centralidade e distância que as normas de planeamento recomendam. Esta atitude inscreve-se no objectivo específico “compatibilizar o ritmo de crescimento urbano e as necessidades em equipamentos, serviços e infra-estruturas”.

No entanto o que continua a ser importante é afirmar a localização dos equipamentos colectivos como elementos ordenadores do planeamento e do desenho urbano privilegiando ao mesmo tempo a centralidade física e simbólica destes na (re) construção da cidade.

Educação e ensino

Os equipamentos de ensino no Município da Amadora reflectem os efeitos do processo de reestruturação e da reforma do sistema educativo introduzidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo com as alterações que lhe foram introduzidas pela Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, e de mais normativos em vigor.

A intervenção municipal, no domínio da educação, foi marcada pela preocupação em elevar a qualidade das instalações, tanto ao nível do carácter arquitectónico dos edifícios escolares, como da diversidade dos seus espaços funcionais, de forma a possibilitar no presente e no futuro o cumprimento de um maior número de actividades curriculares e complementares que favorecem o sucesso educativo.

Este conjunto de realizações foi fundamentado nas propostas contidas na Carta Escolar, Equipamentos de Educação e Ensino do Município da Amadora, aprovada pela DREL em Julho de 2000, que fez o reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino com o objectivo de criar uma rede escolar ajustada do ponto de vista da distribuição espacial das instalações, da qualidade dos equipamentos, do número equilibrado de alunos, no seu total e por turma, permitindo melhores condições de prática pedagógica.

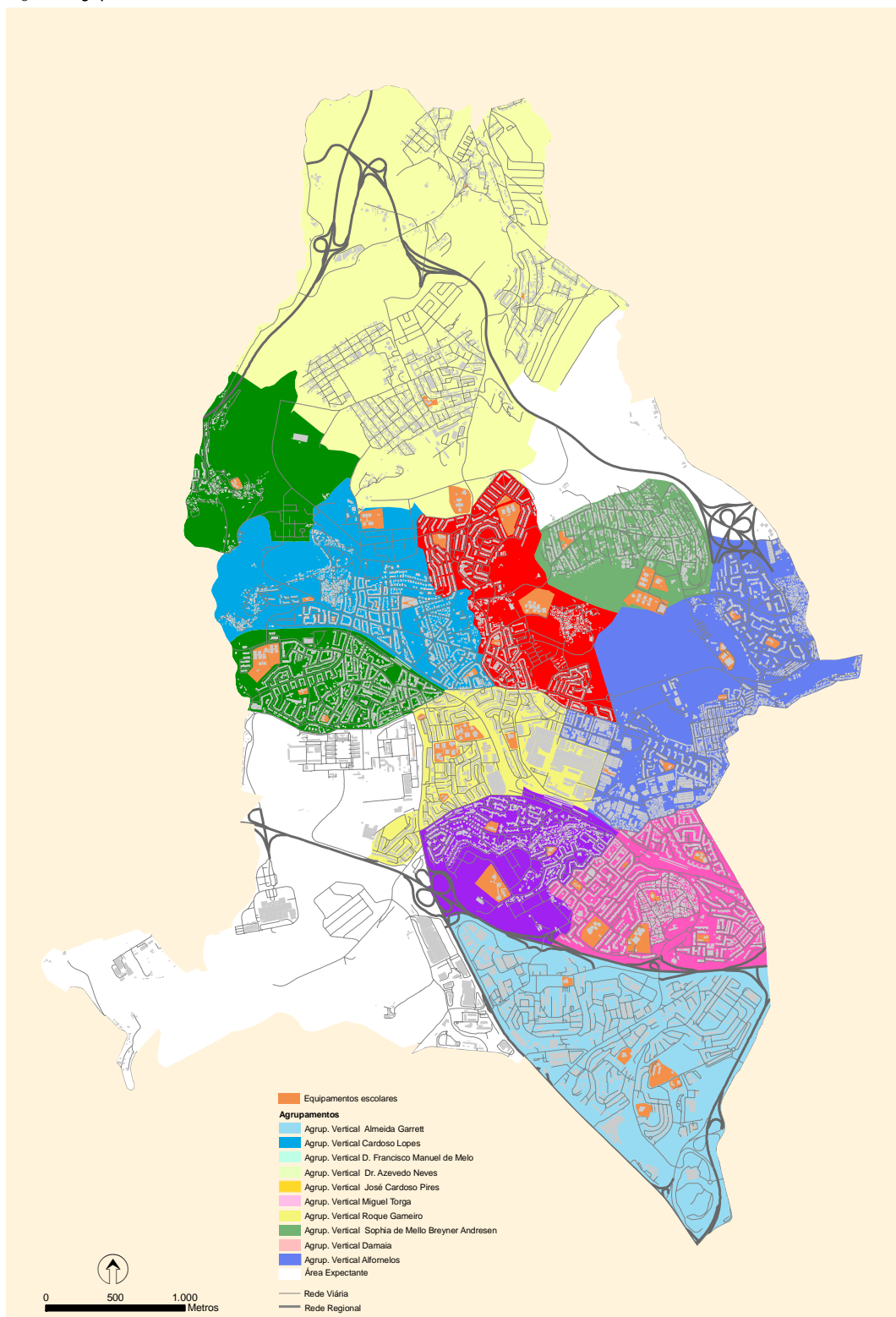
Neste contexto, a Carta Escolar do Município da Amadora apontou para o reordenamento do concelho em nove territórios educativos, com vista a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado, o que implica dentro de cada território educativo a articulação entre si de todas as escolas básicas do 1º ciclo com os jardins de infância e destes com o estabelecimento em que se completa a escolaridade obrigatória – 2º e 3º ciclos – constituído em escola sede.

Esta proposta organizativa favoreceu decisivamente o processo de constituição de Agrupamentos de Escolas figura 40, situação que neste Município se estabilizou em 2006. Para que se cumpra o objectivo principal deste modelo organizativo, Agrupamento de Escolas, que visa em conformidade com o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, o estabelecimento do regime de autonomia, administração e gestão comum dos estabelecimentos de educação, considera-se necessário: garantir numa determinada área um percurso sequencial e articulado dos alunos desde o Jardim-de-infância ao 9º ano da escolaridade e reforçar, a partir de um projecto comum, a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que integram essa mesma área conseguindo uma melhor integração no meio escolar e comunitário e uma maior racionalização de recursos.

O desenvolvimento deste modelo de gestão evidencia a importância da adequação e do cumprimento das áreas de influência por agrupamento, tendo em conta os movimentos de população e as novas áreas de expansão urbana.

A Carta Educativa do Município concluída em 2007, de acordo com o Decreto-Lei n.º 7/03, de 15 de Janeiro, sistematizou toda a informação relativa ao sistema educativo, num quadro prospectivo de reordenamento da rede e de hierarquização de novos empreendimentos.

Figura 40 Agrupamentos de escolas



Fonte: CMA; DAU/SIG, 2006

No processo de implementação da Carta Escolar houve a possibilidade de programar a criação, requalificação e reconversão dos estabelecimentos escolares, nomeadamente do primeiro ciclo do ensino básico e do pré-escolar.

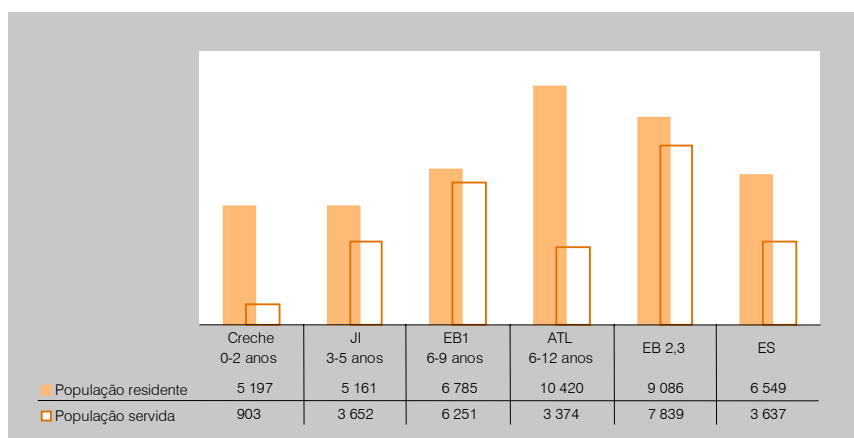
Assim, a partir de 1999, o Município da Amadora procedeu à requalificação do parque escolar, quer da concretização de programas de ampliação, e reconversão de grande parte dos equipamentos existentes quer através da construção de novos equipamentos.

Com efeito, entre 1999 e 2006 foram requalificadas, ampliadas e equipadas: quinze escolas (50%); foram integrados dezasseis JI; foram construídas de raiz três escolas - a de Casal da Mira a da Boba e a Sacadura Cabral; foram ainda construídos de raiz quatro jardins de infância em edifícios autónomos – Cerrado da Bica, Damaia, São Brás e Brandoa. Realça-se a aposta da integração das valências de JI, Creche e ATL nos novos estabelecimentos escolares.

Em todo este processo progrediu-se significativamente nas condições de serviço prestado no ensino público, na expansão do pré-escolar em estabelecimentos independentes e integrados¹⁴ em escolas básicas do 1º ciclo, assegurando progressivamente nas escolas as actividades de enriquecimento curricular e o acompanhamento dos tempos livres.

Ao nível da educação e ensino, verifica-se de ano para ano, fruto da quebra da natalidade, um ajustamento gradual entre a procura e a oferta, o que se traduz necessariamente numa cobertura mais favorável.

Figura 41 Cobertura de equipamentos, rede pública, solidária e particular



Fonte: CMA, DAU/SIG, "Cobertura de Equipamentos de Educação e Ensino", 2006

Em 2006, 90% das crianças em idade escolar frequentam o 1º ciclo nas escolas públicas do concelho, 52% das crianças entre os 3 e os 5 anos têm acesso à rede pré-escolar pública e solidária e 32% da população escolar entre os seis e os doze anos beneficiam de acompanhamento de tempos livres nas redes solidária e autárquica, existindo esta valência integrada no estabelecimento escolar em 50% das escolas do 1º ciclo.

¹⁴ Em 2006 existem 19 EB1 com JI integrado e 23 EB1 e 7 JI com ATL – Programa "Aprender a Brincar".

Relativamente ao 2º e 3º ciclos do ensino básico, 86% da população entre os 10 e 14 anos frequenta a rede pública dirigindo-se os restantes alunos para o ensino particular do Município ou Concelhos limítrofes. Por seu turno, as escolas secundárias acolhem 56% da população residente com idade para frequentar o ensino secundário diurno, existindo capacidade adicional se a escolaridade obrigatória atingir o 12º ano.

Relativamente ao equipamento desportivo escolar, genericamente 80% estão equipadas com pavilhões desportivos permitindo a prática da educação física em recintos adequados. Exceptuam-se apenas três escolas, a EB2,3 Cardoso Lopes, a EB2,3 Sofia de Mello Breyner e a ES Azevedo Neves com candidaturas em curso para construção destas infra-estruturas.

Com o objectivo de dar a conhecer a evolução, no que se refere à cobertura de equipamentos de base local, nomeadamente Creche, Jardim de Infância, Ensino Básico, Secundário e Centro de Actividades de Tempos Livres, elaborou-se um quadro síntese que seguidamente se apresenta.

Quadro 44		
Evolução dos indicadores do sistema educativo		
Indicadores	1993/94	2005/06
N.º de salas de JI, rede autárquica e pública	17	52
N.º de salas de aula de EB1, rede pública	243	231
N.º alunos/professor no 1º ciclo, rede pública	19	15
N.º alunos/turma no 1º ciclo, rede pública	21	19
Salas 1º ciclo em regime normal	51%	58%
Salas 1º ciclo em regime duplo	49%	42%
Taxa de ocupação EB1, rede pública	131%	110%
N.º de JI e EB1 equipados com refeitório	16	32
EB1 com prática desportiva em instalações cobertas no edifício	50%	83%
Taxa bruta de escolarização 1º ciclo, rede pública	86%	90%
Taxa de Ingressos 1º ciclo, rede pública	21%	24%
Alunos 1º ciclo dos PALOP e outras proveniências	s/inf	30%
Alunos 1º ciclo residentes fora do concelho	s/inf	4%
Taxa média de insucesso 1º ciclo	13%	12%
Taxa de cobertura em JI, rede pública e solidária	23%	52%
Taxa de cobertura em ATL, rede pública e solidária	14%	32%
Taxa de cobertura em Creche	5%	17%
N.º alunos/turma no 2º e 3º ciclos, rede pública	24	22
Taxa de ocupação EB2,3, rede pública	142%	113%
Taxa bruta de escolarização no 2º e 3º ciclos, rede pública	93%	86%
Taxa de Insucesso no 2 e 3º ciclos	19,6	22,2
EB2,3 com ginásio/pavilhão desportivo	38%	78%
N.º alunos/turma no secundário, rede pública	26	21
Taxa de ocupação ES, rede pública	155%	97%
Taxa bruta de escolarização no secundário, rede pública	58%	56%
Taxa de Insucesso no Secundário	27,9	25,5
ES com ginásio/pavilhão desportivo	17%	83%

Fonte: CMA, DEC/DSE com tratamento SIG

Em síntese, os números demonstram uma expressiva melhoria do sistema público de ensino. Esta situação assenta no nível de serviço prestado e ao nível de integração da rede, presentes na inclusão do pré-escolar nas actividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio à família, traduzindo-se esta valência no prolongamento do horário escolar e em actividades de tempos livres. Com efeito, no período considerado:

- A oferta de salas de JI da rede pública triplicou. Em 2005/06, a rede pública e solidária proporciona a 52% da população entre os 3 e os 5 anos o acesso ao pré-escolar, elevando-se esta cobertura para 71% se contarmos com a frequência conhecida da rede particular. A integração desta valência nas escolas públicas vai progressivamente aumentando a taxa de ingresso no 1º ciclo.
- O número médio de alunos por turma e por professor actualmente praticado permite boas condições de aprendizagem tanto no ensino básico, como no secundário. Este rácio, de certa forma entra em contradição com o número de salas em regime duplo que ainda persistem, de 42%, no 1º ciclo do ensino básico. Será uma situação para reflexão por parte do órgão de gestão dos respectivos agrupamentos de escolas.
- A taxa média de ocupação das escolas do ensino básico ainda superior a 100%, tem vindo a aproximar-se do valor recomendado.
- Ao nível das infra-estruturas complementares todos os alunos têm acesso a serviço de refeitório nos estabelecimentos de ensino; perto de 80% da totalidade dos alunos do básico e secundário têm acesso à prática de educação física com carácter regular e em instalações adequadas para o desempenho das diferentes actividades desportivas; todas as escolas dispõem de biblioteca e de equipamento informático.
- A taxa de cobertura de creche evoluiu favoravelmente no tempo mas é insuficiente.

O controlo da evolução dos valores destes e/ou outros indicadores poderá contribuir para equilibrar do funcionamento do sistema educativo, no espaço e no tempo e simultaneamente aferir da adequabilidade das medidas de gestão educativa adoptadas e a adoptar pelos vários agentes que intervêm no processo educativo.

Salienta-se ainda que os conceitos de educação e escolaridade obrigatória são conceitos dinâmicos que variam no tempo e em função do grau de desenvolvimento das sociedades.

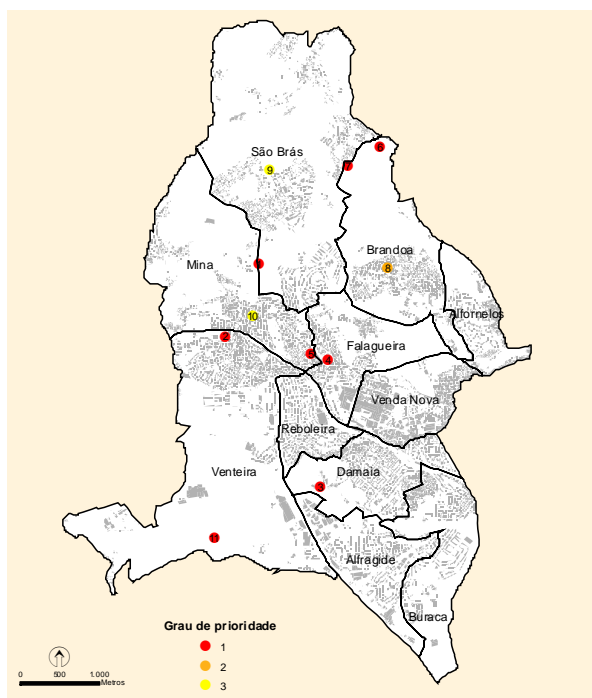
Atendendo aos condicionalismos sócio-económicos do seu território, a Câmara Municipal da Amadora pretende nos próximos anos completar a rede de educação e ensino, promovendo a oferta da valência de Creche entendida como o primeiro patamar da educação dos seus residentes.

Na Amadora, onde 49,6% das mulheres exercem uma profissão fora de casa, apenas 17% das crianças entre os zero e os dois anos beneficiam deste tipo de acompanhamento durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais.

Só esta resposta social poderá proporcionar às crianças, nomeadamente as residentes em bairros mais problemáticos, condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global cooperando com as famílias em todo o processo educativo.

A figura seguinte hierarquiza, a curto prazo, os novos equipamentos que completam e equilibram a rede de equipamentos de proximidade no domínio da educação e ensino.

Figura 42 Hierarquização de prioridades para empreendimentos de educação e ensino



Fonte: CMA, DAU/SIG, "Cobertura de Equipamentos de Educação e Ensino", 2006

Quadro 45					
Hierarquização de prioridades em equipamentos de educação e ensino					
N.º	Freguesia	Tipo Proposta	Tipo Equip.	Nº Salas	Localização
1	São Brás	Criação	Creche EB1/JI	2B+2C 15T+3S	Alvará 2/03 – Vila Chã
2	Venteira	Criação	Creche	2B+2C	P P rua Elias Garcia/Zona Poente
3	Damaia	Criação	Creche EB1/JI	2B+4C 12T+3S	Alvará 3/03 – Atalaia
4	Falagueira	Requalificação	Creche JI	1B+2C 2S	Lote do CIM Falagueira
5	Mina	Substituição	EB1/JI	8T+2S	Lote Escolar da Av. Miguel Bombarda
6	Brandoa	Criação	EB2,3	24T	Casal da Mira PUAZN
7	Brandoa	Criação	Creche JI	2B+4C 1S	Casal da Mira PUAZN
8	Brandoa	Criação	Creche	2B+3C	Terreno ao lado do ATL Municipal
9	São Brás	Criação	Creche JI	2B+4C 2S	Alvará 7/00 – Alto da Mira
10	Mina	Reconversão	Creche	2B+3C	Lote escolar da EB1 Mina d' Água
11	Venteira	Criação	EB1,2,3/JI	8T+16T+3S	Serra de Carnaxide

Fonte: CMA; DAU/SIG; Cobertura de equipamentos Educação e Ensino, 2006

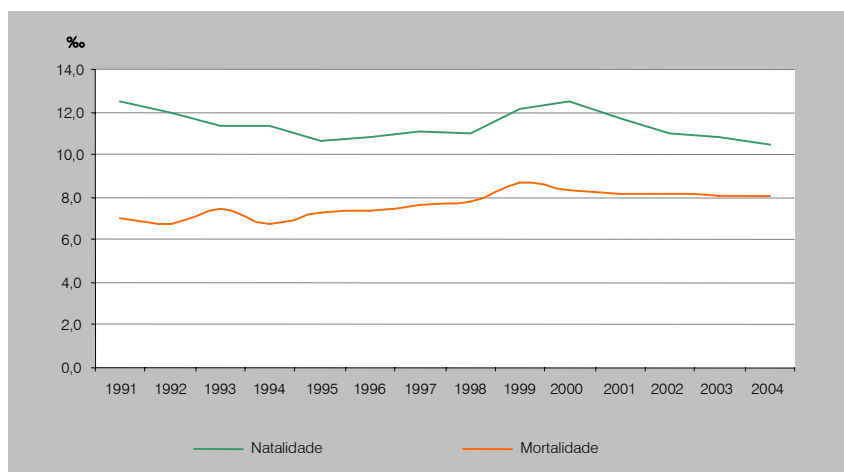
É de realçar que, o conjunto de acções quer ao nível das infra-estruturas, quer das ofertas complementares contribui para a promoção da inclusividade educativa, tanto no que diz respeito à generalização do acesso como em matéria de conteúdos escolares.

Neste contexto, e procurando cumprir o objectivo traçado pelo Ministério da Educação através do “Programa de Generalização do Ensino do Inglês, e outras Actividades de Enriquecimento Curricular, a CMA assegura desde 2005 o ensino da língua inglesa a todos os alunos dos 3º e 4º anos das 30 escolas do ensino básico, e educação musical, educação física, apoio ao estudo e outras actividades a todo o 1º ciclo do ensino básico.

Segurança social e saúde

O envelhecimento da população constitui um dos aspectos mais marcantes da evolução demográfica recente no concelho.

Figura 43 **Indicadores demográficos**



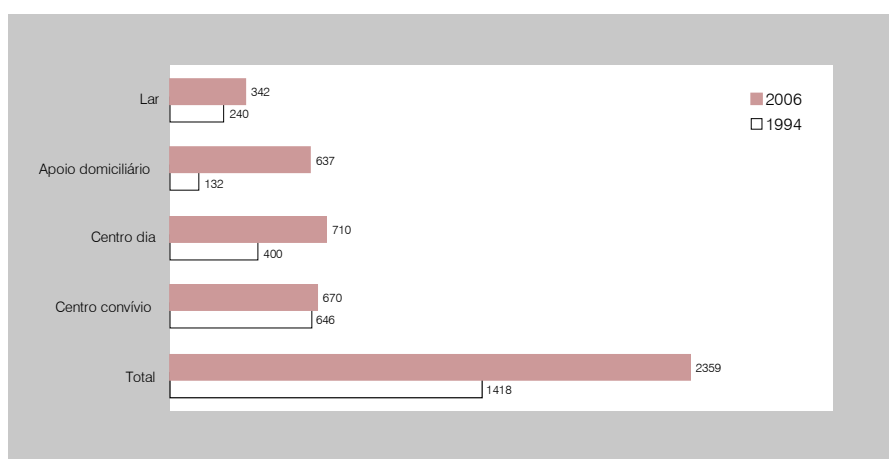
Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Em 2001 a proporção de idosos (65 e mais anos), 24 611 indivíduos recenseados, detém um peso de 14%, aproximando-se dos jovens – 0 aos 14 anos, que representam 15% no total da população. Este facto é revelador do duplo envelhecimento que ocorre no topo e na base da estrutura etária. Sublinha-se ainda que as estimativas populacionais do INE para o Município em 2004 acentuam o peso dos idosos para 16% e revelam que a proporção dos residentes muito idosos, com mais de 75 anos é de 37% no grupo etário considerado. O fenómeno é convergente com a situação na região da Grande Lisboa onde, em 2004, o grupo dos idosos representa 17% do total da população residente e os muito idosos, 42%. Esta questão do envelhecimento assume particular relevo quando associado ao fenómeno do isolamento. Em 2001, na Amadora cerca de 5 095 idosos (21%) viviam sós, sendo 80% dos mesmos do sexo feminino.

A situação do envelhecimento leva-nos a equacionar no âmbito da protecção social dois aspectos: por um lado os idosos são grupos mais vulneráveis à pobreza pelos baixos valores das protecções sociais (em dez anos o número de pensionistas por velhice, invalidez e sobrevivência aumentou 35%) e por outro a sua qualidade de vida depende dos apoios formais e informais disponíveis na comunidade.

Importa referir que a oferta de equipamentos de idosos no Concelho é insuficiente para fazer face às necessidades. Embora tenha havido uma evolução positiva do número de unidades, de 36 para 52, e da frequência, a cobertura efectiva registou um aumento muito ligeiro de 9% para 10%. Isto significa que apenas 10% dos idosos beneficiam das respostas sociais específicas dos equipamentos para 3ª idade.

Figura 44 **Evolução da frequência em equipamentos para idosos**



Fonte: CMA, DAU/SIG, 2006

A valência lar para 3ª idade é aquela onde se verifica maior carência, contudo a oferta de centros de dia que a Autarquia tem apoiado deve ser complementada cada vez mais com o serviço integrado de apoio domiciliário que, envolvendo várias entidades, poderá atenuar a insuficiência referida.

O Município, até aqui preocupado em resolver o sub-equipamento ao nível da infância e juventude, nas valências respectivas deverá privilegiar nos próximos anos a reserva urbanística de terrenos e a programação de equipamentos de apoio à terceira idade, incentivando para tal iniciativas dos diversos agentes públicos e privados.

O exemplo mais recente de respostas integradas é Centro Intergeneracional da Quinta de S. Miguel, que combina lar de crianças e jovens/centro de ATL/centro de dia/apoio domiciliário.

A rede de serviços e equipamentos para idosos compreende as valências específicas – centro de dia, lar e apoio domiciliário, mas deve ter em conta a articulação com outros sectores da solidariedade e segurança social e da saúde, nomeadamente no domínio dos cuidados terciários.

No âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (Portaria n.º 426/2006, de 2 de Maio) que assenta em dois pilares – o planeamento territorial, que privilegia áreas com baixa cobertura, e o estímulo ao investimento privado, relevando os projectos que recorram a financiamento próprio concretizado através de parcerias entre as instituições e os seus parceiros locais – foram apresentadas as seguintes candidaturas:

Quadro 46				
Programa PARES				
Designação	Local	Entidade	Tipo de intervenção	N.º previsto utentes
Centro de Actividades Ocupacionais Lar Residencial e Serviço de Apoio Domiciliário	Casal de Vila Chã, Lt. 2/03 parcela H	AMORAMA	Construção de raiz	Sem Inf.
Lar Residencial	R. Mestre Roque Gameiro, n.º 12	CERCIAMA	Ampliação	20
Centro de Actividades Ocupacionais Diferença *	Quinta do Paraíso / Praça de S. José, Lotes A e B. Zambujal	Fundação AFID	Construção de raiz	Sem Inf.
Lar, Creche e SAD	Bairro do Zambujal	Fundação AFID	Construção de raiz	Lar: 59 Creche: 33 SAD: 50
Lar de Idosos e Serviço Apoio Domiciliário *	P.P. Rua Elias Garcia Expansão Poente	URPIA	Construção de raiz	Sem Inf.
Centro de dia e Serviço de Apoio Domiciliário "Arte dos Avós" *	Estrada do Zambujal, Lote 22 B	Santa Casa da Misericórdia	Aquisição de edifício	Sem Inf.
Lar de Idosos e Creche	Quinta das Torres Estrada da Portela. Zambujal	Santa Casa da Misericórdia	Ampliação / Construção de raiz	Lar:60 Creche: Sem Inf.
* Projectos já aprovados na 1ª fase				

Fonte: CMA, DEC/GAS, 2006

A concretização destes projectos vai aumentar a cobertura em equipamentos sociais.

O planeamento do sector de equipamentos de segurança social, nomeadamente para a terceira idade e do sector da saúde, hoje fortemente relacionados enfrenta grandes desafios no Município.

Apesar do nível de desenvolvimento da oferta de equipamentos e serviços alcançados persistem lacunas e assimetrias em termos de acesso aos recursos destes sistemas (note-se que em finais de 2002, cerca de 20 000 indivíduos referenciados continuavam sem possibilidade de inscrição em médico de família).

Acresce ainda que o padrão da morbilidade no país e no Município tem vindo a alterar-se, quer por consequência do envelhecimento da população residente o que reforça a incidência de doenças crónico-degenerativas, quer pela emergência de doenças infecto-contagiosas algumas das quais específicas da população imigrante.

Neste quadro sublinha-se ainda que na Amadora não existem respostas ao nível da continuidade de cuidados, as quais, em princípio, se dirigem a utentes que já não necessitam de cuidados hospitalares, mas continuam a precisar de vigilância médica e de cuidados de enfermagem. Também a componente de reabilitação será basilar na edificação desta estrutura de cuidados permitindo actuar junto do doente, centrando todos os cuidados necessários à manutenção do seu bem-estar.

Neste contexto, evidenciam-se as necessidades identificadas e respectivas localizações na Carta de Equipamentos de Saúde¹⁵ do Município da Amadora:

- uma unidade de retaguarda hospitalar;
- uma unidade de internamento de cuidados continuados;
- uma unidade de apoio integrado;
- transformação da unidade de cuidados paliativos para unidade para grandes dependentes.

Refere-se igualmente que o processo de desenvolvimento municipal no domínio da Saúde assenta em eixos fundamentais como a promoção e educação para a saúde, a educação e a organização para a participação comunitária e é suportado pelo conjunto das infra-estruturas que operam nesta área, directa ou indirectamente relacionadas.

Neste quadro, o Município integra desde 1993 a rede internacional do Projecto Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde, o que traduz o compromisso dos responsáveis locais com a melhoria da saúde dos cidadãos através da concretização de uma política pública saudável.

Retrospectivamente, a rede de equipamentos públicos de saúde entre 1994 e 2004 foi completada com a construção do Hospital Distrital Amadora-Sintra, a construção/substituição do Centro de Saúde da Damaia e a Unidade de Cuidados Paliativos da Santa Casa da Misericórdia.

A proposta futura de reordenamento da rede de equipamentos incide ao nível dos cuidados primários, na substituição/criação de:

- Centro de Saúde da Reboleira, em curso. Com terreno definido e contrato-programa assinado em 19/11/01;
- Centro de Saúde da Venda Nova (com localização apontada no PU da Falagueira/Venda Nova);
- Extensão de Saúde da Buraca (por inadequação e insuficiência de instalações) – protocolo assinado com a ARS em 03/05/99;
- Criação da Unidade de Cuidados Familiares do Casal da Mira, para o qual existe espaço reservado no âmbito do protocolo assinado com a ARS em 03/05/99.

¹⁵ “Carta de Equipamentos de Saúde”, DAU/Gabinete de SIG, pág. 78

Ao nível dos cuidados secundários:

- A construção do novo Hospital no eixo Sintra-Cascais permitirá que através da redefinição da sua área de influência o Hospital Fernando Fonseca sirva efectivamente a população residente na Amadora e não ultrapasse o limiar populacional para o qual foi dimensionado – 250 000 habitantes.

Em síntese, o principal objectivo a atingir com o reordenamento proposto da rede é a adequação do actual sistema a um sistema local de saúde, de acordo com o Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio, no qual se criam condições para o reforço, ao nível municipal, das articulações funcionais entre centros de saúde, hospital e outras instituições públicas e privadas em intervenção directa ou indirecta no domínio da saúde.

Desporto

Tendo em conta a situação de sub-equipamento estrutural do território que o município herdou, as opções de política neste domínio recaíram sobre as necessidades de espaços de desporto e lazer de base local e a dinamização da política desportiva municipal em articulação com outras actividades.

As normas de planeamento constituíram apenas um quadro de referência do processo de planeamento, no âmbito do qual se programaram novas localizações ou se fez a afectação de terrenos às diferentes tipologias de forma a apoiar formal ou informalmente a prática de desporto.

Sublinha-se que na Amadora a continuidade do tecido urbano permite otimizar a utilização dos equipamentos. Ou seja, tem sido possível assegurar localizações centrais face a áreas de influência potenciais que servem um maior número de residentes e garantem tempos de percurso habitação/equipamentos não muito elevados, que estimulam a procura.

Por outro lado, afigura-se que as questões do nível de serviço não se podem medir em função do número de unidades existentes, mas também da intensidade/optimização da sua utilização. Neste sentido a Autarquia vai iniciar em 2008 a elaboração da Carta Desportiva, onde a questão do consumo desportivo e o limiar de eficiência das instalações assumem particular importância.

Nos dez anos de vigência do PDM, paralelamente à programação de equipamentos em novas urbanizações a Autarquia definiu medidas de política que pretendeu implementar neste domínio e que consistiram em:

- Requalificação e renovação da rede de infra-estruturas desportivas
- Novas funcionalidades desportivas em áreas de lazer
- Desenvolvimento desportivo infanto-juvenil e informal
- Educação física e desporto escolar

O desenvolvimento do parque desportivo municipal está fortemente marcado por uma difusão de polidesportivos descobertos na malha urbana do concelho, particularmente acentuada na segunda metade da década de 80.

Estas instalações desportivas de base acompanharam a expansão do aglomerado urbano, fruto da necessidade de prever zonas de recreio, lazer e prática desportiva informal no espaço público, integradas nos instrumentos de planeamento urbanístico, de acordo com as normas do Despacho Normativo n.º 78/85, de 21 de Agosto.

Nos últimos anos procedeu-se à requalificação e renovação da rede de infra-estruturas desportivas. A partir da análise da evolução da estrutura demográfica e urbana e da procura desportiva local, foram implementadas as seguintes opções:

- Conclusão da rede de tanques de aprendizagem de natação, através da construção das piscinas da Venteira e da Buraca;
- Descentralização de competências de gestão para juntas de freguesia, promovendo uma maior proximidade aos utentes e flexibilidade nos processos de manutenção das infra-estruturas;
- Manutenção integral de pequenos campos de jogos nomeadamente no que concerne aos requisitos de segurança de equipamentos desportivos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril;
- Edificação de equipamentos desportivos de base em novos espaços residenciais – Polidesportivo dos Moinhos da Funcheira (Urbanização Pimenta e Rendeiro – Serra da Mira), Polidesportivo do Casal da Boba, Polidesportivo da Quinta Grande;
- Demolição de instalações desportivas devolutas e de reduzida funcionalidade – Polidesportivo de A-da-Beja e Polidesportivo do Neudel;
- Remodelação e recuperação de espaços desportivos descobertos – Polidesportivo da Parreirinha e Polidesportivo da Cova da Moura.

O desenvolvimento de projectos operacionais em territórios urbanos específicos do Concelho da Amadora, nomeadamente os programas URBAN II e PROQUAL, viabilizaram um investimento ao nível das infra-estruturas desportivas, com o suporte de fundos comunitários, através da reconstrução do Polidesportivo da Cova da Moura e construção de um pavilhão polivalente no Fórum Luís de Camões na Brandoa.

Ainda no âmbito do programa PROQUAL encontra-se em fase de construção o pavilhão do Pólo Escolar da Brandoa e uma área desportiva exterior, aberta à comunidade, no perímetro do espaço escolar.

A recente construção de parques urbanos no Concelho da Amadora favoreceu a criação de novas funcionalidades desportivas em áreas de lazer. Foram construídos novos espaços de recreio e lazer com valências desportivas, nomeadamente as rampas de *half-pipe* e demais equipamentos para desportos radicais na Ilha Mágica do Lido. No Parque Aventura encontra-se também ao dispor da população um campo de mini-golf para treinos de perícia e actividades recreativas.

A ampliação do circuito pedonal entre a Rotunda dos Salgados e a Rotunda da Estrada da Brandoa junto ao Fórum Luís de Camões, ao estender por mais de 1 km a área útil disponível tornou este espaço público um local de confluência para o lazer dos munícipes, quer seja através de *jogging*, passeios a pé ou de bicicleta.

Este eixo estratégico de intervenção em espaços públicos urbanos, lúdicos e multifuncionais, visa incrementar instalações desportivas de ar livre abertas à comunidade para práticas informais e espontâneas, fora do contexto das infra-estruturas desportivas tradicionais, mais vocacionadas para actividades com maior enquadramento técnico.

Importa sublinhar a oportunidade mobilizadora destes novos equipamentos em torno de espaços públicos de referência para a comunidade, assumindo-se progressivamente como novas centralidades urbanas e pólos importantes de sociabilidade.

Desta forma tende a fomentar-se as actividades físicas e desportivas ao ar livre, integradas em áreas verdes em contacto com a natureza, promovendo os princípios expostos na Lei de Bases do Desporto – Lei n.º 05/2007, de 16 de Janeiro e contribuindo para a qualificação social e urbanística da cidade.

Com vista a suprir a oferta de infra-estruturas em áreas desfavorecidas do concelho, a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal da Amadora, o Instituto do Desporto de Portugal, a Federação Portuguesa de Futebol e a Associação de Futebol de Lisboa viabilizou a construção do primeiro mini-campo multiusos no Concelho da Amadora.

Neste âmbito as medidas de promoção desportiva junto de estratos populacionais mais carenciados têm sido um eixo prioritário na programação e planeamento sócio-espacial do território municipal, nomeadamente através destes equipamentos de base local vocacionados fundamentalmente para uma prática espontânea sem enquadramento formal, onde também se inclui o projecto inovador de implementação de equipamentos de manutenção instalados no Parque Central e na avenida Conde Castro Guimarães, vocacionado para a população mais idosa que se concentra naqueles locais.

A entrada em funcionamento regular do Complexo Desportivo Municipal Monte da Galega abriu à população geral e ao movimento associativo desportivo o acesso a uma infra-estrutura de base municipal e supra municipal, com funcionalidades quer ao nível do desporto de recreação, ou do desporto de competição, sendo também um espaço de referência para a realização de eventos e iniciativas desportivas e recreativas municipais e nacionais, como os Jogos Juvenis Escolares da Amadora, AmadoraEduca, Torneio Internacional de Futebol Infantil “Cidade da Amadora”, Torneio “Cidade da Amadora” em Atletismo e diversas provas e competições oficiais de futebol e atletismo.

O Município da Amadora tem vindo a planear e a gerir, em cooperação com diversos agentes desportivos locais, um leque alargado de projectos com vista a consolidar a generalização do acesso à prática desportiva informal e ao desenvolvimento de actividades desportivas infanto-juvenis.

O programa do Município da Amadora para a área desportiva, ao apostar naqueles objectivos, preconizou a reestruturação de programas e iniciativas desportivas com tradição no concelho, como sejam a Corrida São Silvestre, os Jogos Juvenis Escolares, o Torneio “Cidade da Amadora” em Atletismo, o AmadorAndebol e o Torneio Internacional de Basquetebol da Amadora, criando também novas acções de promoção e desenvolvimento do desporto juvenil, como o projecto Desporto na Rua, o Torneio Internacional de Karaté “Cidade da Amadora”, o Torneio Internacional José Guimarães em Esgrima e o Torneio Internacional de Futebol Infantil “Cidade da Amadora”¹⁶.

No domínio da educação física e do desporto escolar o Município da Amadora tem vindo a realizar um programa de investimentos em recursos educativos e meios materiais para realização de actividades lectivas, curriculares e extracurriculares, de expressão físico-motora, educação física e desporto escolar com o objectivo de dotar a comunidade escolar das melhores condições para o seu desenvolvimento físico-motor.

Neste âmbito, foram apetrechadas todas as escolas do 1.º ciclo do ensino básico com kits de psicomotricidade de modo a habilitar estes estabelecimentos de ensino para a implementação do plano curricular na área da expressão e educação físico-motora, o que possibilitou a extensão do Projecto de Educação e Expressão Físico-Motora no 1.º Ciclo do Município da Amadora.

A requalificação do parque escolar, de acordo com as directrizes da Carta Escolar do Município da Amadora, contribuiu para a melhoria das condições materiais de prática desportiva da comunidade escolar, através da renovação de infra-estruturas desportivas escolares existentes e da construção de novas instalações, em todos os níveis do ensino básico e também no ensino secundário, em parceria com a DREL e a CCDRLVT.

¹⁶ A edição deste ano prestou homenagem ao futebolista do concelho Mauro Gama falecido em desastre de viação, acrescentando o seu nome à denominação oficial do torneio.

Esta política integrada de instalações e equipamentos desportivos da Câmara Municipal da Amadora tem como objectivo dotar todas as escolas do 2.º e 3.º ciclos e escolas secundárias do concelho de espaços adequados à educação física e desporto, nomeadamente instalações desportivas cobertas, como pavilhões e salas de desporto, que viabilizem actividades lectivas em condições meteorológicas adversas, pelo que desde o ano de 1994 deu-se início a diversas intervenções com vista a garantir o cumprimento daquele objectivo, nas escolas com maiores carências em infra-estruturas desportivas, o quadro seguinte identifica a tipologia dos equipamentos desportivos escolares em 2004.

Quadro 47				
Tipologia dos pavilhões desportivos escolares				
Escola	Sala grande 44 x 24 m	Sala média 40 x 18 m	Pequena sala 30 x 16 m	Ginásios 16 x 14 m
EB1/JI Casal da Mira			22 x 15 m	
EB2,3 Alfornelos		1		
EB2,3 Almeida Garrett			1 (a)	
EB2,3 D. Francisco Manuel Melo	1 (b)			2 (b)
EB2,3 José Cardoso Pires			1	1
EB2,3 Miguel Torga	1			1
EB2,3 Roque Gameiro		1		
EB2,3 Pedro Orey da Cunha			1	1
Escola Secundária Amadora	1			2
Escola Secundária D. João V			1	1
Escola Secundária Fernando Namora	1		1	
Escola Secundária Mães D'Água	1			1
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	1 (b)			2 (b)

(a) Tipologia Própria
(b) Pavilhão comum a 2 escolas ES S. C. Primo e EB2,3 F. M. Melo

Fonte: CMA, DEC/DSE, 2006

A racionalização da utilização dos espaços desportivos em escolas públicas do concelho, sem prejuízo das prioridades para as actividades lectivas, tornou premente a abertura destas instalações à comunidade em horário extra-escolar de modo a criar condições para o desenvolvimento das actividades das associações desportivas locais, através da colaboração activa entre os três pólos estruturantes do sistema desportivo municipal; o município, a escola e o movimento associativo.

Para consolidar esta estratégia encontra-se neste momento em discussão pública um projecto de regulamento de utilização dos pavilhões escolares pelo movimento associativo desportivo do Município da Amadora.

Em síntese, o desenvolvimento do parque desportivo municipal traduz-se actualmente em 112 espaços ligados à prática do desporto. No seu conjunto, estes representam cerca de 238 infra-estruturas desportivas. Neste universo estão contabilizados equipamentos desportivos de utilização livre, ginásios de gestão privada, associações e clubes e outros espaços com valências predominantemente desportivas, tais como os equipamentos de manutenção para pessoas idosas ou com dificuldades motoras colocados recentemente no Parque Central e na Reboleira.

No período compreendido entre 1994 e a actualidade foram criadas 83 infra-estruturas desportivas¹⁷. A oferta posterior a 1994 representa um aumento de cerca de 50% do total de equipamentos desportivos. Embora cerca de um terço dessa oferta seja privada (refere-se principalmente à abertura nos últimos anos, de ginásios privados e de salas de desporto e campos de jogos nos clubes e associações desportivas) é evidente a aposta municipal no desporto escolar.

Quadro 48				
Oferta desportiva pós 1994				
	Gestão Pública	Escolas	Gestão Privada	Total
Grande Campo de Jogos	1			1
Pequeno Campo de jogos	12	8	11	31
Sala de Desporto	6	20	11	37
Espaço de Atletismo	1	4		5
Equipamento Especial	6		1	7
Piscina	1		1	2
Total	27	32	24	83

Fonte: Serviço de Desporto/DCDJ, Gabinete SIG

De um modo geral, tanto a nível local como nacional, verifica-se a crescente procura por parte da população para a motricidade e para a prática desportiva. Esta tendência vai exigir, por parte da Administração e por parte da sociedade civil, a diversificação da oferta consoante os interesses da população: a oferta de grandes espaços de lazer e manutenção infra-estruturados; equipamentos a nível do bairro, mais flexíveis, que propiciem a prática e o convívio desportivo; melhores equipamentos a nível do desporto formal; equipamentos desportivos especiais, inovadores. Neste sentido, é também necessário ter em conta os novos padrões demográficos e principalmente o envelhecimento da população no Concelho, que obrigará a que se repense a programação do equipamento desportivo, na óptica de uma utilização mais eficaz por parte da população a que se destina. O planeamento e uma gestão integrada da rede desportiva são assim essenciais na óptica da maximização do investimento e na correcção de desequilíbrios territoriais ao nível municipal.

¹⁷ É necessário ter em atenção que alguns polidesportivos (não contabilizados no apuramento deste valor) sofreram obras de requalificação melhorando significativamente o nível de oferta disponibilizada.

Cultura

O investimento na oferta de serviços culturais é, por um lado, fundamental para a melhoria dos padrões de qualidade de vida urbanos e, por outro, reforça a competitividade territorial face a localizações alternativas.

A expansão deste sector está relacionada com a evolução das sociedades e com a transferência do emprego e do rendimento das indústrias tradicionais para os serviços. Está também relacionada com a mudança nos estilos de vida, como o aumento da mobilidade individual e a expansão dos tempos de lazer, o que contribui para o aumento da procura de actividades de lazer, nas quais se incluem as culturais.

No contexto metropolitano existe algum desequilíbrio cultural pela proximidade à Capital que concentra os equipamentos culturais e os meios financeiros que propiciam a produção de eventos.

A aposta da Autarquia para o Município, com o surgimento, nos últimos anos, de novos equipamentos e eventos, tem procurado a dinamização urbana e a revitalização cultural do Concelho.

Na Amadora, em termos de equipamentos na área da cultura, existem espaços de exposição e espectáculo, que acolhem encontros e eventos organizados pontualmente e que ao mesmo tempo asseguram uma dinâmica própria, através de actividades de carácter permanente. Os principais equipamentos culturais que asseguram esta dupla vertente são os Recreios Desportivos da Amadora, o Cine-Teatro D. João V, a Galeria Municipal Artur Bual, a Casa Roque Gameiro, o Centro de Arte Contemporânea da Amadora, a Casa Aprígio Gomes, o Museu Municipal de Arqueologia Urbana e o Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem.

A Casa Roque Gameiro e os Recreios Desportivos da Amadora representam os edifícios de maior valor patrimonial e cultural de referência no Município. A história deste último está ligada à própria história da Amadora, através do desempenho importante na sua evolução nas vertentes social, desportiva e cultural, actuando como pólo difusor de cultura, nomeadamente nas áreas do cinema, ballet, teatro e na realização de exposições temporárias.

No conjunto destes importantes equipamentos culturais salienta-se o Centro de Ciência Viva instalado na Casa Aprígio Gomes, edifício de valor patrimonial da Cidade. Aberto ao público desde Setembro de 2003, o Centro de Ciência Viva da Amadora é um espaço interactivo de ciência e tecnologia e integra a Rede de Centros de Ciência Viva, cujo principal objectivo é promover a difusão da cultura científica e tecnológica entre os cidadãos. Na sua vertente orientada para as escolas, tem como prioridade dinamizar o ensino experimental das ciências.

Na linha estratégica da preservação e dignificação da memória local de um território, o Museu Municipal de Arqueologia Urbana, biblioteca especializada em arqueologia, possui reservas do espólio arqueológico recolhido no município. Organiza ainda visitas guiadas à Necrópole de Carenque, considerada Monumento Nacional.

Para além dos centros de exposições e espectáculos existe outro tipo de ofertas culturais e de âmbito educativo ao serviço da população. Exemplos disso são os Espaços Internet, locais públicos abertos à comunidade e com localização central em São Brás, Brandoa, Venteira e Falagueira onde os cidadãos beneficiam de acesso gratuito à Internet. Sendo espaços de convívio, contemplam uma vertente pedagógica que se traduz em acções de formação específicas e de sensibilização que visam a utilização e a apropriação plena das tecnologias de informação e comunicação.

As bibliotecas têm um papel essencial na sociedade de informação actual e conheceram um crescimento assinalável em termos de oferta disponível nos últimos anos, que foi acompanhado pela qualificação dos meios técnicos e humanos. A rede de bibliotecas municipais entre 1994 e 2004 foi alargada com a abertura de um pólo no Casal da Boba e com o Fundo Bibliográfico Piteira Santos especializado em literatura política e histórica que permite o acesso informatizado a documentos da biblioteca pessoal deste professor e jornalista. No apoio às Bibliotecas estão duas unidades móveis, o Bibliomóvel e o Digimóvel, que contribuem na promoção do livro e na difusão da leitura.

Outro exemplo da oferta cultural na sua vertente pedagógica é o protocolo estabelecido entre a CMA e a Escola de Música do Conservatório Nacional, que resultou na instalação no Concelho de um Pólo, a funcionar na EB1/JI Alto do Moinho, na Buraca. A criação deste Pólo tem como objectivo proporcionar o ensino especializado de música, nomeadamente violoncelo, violino e piano, a alunos do Concelho da Amadora.

Uma das áreas culturais através das quais o Município se tem evidenciado nos últimos anos, com expressão ao nível internacional, sendo considerado um dos cinco melhores mundiais, é o Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora. Com elevado interesse cultural, este Festival atrai cerca de 30 mil visitantes por ano, sendo um espaço privilegiado na troca de experiências entre profissionais e autores da arte da banda desenhada. Este Festival partilha ainda outras iniciativas e feiras relacionadas com a animação, o cinema e o livro.

Dada a importância desta vertente cultural no Concelho, surgiu o Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem, na Falagueira. Trata-se de um equipamento cultural, inaugurado em Setembro de 2000, cujo objectivo é a promoção da banda desenhada e das artes que lhe estão associadas, tais como a ilustração e o cinema de animação. Neste Centro existe uma Biblioteca, onde é possível a consulta de revistas especializadas em BD, dossiers temáticos sobre autores e festivais de BD e livros de ilustração infantil, um Centro de Edição e Pesquisa, um Arquivo de Originais e uma Galeria para Exposições. Realizam-se actividades de formação e animação para crianças e jovens (ateliers de B.D., escrita criativa, etc.) e visitas guiadas vocacionadas para as escolas.

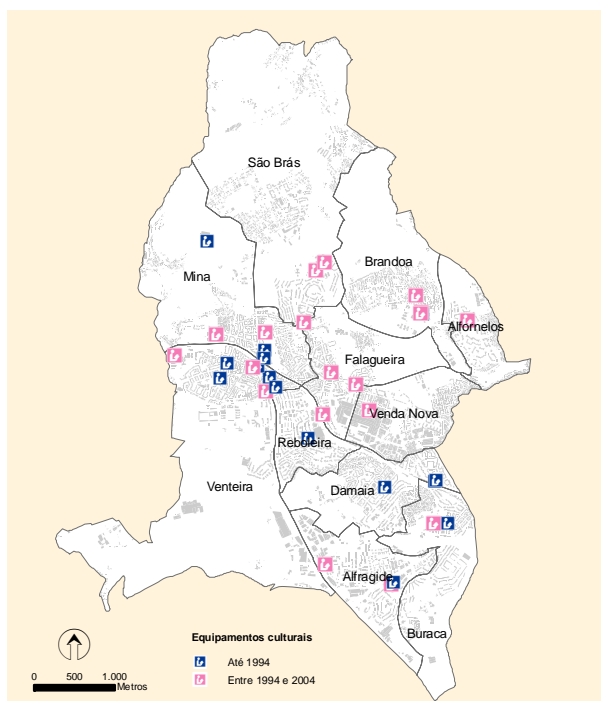
Ainda no âmbito da BD, todos os anos são publicados: o “Catálogo Oficial da Banda Desenhada Internacional”, Catálogos de cada exposição do CNBDI, a “Colecção Cadernos Pedagógicos do CNBDI” vocacionados para as escolas, a “Colecção Entre Nós”, com entrevistas a argumentistas e desenhadores de BD e a “Colecção NonArte”, com monografias de autores nacionais de BD e ilustração.

Ciente da importância dos equipamentos culturais como pólos dinamizadores da vida local prevê-se a curto prazo:

- construção de uma nova biblioteca, a Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos, que tem como referência o Programa tipo BM3 que, segundo o Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas se destina a servir uma população superior a 50 000 habitantes. Situar-se-á na Avenida Conde de Castro Guimarães, local com forte centralidade urbana e acessível a um mínimo elevado de estudantes e a sua organização funcional distribui-se por quatro pisos com uma área total de cerca de 2 400m². Aí localizar-se-ão os Serviços da Cultura. Contemplará um Centro de Conferências e um Auditório bem como uma BDteca, uma Ludoteca e uma Videoteca, para além da própria Biblioteca que contará com um acervo de 80 000 títulos. Prevê-se a sua conclusão para o final de 2007;
- conclusão da construção do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira;
- reabilitação da Fábrica da Cultura;
- reabilitação da Quinta dos Condes da Lousã como espaço cultural a definir.

A figura seguinte representa a evolução da distribuição espacial dos equipamentos culturais.

Figura 45 Equipamentos Culturais



Fonte: CMA, DEC/DCDJ, 2006

Cada vez mais as políticas culturais são um importante factor para o desenvolvimento sustentado dos territórios. Uma política cultural local deve primar pela coerência e sistematicidade na estratégia da sua programação cultural. Neste sentido, a aposta na criação e qualificação de infra-estruturas físicas, a reabilitação e construção de museus e o apoio a projectos e acções imateriais (festivais, publicações, eventos, etc.) ganham uma importância fulcral. No entanto, as acções culturais necessitam ainda de uma maior integração nas estratégias de desenvolvimento regional e local, com o objectivo de maximizar o seu impacto na criação de emprego e na promoção da inovação.

Embora no relatório do PDM não haja uma referência expressa no domínio da cultura, a oferta de espaços culturais criados após 1994 representa cerca de 53% do conjunto existente no Município, ou seja, conclui-se que tem havido um esforço na implementação de uma política cultural local coerente que tem promovido o desenvolvimento sócio-cultural na Amadora. Como se pode perceber através da leitura do quadro, de facto, no período pós PDM, a aposta foi no sentido do alargamento da rede já existente e no sentido da diversificação da oferta com a criação dos Espaços Internet do Centro de Ciência Viva, do Fórum Brandoa e do Centro de Juventude.

Quadro 49
Evolução da oferta em equipamentos culturais, segundo a tipologia

Tipo de equipamento cultural	1994	2004	Total
Auditório	1	3	4
Biblioteca	10	4	14
Centro Cultural	1	0	1
Centro de Apoio à Juventude	0	1	1
Centro de Ciência Viva	0	1	1
Espaço Internet	0	4	4
Espaço Multifuncional	2	2	4
Espectáculo	1	0	1
Galeria	1	1	2
Museu	1	2	3
Sala Polivalente	0	1	1

Fonte: CMA/DEC/DCDJ, 2006

Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

PONTOS FORTES

- Rede viária garante hoje uma melhor cobertura territorial e níveis de permeabilidade mais adequados.
- Ligeiro aumento da capacidade de atracção da Amadora com reforço do número de entradas (deslocações pendulares) de 15,6% em 1991 para 20,4% em 2001.
- Introdução do Metropolitano tornou a cidade mais acessível.
- Alargamento e qualificação da rede de equipamentos de educação e ensino.
- Aposta na construção de espaços verdes de estadia e lazer como elemento estruturador da cidade.
- Reforço da coesão social através das respostas dos programas URBAN I, URBAN II e PROQUAL.
- Oferta de espaços públicos multifuncionais (Escola Intercultural, Fórum, Centro de Ciência Viva, etc.).
- Oferta de equipamentos de acesso à Sociedade da Informação e do Conhecimento (Centro de Ciência Viva, Espaços Internet, bibliotecas).

OPORTUNIDADES

- Maior mobilidade interna e externa pelo reforço (prolongamento do Metro à Reboleira) e diversificação da rede de transportes e aumento do estacionamento.
- Os novos espaços públicos e espaços verdes de estadia e lazer podem potenciar novas actividades e diferentes estilos de vida.
- Maior possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento.
- Crescente propensão para a motricidade e práticas desportivas informais por parte da população em geral.
- O aumento da cobertura do ensino público. O serviço prestado e integração das redes permite fechar o ciclo da cobertura e passar ao ciclo da eficiência.
- As campanhas de informação e educação ambiental potenciam a mudança de comportamentos.

AMEAÇAS

- Aproximação entre o número de idosos e o número de jovens e estabilização da população em idade activa.
- Insuficiência de equipamentos de creche e terceira idade.
- Migração de população em idade activa para concelhos vizinhos.
- Presença de edifícios dissonantes no seio de malhas antigas homogéneas.
- Corte nos programas de requalificação sócio-urbanística pode criar rupturas no apoio social à população alvo.
- Número reduzido de equipamentos de deposição, falta de sistemas de remoção alternativos e metas de recuperação de resíduos valorizáveis por atingir.
- Prevalência de um modelo baseado no uso predominantemente habitacional.

PONTOS FRACOS

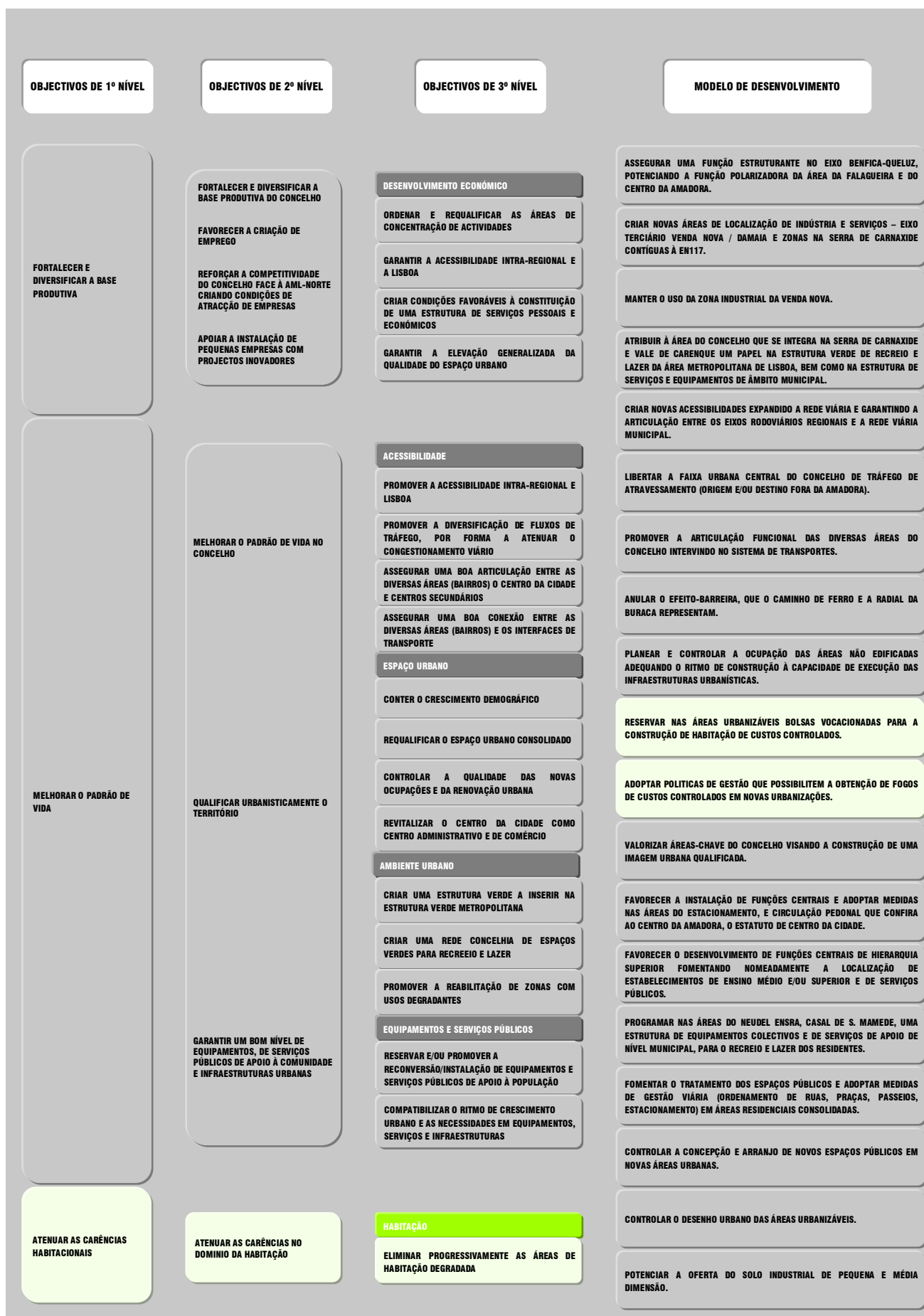
- Quebra da natalidade e aumento da esperança de vida são factores convergentes no envelhecimento rápido da população.
- Aparecimento das patologias dos muitos idosos aumenta a procura de respostas sociais adequadas.
- A dinâmica construtiva não decorre da dinâmica demográfica, isto é o mercado do alojamento é comandado pela oferta que por sua vez decorre da valorização fundiária.
- A opção dominante das deslocações diárias em transporte individual pela população residente, a par do tráfego de atravessamento são factores de insustentabilidade ambiental.

C - Atenuar as carências habitacionais

A estratégia de desenvolvimento delineada no Plano Director implicava a eliminação progressiva das áreas de habitação degradada.

Esta acção integrava o terceiro objectivo fundamental do modelo de ordenamento “ Atenuar as carências habitacionais”, objecto deste subcapítulo, onde se procura avaliar sinteticamente a execução da política de habitação desenvolvida na vigência do plano.

Importa referir que a prossecução deste objectivo contribui decisivamente para a qualificação do território e para o reforço da competitividade do concelho face à AML-N, tendo sido determinante para o sucesso do plano.



O Município da Amadora herdou um território marcado por manchas de habitação precária que tiveram a sua origem nos anos sessenta e que foram progressivamente alargadas e densificadas nas décadas seguintes. Face à ausência de uma política habitacional capaz de responder às necessidades e ao escasso poder de compra dos sucessivos fluxos migratórios, muitos destes migrantes optaram por resolver o seu problema de habitação através de processos de construção ilegal, nomeadamente ocupando terrenos com habitações precárias - bairros de barracas.

Pela importância que este fenómeno adquiriu no Concelho, “Atenuar as carências habitacionais” constituiu uma das opções estratégicas de desenvolvimento do município definidas no modelo de ordenamento do PDM, para o qual concorre o disposto no artigo 32.º, que estabelece “...nos espaços urbanizáveis e urbanizáveis mistos 10% da totalidade dos fogos previstos serão obrigatoriamente afectos a programas de habitação social”.

A realização do objectivo em questão passava por “eliminar progressivamente as áreas de habitação degradada” recorrendo a:

- Implementação das soluções contidas no Programa Especial de Realojamento – acordo de adesão assinado a 11 de Julho de 1995;
- Dinamização por iniciativa municipal de programas que respondam a carências habitacionais identificadas, não abrangidas pelo PER, como a venda de habitação a custos controlados ou a promoção cooperativa;
- Acções de promoção habitacional adequada a grupos da população com necessidades específicas (idosos, pessoas com deficiência e sem abrigo).

Ainda no domínio das carências habitacionais importa conhecer a procura de programas destinados a suprir deficiências do estado de conservação do parque habitacional privado.

C.1 O PER na Amadora – antecedentes e situação actual

O Programa Especial de Realojamento (PER) foi lançado em 1993 tendo como objectivo principal a erradicação das barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. No Município da Amadora, em 1993, foram recenseadas 4 855 barracas em 35 núcleos degradados onde viviam perto de 21 362 habitantes que representavam 12% do total da população residente.

No conjunto dos dezanove concelhos da região metropolitana a Amadora ocupava o segundo lugar, depois de Lisboa, relativamente ao número de barracas existentes, situação que levou a Câmara Municipal a negociar um acordo de adesão PER mais prolongado, com termo previsto para 2009.

Este alargamento do prazo reivindicado pela Autarquia foi aceite pela Tutela devido às características específicas do município e das famílias. Trata-se por um lado de um território limitado, de 24km², com elevada densidade populacional, com escassez de área disponível para implementar o programa de realojamento. Por outro lado, as famílias apresentam situações de pobreza e exclusão agravadas pela condição de imigração. Em muitos casos a segregação social e económica causada pela permanência das famílias aí residentes conduz à reprodução de ciclos de pobreza geracionais presentes na coexistência de famílias compostas por avós, pais e netos no mesmo bairro.

Este contexto implicava por parte dos actores políticos e sociais um maior investimento económico e social que ultrapassava a estrita acção de “dar casa”.

Com este quadro de referência o acordo foi assinado em 1995, mas o processo de execução do programa começou efectivamente a partir de 1999. Os últimos sete anos foram os de maior expressão quanto a resultados na eliminação de barracas e na libertação progressiva de áreas de ocupação precária.

Retrospectivamente parece-nos útil acompanhar a evolução do PER por reflectir os vários segmentos de procura, os vários tipos de necessidades.

Em 1993 a orientação central do programa passava exclusivamente pelo realojamento em fogos de habitação social. Em 1996 esta situação altera-se com a criação do PER Famílias, programa criado no âmbito do PER com o objectivo de oferecer mais uma opção de resolução dos problemas habitacionais. Este programa subsidia a família e não o fogo e a sua prossecução deve-se ao trabalho de campo realizado, que deu a conhecer às famílias outras soluções de alojamento, desde que apoiadas pelo Município.

Em 2000 foi criado o PAAR – Projecto de Apoio ao Auto Realojamento, sustentado pelo município, que remete para as famílias a procura de alternativas habitacionais com financiamento da CMA em 20% do valor dos fogos, valor que a Câmara teria de disponibilizar na compra/aquisição de habitação, caso as famílias optassem pelo modelo tradicional, isto é pelo realojamento.

No ano seguinte, em 2001, foi criado o PR – Programa Retorno, como resposta específica à realidade social do concelho conferida pelo número significativo de imigrantes – em 1993, 50% das famílias recenseadas PER eram oriundas de Cabo Verde. Este programa financia o regresso da família ao país de origem ou outro, em 20% do valor do fogo a que esta teria direito em caso de realojamento. Tal como o PAAR, é inteiramente financiado pela Câmara Municipal.

A observação do quadro seguinte permite acompanhar a evolução do processo de realojamento e a adesão progressiva aos diversos tipos de programas.

Quadro 50						
Execução do PER						
Ano	Realojamento	Per-Famílias	PAAR	P. Retorno	Exclusões	Demolições
1995	8	0	0	0	0	0
1996	7	0	0	0	0	0
1997	102	10	0	0	0	0
1998	30	110	0	0	0	0
1999	73	105	0	0	0	316
2000	25	39	1	0	199	222
2001	170	26	32	1	484	183
2002	306	18	60	16	498	362
2003	225	20	56	5	243	222
2004	655	21	65	6	142	463
2005	240	20	57	3	224	402
2006	46	8	27	2	58	267
Total	1 887	377	298	33	1 848	2 437

Fonte: CMA/Departamento de Habitação, Outubro de 2006

A totalidade de casos resolvidos é de 4 443. Destes, 2 595 através de respostas de programas habitacionais que correspondem efectivamente a alteração de habitat, de barraca para alojamento, de entre os quais se destaca a opção realojamento. A partir de 2001, com a conclusão de alguns empreendimentos de habitação social, o realojamento aumenta consideravelmente, observando-se em 2004 a resolução de 655 casos. Os outros programas, PER Famílias, PAAR e Programa Retorno, que pressupõem uma atitude de maior iniciativa por parte das famílias na resolução do problema habitacional, abrangem os restantes 29% dos casos. Embora não haja um padrão definido no processo de adesão aos programas ao longo do período analisado, é evidente a adesão inicial aos mesmos. Os valores mais elevados decorrem da oferta de fogos de habitação social e da divulgação e conhecimento dos restantes programas.

O valor elevado dos casos resolvidos por exclusão (1 848) deve-se a alterações comprovadas da situação económica das famílias, de alterações na sua situação social e/ou do abandono dos bairros.

A contabilização das demolições faz parte integrante do programa na medida em que só a erradicação das barracas liberta a área de habitação degradada no concelho. Para além disso, após a concretização do realojamento, a demolição impede uma segunda ocupação da barraca. As 2 437 demolições resultantes do realojamento correspondem à erradicação de 19 bairros e à libertação de uma área considerável de terreno livre. Estas áreas poderão constituir uma reserva de área disponível para programas de requalificação urbana, à semelhança do que aconteceu com o Parque Urbano da Ribeira da Falagueira.

Com a execução dos programas anteriormente referidos, foi possível efectivamente erradicar 19 bairros dos 35 existentes e demolir, no total, 2 437 barracas (51% do total existente). Em Outubro de 2006 restavam 2 355 barracas.

Quadro 51					
Bairros existentes e extintos					
Núcleo	Nº barracas	Demolições	Nº barracas (situação actual)	Propostas de demolição	
1	Quinta do Pomar	85	30	55	2
2	Estrada Militar da Mina	338	91	247	20
3	Santa Filomena	442	68	374	81
4	Encosta Nascente	113	9	104	19
5	Serra Pequena	62	31	31	2
6	Quinta do Conde Araújo*	50	50	0	0
7	Fonte dos Passarinhos*	20	20	0	0
8	Ribeira da Falagueira*	167	167	0	0
9	Quinta da Lage	458	49	409	74
10	Travessa da Reboleira*	57	46	11	8
11	Casal de Alfornelos	146	87	59	30
12	Caminho de Alfornelos*	91	88	3	0
13	Azinhaga dos Besouros*	596	592	4	2
14	Bairro da Alegria*	60	60	0	0
15	Odivelas*	5	5	0	0
16	Bairro Novo	191	121	70	45
17	Bairro Azul/Alto dos Trigueiros	292	241	51	18
18	Portas de Benfica*	17	17	0	0
19	Fontainhas*	262	254	8	4
20	Bairro 6 de Maio	267	2	265	46
21	Estrela de África	216	71	145	30
22	Alto da Damaia	445	25	420	70
23	Neudel*	78	75	3	0
24	Aqueduto*	14	14	0	0
25	Cova da Moura	39	11	28	1
26	Estrada da Circunvalação*	43	43	0	0
27	Barracas dispersas	96	81	15	2
28	Pré-fabricados da Mina*	6	6	0	0
29	Pré-fabricados da Brandoa*	5	3	2	2
30	Estrada dos Salgados	19	4	15	7
31	Bairro Novo das Fontainhas	38	2	36	0
32	Quinta da Conceição*	14	14	0	0
33	Rua D. José I, nº 65*	7	7	0	0
34	Rua da Paiã*	37	37	0	0
35	Quinta da Vinha/Inglesa*	16	16	0	0
Total	4 792	2 437	2 355	463	

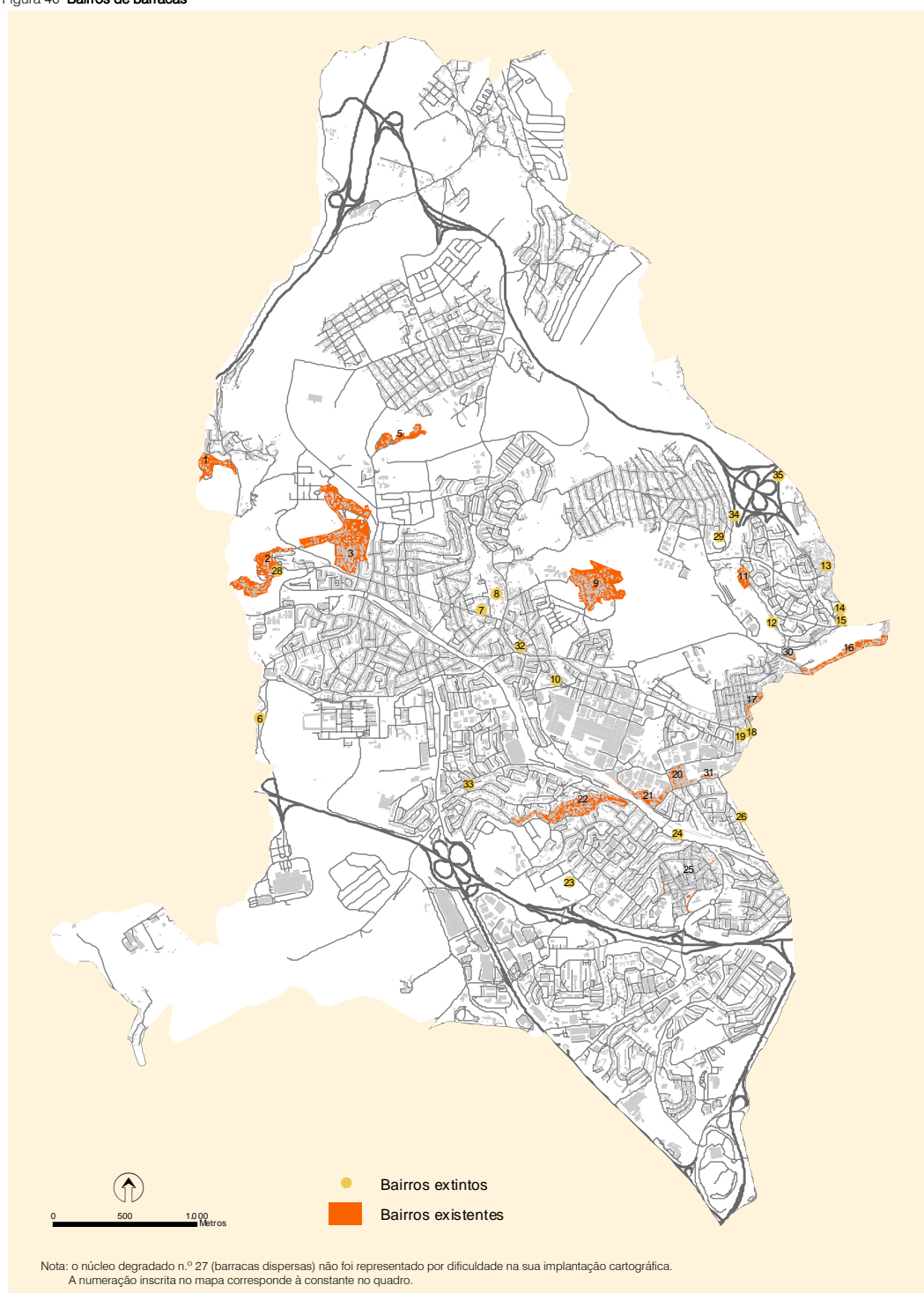
* Bairros extintos

Nota: Nos Bairros da Travessa da Reboleira, Caminho de Alfornelos, Azinhaga dos Besouros, Fontainhas, Neudel, e nos pré-fabricados da Brandoa existem ainda situações pontuais mas que estarão já encaminhadas no sentido de serem extintos.

Fonte: CMA/Departamento de Habitação, Outubro de 2006

O mapa seguinte retrata a dinâmica do realojamento, espacializando os bairros extintos e os ainda existentes. É possível observar as grandes manchas de habitação degradada que ainda persistem e perceber o número (19) bairros erradicados.

Figura 46 Bairros de barracas



Fonte: CMA/Departamento de Habitação, Outubro de 2006

Em síntese, em Outubro de 2006, a taxa de execução do Programa PER, entre programas, indemnizações e exclusões, era de 68%, o que corresponde a 4443 situações resolvidas abrangendo 6 585 agregados familiares recenseados.

As opções estratégicas do PROT-AML dão especial relevo ao eixo “requalificação sócio-urbanística de áreas degradadas” no qual integram prioritariamente o PER, considerando fundamental concluir o processo de realojamento para atingir uma maior coesão social e espacial do território metropolitano.

C.2 O processo de intervenção social nos bairros

A intervenção técnica e social dos serviços camarários permitiu a percepção e identificação de ciclos de mobilidade das famílias que se têm vindo a traduzir tanto na saída voluntária e autónoma dos bairros, processo que entre 1993 e 2006 se cifra em 26% (esta percentagem refere-se só às exclusões) do total de agregados recenseados, como na fixação de novos agregados familiares que não encontram resposta no mercado de alojamento.

As condições das famílias que integram o universo PER foram-se alterando progressivamente por influência das mudanças de estratégia propostas pelos serviços da Câmara, quer por dinâmicas internas próprias, quer ainda pela dinâmica inerente à sociedade actual.

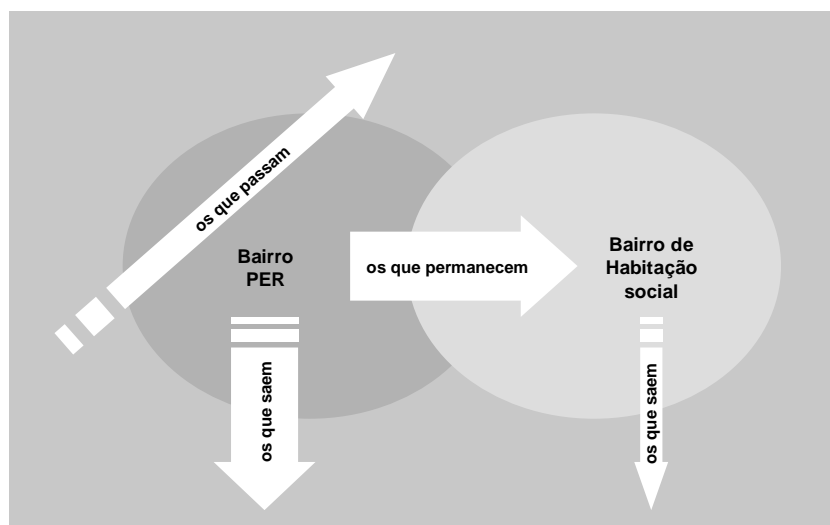
Em síntese, os bairros na Amadora são palco de vários percursos familiares:

- “Os que saem” – famílias que prepararam economicamente a sua saída do bairro, autonomamente ou com apoio da CMA/INH, através do PER Famílias, PAAR e PR ¹⁹.
- “Os que permanecem” – famílias desestruturadas que não conseguem romper o ciclo da pobreza; famílias monoparentais, pessoas portadoras de deficiência e famílias pertencentes a comunidades étnicas, que configuram o universo da população a realojar.
- “Os que passam” – famílias que, por contingências diversas, se fixam durante algum tempo num bairro degradado, onde o mercado de aluguer é mais acessível e flexível e que saem logo que ultrapassam as condições que determinaram esta opção; ou famílias que por iguais motivos se instalam numa barraca, mas que para sair precisam de estímulos externos e que poderão ter como resposta um fogo de realojamento.

Refere-se ainda que “os que permanecem” são as famílias objecto de realojamento nos empreendimentos de habitação social com as quais não foi possível equacionar outros programas.

¹⁹ Integram o quadro 50 “Execução cronológica do PER”

Figura 47 Percursos familiares nos bairros degradados



Fonte: CMA/Departamento de Habitação, DAU/SIG, 2006

Nestes casos o realojamento torna-se a única opção dado que o quadro da estrutura familiar não possibilita o recurso a outras saídas, mantendo-se assim a dependência dos apoios de estado social. Isto significa que sendo a habitação a necessidade central destas famílias, a concessão do alojamento, por si só, por parte da Autarquia, não determina a autonomização das mesmas famílias continuando estas a recorrer a outros apoios nomeadamente ao rendimento social de inserção, banco alimentar e outras instituições que na proximidade dos bairros prestam apoio comunitário.

Este processo de conhecimento/reconhecimento das dinâmicas dos bairros e das famílias aí residentes requer um trabalho de intervenção contínua e flexível face às mudanças observadas, com repercussões na metodologia de intervenção e nos tipos de programas a aplicar. Os programas dão resposta às necessidades expressas identificadas, ao mesmo tempo que reflectem o reconhecimento da realidade. Este contexto de dinâmica social obriga, em termos de soluções habitacionais, a respostas inovadoras que pela sua novidade implicam um trabalho de divulgação e promoção que podem ser aceites de acordo com os diferentes estádios que as famílias apresentam.

Ao mesmo tempo, no caso do realojamento, a atitude metodológica mudou significativamente a partir da data em que “dar casa” implicou também ver a família como um todo cujas necessidades não se restringem ao abrigo, ou seja, o espaço público foi integrado como objecto de intervenção e de trabalho para melhorar a qualidade de vida das populações realojadas através da construção de equipamentos de proximidade entre os quais estão os jardins, as escolas do 1º ciclo, as creches, os centros de saúde, as sedes de associações, as farmácias, as unidades comerciais de bens de consumo diário, etc.

A espacialização dos mesmos consta das fichas dos empreendimentos do Casal da Boba, Casal da Mira e Casal do Silva que adiante se apresentam.

C.3 Outras situações de carência habitacional

Paralelamente às respostas específicas do PER existem outros programas de outras instituições exteriores à Câmara e da própria Autarquia dirigidas a outros segmentos da população carenciada, por exemplo:

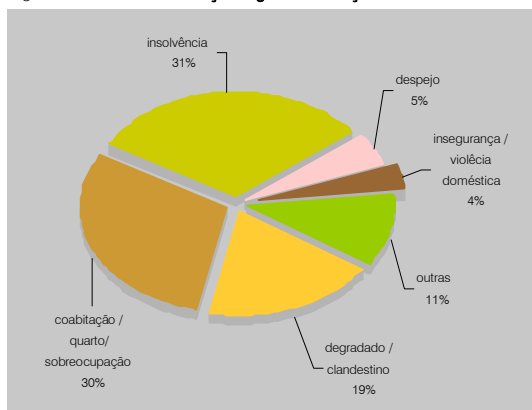
- a) o IAJ, Incentivo ao Arrendamento para Jovens até aos trinta anos a que concorrem os candidatos portadores dos requisitos inerentes ao programa;
- b) programas de venda de habitação a custos controlados, de promoção da Câmara Municipal da Amadora, com regulamento próprio, que pretendem promover a aquisição de habitação a preços acessíveis a residentes e trabalhadores no município. Este programa, que contabiliza 188 fogos no Casal da Boba e 96 fogos no Alto da Mira, tem como objectivo principal a fixação de população mais jovem.

A disponibilização no mercado de fogos a custos controlados preenche as acções previstas no modelo de desenvolvimento do PDM: “Reservar nas áreas urbanizáveis bolsas vocacionadas para a construção de habitação de custo controlado” e “Adoptar políticas de gestão que possibilitem a obtenção de fogos de custos controlados em novas urbanizações”.

No âmbito dos programas referidos existem necessidades de habitação manifestadas por munícipes que não são abrangidas pelo PER. Estas necessidades são tipificadas a partir de um ficheiro de procura que contabiliza 683 pedidos em 2006.

A situação mais frequente é a insolvência (213 casos) que culmina com as acções de despejo reflectindo problemas a jusante que não se centram na falta de alojamento, mas sim em situações de desemprego, doença, baixos rendimentos e outros. A falta de respostas articuladas entre as diferentes entidades acaba por ampliar o problema, passando a incluir também a falta de habitação.

Figura 48 Pedidos de habitação segundo a situação de carência



Fonte: CMA/Departamento de Habitação, Outubro de 2006

A coabitação de vários núcleos familiares no mesmo espaço e a sobreocupação de fogos, isto é, o excesso de pessoas para a tipologia da habitação, a par da situação de viver em quarto alugado (30% dos casos), reflectem também a insolvência económica e os baixos rendimentos das famílias e indivíduos. Para esta situação concorre também a falta de regulação do mercado de arrendamento que tem como consequência entre outras, a prática de rendas altas e não colocação no mercado de fogos devolutos.

Os pedidos decorrentes de habitação degradada ou clandestina representam cerca de 20% e os restantes resultam de causas diversas que se prendem com alterações nas estruturas familiares.

A distribuição geográfica dos pedidos é a seguinte:

Quadro 52 Distribuição dos pedidos não abrangidos pelo PER										
Alfragide	Brandoa	Buraca	Damaia	Falagueira	Mina	Reboleira	Venteira	Alfornelos	São Brás	Venda Nova
5	154	123	39	60	53	68	49	13	90	29

Fonte: CMA/Departamento de Habitação, Outubro de 2006

Independente do seu problema de origem, verifica-se a predominância de pedidos na Brandoa, na Buraca, em São Brás e na Reboleira.

A existência do maior número de casos na Brandoa deve-se às características do edificado de génese ilegal que apresenta condições de habitabilidade deficitárias e a ocupação de espaços desadequados para fins habitacionais, nomeadamente sótãos, caves e anexos.

Na freguesia de São Brás, a natureza dos pedidos de habitação é diferente consoante a sua localização espacial. Na zona central os pedidos devem-se aos despejos por falta de pagamento da renda ou falta de amortização da dívida; nos núcleos de génese ilegal da zona norte deve-se à falta de pagamento das rendas (Moinhos da Funcheira), e à falta de condições de habitabilidade (Casal da Mira).

Os pedidos na freguesia da Buraca situam-se essencialmente em dois bairros: a Cova da Moura, pelos índices graves de violência, degradação das construções e rendas elevadas; e o Plano Integrado do Zambujal, um dos primeiros bairros de realojamento do município, onde a procura surge associada às situações de coabitação e sobreocupação do parque habitacional.

Os pedidos observados na Reboleira, entre outros motivos, devem-se à insatisfação decorrente das pequenas tipologias do alojamento – cerca de 41% dos fogos tem 1 e 2 assoalhadas.

No contínuo urbano mais antigo do concelho, Mina, Venteira, Falagueira e Damaia observa-se uma procura relativamente homogénea que se justifica pela inadequação da tipologia dos fogos, pela idade do parque habitacional, pelas patologias do edificado, etc. Nas outras freguesias o valor é praticamente residual.

C.4 A oferta de habitação social

O município gere actualmente 2 052 fogos. O quadro seguinte sintetiza esta oferta.

Quadro 53			
Distribuição dos fogos municipais			
Freguesia	Localização	Total Fogos	Total Fogos por Freguesia
Brandoa	Rua do Município	3	836
	Lotes Dispersos	73	
	Casal da Mira	760	
Buraca	Rua Cerrado do Zambujeiro	46	223
	Rua das Minas	46	
	Rua de São José	30	
	Quinta do Paraíso – Z2	54	
	Quinta do Paraíso – Z3	47	
Falagueira	Avenida Eduardo Jorge	7	329
	Rua Joaquim Luís Martelo	8	
	Rua Elias Garcia	6	
	Rua António dos Santos Coelho	24	
	Casal do Silva	284	
Mina	Avenida Lourenço Marques	1	1
Reboleira	Avenida Dom José I	8	8
Venteira	Rua 1º de Dezembro	6	9
	Dispersos	3	
Alfornelos	Rua Doutor Abel Varzim	24	90
	Rua Cândido de Oliveira	24	
	Rua de Alfornelos	42	
S. Brás	Praceta Rogério Paulo	15	516
	Casal da Boba	501	
Algueirão	Coopalme	40	40
Total		2 052	2.052

Fonte: CMA/Departamento de Habitação, Outubro de 2006

A oferta municipal concentra-se maioritariamente nas freguesias onde estão localizados os três grandes empreendimentos municipais de habitação social: Brandoa (Casal da Mira - 37%), São Brás (Casal da Boba - 24%) e Falagueira (Casal do Silva - 14%). A restante oferta representa 25% (507 fogos) do total de fogos municipais. A freguesia da Buraca, detém 11% do total de fogos, no entanto, é nesta freguesia que se localiza o Plano Integrado do Zambujal que integra cerca de 1 000 fogos, propriedade do Estado (INH), o que a torna a freguesia com maior número de fogos de habitação social do município.

Nas fichas PER, que finalizam este subcapítulo, faz-se uma caracterização exaustiva dos três grandes empreendimentos de habitação social, com informação relativa às características do edificado, do realojamento, da população e dos equipamentos existentes. Trata-se de uma tentativa de resumir a informação de modo a retratar urbanisticamente estes bairros. Nas fichas seguintes, mais sintetizadas, caracteriza-se sucintamente o edificado e o alojamento. Estas fichas PER incidem sobre os fogos municipais de realojamento construídos depois de 1994.

Em conclusão, a execução do programa especial de realojamento bem como a oferta e a gestão de um parque habitacional constituído nos últimos anos reflecte a prioridade dada pela Autarquia na resolução das carências habitacionais e na erradicação progressiva dos bairros degradados. Contudo, a política habitacional não se reduz à oferta de casa, alicerça-se na integração social de grupos económica e socialmente desfavorecidos. Esta intervenção exige uma grande determinação e sobretudo partilha de responsabilidades e coordenação de esforços entre a administração pública e os actores sociais de modo a evitar-se que persistam efeitos negativos sobre o território.



Freguesia: São Brás

Morada: Casal da Boba

Tipo de Intervenção:

Realojamento e venda a custos controlados

Caracterização do Bairro

Área total do terreno	101 000m ²
Área implantação	12 914m ²
Área de construção	70 929m ²
Habitação	63 229m ²
Comércio/serviços e equipamento	7 700m ²
Nº de fogos	700
Total comércio/serviços e equipamento	41
Densidade populacional PER	158,4hab/ha
Densidade populacional S. Brás	39,9hab/ha

Caracterização do realojamento

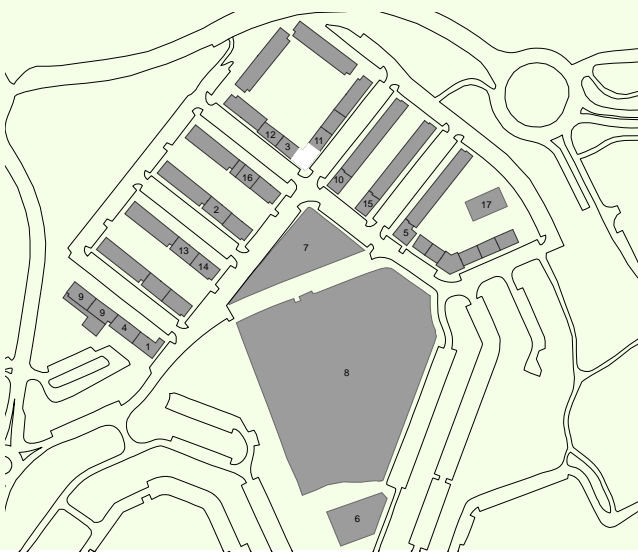
Regime de ocupação:	arrendamento
Edifícios	39
Alojamentos	501
População realojada	1 600
	T0 – 88
	T1 – 94
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER e não PER)	T2 – 228
	T3 – 173
	T4 – 117
	T0 – 186,25€
	T1 – 210,79€
Preço técnico por fogo	T2 – 257,23€
	T3 – 317,73€
	T4 – 334,89€
Nº de fogos a custos controlados	188
Nº de fogos arrendados	488 (13 vagos)

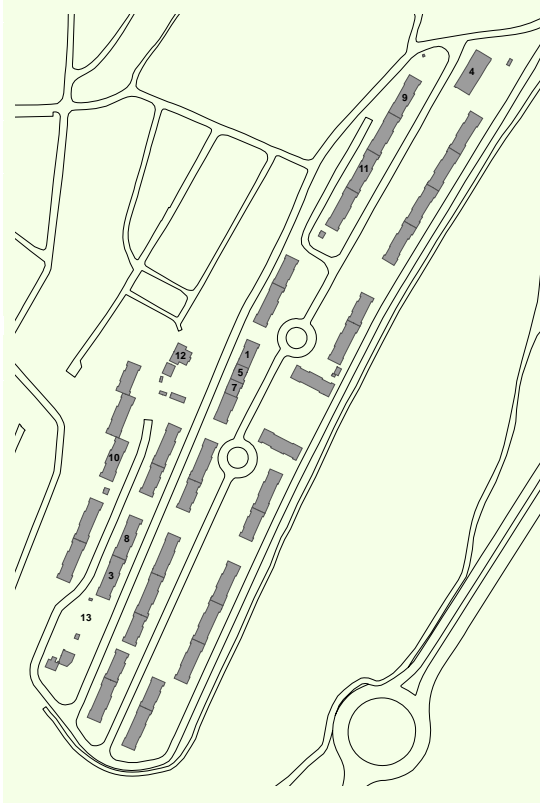
Caracterização da população

Crianças (0-9)	17%
Jovens (10-24)	31%
Adultos (25-64)	44%
Idosos (mais 65 anos)	8%
Dimensão média da família	3,3
População estudante	20,9%
População empregada	s/inf.
População desempregada	12,4%

Equipamentos de proximidade

1. J. F. São Brás
2. J. F. (sensibilização ambiental e promoção da cidadania)
3. Gabinete Gestão do bairro (CMA)
4. CMA
5. PSP
6. Jardim de Infância de S. Brás
7. EB1 da Boba
8. EB2,3 Miguel Torga
9. Centro Social e Paroquial S. Brás (IPSS)
10. Instalações Centro Cultural Roque Gameiro
11. Biblioteca (Pólo da Boba)
12. Depósito Bual
13. Centro cultural S. Brás
14. Espaço Internet
15. Associação Unidos de Cabo Verde
16. Programa Oportunidades
17. Campo de Jogos





Freguesia: Brandoa

Morada: Casal da Mira

Tipo de Intervenção:

Realojamento

Caracterização do Bairro

Área total do terreno	100 039m ²
Área implantação	14 051m ²
Área de construção	75 000m ²
Habitação	67 982m ²
Comércio/serviços e equipamento	7 018m ²
Nº de fogos	760
Total comércio/serviços e equipamento	66
Densidade populacional PER	235,9hab/ha
Densidade populacional Brandoa	71,1hab/ha

Caracterização do realojamento

Regime de ocupação:	arrendamento
Edifícios	39
Alojamentos	760
População realojada	2 360

Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER e não PER)	T1 – 132 T2 – 336 T3 – 204 T4 – 88
--	---

Preço técnico por fogo	T1 – 247,56€
	T2 – 309,78€
	T3 – 407,74€
	T4 – 433,46€

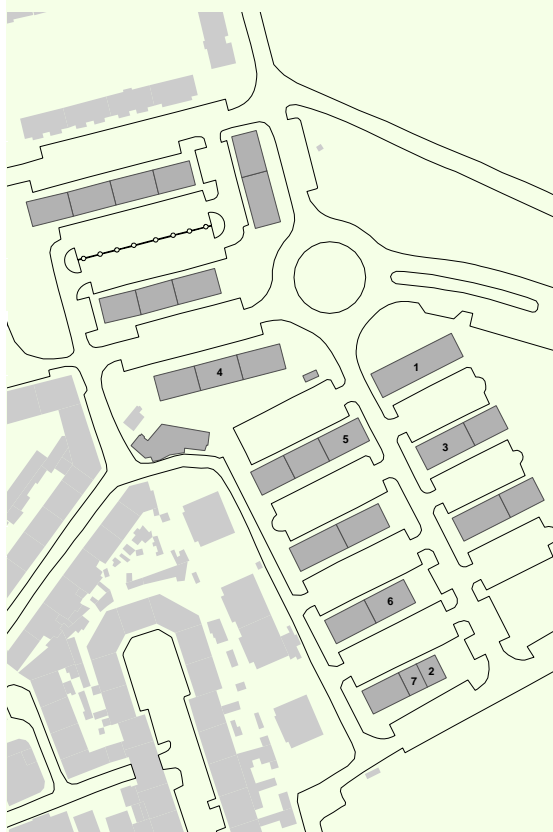
Nº de fogos a custos controlados	Não tem
Nº de fogos arrendados	706 (54 vagos)

Caracterização da população

Crianças (0-9)	19%
Jovens (10-24)	31%
Adultos (25-64)	45%
Idosos (mais 65 anos)	5%
Dimensão média da família	3,3
População estudante	24,4%
População empregada	s/inf.
População desempregada	21,0%

Equipamentos de proximidade

1. J. F. Brandoa
2. Gabinete Gestão do bairro (CMA)
3. PSP (previsto)
4. Jardim de Infância – A.U.C.V.
5. Associação NÓS
6. CEBESA
7. Programa Escolhas
8. Unidade de cuidados Familiares (previsto)
9. Associação Unidos de Cabo Verde (A.U.C.V.)
- 10 Cruz Vermelha Portuguesa / GAS
11. Farmácia
12. Igreja
13. Campo de Jogos



Freguesia: Falagueira

Morada: Casal do Silva

Tipo de Intervenção:

Realojamento

Caracterização do Bairro

Área total do terreno	31 744m ²
Área implantação	5 156m ²
Área de construção	25 967m ²
Habitação	23 714m ²
Comércio/serviços e equipamento	2 253m ²
Nº de fogos	284
Total comércio/serviços e equipamento	23
Densidade populacional PER	283,5hab/ha
Densidade populacional Falagueira	98,3hab/ha

Caracterização do realojamento

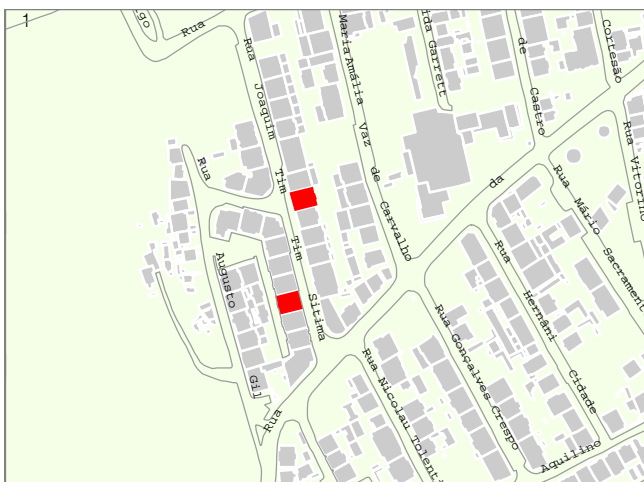
Regime de ocupação:	arrendamento
Edifícios	27
Alojamentos	284
População realojada	900
	T0 – 28
	T1 – 52
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER e não PER)	T2 – 112
	T3 – 64
	T4 – 28
	T0 – 124,39€
	T1 – 188,96€
Preço técnico por fogo	T2 – 248,91€
	T3 – 302,52€
	T4 – 328,16€
Nº de fogos a custos controlados	Não tem
Nº de fogos arrendados	281 (3 vagos)

Caracterização da população

Crianças (0-9)	19%
Jovens (10-24)	30%
Adultos (25-64)	42%
Idosos (mais 65 anos)	9%
Dimensão média da família	3,2
População estudante	20,7%
População empregada	s/inf.
População desempregada	21,8%

Equipamentos de proximidade

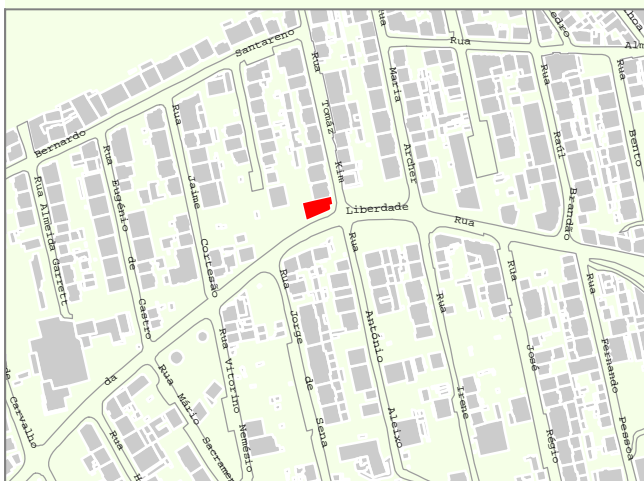
1. J. F. Falagueira
2. Gabinete Gestão do bairro (CMA)
3. PSP (previsto)
4. CEBESA
5. Criaditas dos Pobres
6. Gabinete DGPH/CMA (trabalho comunitário)
7. Escuteiros



Freguesia: Brandoa

Morada: Rua Tim Tim Sítima n.º 5 e 10

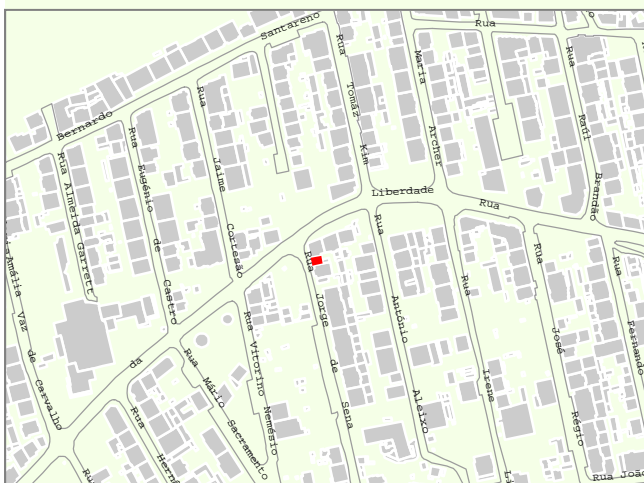
Área bruta de construção	1 553m ²
Área útil de construção	1 105m ²
N.º de Edifícios	2
Nº total de fogos	20
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T1 – 6 T2 – 14
Nº alojamentos ocupados	20
Nº de famílias	20
Preço técnico por fogo	T1 – 170,20€ T2 – 226,25€



Freguesia: Brandoa

Morada: Rua da Liberdade n.º 74

Área bruta de construção	660m ²
Área útil de construção	470m ²
N.º de Edifícios	1
Nº total de fogos	9
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T1 – 3 T2 – 6
Nº alojamentos ocupados	9
Nº de famílias	9
Preço técnico por fogo	T1 – 153,40€ T2 – 230,50€



Freguesia: Brandoa

Morada: Rua Jorge de Sena n.º 24

Área bruta de construção	238m ²
Área útil de construção	151m ²
N.º de Edifícios	1
Nº total de fogos	4
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T0 – 1 T1 – 3
Nº alojamentos ocupados	4
Nº de famílias	4
Preço técnico por fogo	T0 – 116,40€ T1 – 146,90€



Freguesia: Brandoa

Morada: Rua Maria Archer n.º 9

Área bruta de construção	758m ²
Área útil de construção	585m ²
N.º de Edifícios	1
Nº total de fogos	8
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T3 - 8
Nº alojamentos ocupados	8
Nº de famílias	8
Preço técnico por fogo	T3 - 258,50€



Freguesia: Brandoa

Morada: Rua José Leite de Vasconcelos n.º 3 e 5

Área bruta de construção	2 668*m ²
Área útil de construção	1 925*m ²
N.º de Edifícios	2
Nº total de fogos	24
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T0 - 1 T1 - 8 T2 - 7 T3 - 8
Nº alojamentos ocupados	24
Nº de famílias	24
Preço técnico por fogo	T0 - 116,10€ T1 - 188,50€ T2 - 234,80€ T3 - 295,40€

* Valores extraídos de processos de obras



Freguesia: Brandoa

Morada: Rua António José de Almeida n.º 19

Área bruta de construção	637m ²
Área útil de construção	458m ²
N.º de Edifícios	1
Nº total de fogos	8
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T1 - 1 T2 - 7
Nº alojamentos ocupados	8
Nº de famílias	8
Preço técnico por fogo	T1 - 177,80€ T2 - 230,40€



Freguesia: Buraca

Morada: Rua de S. José n.º 13 e 14

Área bruta de construção	s/inf.
Área útil de construção	2 230m ²
N.º de Edifícios	2
Nº total de fogos	30
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T1 – 10 T2 – 2 T3 – 8 T4 – 10
Nº alojamentos ocupados	29
Nº de famílias	29
Preço técnico por fogo	T1 – 177,60€ T2 – 229,80€ T3 – 247,60€ T4 – 273,40€



Freguesia: Buraca

Morada: Rua Cerrado do Zambujeiro n.º 32, 34, 36, 38 e 40

Área bruta de construção	s/inf.
Área útil de construção	s/inf.
N.º de Edifícios	5
Nº total de fogos	46
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T2 – 23 T3 – 23
Nº alojamentos ocupados	45
Nº de famílias	45
Preço técnico por fogo	T2 – 230,11€ T3 – 271,14€



Freguesia: Buraca

Morada: Rua das Minas n.º 3, 5, 7, 9 e 11

Área bruta de construção	s/inf.
Área útil de construção	s/inf.
N.º de Edifícios	5
Nº total de fogos	46
Fogos segundo a tipologia (de realojamento PER)	T2 – 23 T3 – 23
Nº alojamentos ocupados	45
Nº de famílias	45
Preço técnico por fogo	T2 – 230,11€ T3 – 271,14€

C.5 Reabilitação urbana

De entre as várias competências cometidas às Autarquias Locais consignadas na Lei 169/99 de 18/9 alterada pela Lei n.º5-A/2002 de 11/1 constam as obrigações relacionadas com o licenciamento urbanístico no âmbito da conservação e beneficiação de edifícios (alíneas b) e c) n.º5, artigo 64.º). Daqui resulta que a actuação da CM pode existir sob duas vertentes: numa perspectiva voluntarista, procedendo à definição e concretização de acções integradas de requalificação urbana ou numa perspectiva reactiva, orientada em função das carências apontadas pelos cidadãos.

O território do Município da Amadora registou um processo intensivo de produção de habitação durante as décadas de 50, 60 e 70 em resposta ao forte acréscimo populacional, pelo que, actualmente, o parque habitacional começa a manifestar sinais de degradação, com necessidade urgente de acções de reabilitação/conservação.

Contudo, a resolução das questões relacionadas com a eliminação de bairros de habitação degradada tem “forçado” a Edilidade a aplicar grande percentagem do seu orçamento na construção de habitação social, em detrimento de acções de reabilitação do parque habitacional privado. Assim, podemos afirmar que a actuação da Câmara Municipal tem sido condicionada pela adesão dos munícipes aos programas de reabilitação urbana emanados da Administração Central, o RECRIPH, o SOLARH e o RECRIA²⁰, quando as condições de elegibilidade o permitem. No quadro seguinte, podemos identificar os destinatários, os critérios de selecção e o regime de comparticipação respeitantes a cada programa.

²⁰ RECRIA DL n.º 329-C/2000, de 22/12 (criado pelo DL n.º. 4/88, de 14/01)
RECRIPH DL n.º 106/96, de 31/7
SOLARH DL n.º. 39/2001, de 9/02 (revogou do DL n.º 7/99, de 8/01)

Quadro 54			
Caracterização dos programas de reabilitação urbana			
Programa	Destinatários	Crítérios	Comparticipação
RECRIA	<ul style="list-style-type: none"> destina-se a apoiar financeiramente os proprietários e senhorios que procedam nos fogos e partes comuns do edifício a obras de conservação. os edifícios têm acesso ao Programa desde que exista, pelo menos, um contrato de arrendamento habitacional em vigor que tenha sido celebrado anteriormente a 1 de Janeiro de 1980. os arrendatários e as Câmaras Municipais podem ter acesso ao RECRIA em substituição dos proprietários 	<ul style="list-style-type: none"> a participação a conceder pela Câmara Municipal e INH será calculada a partir do uso dos fogos e respectiva situação contratual, do seu estado de conservação e respectivos valores de rendas bem como do montante das obras a realizar 	<ul style="list-style-type: none"> poderá ser concedido financiamento pelo INH do valor das obras não participadas, sendo o prazo máximo de reembolso de 8 anos. estes incentivos são concedidos uma única vez a cada edifício. participação a fundo perdido
RECRIPH	<ul style="list-style-type: none"> destina-se a apoiar, através de participação a fundo perdido as Administrações de condomínio ou condónimos, que realizem obras de conservação nas partes comuns nos edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> licença de utilização emitida até 1 de Janeiro de 1970, ou ter sido construído anteriormente a 1951; encontrar-se em regime de propriedade horizontal; ser constituído no mínimo por 4 fracções; serem fracções ocupadas pelos proprietários ou estarem alugadas para habitação; das fracções existentes no edifício apenas uma pode ser destinada a fins não habitacionais 	<ul style="list-style-type: none"> a participação conjunta a atribuir pela Câmara Municipal e INH é de 20% do valor das obras executadas nas partes comuns o valor das obras não participadas pode ser financiado individualmente a cada um dos condóminos que, poderão também aceder a financiamento para execução de obras de conservação no interior dos fogos
SOLARH	<ul style="list-style-type: none"> destina-se a financiar a execução de obras de conservação e de beneficiação em habitação própria permanente ou habitações devolutas; 	<ul style="list-style-type: none"> a candidatura de proprietários de habitação própria depende do rendimento anual bruto do agregado familiar; as pessoas singulares proprietárias de habitações devolutas podem candidatar-se se no prédio existir, pelo menos uma habitação com arrendamento anterior a 1 de Janeiro de 1980; 	<ul style="list-style-type: none"> financiamento sob a forma de empréstimos sem juros; em cada habitação, o valor das obras não pode exceder 11 971,15 Euros; estes incentivos são concedidos uma única vez a cada habitação;

Fonte: CMA, DAU/DRPHP, 2005

A recolha, tratamento e sistematização da informação existente na Divisão de Recuperação do Parque Habitacional Privado (DRPHP), resultou num processo moroso face à formatação dos dados disponíveis, que respondiam às necessidades imediatas de controlo dos procedimentos administrativos por parte do serviço, mas que divergiam dos propósitos deste trabalho.

Para ultrapassar este obstáculo, procedeu-se à criação de uma base de dados em formato Access, que suportou a inserção de um grande volume de dados relativos ao decénio analisado, num curto período de tempo. Não obstante o esforço dispendido, os registos referentes a vistorias de habitabilidade correspondem aos dados informatizados de 1994 a 2004 e à informação existente em fichas só até 2000, facto que pode levar a concluir que a pressão da procura se encontra subdimensionada.

Para diagnosticar o sucedido no território municipal, no domínio da degradação/reabilitação do edificado, no período entre 1994 e 2004, procurou-se:

- avaliar a intensidade da procura dos serviços, para a resolução de problemas de degradação dos imóveis, mediante o pedido de vistorias (vistoria de habitabilidade);
- quantificar e traduzir espacialmente as situações resolvidas com sucesso através da candidatura a programas de reabilitação (RECRIPH, RECRIA)
- identificar os casos em que a CMA chamou a si a resolução do problema e avançou para Obras Coercivas;

A informação recolhida está consubstanciada no quadro 55 e dá-nos uma visão de natureza quantitativa. Importa realçar que, relativamente às vistorias de habitabilidade, é frequente existirem vários pedidos de vistoria para o mesmo edifício, situação que explica uma diferença tão significativa entre estes pedidos e as alternativas seguidas, quer através de programas de incentivos quer através de processos de obras coercivas.

Quadro 55						
Processos de reabilitação urbana						
Vistorias de Habitabilidade (1994-2004)	Obras Coercivas (1999-2004)		RECRIA (1996-2004)		RECRIPH (1997-2004)	
Pedidos de vistoria 1 405	Processos iniciados	150	Processos iniciados	67	Processos iniciados	88
	Obra entregue a empreiteiro	60	Processos concluídos	12	Processos concluídos	37
	Obra concluída	48	Processos em curso	22	Processos em curso	2
	Obra anulada	54	Taxa de execução	17,9%	Taxa de execução	42,0%
	Obra em curso	12				

Fonte: CMA, DAU/DRPHP, Gab. SIG, Julho/2005

A procura dos serviços municipais, consubstanciada nos pedidos de vistoria, encerra todo o tipo de queixas relativas a segurança e salubridade, muitas delas fora da esfera de actuação do poder público. Contudo, o estado da informação (fichas em papel sem referência ao tipo de reclamação) e o tempo disponível para criar uma base de dados constituíram um constrangimento à selecção prévia dos temas considerados relevantes, só ultrapassado com a consulta individual de cada reclamação, imprimindo grande morosidade ao processo.

Importa sublinhar, que não há coincidência entre o período de vigência do PDM e a avaliação dos programas de recuperação de imóveis, uma vez que a data de partida reporta-se à sua instituição, sendo por isso posterior a 1994. Também em relação às obras coercivas, os registos das empreitadas só foram contabilizados a partir de 1999, momento em que, fruto de uma reorganização interna, esta competência passou do DOM para o DAU/DRPHP.

Os programas de incentivos para a reabilitação dos edifícios evidenciam um baixo nível de execução, que derivam de: falta de disponibilidade financeira dos proprietários, bem como do Município, pelos motivos já explanados, ilegalidades urbanísticas que tem que ser corrigidas na fase que antecede a candidatura (marquises, alterações de uso, etc.).

A juntar a estes constrangimentos importa referir, que o quadro legal dos programas se encontra desajustado da realidade do Município, constituindo um entrave à realização de obras de conservação dos imóveis. Por exemplo, edifícios com licenças emitidas após 1 de Janeiro de 1970, não preenchem os requisitos do programa RECRIPH. Ora, se tivermos presente, que cerca de 30 % dos edifícios do Município foram construídos na década de 70 (por exemplo Casal de S. Brás e Alfoanelos) e, segundo INE²¹, dos 3 752 edifícios recenseados neste período, mais de 40% já apresentavam necessidade de reparação, podemos concluir que a aplicabilidade destes instrumentos na periferia de Lisboa é bastante limitativo.

A degradação do edificado faz-se sentir com mais intensidade nos locais que estiveram na génese da formação do tecido urbano do Município, apoiados nas acessibilidades (estações de CF, Radial da Buraca, Eixo Amadora - Portas de Benfica) ou na expansão do sector secundário (Bairro da Venda Nova) por exemplo.

A natureza clandestina da ocupação e a tipologia predominantemente unifamiliar explicam a pouca expressão deste fenómeno na zona norte do Município. Também em áreas que constituem o suporte físico para a instalação de grandes unidades ligadas às actividades económicas é evidente a ausência de registos.

Os constrangimentos financeiros, a somar à dificuldade em recuperar o investimento aplicado, explicam a actuação do Município no que concerne à realização de obras coercivas,²² restringindo a intervenção a casos que configuram um risco para a segurança e a salubridade da população. Os processos desta natureza predominam na cidade consolidada, confirmando a tendência de degradação nas áreas já identificadas. Podemos ainda referir, que a mediação do poder público neste domínio força, em determinados casos, o entendimento entre os particulares, notório no número de processos de obras coercivas desencadeados mas anulados.

²¹ INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

²² Artigos 89.º a 92.º do DL 555/99 de 16/12 RJUE

Outra conclusão a extrair dos dados recolhidos e que deverá constituir motivo de reflexão, são os indícios de degradação verificada em edifícios que integram áreas de expansão recente, ou seja, o problema não está na idade do edifício, mas sim, na qualidade dos materiais aplicados e eventuais deficiências no processo construtivo.

O relevo alcançado pela temática da requalificação de áreas urbanas consolidadas, conjugado com a discussão sobre os conteúdos a salvaguardar na próxima geração de Planos Directores Municipais, que se pressupõem ancorados nos princípios da sustentabilidade (requalificação, reconversão e reutilização) constituem um desafio que o Município deverá observar na formulação das grandes linhas de orientação estratégica na próxima versão do PDM.

Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

PONTOS FORTES

- Extinção de mais de metade dos núcleos degradados com resolução PER de 70% dos casos
- Colocação no mercado de fogos a custos controlados
- Melhoria das condições de vida da população realojada por ocupação de um alojamento e pela dotação diversificada em equipamentos de proximidade nos bairros de habitação social
- Esforço de integração social de grupos populacionais desfavorecidos suportada em redes que combinam a iniciativa local e a iniciativa comunitária
- Reforço da coesão social e territorial pela libertação das áreas de habitação degradada e requalificação desses mesmos espaços, como se verificou no Parque Urbano da Ribeira da Falagueira

OPORTUNIDADES

- Os bairros de realojamento são áreas dinâmicas do ponto de vista demográfico: saldo natural positivo, existência de população jovem e mão de obra disponível
- Existência de fogos no Município que podem vir para a posse da CMA (recepção de fogos do INH) alguns dos quais podem contribuir para a resolução de pedidos de habitação identificados como urgentes
- A aprovação da candidatura do Município ao URBCOM - Centro da Amadora constitui uma oportunidade para a reabilitação dos edifícios nos eixos de intervenção do programa

AMEAÇAS

- Ausência de políticas de intervenção e reabilitação do parque habitacional privado
- Os sistemas de incentivos destinados à reabilitação do parque habitacional estão relativamente desajustados da realidade concelhia uma vez que as décadas ainda de grande pressão construtiva não estão abrangidas pelos programas Recria e Recriph
- Insuficiência de equipamentos de apoio à primeira infância e idosos nos bairros de realojamento PER
- Necessidade de programas de ocupação dos tempos livres dos jovens como factor de integração no bairro e de diminuição do abandono escolar

PONTOS FRACOS

- Incerteza quanto à continuidade de programas de realojamento e de inserção sócio-urbanística
- Aumento do esforço financeiro da Autarquia na gestão e conservação do parque habitacional municipal – edificado e respectivo espaço público
- Fogos vagos e de uso secundário potenciam a degradação do parque habitacional privado

Considerações Finais

3

Considerações finais

O modelo de reequilíbrio urbano defendido no Plano Director Municipal apostava na correcção das situações urbanísticas deficientes projectando, a partir das possibilidades já identificadas no modelo de ordenamento um espaço urbano mais equilibrado e qualificado. Este cenário, muito ambicioso face aos problemas existentes no território, requeria uma intervenção activa do município no sentido de dinamizar processos no domínio sócio-urbanístico e da competitividade territorial essenciais às mudanças pretendidas. De facto, a reconversão urbanística e funcional de um subúrbio já muito enraizado exige um espaço temporal alargado que supera o horizonte temporal do plano.

A par disso, os ajustamentos introduzidos na planta de ordenamento na fase final da elaboração do PDM e pós inquérito público, designadamente o alargamento de algumas áreas urbanizáveis e o reforço dos índices urbanísticos, vão no sentido contrário à concretização do objectivo de partida “conter a expansão urbana habitacional”.

As matrizes de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças elaboradas no final cada objectivo juntamente com a ficha de indicadores gerais procuram traduzir sinteticamente a evolução ocorrida no período da vigência do plano.

Apesar do que atrás foi exposto, a execução do PDM contribuiu para alcançar grande parte dos objectivos inicialmente fixados embora com diferentes níveis de concretização.

Relativamente ao objectivo “Fortalecer e Diversificar a Base Produtiva” as condições de acessibilidade criadas nos últimos dez anos e a existência de mercado ditaram um reforço da competitividade do concelho face à região, manifestado sobretudo através de:

- redução da diferença na relação - empregados na Amadora/residentes na Amadora com emprego (evoluiu de 0,52 para 0,62), atenuando por esta via a vocação residencial do concelho;
- expansão do sector terciário com o aumento dos ramos da CAE 6,7,8 e 9 que praticamente duplicaram o número de estabelecimentos entre 1989 e 2001;
- reforço da capacidade empregadora com o aumento dos postos de trabalho (46%);
- situação emergente favorável no domínio dos serviços intensivos em informação e conhecimento, em especial nos serviços avançados.

Importa sublinhar a forte aposta da Autarquia em “Melhorar o Padrão de Vida” e “Atenuar as Carências Habitacionais” com indicadores muito favoráveis de entre os quais se destacam:

- acréscimo e requalificação de 48 hectares de espaços verdes, de que resultou um forte aumento da capitação (2,3 para 5,4 m² de espaço verde por habitante);
- incremento da rede viária (57% face à situação de partida) e aumento do estacionamento;
- diversificação da rede de transportes colectivos com a introdução do Metropolitano;

- expressiva melhoria da cobertura total do pré-escolar (passando de 23% para 71%) pelo efeito da triplicação da oferta de salas de jardim de infância da rede pública;
- ampla requalificação das escolas do 1º ciclo (50%) e construção de raiz de oito novos equipamentos de educação e ensino, o que permite hoje o funcionamento em regime normal de cerca de 70% das escolas;
- extinção de 19 dos 35 bairros degradados, com resolução de 70% dos casos PER e uma oferta de 2052 fogos de habitação social;

Relativamente à ocupação do solo evidencia-se :

- a cobertura de cerca de 21% do território por catorze planos municipais de ordenamento do território (1 PU e 13 PP) na sequência da publicação do PDM;
- as principais alterações incidiram na classe de espaço urbanizável e urbanizável misto com 50% de licenciamento dessas mesmas classes de espaço. A área comprometida mas ainda não licenciada é de 14 hectares dentro das mesmas classes, o que perfaz um consumo estimado em 55% da área de expansão do concelho durante a vigência do plano;
- a ocupação em espaço urbano traduzida pelo licenciamento de loteamentos representa uma densificação de 9,3% do tecido consolidado;
- a afectação de 81% da área licenciada em loteamentos destina-se ao uso habitacional com uma concretização de 13 980 fogos.

Confrontando os objectivos específicos relativos à qualificação urbanística do território, nomeadamente “controlar a qualidade das novas construções e da renovação urbana” com os resultados alcançados verifica-se que estes não foram atingidos porque nem sempre houve uma aposta no desenho urbano, na qualidade arquitectónica do edificado e sobretudo pela reduzida reabilitação do parque habitacional (97% dos fogos correspondem a construções novas).

Não obstante o nível de concretização apontado, sublinha-se que parte das propostas estratégicas se encontram ainda em evolução. É o caso da Nova Centralidade da Amadora já com projecto urbano para a área da Falagueira/Venda Nova/Damaia em estado adiantado de concretização. A afirmação desta centralidade que se pretende diferenciar no território é induzida pela integração de três factores: acessibilidade qualificada, perfil funcional especializado e imagem urbana diferenciada.

Está também em desenvolvimento o projecto de urbanismo comercial para o Centro da Amadora e para os terrenos envolventes à Quinta da Fonte Santa está em curso um plano de pormenor que visa a requalificação do ponto de vista paisagístico e ambiental da área de fronteira com Sintra.

Seguidamente destacam-se os principais projectos guiados pelo modelo de desenvolvimento do PDM de 1994 que traduzem mudanças efectivas na realidade do Município.

Atingido o horizonte do PDM e tendo por base os resultados alcançados e os problemas que persistem, é fundamental traçar os objectivos que devem balizar o próximo ciclo de planeamento municipal.

Na sua definição devem ser ponderados três aspectos fundamentais:

- as áreas urbanizáveis e urbanizáveis mistas detêm ainda uma capacidade a rondar os 45%;
- os poucos espaços exteriores à mancha urbana reúnem condicionantes diversas, retirando-lhes aptidão para a ocupação;
- o tecido consolidado sofre ainda de desqualificação física, funcional e ambiental.

Face ao exposto entende-se que a revisão do PDM deve apostar nos seguintes objectivos estratégicos:

- Concretizar a centralidade da Falagueira como âncora para a reconfiguração funcional do Município.
- Reforçar a política de regeneração urbana e de (re) valorização do espaço público.
- Superar as carências habitacionais associadas aos bairros degradados que subsistem.

DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA

“Criar novas áreas de localização de indústrias e serviços” e “Afirmar o eixo terciário da EN 117”

Centro Comercial Dolce Vita Tejo



Alargamento e iluminação da EN117



Ikea



DECATHLON



Alfraparque



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Criar novas acessibilidades, expandir a rede viária e articular os eixos rodoviários regionais com a rede viária municipal”

IC 16



Nó da Fonte Santa



Nó do Borel



Rotunda do Neudel



Reformulação e semaforização do cruzamento do Bairro do Bosque



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Prolongar a Linha do Metropolitano – Alfoanelos e Amadora Este e qualificar o espaço público envolvente”

Estação Amadora Este



Praça Teófilo Braga – Alfoanelos



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Reforçar a acessibilidade com as novas estações da CP – Damaia e Reboleira”

Estação da Damaia



Estação da Reboleira



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Criar uma rede de espaços verdes de recreio e lazer e reabilitar zonas de usos degradantes”

Parque Aventura



Ilha Mágica do Lido



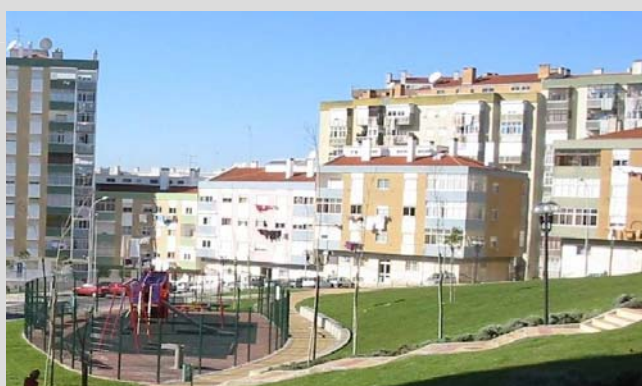
Parque Fantasia



Jardim dos Plátanos



Jardim Central São Brás



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Qualificar a imagem urbana e revitalizar o ambiente social”

Fórum Brandoa e Jardim Luís de Camões



Jardim dos Aromas



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Compatibilizar o ritmo de crescimento urbano e as necessidades de equipamentos e infra-estruturas”

EB1, JI Casal da Mira



EB1 Boba



Pavilhão da escola secundária Dom João V



Parque de estacionamento do Largo Dr. Dário Gandra Nunes



Central ValorSul – Estação de Tratamento e Valorização Orgânica



MELHORAR O PADRÃO DE VIDA

“Garantir um bom nível de equipamentos e serviços de apoio à comunidade”

Escola Intercultural e das Profissões**Quinta de S. Miguel**

Centro de Ciência Viva



Jardim de Infância Cerrado da Bica



Creche e ATL de Alfragide



ATENUAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

“Eliminar áreas de habitação degradada e reservar nas áreas urbanizáveis bolsas vocacionadas para a construção de habitação social e de custos controlados”

Alto da Mira



Casal da Mira



Casal da Boba



Casal do Silva



Indicadores Gerais

GRANDES NÚMEROS

	1991	2001
População residente	181 774	175 872
Famílias	62 039	67 235
Edifícios	12 120	13 445
Alojamentos	71 717	80 581
Habitantes/ha	76,4	73,9
Edifícios/ha	5,1	5,7
Alojamentos/ha	30,1	33,9

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

	1991	2001
Taxa de natalidade (‰)	12,5	11,7
Taxa de mortalidade (‰)	7	8,2
Taxa de mortalidade infantil (‰)	11,4	7,3
Percentagem de jovens	19,3	15,0
Percentagem de idosos	8,7	14,0
População em idade activa (%)	71,7	71,1
Dimensão média da família	2,9	2,6
Taxa de analfabetismo (só fornecida pelo INE ao Concelho - ind. c/10+ anos)	5,1	5,5
População residente com 1º ciclo do ensino básico (%)	25,0	25,0
População residente com ensino secundário (%)	11,0	16,0
População residente com ensino superior (%)	4,0	8,0

DINÂMICA ECONÓMICA E PRODUTIVA

	1997	2003
Total de Empresas Sedeadas	4 919	5 812
Indústria transformadora	507	447
Construção	686	1 014
Comércio	2 586	2 747
Comércio grosso	742	789
Comércio retalho	994	1 008
Alojamento e Restauração	589	674
Transporte e Armazenagem	118	291
Serviços financeiros	19	21
Serviços prestados às Empresas	666	834
Serviços prestados às Famílias	317	433

Situação da População Residente perante a Actividade Económica

	1991	2001
Indivíduos residentes empregados no sector II	24 137	21 089
Indivíduos residentes empregados no sector III	61 952	65 329
Indivíduos residentes desempregados à procura do 1º emprego	1 261	1 519
Indivíduos residentes desempregados à procura de novo emprego	5 012	5 816
Indivíduos residentes pensionistas ou reformados	25 783	30 535
Taxa de desemprego (%)	6,8	7,8
Taxa de actividade (%)	50,9	53,4

Indicadores Gerais

Número de Empresas segundo os escalões de pessoal

	1997	2002
0-9	4 410	5 219
10-49	427	507
50-499	76	80
500-999	2	3
> 1000	4	3

DINÂMICA TERRITORIAL E URBANA

Parque Habitacional

	1991	2001
N.º de pavimentos/edifício	2,8	3,5
N.º Alojamentos familiares clássicos/edifício	5,8	5,9
Proporção alojamentos vagos (%)	7,9	10,7
Idade média do edificado (n.º de anos)	27	30,3
Época dominante dos edifícios	71/80	71/80
Índice de envelhecimento dos edifícios (%)		65
Média de encargos com alojamentos ocupados pelo proprietário (euros)		262,99
Proporção alojamentos ocupados pelo proprietário (%)	60,3	68,9

	1993	2006
N.º barracas	4 855	2 355
N.º fogos municipais (PER e outros programas) *	99	2 052

Edifícios licenciados segundo o tipo de obra

	1994-2004
Total de edifícios licenciados	972
Alterações	3
Ampliação	1
Construção Nova	966
Legalização	0
Reconstrução/Restauração	2

Edifícios e fogos licenciados em construções novas

	1994-2004
N.º de edifícios licenciados destinados à habitação	906
N.º de pavimentos por edifício em construção nova	5 009
N.º de fogos licenciados em construção nova (total)	8 303
N.º de fogos T0 por edifício de construção nova	49
N.º de fogos T1 por edifício de construção nova	514
N.º de fogos T2 por edifício de construção nova	3 114
N.º de fogos T3 por edifício de construção nova	3 214
N.º de fogos T4 por edifício de construção nova	436
N.º de fogos T5 e mais por edifício de construção nova	35

Indicadores Gerais

QUALIDADE DE VIDA

	1994	2006
Espaços verdes <i>per capita</i> (m ² /Habitante)	2,6	5,4
Extensão da rede viária construída e beneficiada (km)	256	365
N.º de carreiras de transporte público rodoviário	41	46
Taxa de cobertura de Creche (%)	5	17
Taxa de cobertura de J. Infância, rede pública (%)	5	22
Taxa de cobertura total de J. Infância (%)	23	71
Taxa de cobertura de ATL (%)	14	32
N.º EB1 construídas e requalificadas entre 1994 e 2004		3+15
Taxa de escolarização no 1º ciclo do ensino básico, rede pública (%)	86	90
N.º de alunos do 1º ciclo por computador	s/inf	48
EB1, rede pública, com prática desportiva em instalações cobertas no edifício (%)	50	83
EB2,3, rede pública, com ginásio/pavilhão desportivo (%)	38	78
E. Secundárias, rede pública, com ginásio / pavilhão desportivo (%)	17	83
Taxa de cobertura de centros para Idosos (%)	9	10
N.º espaços desportivos /1 000 Habitantes	0,9	1,4
Médicos /1 000 Habitante	3,3	3,1
Camas hospitalares /1 000 Habitante	4,3	5,0
N.º Farmácias	35	39
N.º Bibliotecas públicas	10	14
N.º Caixas Multibanco	56	147

	1993	2006
N.º de agregados familiares residentes em barracas	6 585	2 142

Movimentos Pendulares

	1991	2001
Duração média do percurso casa escola ou casa trabalho (minutos)	37	32
Modo de deslocação – a pé (%)	20	15
Modo de deslocação – autocarro (%)	35	24
Modo de deslocação – comboio (%)	17	19
Modo de deslocação – transporte individual (%)	23	39

AMBIENTE

	1999	2006
Superfície total de espaços verdes (ha)	46,8	94,5
Espaços verdes de lazer e estadia (ha)	15,2	38,8
Superfície de espaço verde sobre superfície total (m ² /ha)	196	397

	1994	2006
N.º de habitantes / ecoponto	0	1 284
RSU reciclados / RSU total (%)	0,47	6,4
Reciclagem (kg/Habitante)	1,8	26,06
Abastecimento de água (%)	98,5	100
Drenagem e tratamento de águas residuais (%)	98,5	100

(*) Estão incluídos 40 fogos municipais em Algueirão

Indicadores Gerais	Fonte
GRANDES NÚMEROS	
População Residente	INE, Censos 1991 e 2001
Famílias	INE, Censos 1991 e 2001
Edifícios	INE, Censos 1991 e 2001
Alojamentos	INE, Censos 1991 e 2001
Habitantes/ha	INE, Censos 1991 e 2001
Edifícios/ha	INE, Censos 1991 e 2001
Alojamentos/ha	INE, Censos 1991 e 2001
DINÂMICA DEMOGRÁFICA	
Taxa de Natalidade (‰)	INE, Estatísticas Demográficas, 1991 e 2001
Taxa de Mortalidade (‰)	INE, Estatísticas Demográficas, 1991 e 2001
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	INE, Estatísticas Demográficas, 1991 e 2001
Percentagem de Jovens	INE, Censos 1991 e 2001
Percentagem de Idosos	INE, Censos 1991 e 2001
População em idade activa (%)	INE, Censos 1991 e 2001
Dimensão média da família	INE, Censos 1991 e 2001
Taxa de analfabetismo (só fornecida pelo INE ao Concelho - ind. c/10+ anos)	INE, Censos 1991 e 2001
População residente com 1.º ciclo do Ensino Básico (%)	INE, Censos 1991 e 2001
População residente com Ensino Secundário (%)	INE, Censos 1991 e 2001
População residente com Ensino Superior (%)	INE, Censos 1991 e 2001
DINÂMICA ECONÓMICA E PRODUTIVA	
N.º de Empresas Sedeadas	INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas" Dados Físicos 2003 / Dados Económicos 2002
N.º de Empresas sedeadas segundo os Escalões de Pessoal	INE, "Ficheiro de Unidades Estatísticas" Dados Físicos 2003 / Dados Económicos 2002
Situação da População Residente perante a Activ. Económica	
Indivíduos Residentes Empregados no Sector II	INE, Censos 1991 e 2001
Indivíduos Residentes Empregados no Sector III	INE, Censos 1991 e 2001
Indivíduos Residentes Desempregados à Procura do 1º Emprego	INE, Censos 1991 e 2001
Indivíduos Residentes Desempregados à Procura de Novo Emprego	INE, Censos 1991 e 2001
Indivíduos Residentes Pensionistas ou Reformados	INE, Censos 1991 e 2001
Taxa de Desemprego (%)	INE, Censos 1991 e 2001
Taxa de Actividade (%)	INE, Censos 1991 e 2001

Indicadores Gerais	Fonte
DINÂMICA TERRITORIAL E URBANA	
Parque Habitacional	
N.º de pavimentos / edifício	INE, Censos 1991 e 2001
Alojamentos Familiares Clássicos/Edifício	INE, Censos 1991 e 2001
Proporção Alojamentos Vagos (%)	INE, Censos 1991 e 2001
Idade média do edificado (n.º de anos)	INE, Censos 1991 e 2001
Época dominante dos edifícios	INE, Censos 1991 e 2001
Índice de Envelhecimento dos edifícios	INE, Censos 1991 e 2001
Média de Encargos com alojamentos ocupados pelo proprietário	INE, Censos 1991 e 2001
Proporção alojamentos ocupados pelo proprietário (%)	INE, Censos 1991 e 2001
N.º Barracas	CMA/DH, 2006
N.º Fogos Municipais (PER e outros programas)	CMA/DH, 2006
Edifícios licenciados segundo o tipo de obra	
Alterações	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 a 2004
Ampliação	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 a 2004
Construção Nova	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 a 2004
Legalização	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 a 2004
Reconstrução/Restauração	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 a 2004
Edifícios e fogos licenciados em construções novas	
N.º de pavimentos por edifício em construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos licenciados em construção nova (total)	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos T0 por edifício de construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos T1 por edifício de construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos T2 por edifício de construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos T3 por edifício de construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos T4 por edifício de construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004
N.º de fogos T5 e mais por edifício de construção nova	INE, Sistema de Informação das Operações Urbanísticas com actualização CMA – DAU/SIG, 1994 a 2004

Indicadores Gerais	Fonte
QUALIDADE DE VIDA	
Espaços Verdes (m ² /1000hab.	CMA, DSU/DEV, 2006
Extensão da rede viária construída e beneficiada (km)	CMA, DOM/DTMU, 2006
N.º de carreiras de transporte público rodoviário	CMA, DOM/DTMU, 2006
Taxa de cobertura de Creche (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
Taxa de cobertura de J. Infância, rede pública (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
Taxa de cobertura total de J. Infância (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
Taxa de cobertura de ATL (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
N.º EB1 construídas e requalificadas entre 1994 e 2004	CMA, DOM/CREPE, 2005
Taxa de escolarização no 1º ciclo do ensino básico, rede pública (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
N.º de alunos do 1º ciclo por computador	CMA, DEC/DSE, 2005
EB1, rede pública, com prática desportiva em instalações cobertas no edifício (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
EB2,3, rede pública, com ginásio/pavilhão desportivo (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
E. Secundárias, rede pública com ginásio/pavilhão desportivo (%)	CMA, DEC/DSE, 2005
Taxa de cobertura de centros para Idosos (%)	CMA, DAU/SIG, 2004
N.º espaços desportivos /1000hab	CMA, DEC/DCDJ – Desporto, 2005
Médicos / 1 000 hab	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2004
Camas hospitalares /1000hab.	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2004
N.º Farmácias	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2004
N.º Bibliotecas públicas	CMA, DEC/DCDJ, 2005
N.º Caixas Multibanco	INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2004
Movimentos Pendulares	
Duração média do percurso casa escola ou casa trabalho (min.)	INE, Censos 1991 e 2001
Modo de deslocação – a pé (%)	INE, Censos 1991 e 2001
Modo de deslocação – autocarro (%)	INE, Censos 1991 e 2001
Modo de deslocação – comboio (%)	INE, Censos 1991 e 2001
Modo de deslocação – transporte individual (%)	INE, Censos 1991 e 2001
AMBIENTE	
Superfície de Espaços Verdes (ha)	CMA, DSU/DEV, 2006
Espaços verdes de lazer e estadia (ha)	CMA, DSU/DEV, 2006
Espaços verdes de enquadramento (ha)	CMA, DSU/DEV, 2006
N.º de habitantes / ecoporto	CMA, DSU/DHS, 2006
RSU reciclados / RSU total (%)	CMA, DSU/DHS, 2006
Reciclagem (Kg/hab)	CMA, DSU/DHS, 2006
Abastecimento de água (%)	SMASOA, 2006
Drenagem e tratamento de águas residuais (%)	SMASOA, 2006
(*) Estão incluídos 40 fogos municipais em Algueirão	

Índice de quadros

Quadro 1	Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço nos municípios da Grande Lisboa. 1995 e 2001	21
Quadro 2	Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço na indústria transformadora nos municípios da Grande Lisboa. 1995 e 2001	22
Quadro 3	Quociente de Localização do emprego por sector de actividade nos municípios da Grande Lisboa. 1995 e 2001	23
Quadro 4	Decomposição do crescimento em componentes de variação nos municípios da Grande Lisboa	25
Quadro 5	Evolução do número de estabelecimentos, pessoal ao serviço e dimensão média dos estabelecimentos, segundo a CAE. 1989, 1995 e 2001	28
Quadro 6	Número de estabelecimentos por classes de dimensão, segundo o pessoal ao serviço. 1989, 1995 e 2001	29
Quadro 7	Dimensão dos estabelecimentos segundo os escalões de pessoal. 1995 e 2001 (percentagens acumuladas)	29
Quadro 8	Evolução do número de pessoas ao serviço por classe de dimensão do estabelecimento em 1989. 1995 e 2001	31
Quadro 9	Volume de emprego segundo os escalões de pessoal. 1995 e 2001 (percentagens acumuladas)	32
Quadro 10	Repartição das empresas sedeadas, segundo os ramos da indústria, nas UOP's em 2001	34
Quadro 11	Número de empresas e do sector secundário, segundo os escalões de pessoal. 2001	35
Quadro 12	Número de empresas do sector secundário, segundo os escalões de volume de negócios. 2001	36
Quadro 13	Tipologia de classificação das indústrias por graus de intensidade tecnológica	37
Quadro 14	Empresas do sector secundário sedeadas no município, segundo o nível de intensidade tecnológica. 2001	38
Quadro 15	Tipologia de classificação por referência à "economia baseada no conhecimento"	38
Quadro 16	Classificação dos serviços existentes, segundo a "economia baseada no conhecimento"	39
Quadro 17	Dependência face ao emprego. 1991 e 2001	39
Quadro 18	População residente com 15 ou mais anos segundo a principal fonte de rendimento. 2001	40
Quadro 19	População residente empregada segundo a situação na profissão. 1991 e 2001	41
Quadro 20	Evolução dos edifícios e dos alojamentos nos municípios da AML. 1991 – 2001	49
Quadro 21	Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação nos municípios da Grande Lisboa. 2001	51
Quadro 22	Licenças camarárias segundo o tipo de obra por município	53
Quadro 23	Obras concluídas segundo o tipo por município	54
Quadro 24	Evolução das variáveis principais 1991 e 2001	60
Quadro 25	Instrumentos de gestão territorial aprovados e em elaboração	65
Quadro 26	Alvarás emitidos e projectos com expressão territorial entre 1995-2000	70
Quadro 27	Estimativas da execução das áreas de expansão	72
Quadro 28	Estimativas da execução do espaço Urbano e Industrial /Serviços (existente)	73
Quadro 29	Espaços verdes e equipamentos cedidos nos alvarás emitidos entre 1995-2005	74
Quadro 30	Situação das áreas urbanas de génese ilegal	75
Quadro 31	Ocupação urbana em AUGI	77
Quadro 32	PROQUAL	83
Quadro 33	URBAN II	85
Quadro 34	Estrutura viária principal proposta em 1994	90
Quadro 35	Movimentos pendulares da população empregada ou estudante entre 1991 e 2001	101
Quadro 36	Principais movimentos de saída em 2001	102
Quadro 37	Principais movimentos de saída em 1991	102
Quadro 38	Principais movimentos de entrada em 2001	103
Quadro 39	Principais movimentos de entrada em 1991	103
Quadro 40	Oferta de estacionamento em 2006	107

Quadro 41	Capitação espaços verdes	111
Quadro 42	Equipamento para recolha selectiva de materiais recicláveis	114
Quadro 43	Tratamento ou destino final dos resíduos sólidos urbanos recolhidos	114
Quadro 44	Evolução dos indicadores do sistema educativo	122
Quadro 45	Hierarquização de prioridades em equipamentos de educação e ensino	124
Quadro 46	Programa PARES	127
Quadro 47	Tipologia dos pavilhões desportivos escolares	133
Quadro 48	Oferta desportiva pós 1994	134
Quadro 49	Evolução da oferta em equipamentos culturais, segundo a tipologia	138
Quadro 50	Execução do PER	144
Quadro 51	Bairros existentes e extintos	145
Quadro 52	Distribuição dos pedidos não abrangidos pelo PER	150
Quadro 53	Distribuição dos fogos municipais	151
Quadro 54	Caracterização dos programas de reabilitação urbana	162
Quadro 55	Processos de reabilitação urbana	163

Índice de figuras

Figura 1	Etapas do processo de planeamento	10
Figura 2	Planta de ordenamento do PDM	16
Figura 3	Decomposição do crescimento municipal, na região da Grande Lisboa	25
Figura 4	Decomposição do crescimento municipal	26
Figura 5	Estabelecimentos segundo a classe de dimensão. 1995 – 2001 (% acumuladas)	29
Figura 6	Estabelecimentos segundo a classe de dimensão e o ramo de actividade económica. 1995 (% acumuladas)	30
Figura 7	Estabelecimentos segundo a classe de dimensão e o ramo de actividade económica. 2001 (% acumuladas)	30
Figura 8	Emprego por classe de dimensão dos estabelecimentos. 1995-2001 (% acumuladas)	31
Figura 9	Repartição das empresas sedeadas no município, segundo a CAE. 1993, 1997 e 2001	33
Figura 10	Repartição das empresas no município, segundo os escalões de pessoal. 1993, 1997 e 2001	33
Figura 11	Evolução do desemprego no município, 1991 – 2004	42
Figura 12	Distribuição do desemprego por grupo de profissões e sexo. 2001 e 2003	43
Figura 13	Densidade habitacional	50
Figura 14	Taxa de variação dos alojamento	50
Figura 15	Taxa de crescimento decenal	56
Figura 16	Componentes do crescimento demográfico	57
Figura 17	Estrutura etária	58
Figura 18	Variação da População Residente 1991 – 2001	59
Figura 19	Densidade Populacional 2001	59
Figura 20	Áreas estratégicas	61
Figura 21	Instrumentos de gestão territorial aprovados e em elaboração	66
Figura 22	Alvarás emitidos e projectos com expressão territorial entre 1995-2000	71
Figura 23	Áreas urbanas de génese ilegal AUGI	76
Figura 24	Ocupação urbana 1994 e 2004	80
Figura 25	Eixos de intervenção URBCOM – centro da Amadora	87
Figura 26	Proposta do PDM da estrutura viária principal da Amadora	89
Figura 27	Classificação funcional da Rede Viária	92
Figura 28	Proposta Metro Ligeiro de Superfície e extensão do Metropolitano	95
Figura 29	Modo transporte principal nas saídas, incluindo Amadora	104
Figura 30	Modo transporte principal intraconcelhio	104
Figura 31	Duração média das deslocações pendulares dos indivíduos residentes na Grande Lisboa (percurso só de ida)	105
Figura 32	Duração média das deslocações pendulares dos indivíduos residentes na Grande Lisboa (percurso só de ida) segundo o modo de transporte	105
Figura 33	Proposta da estrutura verde, Plano Director Municipal	108
Figura 34	Área total em espaço verde	111
Figura 35	Espaços verdes	113
Figura 36	Destino final dos r.s.u.	115
Figura 37	Composição física média anual dos r.s.u. recolhidos	115
Figura 38	Quantidades de r.s.u. recuperados na origem	116
Figura 39	População segundo os grandes grupos etários	117
Figura 40	Agrupamentos de escolas	120
Figura 41	Cobertura de equipamentos, rede pública, solidária e particular	121

Figura 42 Hierarquização de prioridades para empreendimentos de educação e ensino	124
Figura 43 Indicadores demográficos	125
Figura 44 Evolução da frequência em equipamentos para idosos	126
Figura 45 Equipamentos Culturais	137
Figura 46 Bairros de barracas	146
Figura 47 Percursos familiares nos bairros degradados	148
Figura 48 Pedidos de habitação segundo a situação de carência	149

➤ *CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS
ACTIVIDADES ECONÓMICAS*

ANEXO 1

CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

CAE	DIVISÃO	DESIGNAÇÃO	GRUPO	DESIGNAÇÃO
1	01	Agricultura, Produção Animal, Caça e Actividades dos Serviços Relacionados	011 012 013 014 015	Agricultura Produção Animal Produção Agrícola e Animal Associadas Activ. relacionadas, excepto serviços de Veterinária Caça, Repovoamento Cíngético e activ. relacionadas
	02	Silvicultura, Exploração Florestal e Activ. relacionadas	020	Silvicultura, Exploração Florestal e activ. relacionadas
	05	Pesca, Aquacultura e Actividades relacionadas	050	Pesca, Aquacultura e Actividades relacionadas
2	10	Extracção de Hulha, Linhite e Turfa	101 102 103	Extracção e Aglomeração de Hulha (antracite) Extracção e Aglomeração de Linhite Extracção e Aglomeração de Turfa
	11	Extracção de Petróleo, Gás Natural e Actividades Afins, excepto a Prospecção	111 112	Extracção e Petróleo Bruto e Gás Natural Activ. relacionadas com a extracção do petróleo
	12	Extracção de Minérios de urânio e de tório	120	Extracção de minérios de urânio e de tório
	13	Extracção e Preparação de Minérios Metálicos	131 132	Extracção e Preparação de Minérios Metálicos Extracção e Prep. de Min. Metálicos não Ferrosos
	14	Outras Indústrias Extractivas	141 142 143 144	Extracção de Pedra Extracção de Areias e Argilas Extracção de minerais p/ Ind.Química e fab.de adubos Extracção e Refinação do Sal
	3	15	Indústrias Alimentares e das Bebidas	151 152 153 154 155 156 157 158 159
16		Indústria do Tabaco	160	Indústria do Tabaco
17		Fabricação de Texteis	171 172 173 174 175 176 177	Preparação e Fiação de fibras texteis Tecelagem de texteis Acabamento de Texteis Fabricação de artigos texteis confeccionados,excepto vestuário Outras indústrias texteis Fabricação de tecidos de malha Fabricação de artigos de malha
18		Indústria do Vestuário; Preparação, Tingimento e Fabricação de artigos de peles com pelo	181 182 183	Fabricação de artigos de vestuário em couro Confecção de out. artigos e acessórios de vestuário Preparação, Tingimento e fab. de artigos de peles com pelo

3	19	Indústria do Couro e de produtos do Couro	191 192 193	Curtimenta e acabamentos de peles sem pelo Fab. de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, etc Indústria do Calçado
	20	Indústria da Madeira e da Cortiça e suas obras, excepto mobiliário	201 202 203 204	Serração, Aplainamento e Impregnação da madeira Fabricação de folheados, contraplacados, painéis lamelados, etc Fabricação de obras de carpintaria para a construção Fabricação de embalagens de madeira
	21	Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	211 212	Fabricação de pasta, de papel e cartão (excepto canelado) Fabricação de papel e cartão canelados e art.s de papel e cartão
	22	Edição, Impressão e Reprodução de suportes de Informação Gravados	221 222 223	Edição Impressão e activid.s dos serviços relacionados c/ a Impressão Reprodução de suportes gravados
	23	Fabricação de Coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	231 232 233	Fabricação de Coque Fabricação de Produtos petrolíferos refinados Tratamento de Combustível nuclear
	24	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas	241 242 243 244 245 246 247	Fabricação de produtos químicos Fabricação de pesticidas e de outros produtos agroquímicos Fab. de Tintas, Vernizes e Produtos similares; Tintas de impressão Fabricação de Produtos Farmacêuticos Fab. de Sabões e Detergentes, Prod.s de Limpeza, Perfumes e Higiene Fabricação de outros Produtos Químicos Fabricação de Fibras Sintéticas ou Artificiais
	25	Fab. de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	251 252	Fabricação de Artigos de Borracha Fabricação de Artigos de Matérias Plásticas
	26	Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos	261 262 263 264 265 266 267 268	Fabricação de Vidro e Artigos de Vidro Fabricação de prod.s cerâmicos não refractários (excepto os desenhados à construção) e refractários Fabricação de azulejos, Ladrilhos, Mosaicos, e Placas de Ceâmica Fab. de Tijolos, Telhas e Out. Produtos de Barro p/ a Construção Fabricação de Cimento, Cal e Gesso Fabricação de Produtos de Betão, Gesso, Cimento e Marmorite Serragem, Corte e Acabamento da Pedra Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos
	27	Indústrias Metalúrgicas de Base	271 272 273 274	Siderurgia e Fabricação de Ferro-Ligas (CECA) Fabricação de Tubos Outras actividades da primeira transformação do Ferro e do Aço Obtenção e Primeira Transformação de Metais não Ferrosos
	28	Fab. prod. Metálicos, excepto máquinas e equipamento	281 282 283 284 285 286	Fabricação de Elementos de Construção em Metal Fab. de Reservatórios, Recipientes, Caldeiras e Radiadores Metálicos para Aquecimento Central Fabricação de Geradores a Vapor Fab. de prod.s forjados, estampados e laminaos; metalurgia dos pós Tratamento e Revestimento de Metais; activ.s de mecânica em geral Fabricação de Cutelaria, Ferramentas e Ferragens

3			287	Fabricação de Outros Produtos Metálicos
	29	Fabricação de Máquinas e Equipamentos, N.E.	291	Fab. de máquinas e Equip.s p/ produção e utiliz. de energia mecânica (excepto motores p/ aeronaves,automoveis e motociclos)
			293	Fab. de máquinas e tractores p/ a Agricultura, Pecuária e Silvicultura
			294	Fabricação de Máquinas Ferramentas
			295	Fabricação de outras Máquinas e Equipamento p/ uso específico
			296	Fabricação de Armas e Munições
			297	Fabricação de Aparelhos Domésticos, N.E.
	30	Fab. de máquinas de escritório e de equip. p/ tratamento automático da informação	300	Fab. de máquinas de escritório e de equip. p/ tratamento automático da informação
	31	Fabricação de Máquinas e Aparelhos Electricos, NE	311	Fab. de Motores, Geradores, e Transformadores Electricos
			312	Fab. de Material de distribuição e de controlo p/ instalações electricas
		313	Fab. de Fios e Cabos Isolados	
		314	Fab. de Acumuladores e de Pilhas Eléctricas	
		315	Fab. de Lâmpadas Electricas e de outro material de Iluminação	
		316	Fab. de outro Equipamento Eléctrico	
32	Fab. de Equipamento e de Aparelhos de Rádio, TV e Comunicação	321	Fab. de Componentes Electrónicos	
		322	Fabricação de aparelhos de rádio e de TV e de aparelhos de telefonia e telegrafia sem fios	
		323	Fab. de aparelhos receptores e mat. de rádio e de TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagem de mat. associado	
33	Fab. de aparelhos e instrumentos médico-cirurgicos ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria	331	Fab. de material médico cirúrgico e ortopédico	
		332	Fab. de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto controlo de processos industriais)	
		333	Fab. de Equipamento de Controlode Processos Industriais	
		334	Fab. de material óptico, fotográfico e cinematográfico	
		335	Fab. de Relógios e material de relojoaria	
34	Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	341	Fab. de veículos automoveis	
		342	Fab. de carroçarias, reboques e semi-reboques	
		343	Fab. componentes e acessórios p/ veículos automoveis e seus motores	
35	Fabricação de Outro Material de Transporte	351	Construção e Reparação Naval	
		352	Fab. e Reparação de Material Circulante p/ Caminhos de Ferro	
		353	Fab. de Aeronaves e de Veículos Espaciais	
		354	Fab. de Motociclos e Bicicletas	
		355	Fab. de outro material de Transporte, N.E.	
36	Fabricação de Mobiliário; outras Ind. s Transformadoras	361	Fab. de Mobiliário e de Colchões	
		362	Fab.de Joalheria, Ourivesaria e Artigos Similares	
		363	Fab. de Instrumentos Musicais	
		364	Fab. de artigos de Desporto	
		365	Fab. de Jogos e Brinquedos	
		366	Indústrias Transformadoras, N.E.	
37	Reciclagem	371	Reciclagem de Sucata e de desperdícios metálicos	
		372	Reciclagem de produtos não metálicos	
4	40	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água (Vapor e Água Quente)	401	Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade
			402	Produção e Distribuição de Gás por conduta

			403	Prod. e Distribuição de Vapor e de Água Quente; Produção de Gelo
	41	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	410	Captação, Tratamento e Distribuição de Água
5	45	Construção	451	Preparação dos Locais de Construção
			452	Construção dos Edifícios (no todo ou em parte); Engenharia Civil
			453	Instalações Especiais
			454	Actividades de Acabamento
			455	Aluguer de Equipamento de Construção e de Demolição c/ Operador
6	50	Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	501	Comércio de Veículos Automóveis
			502	Manutenção e Reparação de veículos automóveis
			503	Comércio de peças e acessórios para veículos automóveis
			504	Com., Manut. e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios
			505	Comércio a retalho de combustível para veículos a motor
	51	Comércio por Grosso e Agentes do Comércio, excepto de veículos automóveis e de motociclos	511	Agentes do Comércio por Grosso
			512	Comércio por Grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos
			513	Comercio por Grosso de produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco
			514	Comércio por Grosso de Bens de consumo, excepto alimentares, bebidas e tabaco
			515	Comércio por Grosso de Bens Intermedios (não Agrícolas), de desperdícios e de Sucata
			516	Comércio por Grosso de Máquinas e de Equipamentos
			517	Comércio por Grosso, N.E.
52	Comércio a retalho (excepto de veículos automóveis, motociclos e combustíveis para veículos); Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	521	Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	
		522	Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco em estabelecimentos especializados	
		523	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene	
		524	Comércio a retalho de outros Produtos Novos em estabelecimentos Especializados	
		525	Comércio a retalho de artigos em segunda mão em Estabelecimentos	
		526	Comércio a retalho Não efectuado em estabelecimentos	
		527	Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	
55	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	551	Estabelecimentos Hoteleiros	
		552	Parques de Campismo e outros Locais de alojamento de curta duração	
		553	Restaurantes	
		554	Estabelecimentos de Bebidas	
		555	Cantinas e Fornecimento de Refeições ao Domicílio (Catering)	
7	60	Transportes Terrestres; Transportes por Oleodutos e Gasodutos	601	Caminhos de Ferro
			602	Outros Transportes Terrestres
			603	Transportes por Oleodutos e Gasodutos (Pipelines)
	61	Transportes por Água	611	Transportes Marítimos
			612	Transportes por Vias Navegáveis Interiores
	62	Transportes Aéreos	621	Transportes Aéreos Regulares
			622	Transportes Aéreos Não Regulares
			623	Transportes Espaciais
	63	Actividades anexas e auxiliares dos Transportes; Agências de Viagem e de Turismo	631	Manuseamento e Armazenagem
			632	Outras actividades Auxiliares dos Transportes
			633	Agencias de Viagens e Turismo
			634	Activ.s dos Agentes Transitários, Aduaneiros e Similares de apoio ao transporte

	64	Correios e Telecomunicações	641 642	Actividades dos Correios Telecomunicações	
8	65	Intermediação Financeira, excepto seguros e fundos de pensões	651 652	Intermediação Monetária Outra Intermediação Monetária	
	66	Seguros, Fundos de Pensões e de Outras Actividades Complementares de Segurança Social	660	Seguros, Fundos de Pensões e de Outras Actividades Complementares de Segurança Social	
	67	Actividades Auxiliares de Intermediação Financeira	671 672	Actividades Auxiliares de Intermediação Financeira, excepto Seguros e Fundos de Pensões Actividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Penses	
	70	Actividades Imobiliárias	701 702	Actividades Imobiliárias por Conta Própria Arrendamento de Bens Imobiliários	
	71	Aluguer de Máquinas e de Equipamentos sem pessoal e de Bens Pessoais e Domésticos	711 712 713 714	Aluguer de Veículos Automoveis Aluguer de Outro Meio de Transporte Aluguer de Máquinas e de Equipamentos Aluguer de Bens de Uso Pessoal e Doméstico, N.E.	
	72	Actividades Informáticas e Conexas	721 722 723 724 725 726	Consultoria em Equipamento Informático Consultoria e Programação Informática Processamento de Dados Actividades de banco de dados Manutenção e Reparação de máquinas de escritórios, de contabilidade e de material informático Outras actividades conexas á Informática	
	73	Investigação e Desenvolvimento	731 732	Investigação e Desenvolvimento das ciencias Fisicas e Naturais Investigação e Desenvolvimento das ciencias Sociais e Humanas	
	74	Out.s Activ.s de Serviços prestados princip. às empresas	741 742 743 744 745 746 747 748	Activ.s jurídicas de contabilidade e de auditoria; consultoria fiscal; estudos de mercado e sondagens de opinião; consultoria empresarial e de gestão; gestão de sociedades de participações Actividades de Arquitectura, de Engenharia e Técnicas Afins Actividades de ensaios e análises técnicas Publicidade Seleccção e Colocação de Pessoal Actividades de Investigação e de Segurança Actividades de Limpeza Industrial Outras Actividades de serviços prestados ás empresas	
	9	75	Administração Pública, Defesa e Segurança Social "obrigatória"	751 752 753	Administração Pública em geral, Económica e Social Negócios Estrangeiros, Defesa, Justiça, Segurança, Ordem Publica e Protecção Civil Segurança Social "obrigatória"
		80	Educação	801 802 803 804	Ensino pré-escolar e Básico Ensino Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário Ensino Superior Ensino para Adultos e outras actividades educativas
85		Saúde e Acção Social	851 852 853	Actividades de Saúde Humana Actividades Veterinárias Actividades de Acção Social	
90		Saneamento, Higiene Pública e Actividades Similares	900	Saneamento, Higiene Pública e Actividads similares	

91	Actividades Associativas Diversas, N.E.	911	Actividades de Organizações económicas, patronais e profissionais
		912	Actividades de Organizações Sindicais
		913	Outras Actividades Associativas
92	Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas	921	Actividades Cinematográficas e de Vídeo
		922	Actividades de rádio e televisão
		923	Outras actividades artísticas e de espectáculo
		924	Actividades de agencias de notícias
		925	Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e out.s activ.s culturais
		926	Actividades Desportivas
		927	Outras Actividades Recreativas
93	Outras actividades de Serviços	930	Outras actividades de Serviços
95	Famílias com Empregados domésticos	950	Famílias com Empregados domésticos
99	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais	990	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

- CAE 1 AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCAS
- CAE 2 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
- CAE 3 INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
- CAE 4 ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA
- CAE 5 CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
- CAE 6 COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÕES DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO
- CAE 7 TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES
- CAE 8 BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
- CAE 9 SERVIÇOS PRESTADOS À COLECTIVIDADE E SERVIÇOS PESSOAIS